

RODRIGO CASTELO



O SOCIAL-LIBERALISMO
AUGE E CRISE DA SUPREMACIA BURGUESA
NA ERA NEOLIBERAL

expressão
POPULAR

RODRIGO CASTELO

O SOCIAL-LIBERALISMO: AUGÉ E CRISE
DA SUPREMACIA BURGUESA
NA ERA NEOLIBERAL

RODRIGO CASTELO

O SOCIAL-LIBERALISMO: AUGÉ E CRISE
DA SUPREMACIA BURGUESA
NA ERA NEOLIBERAL

1ª edição

EDITORA
EXPRESSÃO POPULAR

São Paulo - 2013

Copyright © 2013, by Editora Expressão Popular

Revisão: *Maria Elaine Andreotti e Miguel Cavalcanti Yoshida*

Projeto gráfico, diagramação e capa: *ZAP Design*

Imagem da capa: *Friedensreich Hundertwasser*

Impressão e acabamento: *Cromosete*

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C348s	Castelo, Rodrigo O social liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. / Rodrigo Castelo.— 1.ed.—São Paulo : Expressão Popular, 2013. 400 p. Indexado em GeoDados - http://www.geodados.uem.br . ISBN 978-85-7743-232-5 1. Neoliberalismo. 2. Ideologia. I. Título. CDD 337 CDU 330.831
-------	--

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada
ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: outubro de 2013

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Rua Abolição, 201 – Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo – SP

Fone: (11) 3522-7516 / 4063-4189 / 3105-9500

editora.expressaopopular.com.br

livraria@expressaopopular.com.br

Aos meus pais amados,
por todo o suporte ao longo da vida
e paciência com o filho rebelde

A Carlos Nelson Coutinho,
A quem devo muitos conhecimentos,
que vão além do marxismo.
(in memoriam)

À minha filha Lalá,
O meu primeiro e único amor à primeira vista,
e que perdurará por toda a minha vida!

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	9
INTRODUÇÃO.....	13

PARTE 1

GRAMSCI E OS PROCESSOS DE CRISE E RECOMPOSIÇÃO DA SUPREMACIA BURGUESA

SUPREMACIA, BLOCO HISTÓRICO, IDEOLOGIA E CRISES NOS CADERNOS DO CÁRCERE.....	33
O contexto histórico: imperialismo, Estado ampliado e socialização da política	33
Supremacia, hegemonia e ditadura.....	43
Bloco histórico.....	57
Ideologia e intelectuais	60
Crise orgânica.....	99
AS REVOLUÇÕES PASSIVAS.....	115
O fascismo.....	122
O americanismo-fordismo	135
A “teoria da persistência” do modo de produção capitalista...	141

PARTE 2
A SUPREMACIA NEOLIBERAL E OS
INTELECTUAIS DO SOCIAL-LIBERALISMO

O PROJETO NEOLIBERAL

E A SUPREMACIA BURGUESA	151
A crise orgânica da longa década de 1970.....	151
Interpretações teóricas sobre a crise orgânica.....	185
Gênese, ascensão e supremacia do neoliberalismo	216
A crise conjuntural do bloco histórico neoliberal nos anos 1990 e a resposta social-liberal	243

A IDEOLOGIA DO SOCIAL-LIBERALISMO

E SEUS INTELECTUAIS	279
Anthony Giddens e a terceira via.....	280
Alain Touraine e os novos movimentos sociais.....	294
Joseph Stiglitz e a nova agenda do desenvolvimento	307
John Williamson, Dani Rodrik e o pós-Consenso de Washington.....	322
Pierre Rosanvallon e a “nova questão social”	332
O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar social.....	341

À GUIA DE CONCLUSÃO (INSTABILIDADE, VULNERABILIDADE, INSTABILIDADE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E... PERSISTÊNCIA DO BLOCO HISTÓRICO NEOLIBERAL?).....	367
--	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	377
----------------------------------	-----

AGRADECIMENTOS

Este livro é fruto de uma jornada de oito anos pela pós-graduação na Escola de Serviço Social (ESS) da UFRJ, particularmente os percorridos no meu período de doutoramento (2007-2011). Desde 2003, me abrigo nesta escola de formação teórica e política, na qual o marxismo é ensinado e praticado como uma filosofia da práxis. A todos os docentes, discentes e técnico-administrativos, os meus sinceros cumprimentos.

Dentro da Escola, devo destacar a figura do mestre Carlos Nelson Coutinho, a quem devo a honra de ter me orientado. Nestes anos de convivência muito agradáveis (e produtivas), aprendi a admirar com muito afeto ainda mais a pessoa que conhecia somente através dos papéis. Não poderia ter feito melhor escolha, tendo ganho um querido companheiro de lutas e bate-papos. Ainda na ESS/UFRJ, José Paulo Netto acompanhou com muito companheirismo praticamente todos os meus passos, tendo participado de todas as etapas acadêmicas da minha formação (defesa de projeto de mestrado, defesa da dissertação, qualificação de artigos no doutorado, defesa do projeto de doutorado e defesa de tese), sempre com arguições precisas e contundentes.

Fora da ESS/UFRJ, Virgínia Fontes cumpriu um papel muito semelhante ao de Zé Paulo. Virgínia, além de ter estado presente naqueles ritos acadêmicos, também participou ativamente de inúmeras atividades do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (Lema), do Instituto de Economia da UFRJ, do qual fiz parte desde a sua fundação até o primeiro semestre de 2013.

Aos professores Mauro Luís Iasi e Gaudêncio Frigotto, membros examinadores da tese, agradeço a participação na defesa com seus valiosos comentários e por todo o suporte com sua produção teórica, que ajudou a fundamentar as minhas reflexões, em especial nos debates sobre ideologia, consciência e educação.

No Lema, agradeço a todos os seus participantes, destacando os membros mais antigos, Bruno Borja, Carla Curty, Marco Antonio da Rocha, Maria Malta e Pablo Bielschowsky, em recentes, como camarada Fernando Prado.

Esta versão do livro foi produzida com altas doses de carinho, compreensão e apoio de Tatiana Brettas, companheira de longa jornada que se revelou um doce amor.

Agradeço também às editoras Boitempo e Cortez pela cessão dos direitos autorais de textos anteriormente publicados, respectivamente, na revista *Margem esquerda* 19 e no livro *Desenvolvimento e construção de hegemonia*, organizado pela professora Ana Elizabete Mota.

Por fim, ressalto que, sem o apoio financeiro da Capes, a pesquisa aqui realizada não teria sido possível.

“Mas a realidade é rica das
mais bizarras combinações, e é o
teórico que, nesta bizzarria, deve
rastrear a comprovação de sua
teoria, ‘traduzir’ em linguagem
teórica os elementos da vida
histórica, e não, inversamente, a
realidade apresentar-se segundo o
esquema abstrato”

Antonio Gramsci, *Cadernos
do cárcere* (Caderno 3, nota 48)

INTRODUÇÃO

Hoje, conceitos e palavras de ordem do movimento dos trabalhadores são apropriados pelo pensamento burguês contemporâneo. Termos como igualdade, voluntariado, solidariedade e até mesmo revolução são utilizados pelos intelectuais identificados com a agenda social do neoliberalismo. Os seus antigos significados, estabelecidos a partir das lutas da classe trabalhadora ao longo de dois séculos, são reconstruídos de acordo com os interesses da nova intelectualidade *radical chic* em prover uma suposta consciência crítica à burguesia a respeito da “questão social”. Este processo de apropriação é complexo e opera, num primeiro momento, por meio da neutralização dos conceitos progressistas, que depois passam por um processo de ressignificação conceitual muitas vezes restrito a sua forma semântica.

Este processo de expropriação ideológica não deve causar espanto, pois não é novidade na história. Desde o início da tradição moderna de constituição da classe trabalhadora, na primeira metade do século XIX, as classes dominantes, por meio dos seus representantes teóricos, operam uma tentativa de incorporação de ideais igualitaristas às ideologias burguesas. Isto não foi um capricho da história. Por que e como aconteceu este processo ideológico de longa data?

No biênio 1844-1845, Marx e Engels escreveram separadamente sobre a “questão social”, fazendo uso do termo que mais tarde abandonariam (Castelo, 2010a). Nos textos *Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano”* e *A situação*

da classe trabalhadora na Inglaterra, os jovens comunistas alemães pontuaram sobre as formas de intervenção da burguesia na “questão social”, que iam desde medidas administrativas do Estado até a filantropia empresarial, a piedade caritativa e a assistência social das Igrejas cristãs.

Em 1848, eles redigiram conjuntamente um histórico das ideias socialistas e comunistas, visando estabelecer os termos críticos de superação destas, tendo em vista o período histórico de ascensão e consolidação do modo de produção capitalista, que trazia a imperiosa necessidade de novas formas de luta, organização e consciência para a classe trabalhadora. Na seção III do *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels falaram sobre diversas modalidades de socialismo e comunismo, como o socialismo reacionário (feudal, pequeno-burguês, alemão), o conservador ou burguês e o crítico-utópico, diferenciando-os da ideologia do partido comunista, que depois ganharia o nome de socialismo científico, ou simplesmente marxismo.

No trecho sobre o socialismo burguês, que aqui levanta particular interesse, os redatores do *Manifesto* anotaram que

Uma parte da burguesia deseja remediar os males sociais para garantir a existência da sociedade burguesa. Fazem parte desse grupo: economistas, filantropos, humanistas, benfeitores da classe operária, organizadores da caridade, protetores dos animais, fundadores de sociedades de abstinência, reformadores obscuros de toda espécie (...) (Marx e Engels, [1848] 1998, p. 35-36).

Para Marx e Engels, setores heterogêneos das classes dominantes já demonstrariam, em meados do século XIX, preocupação com os resultados deletérios da expropriação dos meios de produção e da acumulação capitalista sobre a classe trabalhadora. Antes deste súbito surto de consciência social da burguesia, liberalismo e socialismo se posicionavam como ideologias antitéticas em relação a tudo.

Dos fisiocratas a David Ricardo, os economistas políticos clássicos defenderam a ideia do mercado como o espaço social de mediação entre os diversos agentes econômicos. Segundo os teóricos burgueses, o mercado seria a melhor forma de organização social para que a natureza humana, definida pela propensão dos seres humanos em trocar e acumular bens, se manifestasse na sua plenitude. A partir da conquista da liberdade econômica, os seres humanos estariam aptos a experimentar um período de plena liberdade. Para os economistas políticos, o modo de produção capitalista, baseado nas relações mercantis, seria uma ordem natural adequada à natureza humana, e nenhuma outra mediação deveria se impor entre os seres humanos e tal organização social; de outro modo, haveria barreiras à liberdade plena da sociedade.

A partir dos escritos de Adam Smith, a Economia Política clássica carregou no seu ventre considerações sobre justiça social e sentimentos morais, relacionando produção do valor com o trabalho produtivo e distribuição da riqueza entre as classes sociais de acordo com a sua capacidade de organização. O mercado, uma instituição social e econômica de alocação de recursos caracterizada pela ausência de um mecanismo centralizador e planejador da produção, distribuição e consumo das mercadorias, não seria exclusivamente um mecanismo social de alocação eficiente de recursos, mas comportaria um equilíbrio ótimo que aliaria eficiência e bem-estar social, respeitada a condição de que a mão invisível do mercado operasse livremente. De acordo com a anarquia da produção, a concorrência adquiriria um papel central e acabaria por exercer, por vias não convencionais, o papel de uma instância permissivamente reguladora. No curto prazo, se admitiria a existência das desigualdades sociais, mas, no longo, a mão invisível do mercado geraria o bem-estar a partir do casamento do interesse individual egoísta com o interesse coletivo.

Desde a chamada acumulação primitiva até sua consolidação com a grande indústria, o modo de produção capitalista destruiu os laços tradicionais de solidariedade das antigas sociedades rurais e forjou uma classe social pobre e miserável, em um contexto de produção abundante de riquezas: como poderia, afinal, a economia política não tratar do tema do bem-estar social se grande parte da população europeia, expropriada dos meios de produção, ficou apenas com sua força de trabalho para produzir sua subsistência, gerando a pobreza e miséria de milhares de trabalhadores?

O liberalismo clássico admitiu, todavia, modalidades específicas e limitadas de intervenção estatal na economia de livre mercado. Criado por um contrato social firmado com o objetivo de evitar a beligerância entre os indivíduos iguais e livres no estado de natureza, o Estado civil deveria garantir os direitos naturais dos seres humanos. A ação estatal promoveria, desse modo, a livre concorrência e os fundamentos da ordem capitalista, como o zelo da ordem pública, a segurança jurídica dos contratos, as liberdades individuais, enfim, os direitos civis dos cidadãos, com ênfase na defesa da propriedade privada. É o que muitos chamam de Estado mínimo.

De acordo com os principais teóricos do liberalismo clássico, dos quais se destacam John Locke e Adam Smith, os agentes econômicos – compradores e vendedores de mercadorias – estabeleceriam relações sociais perfeitamente livres, justas e iguais. Na esfera da circulação, mercadorias são trocadas por valores equivalentes, mesmo quando se trata da compra e venda do trabalho humano, isto é, da força de trabalho. O mesmo raciocínio valeria para a esfera da política. Todos os indivíduos possuiriam direitos iguais e assim deveriam ser tratados pelas leis, independentemente da classe social, da origem familiar, da raça, do gênero etc. Nenhuma forma de discriminação, positiva ou negativa, seria tolerada. A igualdade e a liberdade estariam, portanto, asseguradas pela ação do mercado

e do Estado, o guardião-noturno do empreendedorismo econômico dos burgueses.

O modo de produção capitalista, analisado sob a ideologia marxista, é retratado como uma ordem social historicamente determinada em contínuo movimento, fruto das contradições das lutas de classes. Apesar da infinitude de fatos e acontecimentos e do aparente caos fragmentado da realidade, a razão dialética determina, na forma de leis gerais do desenvolvimento capitalista, as tendências resultantes das múltiplas interações entre os sujeitos históricos, marcadas por choques de interesses. Tais leis de desenvolvimento do capitalismo podem apontar, no extremo – sempre de acordo com as lutas de classes –, para o surgimento de novos modos de produção.

Na sua crítica da Economia Política, Karl Marx investiga os fatos históricos da transição do feudalismo para o capitalismo e chega a conclusões muito diferentes do liberalismo. Primeiro, o capitalismo não é uma ordem natural, mas essencialmente constituída por meio de ações históricas; segundo, o mercado não é um espaço social de oportunidades, de liberdade e igualdade dos agentes econômicos, mas uma ordem opressora, dominadora, alienante, exploradora.

O capitalismo é definido a partir das relações sociais de propriedade e produção específicas que geram um modo particular de exploração do trabalho pela classe burguesa, que, por sua vez, gera uma lei geral de acumulação nunca vista na história humana: em modos de produção pré-capitalistas, a pobreza e as desigualdades sociais eram ligadas à escassez, consoante o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção associadas àquelas; já no capitalismo, adquirem uma lógica e dinâmica inéditas, associadas à produção de riqueza, ou seja, a escassez passa a ser resultado de uma produção social, e não mais de ordem natural.

As desigualdades sociais devem ser relacionadas, ainda conforme Marx, à produção, e aí se percebe que uma classe social – a burguesia – detém o monopólio legal dos meios de produção (garantido pela propriedade privada), e a outra classe – a trabalhadora –, detém somente sua força de trabalho, sendo obrigada, por meio da coerção econômica, a vender-se como uma mercadoria qualquer para ter acesso aos meios de subsistência. Em suma, o revolucionário germânico demonstra que a igualdade e a liberdade da grande maioria dos seres humanos na ordem capitalista, marcada por profundas desigualdades entre classes sociais, é puramente formal: os trabalhadores não possuem os meios necessários ao exercício efetivo das liberdades, nem ao pleno usufruto da riqueza socialmente produzida por eles próprios. As expressões da “questão social” são, portanto, relacionadas diretamente ao modo de produção capitalista.

Desde 1830, quando a burguesia tornou-se a classe dominante na França e Inglaterra e o proletariado emergiu como um sujeito histórico politicamente organizado em torno de associações coletivas e com relativa autonomia ideológica, a concepção burguesa do mundo viveu uma fase apologética, de *destruição da razão*, pois foi obrigada a ocultar as principais contradições do capitalismo, mistificando-o como uma ordem natural, para conservar o *status quo* ameaçado pelas lutas dos trabalhadores. O caráter vulgar e apologético do liberalismo residiu precisamente no ocultamento das contradições provenientes da esfera da produção. Segundo Marx, esta etapa vulgar da ideologia dominante limitou-se a retratar o capitalismo de forma superficial, isto é, no nível das aparências, entendido como circulação das mercadorias.

No período da decadência ideológica da burguesia (Lukács, [1938] 2010), a Economia Política se bifurcou em dois ramos: a economia vulgar, com seus sicofantas diligentes na defesa dos interesses das classes dominantes às custas da sua reputação científica; e a Economia Política do socialismo burguês, estampada no “oco

sincretismo” de John Stuart Mill, que objetivava harmonizar a teoria burguesa com algumas demandas da classe trabalhadora, “agora impossíveis de ignorar”.

Na história do pensamento econômico contada por Marx, John Stuart Mill foi continuamente avaliado como um pensador eclético medíocre, “com escassas e pobres pesquisas originais” (Marx, [1867] 2003, p. 151). Quando surgem “elogios”, é na forma do seu habitual sarcasmo: “na planura imensa, montículos de terra parecem colinas” (Marx, [1867] 2003, p. 587). No mesmo ano da Primavera dos Povos (1848), Mill publicou *Princípios de Economia Política*, uma combinação eclética entre as teorias clássicas de Smith e Ricardo com as proposições apologéticas da economia vulgar, como a teoria de Senior sobre lucro e abstinência (Napoleoni, 1982, p. 121). Tempos depois, o economista inglês pôs-se a escrever textos sobre o socialismo, recuando das suas antigas críticas ao movimento dos trabalhadores, colocando-se como um mediador entre o liberalismo e o socialismo. Porém, adverte Norberto Bobbio,

(...) que fique claro que o ensaio de Mill sobre o socialismo não é uma obra socialista. Antes de mais nada, é um estudo sobre algumas correntes do pensamento socialista, diferenciadas em escolas gradualistas, com que ele simpatizava, e revolucionárias, que ele rejeitava radicalmente. Ali se admite, todavia, que os defeitos principais do sistema vigente podem receber emendas para desfrutar das principais vantagens do comunismo, por meio de disposições compatíveis com a propriedade privada e com a competição individual (Bobbio, 2003, p. 508-509).

Esta primeira versão da Economia Política do socialismo burguês – tachada por Marx ([1873] 2003, p. 24) como “declaração da falência da economia ‘burguesa’” –, apesar de tudo, buscou preservar a “dignidade catedrática” da ciência econômica. A colocação de Marx sobre a teoria de Mill é preciosa e vale a pena questionar por que o segundo ramo visou resguardar a teoria econômica da apologética vulgar. Se não quisermos cair em um

reduccionismo sociológico que empobrece toda a complexidade da produção intelectual aos interesses de classe, fingindo não existir outras mediações, creio que um estudo mais detalhado deva ser feito. Esta advertência, todavia, não invalida o fato de que o inédito hasteamento da bandeira vermelha do socialismo produziu uma intimidação nas classes dominantes, e um setor da ideologia burguesa passou a teorizar a “conciliação do inconciliável” por meio de uma fórmula eclética, visando cooptar parte da classe adversária por meio do atendimento pontual de suas reivindicações.

No plano das ideologias ocorreu, então, um inusitado cruzamento entre correntes até então adversárias na disputa pela hegemonia no debate sobre a “questão social”. Dentro do liberalismo, pode-se constatar um duplo movimento de assimilação dos ideais socialistas: o primeiro deles – personalizado por John Stuart Mill, e que ganha prosseguimento no século XX com Bertrand Russell, J. A. Hobson, John Dewey e o liberal-socialismo italiano (Rêgo, 2001; Bobbio, 2003; Boron 2003b, p. 142-147) – é uma tentativa de incorporar determinados postulados e valores das correntes mais ordeiras e pacíficas do socialismo, um movimento de disputa hegemônica que pode ser qualificado como indo da esquerda liberal para a esquerda socialista, que encontra o seu ponto de equilíbrio no centro da arena política. Este movimento afirma a primazia dos valores liberais frente aos socialistas com ênfase nas liberdades individuais, sem deixar de reconhecer os danos sociais causados pelo capitalismo aos trabalhadores. Diante disto, defendem-se reformas políticas distributivistas de curto alcance para melhorar os padrões de vida dos assalariados, mantendo-se uma postura de distanciamento e ataque aos setores mais radicalizados do movimento operário, muitas vezes influenciados pela ideologia marxista.¹

¹ Segundo Walquíria Leão Rêgo (2001, p. 34), a versão italiana do socialismo burguês não se mostrou avessa ao marxismo, pois tal ideologia apareceria “sempre como

Deve-se ressaltar que a tomada de consciência do sofrimento causado pelas expressões da “questão social” não levou os liberais a abandonar seus antigos ideais elitistas (pelo menos até a Segunda Guerra Mundial e a emergência do Estado de bem-estar social e das teorias liberais da justiça social), nos quais persiste a defesa antidemocrática de não participação dos trabalhadores na política. John Stuart Mill sustentava, por exemplo, que os assistidos pelas políticas sociais do Estado e os cidadãos que não pagavam imposto de renda não poderiam votar, assim como os analfabetos. O sufrágio universal era hipoteticamente aceito, desde que observado o fim da pobreza e da falta de educação das massas num futuro indeterminado (Losurdo, 2004, p. 31-35). Ou seja, o socialismo burguês defendido por Mill era, na verdade, essencialmente burguês, e não socialista, tendo em vista que o papel de protagonista no combate aos problemas sociais seria obra do Estado, dos proprietários e dos alfabetizados; leia-se, da burguesia letrada.

A partir do último quarto do século XIX, em uma quadra histórica na qual os trabalhadores fizeram em Paris o “assalto ao céu”, e o capital, por conta das suas contradições internas e crises econômicas, deparou-se com a exaustão do seu potencial de acumulação, a Economia Política clássica sofreu uma mutação, negando, eliminando e, contraditoriamente, conservando velhos elementos, enquanto a Economia Política transformou-se na escola marginalista (ou neoclássica) e, posteriormente, no keynesianismo,

referência fundamental no debate liberal-socialista italiano, por mais ingênua que fosse sua compreensão do marxismo”. Norberto Bobbio tem uma apreciação bem diferente sobre a relação do liberal-socialismo italiano e o marxismo, relação esta conflituosa e crítica, quase de repulsa: “(...) o socialismo liberal, em todas as suas formas, variações e enunciações, sempre se propõe como alternativa ao marxismo, do qual critica, no plano filosófico, o determinismo e o materialismo, ou seja, a negligência das forças morais que movem a história; no plano econômico, o coletivismo global; e, no plano político, o inevitável resultado despótico do Estado materialista e coletivista” (Bobbio, 2003, p. 513).

uma derivação tida por muitos como “heterodoxa” do *mainstream*, mas que manteve intacta a teoria do valor e da distribuição marginalista, bem como o método científico e os postulados morais do liberalismo.

O segundo movimento da luta hegemônica do liberalismo sobre a “questão social” limita-se a ir da direita ao centro, repudiando qualquer contato com o socialismo, isto sem falar do comunismo/marxismo. Esta movimentação cautelosa do liberalismo frente à “questão social” iniciou-se no final do século XIX com a teoria neoclássica anglo-saxã de Alfred Marshall, e teve prosseguimento no pós-Primeira Guerra com John Maynard Keynes.

Os neoclássicos inauguraram o positivismo na teoria econômica, defendendo um posicionamento ideológico neutro do teórico frente ao seu objeto. Consequentemente abandonaram as considerações éticas presentes nos economistas clássicos e deixaram de relacionar mercado e bem-estar social: o mercado, por definição matemática – segundo os teoremas de Vilfredo Pareto – conjugaria, nos seus pontos ótimos de equilíbrio, eficiência e utilidade máxima. A inclusão dos agentes nos mercados garantiria, por si só, o bem-estar geral: pobreza e desigualdade seriam geradas pela não inclusão no mercado, ou a falta de relações mercantis. Deste ponto de vista, a solução para a “questão social” seria o pleno desenvolvimento do mercado.

Alfred Marshall escreveu dois artigos importantes sobre a “questão social”: “O futuro da classe trabalhadora” (1873) e “As possibilidades sociais do cavalheirismo econômico” (1907). Neles, o autor predisps-se a dar um passo um pouco maior (do tipo lilliputiano) do que tradicionalmente faz a escola neoclássica em relação à “questão social”, buscando apontar as falhas do mercado e a necessidade tanto da atuação pontual do Estado quanto da reforma moral dos indivíduos frente aos problemas sociais. Tais críticas não têm o objetivo de propor uma ordem societária alter-

nativa, pois Marshall não deixa de reafirmar ao longo das suas principais obras os fundamentos básicos do capitalismo, como a concorrência e a propriedade privada, e atacar o socialismo como “o maior perigo no presente ao bem-estar humano” (Marshall *apud* Valadão, 2010, p. 12).

No período entreguerras, a crise orgânica do capitalismo resultou em vastos contingentes de desempregados e no aumento da pobreza absoluta e relativa. A promoção do bem-estar social por meio da liberdade econômica dos agentes mostrou-se uma falácia teórica sem comprovação empírica. Todas as hipóteses da teoria neoclássica apontavam inicialmente para uma ordem social harmônica e moralmente justa, caso os mecanismos de mercado fossem livres de qualquer intervenção externa.

A realidade insistia, teimosamente, em não se adequar aos modelos neoclássicos, evidenciando as falhas de mercado e a desigualdade entre as classes sociais. Na queda de braço entre teoria e realidade, perdeu a primeira: a teoria econômica tradicional, por força dos fatos e da disputa ideológica com teorias alternativas, foi obrigada a reconhecer os problemas científicos intrínsecos às suas formulações e corrigir certos pressupostos – dentre eles, o do desemprego voluntário. Por isso, John Maynard Keynes é considerado um “revolucionário” dentro do *mainstream* da teoria econômica.

Todo o esforço teórico de Keynes, no seu célebre livro *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (1936), foi demonstrar que o postulado da lei de Say – toda a oferta gera sua própria demanda –, que tinha como efeito o pleno emprego de todos os fatores de produção, era uma exceção, e não a regra do sistema capitalista; e, caso o sistema fosse deixado a sua própria sorte, o desemprego estrutural e a miséria das massas populares poderiam se tornar a regra.

Lord Keynes rabiscou algumas linhas sobre a sua utopia que colocaria fim aos problemas sociais e a reforma moral dos

indivíduos, que passariam a cultivar “(...) alguns dos princípios mais sólidos e autênticos da religião e das virtudes tradicionais” (Keynes, [1930] 1982, p. 162). A sua versão do socialismo burguês está presente em pequenos artigos, como “O fim do *laissez-faire*” (1926), “Possibilidades econômicas para nossos netos” (1930) e “Os meios para a prosperidade” (1933), dentre outros. Nestes textos, nota-se o alinhamento de Keynes com a concepção burguesa do mundo e a sua defesa da base econômica e jurídica do capitalismo, preservando a propriedade privada, a acumulação capitalista e o *animal spirit* dos empresários empreendedores, devendo-se provocar a lenta e gradual eutanásia dos rentistas, “sem carecer de qualquer revolução” (Keynes, [1936] 1992, p. 287). As transformações necessárias à superação da crise capitalista iniciada em 1929 deveriam permanecer circunscritas ao nível das reformas, conduzidas pelo alto por elites letradas e racionais, longe das paixões e ideologias igualitaristas das organizações da classe trabalhadora.

O marxismo é tido pelo lorde britânico como uma doutrina baseada em um livro-texto de economia “obsoleto” e “cientificamente errôneo”. No artigo “Uma breve análise da Rússia” (1926), Keynes evidencia de forma mais clara a sua opinião sobre a ideologia marxista:

Como posso adotar um credo que, preferindo a lama aos peixes, exalta o proletariado grosseiro acima da burguesia e da *intelligentsia*, que, com todas suas falhas, são o que há de melhor e carregam as sementes do que há de mais avançado nas realizações humanas? (Keynes *apud* Pereira e Almeida, 2010, p. 15).

Keynes critica qualquer tentativa de conciliação do Partido Liberal britânico com o marxismo e o comunismo (na época representados majoritariamente pelo bolchevismo), ao mesmo tempo em que defende uma aproximação do seu partido com setores moderados do Partido Trabalhista, como os socialistas e os sindicalistas. Segundo a sua avaliação, a massa de eleitores dos trabalhistas seria mal-informada, e os intelectuais da burguesia

letrada, fazendo uso aberto dos seus conhecimentos, conseguiriam cooptar parte da classe trabalhadora, aumentando o campo da hegemonia liberal. Desta forma, as reformas sociais seriam conduzidas pacífica e ordeiramente pela união entre capitalistas, intelectuais do alto estrato filosófico e trabalhadores, todos pavimentando um caminho seguro para a consolidação tranquila do capitalismo. Como diz o próprio Keynes,

É provável que as mudanças necessárias não possam ser realizadas de forma inteligente se não forem realizadas gradualmente. Devemos prever o que nos espera e ir ao seu encontro na metade do caminho. (...) Estou convencido de que isso pode ocorrer. Poderemos, então, manter as liberdades e a independência próprias de nosso atual sistema e, ao mesmo tempo, eliminar gradualmente e sem dor seus principais defeitos, à medida que for diminuindo a importância da acumulação de capital e que ela assumir (assim como os benefícios que lhe são inerentes) o justo posto no interior do sistema social (Keynes, [1937] 1982, p. 172-173).

O Estado capitalista sofreu, naqueles momentos de agudização da crise orgânica, importantes alterações em sua estrutura, pois seria responsável por desempenhar funções não previstas no *script* original do Estado mínimo: planificação indicativa da economia, políticas salarial, fiscal, monetária e sociais, implementando, neste último caso, sistemas nacionais de seguridade social alicerçados no financiamento tripartite (governo, empresas e trabalhadores). A ciência econômica, considerada axiologicamente neutra pelos neoclássicos, imiscuiu-se ativamente no mundo profano da política, propondo ações práticas de regulação dos mercados e mecanismos de promoção do bem-estar social. Neste sentido, Keynes, como um dos principais ideólogos das reformas capitalistas no entreguerras, deu um passo gigante (brobdingnagano) para o avanço do socialismo burguês no século XX.

As políticas econômicas keynesianas, a expansão mundial do fordismo e o quadro institucional de Bretton Woods, bem como a

competição com o bloco soviético, conduziram a ordem capitalista a sua era de ouro, como diria Eric Hobsbawm. O bloco histórico fordista-keynesiano, ao gerar altas taxas de crescimento econômico e de produtividade do trabalho e do capital nos *30 Anos Gloriosos*, proporcionou aumentos reais dos salários e recursos fiscais que financiavam os gastos sociais crescentes, como os sistemas universais de seguridade social. Assegurou-se, assim, as bases econômicas e financeiras do *welfare state*.

A intervenção do Estado na economia – de forma direta, como produtor e fornecedor de bens e serviços, ou indireta, através das políticas econômicas e sociais – garantiu o que os economistas chamam de círculo virtuoso keynesiano: expansão da produção, pleno emprego, aumento dos salários reais e do consumo, altas taxas de crescimento econômico e investimentos público e privado, e assim por diante. Sob o entusiasmo da era de ouro, John Kenneth Galbraith afirmou que o modo de produção capitalista estaria eliminando a exploração e as desigualdades entre classes sociais. A economia, afirmavam os teóricos burgueses, em vez de ser uma ciência lúgubre da escassez, estaria submersa no paradigma da afluência. A conjugação harmônica entre Estado e mercado, realizada nos marcos do *welfare state*, teria trazido, finalmente, aquilo que a mão invisível havia prometido, mas não cumprido: o bem-estar social. A “questão social” estaria no caminho da sua superação não mais pelo pleno desenvolvimento do mercado e a busca do autointeresse, mas pela conciliação do capital e do trabalho nos acordos coletivos do Estado de bem-estar. O socialismo burguês parecia prestes a declarar a vitória final sobre o comunismo.

Esta ilusão do desenvolvimento durou somente 30 anos no pós-Segunda Guerra Mundial (1945-1975), quando o capitalismo amargou uma nova crise orgânica. Nesse período, a ideologia neoliberal ganhou força e se tornou a ponta de lança da supremacia burguesa no final do século XX. Nos primórdios do neoliberalismo, os inte-

lectuais ligados às classes dominantes ignoraram o debate do socialismo burguês sobre a “questão social”, reafirmando a positividade das desigualdades sociais na geração de benefícios para a sociedade como um todo, e que o mercado, em algum futuro distante, iria acabar com tais desigualdades. Parecia o fim do socialismo burguês, não por meio da vitória ideológica comunista (ou proletária), mas por uma espécie de retrocesso ao liberalismo pré-1848.

A gênese, ascensão e consolidação do neoliberalismo como poder hegemônico e ditatorial da atual fase do capitalismo é o nosso tema central. Em torno dele gravitam as principais reflexões sobre o social-liberalismo, variante ideológica do neoliberalismo, que surgiu para recompor o bloco histórico neoliberal dos pequenos abalos sofridos pelo capitalismo durante a crise conjuntural dos anos 1990. As configurações contemporâneas do socialismo burguês são o objeto principal deste livro.

Dentro da literatura sobre o cruzamento entre liberalismo e socialismo, há visões um tanto quanto cândidas a respeito de um diálogo franco e honesto entre as duas tradições ideológicas, como se houvesse um projeto conjunto de classes sociais antagônicas em construir uma comunicação harmônica. De acordo com esta visão, não haveria uma disputa estabelecida entre liberalismo e socialismo pela supremacia, com choques e lutas entre as ideologias, mas sim uma tentativa de construção de um meio-termo no qual as duas concepções de mundo pudessem ter suas aspirações e interesses plenamente representados em uma suposta nova síntese. Marco Aurélio Nogueira afirma que, para se formar uma síntese virtuosa entre as duas ideologias, seria necessário haver uma série de condições:

(...) os interlocutores precisam estar qualificados não só por uma sólida convicção doutrinária, mas também pelo abandono de toda intolerância arrogante. No horizonte, um feixe de coisas compartilhadas, muita disposição política e uma enorme capacidade de criar vínculos ativos com forças sociais ativas,

deixar-se invadir por pessoas comuns, de carne e osso. Do que se trataria efetivamente numa eventual integração: de cancelar identidades em nome de uma fusão eclética, ou de reunir identidades em nome do combate a problemas comuns e da construção do progresso? Afinal, diálogo e integração só podem existir se os interlocutores tiverem consciência plena de si: uma identidade e um patrimônio a serem preservados (Nogueira, 2001, p. 19-20).

Alex Callinicos também pode ser identificado como um dos autores progressistas que acreditam na possibilidade de um “diálogo genuíno entre o marxismo clássico e o liberalismo igualitário, em outras palavras: um compromisso mútuo que não implica que alguém absorva de forma imperialista o outro” (Callinicos, 2007, p. 263-264). Quando os socialistas buscaram este objetivo, acabaram por renunciar ao marxismo e à revolução comunista, denominando-se social-democratas; quando os liberais o fizeram, nos anos 1920-1930 na Itália, com o liberal-socialismo, o resultado prático e teórico foi um fracasso, qualificado por Norberto Bobbio como um “animal quimérico” (Bobbio, 2003, p. 514), e por Carlos Nelson Coutinho como um “sorvete quente” (2002).

O objetivo principal do livro é estabelecer um marco conceitual sobre a atual hegemonia construída pela concepção do mundo burguesa em torno da “questão social”, contextualizando-a dentro da crise orgânica do capital nos anos 1970, da ofensiva neoliberal para recomposição da supremacia burguesa e da crise conjuntural capitalista dos anos 1990. Defendo uma tese oposta sobre a possibilidade de diálogos entre liberalismo e socialismo gerarem uma síntese inovadora, algo mais do que uma bizarra combinação ideológica, como diria Gramsci no trecho citado na epígrafe. Ao longo do trabalho, tentarei mostrar como o social-liberalismo opera como uma arma ideológica de neutralização político-cultural das forças adversárias, que se veem de mãos atadas (e cabeças degoladas) diante da ofensiva burguesa.

Neste sentido, deve-se destacar que recupero, em larga medida, os trabalhos organizados pela professora Lucia Neves (2005 e 2010)

em torno do neoliberalismo de terceira via. Procurei, contudo, ir um pouco além dessas reflexões, identificando a terceira via como um dos ramos particulares do social-liberalismo, e não como o conjunto da estratégia burguesa de hegemonia sobre a “questão social”. Além disso, destaco o conceito de supremacia (em vez de hegemonia), pois o neoliberalismo só conseguiu se impor como uma estratégia classista de restauração e reforma conservadora do modo de produção capitalista com o uso sistemático da força e da coerção, sem o qual não seria possível, inclusive, entendermos o seu ciclo médio de duração.

A primeira parte dedica-se a estabelecer a base teórico-metodológica do estudo sobre o neoliberalismo e sua variante ideológica, o social-liberalismo. Para isto, destaco os *Cadernos do cárcere* de Antonio Gramsci e seus conceitos de supremacia, bloco histórico, ideologia & intelectuais, crise orgânica e revoluções passivas, sem perder de vista a filiação gramsciana ao marxismo de Marx, Engels e Lenin e suas polêmicas com a Segunda e Terceira Internacionais.

A segunda parte inicia com um debate a respeito da crise orgânica do modo de produção capitalista no final dos anos 1960 e por toda a década de 1970, determinando o fim do bloco histórico fordista-keynesiano. Feito isto, busca-se uma categorização teórica das ações das classes dominantes frente ao agravamento da “questão social” no final do século XX e início do XXI e as representações ideais construídas pelos seus intelectuais, e não uma definição bem comportada do social-liberalismo. Adota-se, assim, o princípio metodológico de saturação da categoria com determinações oriundas do ser social. Para tanto, faz-se um estudo da história do projeto neoliberal de superação da crise orgânica dos anos 1970 e se analisam alguns dos principais representantes teóricos internacionais do social-liberalismo – Anthony Giddens, Alain Touraine, Joseph Stiglitz, John Williamson, Dani Rodrik e Pierre Rosanvallon –, bem como dos nacionais – André Urani,

Luiz Carlos Bresser-Pereira, Ricardo Henriques, Ricardo Paes e Barros e Cia.

Nas considerações finais, procuro trazer alguns elementos da controvérsia sobre a persistência ou derrocada do bloco histórico neoliberal e o papel do social-liberalismo na manutenção – cada vez mais provisória – do projeto reformista-restaurador da burguesia no século XXI, cuidadosamente evitando cair na armadilha de fazer, de forma apressada e imprecisa, um debate conjuntural sobre a atual crise capitalista, embora este tema venha inevitavelmente à baila.

PARTE 1

GRAMSCI E OS PROCESSOS DE CRISE E RECOMPOSIÇÃO DA SUPREMACIA BURGUESA

SUPREMACIA, BLOCO HISTÓRICO, IDEOLOGIA E CRISES NOS *CADERNOS DO CÁRCERE*

O contexto histórico: imperialismo, Estado ampliado e socialização da política

A leitura dos apontamentos carcerários de Gramsci é uma tarefa difícil para os seus estudiosos. Diversos fatores concorrem para esta dificuldade. Primeiramente, Gramsci não tinha uma biblioteca adequada ao seu dispor no sistema penitenciário, e diversas citações e referências são feitas com o recurso à sua memória, e não às fontes originais. Depois, todos os seus cadernos eram inspecionados pelos censores do regime fascista, o que o obrigava a utilizar uma linguagem cifrada, muitas vezes obscura. Em terceiro lugar, o escopo das suas reflexões é tão amplo quanto a sua cultura e inquietação, abarcando inúmeras temáticas, como política, filosofia, história, religião, filologia, economia, folclore, diplomacia e tantas outras, além da referência a personagens da história mundial e, principalmente, italiana, hoje desconhecidos. E tudo isto redigido em um método de exposição pouco refinado, elaborado sob a forma de notas fragmentadas, esparsas, rascunhadas, algumas aforísticas, e não de um texto contínuo e em formato final, revisado para publicação.

Por estes motivos, além da apropriação ligada a conjunturas políticas, sua obra tornou-se alvo de inúmeras controvérsias, algumas amenas e pontuais, outras furiosas e intrincadas. Não cabe aqui inventariar todas elas, muito menos propor uma leitura definitiva da sua obra. A dificuldade maior parece ser o estabelecimento de

um fio condutor para a leitura dos *Cadernos do cárcere*. Sem isto, o leitor poderá se perder em um labirinto de notas, datas, nomes e locais, apesar de todo o aparato crítico das suas últimas edições.

Especialistas como Carlos Nelson Coutinho, Guido Liguori, Luciano Gruppi e Lincoln Secco elegem as temáticas da política e da hegemonia como sendo o fio condutor da obra tardia do marxista sardo. Hugues Portelli, por sua vez, escolhe a categoria bloco histórico, enquanto Juan Carlos Portantiero estabelece os temas da hegemonia e da crise como uma linha vermelha que costura as observações gramscianas em uma síntese inteligível. Todos estes estudiosos constituirão nossas fontes de estudo, mas a principal referência serão os próprios *Cadernos do cárcere*. Nossa leitura tem como perspectiva o debate de Gramsci em torno da supremacia e da construção, reconstrução e possível dissolução do bloco histórico capitalista e suas fases, inauguradas a partir de eventos chamados de crise orgânica, nos quais se abrem inúmeras possibilidades históricas: a restauração e renovação da supremacia burguesa por meio das revoluções passivas, do cesarismo e da contrarrevolução, a revolução socialista ou até mesmo a destruição recíproca das forças em conflito.

O debate em torno do conceito de crise orgânica insere-se em um contexto histórico muito preciso. No último quartel do século XIX, como resultado das suas contradições intrínsecas e das lutas de classes, o modo de produção capitalista deparou-se com transformações na sua base e superestrutura. Podem-se apontar três grandes mudanças que se imbricam e formam uma nova fase histórica do capitalismo: 1) a emergência da acumulação monopolista; 2) a participação política da classe trabalhadora por meio de organizações de massas – sindicatos e partidos políticos; e 3) a maior complexidade nas funções e no aparato institucional do Estado burguês.

Uma das melhores produções teóricas sobre as modificações na acumulação capitalista no final do século XIX e início do XX

foi realizada por Vladimir Lenin. Recorre-se a *Imperialismo, fase superior do capitalismo* não somente por se tratar de uma obra de inegável valor teórico, mas também por se tratar de uma das fontes básicas do pensamento gramsciano, em especial no que tange à teoria econômica.

O imperialismo, segundo Lenin, baseia-se em cinco pontos centrais: 1) a concentração da produção e formação dos monopólios empresariais; 2) a concentração do setor bancário, a formação do capital financeiro e da oligarquia financeira; 3) a exportação de capital; 4) a partilha do “território econômico” pelas associações monopolistas internacionais; e, por último, 5) a partilha territorial das colônias pelas grandes potências mundiais.

A partir do início do século XX, a sociedade burguesa passou por profundas mudanças estruturais, radicalizando as tendências de concentração e centralização anunciadas por Marx no capítulo de *O capital* sobre a lei geral de acumulação capitalista. A transformação do capitalismo concorrencial em monopolista foi um dos elementos-chave no entendimento do imperialismo e em suas consequências mais diretas e imediatas para a luta do proletariado russo e mundial. A concentração e centralização de capital e a formação dos monopólios não significam o fim da concorrência entre os capitalistas; ao contrário, a fase monopolista do capitalismo é a sua intensificação, a superação da livre concorrência pela concorrência monopolista, eliminando-se boa parte dos pequenos e médios empreendimentos, mas conservando-se o “quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida” (Lenin, [1917] 1978, p. 594). Nas palavras do próprio autor, “(...) os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos” (Lenin, [1917] 1978, p. 641).

O segundo aspecto do imperialismo é a mudança do papel dos bancos nas economias modernas. No período do capitalismo con-

correncial, eles tinham como operação fundamental a intermediação de pagamentos, fornecendo meios de pagamento, à vista ou a prazo, para as operações financeiras. Com o processo de concentração bancária e a formação de consórcios, os bancos passam a dispor de uma enorme quantidade de capital-dinheiro, meios de produção e fontes de matéria-prima, subordinando operações comerciais e industriais, retendo importante conhecimento da situação dos clientes e controlando a oferta de crédito, agora centralizada nas mãos de poucos e gigantescos bancos, o que dá poder de decisão sobre o destino de muitas empresas. O capital bancário funde-se ao capital industrial, transformando-se em capital financeiro e dando origem à dominação da oligarquia financeira e ao aparecimento da figura do *rentier*. Neste ponto, fica claro que, para Lenin, o câmbio na base tem forte impacto na estrutura de classes sociais das potências imperialistas.

O terceiro aspecto é a formação de excedentes econômicos nos países imperialistas e sua exportação de capital na busca de lucros elevados em países periféricos. Nesse momento, temos a “criação da rede internacional de dependências e de relações do capital financeiro” (Lenin, [1917] 1978, p. 621). Em vez da simples exportação de mercadorias, que continua a existir e mesmo a crescer em volume físico e monetário, os principais países imperialistas tornam-se exportadores de capital, aumentando ainda mais a dependência econômica dos países devedores, colônias ou mesmo Estados politicamente independentes.

Impulsionadas pela lógica mercantil e pela saturação dos mercados internos de seus países, as associações do capitalismo monopolista (cartéis, sindicatos e trustes) buscam a realização do lucro e a reprodução ampliada do seu capital em mercados externos, exportando capital para a periferia do sistema. Desta forma, tem-se não só a partilha dos mercados internos, mas também do mercado mundial, agora organicamente entrelaçados (Lenin, [1917] 1978, p. 625).

O quinto e último aspecto imperialista discutido por Lenin ([1917] 1978, p. 582) é a partilha territorial do mundo pelas potências hegemônicas e colonialistas. O sistema universal de subjugação colonial é guiado pelas guerras, saques e partilha do “território econômico” conduzida por “(...) duas ou três potências rapaces, armadas até os dentes (América, Inglaterra e Japão)”.

Esse é um quadro impressionista das grandes transformações operadas na economia capitalista após o esgotamento das possibilidades históricas da fase concorrencial do capitalismo. Tais mudanças não se restringem à base do modo de produção capitalista. É preciso, de acordo com Gramsci, estar atento aos rebatimentos dessas transformações econômicas na esfera da política e como a atuação das classes corrobora ou questiona aquelas mudanças. Aliás, a sua preocupação recai sobre a dinâmica da política na era imperialista, tentando produzir uma reflexão teórica capaz de desvendar as determinações das lutas de classe nas primeiras décadas do século XX.

Progressivamente, desde pelo menos 1848, na Primavera dos Povos, os trabalhadores estabeleceram-se enquanto um sujeito histórico ativo e autônomo, lutando de forma consciente e coletiva pela superação do capitalismo e pela instauração de um novo modo de produção e sociabilidade, o socialismo. Desta forma, eles agiram enquanto classe-para-si, conseguindo arrancar e conquistar importantes concessões das classes dominantes, como os direitos políticos e os primeiros benefícios sociais. Tais conquistas começam a se materializar, de fato, no último quartel do século XIX, após os eventos da Comuna de Paris.

Com a conquista de seus direitos políticos, a classe trabalhadora organiza-se, de forma legal e institucional, em torno de uma série de organizações coletivas, como associações profissionais, clubes recreativos, cooperativas de crédito, consumo e produção, sindicatos e partidos políticos – por exemplo o Partido Social-

-Democrata Alemão (PSDA), considerado o primeiro partido de massa, com militantes voluntários e uma estrutura burocrática profissionalizada, dedicada exclusivamente às atividades políticas. O mundo da política, deste modo, deixa de ser um monopólio das classes proprietárias, que até então tinham desenvolvido uma série de mecanismos de exclusão da classe trabalhadora na política, e passa a ter seus espaços institucionalizados ocupados pelos representantes do proletariado. Por isso Carlos Nelson Coutinho (2000 e 2006a) fala em socialização ou democratização da política.

Diante do processo de socialização da política, promovido basicamente pelo ativismo político dos trabalhadores, o Estado burguês, nas sociedades ocidentais, amplia-se para além dos seus aparelhos coercitivos de dominação – polícia, forças armadas, judiciário – e incorpora, de maneira contraditória, novos e velhos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil, formando um complexo e intrincado sistema de instituições capaz de manter a ordem estabelecida por meio do consenso e da dominação, ou, em outros termos, da hegemonia e da coerção.

A técnica política moderna mudou completamente após 1848, após a expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e partidário, da formação de vastas burocracias estatais e “privadas” (político-privadas, partidárias e sindicais), bem como das transformações que se verificaram na organização da polícia em sentido amplo, isto é, não só do serviço estatal destinado à repressão da criminalidade, mas também do conjunto das forças organizadas pelo Estado e pelos particulares para defender o domínio político e econômico das classes dirigentes (Gramsci, 2002a, p. 77-78 – C13 [1932-1934], §27).

A burguesia, assim, consegue envolver, dentro de certos limites, as conquistas dos trabalhadores e erigir um Estado ampliado capaz de resistir aos abalos mais profundos das crises econômicas nacionais e mundiais. Coutinho pontua que

Esse sistema de mediações [as instituições da sociedade civil] (...) torna as crises revolucionárias nas sociedades ‘ocidentais’ um fenômeno bem mais complexo. Tais crises já não se manifestam imediatamente como resultado de crises econômicas, mesmo aparentemente catastróficas, e não impõem, portanto, uma solução rápida e um choque frontal; elas se articulam em vários níveis, englobando um período histórico mais ou menos longo. (Coutinho, 1999, p. 153)

A socialização da política e a ampliação do Estado burguês, que agora agrega instituições da sociedade civil (os aparelhos privados de hegemonia), trazem elementos inéditos que neutralizam os efeitos mais devastadores de uma crise econômica, desarmando, em certa medida, a eficácia da estratégia revolucionária da guerra de movimento nas sociedades ocidentais. Para Gramsci, após a Primeira Guerra Mundial, especialmente na década de 1920, as classes dominantes tiveram êxito na recomposição da sua supremacia, que foi seriamente abalada pelos conflitos imperialistas. Esta recomposição ocorreu por meio da reconstituição e refuncionalização do Estado, e também, deve-se acrescentar, pelas falhas na definição das táticas e estratégias da ação revolucionária do proletariado. Segundo suas interrogações no cárcere,

Como reconstruir o aparelho hegemônico do grupo dominante, aparelho que se desagregou em razão das consequências da guerra em todos os Estados do mundo? Desde logo, por que se desagregou? Talvez porque se tenha desenvolvido uma forte vontade política antagônica? Se tivesse sido assim, a questão teria sido resolvida em favor de tal antagonista. Ao contrário, desagregou-se por causas puramente mecânicas, de tipo variado: 1) porque grandes massas, anteriormente passivas, entraram em movimento, mas num movimento caótico e desordenado, sem direção, isto é, sem uma precisa vontade política coletiva; 2) porque classes médias que tiveram na guerra funções de comando e de responsabilidade foram privadas disto com a paz, ficando desocupadas justamente depois de fazer uma aprendizagem de comando etc.; 3) porque as forças antagônicas se revelaram incapazes de organizar em seu proveito esta desordem de fato (Gramsci, 2002a, p. 264-265 – C7 [1930-1931], §80).

Em uma atitude ousada e necessária para a época, Gramsci reconheceu a derrota do movimento operário e iniciou um processo de reflexão teórica a respeito dos motivos dos fracassos revolucionários do proletariado europeu. O mesmo processo de autocrítica não foi realizado anteriormente por outras correntes teóricas e políticas do socialismo e do comunismo. O movimento operário foi palco de intensos debates teóricos e disputas na condução de táticas e estratégias políticas para a transformação social. De modo esquemático, esses debates podem ser divididos em duas grandes vertentes: a reformista/revisionista da Segunda Internacional e a revolucionária da Terceira Internacional.

Os marxistas revisionistas da Internacional Socialista –, liderados por Eduard Bernstein, dirigente do Partido Social-Democrata Alemão (PSDA) –, acreditavam que o Estado, na sua essência, era um instrumento político neutro e, a depender da correlação de suas forças internas, poderia ser usado tanto pela burguesia quanto pelos trabalhadores. Quem tivesse maior capacidade de mobilização das massas populares teria, portanto, o controle da máquina estatal. Do ponto de vista da social-democracia alemã, bastava uma crescente votação do partido nas campanhas eleitorais para ocupar postos-chave do Estado, o que o colocaria a serviço do proletariado. A transição para o socialismo seria, deste modo, morosa e gradualista, sem a necessidade de uma ruptura violenta tal qual a revolução.

Do outro lado da trincheira do movimento operário, estavam os comunistas da Terceira Internacional. Após a morte de Lenin, Stalin assumiu o controle político do Estado e do Partido Comunista da URSS, o que lhe garantiu o domínio sobre a Internacional Comunista (IC). Diante da crise econômica mundial de 1929 e do início da ascensão do nazifascismo na Europa Ocidental, ele manobrou e articulou uma nova direção política para a IC, a partir da qual os partidos comunistas espalhados pelo mundo deveriam romper alianças com outros partidos que não fossem

ligados diretamente à classe operária, bem como adotar a estratégia revolucionária do assalto ao poder.

A linha política stalinista para a IC, traçada a partir do seu VI Congresso, tinha como pressuposto duas ideias motrizes: a primeira de que a social-democracia era uma espécie de irmã gêmea do fascismo, o que colocaria os comunistas frontalmente contra os reformistas; a segunda de que a estrutura do modo de produção capitalista viveria uma fase moribunda e seria iminentemente dissolvida por uma grave crise econômica. O sério abalo dos alicerces do sistema proporcionaria, segundo a IC, as condições objetivas imediatas para um ataque frontal e armado do proletariado ao poder constituído, conquistando o Estado burguês e, em uma rápida transição, o destruindo para dar lugar a novas formas de organização comunista. Em poucas palavras, a revolução comunista estaria na esquina da história, e o proletariado deveria estar pronto para assumir o poder.

A história provaria, em 1917, que a estratégia bolchevique seria vitoriosa na Rússia tsarista, abrindo uma nova etapa na história da humanidade e trazendo avanços democráticos e sociais para a classe trabalhadora. A guerra de movimento, vitoriosa em uma sociedade oriental como a antiga Rússia, mostrou-se, de acordo com os eventos políticos dos anos 1920 e 1930, um fracasso na Europa Ocidental. Gramsci (2002a, p. 255 – C6 [1930-1932], §138) chega a anotar nos *Cadernos do cárcere* que a adoção pura e simples, sem maiores mediações, da guerra de movimento pelos partidos comunistas ocidentais “só é causa de derrotas”. A mesma história, sempre contraditória, também demonstraria o fracasso da estratégia reformista dos revisionistas do PSDA na transição evolutiva (quase natural) do capitalismo para o socialismo, embora importantes conquistas sociais tenham sido arrancadas da burguesia pelo proletariado na Europa Ocidental ao longo de quase todo o século XX a partir do reformismo.

Ambas as correntes do movimento operário internacional perceberam aspectos substanciais da transformação operada pela burguesia no modo de produção capitalista nesta época. Bernstein, por exemplo, alertava que a polarização social entre burgueses no topo e proletariado na base, sem classes sociais intermediárias, não havia se concretizado tal qual Marx e Engels haviam descrito no *Manifesto do Partido Comunista*, pois estratos sociais médios estavam se formando e crescendo nas sociedades ocidentais, ocupando importantes espaços políticos institucionais.

Teóricos e líderes políticos da IC, como Lenin, Trotsky e Bukharin, mostraram-se atentos às transformações ocorridas no padrão de acumulação capitalista a partir dos seus estudos sobre o imperialismo e o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Além disso, tais transformações impactavam e eram impactadas pelas mudanças na estrutura de classes e pelos conflitos geopolíticos que terminariam por desaguar na Primeira Grande Guerra.

Uma larga bibliografia dá conta das controvérsias teóricas e políticas entre os membros das Segunda e Terceira Internacionais e as suas principais diferenças internas. Não é necessário realçá-las e debatê-las aqui. O interessante é anotar, conforme Portantiero, uma similitude *sui generis* entre as duas correntes: “o paradoxo era que revisionistas e revolucionários coincidiam por motivações antagônicas, nesta apreciação que ignorava a densidade das novas formas de dominação, a nova complexidade do fenômeno estatal” (Portantiero, 1981, p. 31).

Desde pelo menos 1895, quando Engels escreve um consagrado (e polêmico) prefácio a uma nova edição de *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, de Karl Marx, os revolucionários intuíaam que uma fase histórica do capitalismo ia ficando para trás e novos padrões de acumulação e de supremacia iam surgindo, conservando velhos elementos e trazendo à tona novas determinações econô-

micas, políticas e sociais no capitalismo. Diferentes lideranças dos trabalhadores realizaram, segundo seus próprios interesses, perspectivas e estratégias políticas, determinados traços da passagem da fase concorrencial para a monopolista, mas nenhum deles, entretanto, se preocupou atentamente ou foi capaz de revelar como se operava a recomposição da supremacia burguesa após a crise revolucionária dos anos 1910 e 1920.

A partir da nova conjuntura política dos anos 1920 e 1930 – derrotas das revoluções proletárias na Alemanha, Hungria, Itália e Áustria, ascensão do fascismo e contínua expansão do americanismo-fordista, que encontrará seu auge mundial a partir de 1945 –, Gramsci passa a ter uma postura teórica e política bem diversa daquelas duas correntes então preponderantes nos partidos socialistas e comunistas, apesar de concordar no geral com determinadas resoluções da Terceira Internacional.

Surge, então, em sua obra da maturidade, um estoque categorial inovador na tradição marxista, recolhendo o que havia de melhor nas obras dos clássicos do marxismo e também da filosofia política burguesa, dando-lhes, evidentemente, novos significados a partir do método do materialismo histórico. O objetivo de Gramsci é criar, enquanto dirigente do Partido Comunista italiano (PCI), formulações para compreender a recomposição da supremacia burguesa, a base material-institucional dessa recomposição, os motivos das derrotas operárias e, por fim, o delineamento de uma nova estratégia revolucionária comunista.

Supremacia, hegemonia e ditadura

Nos seus escritos do cárcere, Gramsci anotou que o conceito de hegemonia era uma criação de Lenin. Para ele, o dirigente russo percebeu a necessidade de formular uma nova estratégia revolucionária para o movimento revolucionário no Ocidente, enfatizando-se a guerra de posição, mas teve pouco tempo para desenvolvê-la

(Gramsci, 2002a, p. 262 – C7 [1930-1931], §16). Assim, ele vê Lenin como o revolucionário que inicia reflexões sobre o tema da hegemonia (Gramsci, 1999, p. 306 – C10 [1932-1935], §12).

Em consonância à tese de Gramsci, pode-se relembrar uma importante obra de Lenin que trata do tema da hegemonia. O livro *Que fazer?* (1902) foi escrito num período de refluxo, de “dispersão, de desagregação, de vacilação” dos dirigentes da social-democracia russa.² Enquanto o movimento de base, as reivindicações dos trabalhadores ganhavam corpo nas ruas e fábricas, os antigos dirigentes como Kritchevski e Martinov não conseguiam acompanhar, teórica (“liberdade de crítica”) e praticamente (“trabalho artesanal”), o alargamento do campo e a força de atuação que o movimento operário alcançou. Nesse período de crise e refluxo da luta operária, no qual ganhou força a fração reformista do movimento socialista, Lenin dedica-se a erigir uma organização partidária revolucionária, formada por membros resolutos, profissionais de um exército regular de assalto ao poder, umbilicalmente ligados ao movimento operário por meio de um jornal nacional e, acima de tudo, da consciência revolucionária da luta de classes. Ele enumera quatro funções primordiais do partido operário revolucionário: a organização, a agitação, a educação da classe trabalhadora e a propaganda da teoria marxista, estando todas elas agregadas em torno da luta política. Dentre estas funções, algumas atuam

² A batalha ideológica travada por Lenin em *Que fazer?* não se restringe à social-democracia russa. Nesta obra, ele volta suas baterias para o ataque às posições de Bernstein e dos reformistas em geral, que pretendem transformar a social-democracia num partido democrático de reformas sociais, dissociado do materialismo histórico, da luta de classes e da ditadura do proletariado. Os discípulos de Bernstein e os reformistas remediavam as contradições irreconciliáveis entre as classes sociais com palavras e frases ocas, “proclamando que é absurda a ideia de revolução social e da ditadura do proletariado, reduzindo o movimento operário e a luta de classes a um *trade-unionismo* estreito, e à luta ‘realista’ por reformas pequenas e graduais” (Lenin, [1902] 1977, p. 92) – movimento este chamado de “economismo”.

claramente no âmbito da hegemonia, na busca da construção de uma concepção do mundo proletária capaz de desafiar, no plano das ideologias, a dominação do bloco de poder tsarista/burguês.

A luta de Lenin contra os reformistas consistia em três frentes: 1) restabelecimento do trabalho teórico aliado à prática; 2) rebatimento das acusações da “crítica” legal; e 3) atuação enérgica “(...) contra a dispersão e as vacilações no movimento prático, denunciando e refutando qualquer tentativa de rebaixar, consciente ou inconscientemente, o nosso programa e a nossa tática” (Lenin [1902] 1977, p. 94). Evocando a autoridade do velho Engels, destaca o resgate do trabalho teórico como um dos pontos centrais do seu plano na organização do partido revolucionário na Rússia. O objetivo era a disputa da hegemonia dentro das diferentes facções do movimento operário. A falta de clareza teórica impediria a abertura de caminhos estratégicos de longo prazo para o movimento revolucionário, além da própria organização de quadros no curto prazo. É desta passagem a célebre afirmação de que “sem teoria revolucionária não pode haver também movimento revolucionário” (Lenin [1902] 1977, p. 96-97). Lenin tinha claro que os erros na formulação teórica e na análise de situações concretas implicam erros da ação política revolucionária.

Além de ajudar na superação de formas mais estreitas de atividade prática, a teoria revolucionária cumpre um papel decisivo no movimento operário: a conquista do papel de vanguarda do movimento, fracionado em diversas linhas. Somente de posse de uma teoria revolucionária pode o partido social-democrata tomar a direção do movimento operário nas suas lutas política, econômica e cultural. Em outras palavras, os militantes comunistas precisam estudar e conhecer o modo de produção capitalista, entender as leis históricas de movimento, medir a força de cada classe na luta social e política e atuar sobre a realidade, transformando-a revolucionariamente.

Apesar de sua opinião, defendo que a formulação mais profunda do conceito de hegemonia³ dentro da tradição marxista deva ser creditada ao próprio Gramsci. Por conta da centralidade desse conceito no edifício teórico gramsciano, que aparece citado inúmeras vezes nos *Cadernos*, algumas delas contraditórias entre si, existe uma intensa batalha a respeito do seu significado. Os comentadores dos seus escritos trazem para ele sentidos múltiplos, sendo alguns uma forma de neutralizar a radicalidade das proposições teóricas e políticas de Gramsci.

Na década de 1950, Giuseppe Tamburrano e Palmiro Togliatti foram pioneiros em afirmar a importância do conceito de hegemonia na obra gramsciana. Em 1958, numa importante conferência,

Togliatti afirmava que, entre os termos ‘hegemonia’ e ‘ditadura’, ‘existe uma diferença, não uma substância’ – uma vez que, se era verdade que a hegemonia se referia à sociedade civil e, portanto, era conceito ‘mais amplo’, não se devia esquecer de que, para Gramsci, a diferença entre sociedade civil e sociedade política era ‘somente metodológica, não orgânica’ (...) (Liguori, 2007, p. 208).

Na mesma linha interpretativa da conferência de Togliatti, temos o livro *O conceito de hegemonia em Gramsci*, de Luciano Gruppi. Para o autor, o conceito já estava presente na obra do líder bolchevique.⁴ Gramsci, à luz de uma realidade histórica diferente, retoma certas ideias (e práticas) de Lenin e traz novas determinações

³ Segundo Luciano Gruppi ([1978] 2000, p. 1), “o termo *hegemonia* deriva do grego *eghestai*, que significa ‘conduzir’, ‘ser guia’, ‘ser líder’; ou também do verbo *eghemonewo*, que significa ‘ser guia’, ‘preceder’, ‘conduzir’, e do qual deriva ‘estar à frente’, ‘comandar’, ‘ser o senhor’. Por *eghemonia*, o antigo grego entendia a direção suprema do exército. Trata-se, portanto, de um termo militar. Hegemônico era o chefe militar, o guia e também o comandante do exército. Na época das guerras do Peloponeso, falou-se de cidade hegemônica para indicar a cidade que dirigia a aliança das cidades gregas em luta entre si”.

⁴ Anna Di Biagio (2010) faz um competente histórico dos conceitos de hegemonia e supremacia na tradição revolucionária russa e seus impactos nos textos gramscianos.

para a teoria marxista do Estado e da revolução. Desde *L'Ordine Nuovo* e de seus estudos sobre a *Questão Meridional*, pode-se constatar a presença da noção de hegemonia, que só ganhará consistência teórica e uma formulação categorial nos *Cadernos*.

Em Togliatti e Gruppi, os escritos gramscianos são intimamente relacionados com Lenin e, em certa medida, com a Terceira Internacional, particularmente no tocante à gênese da formulação do conceito de hegemonia. Esta, aliás, é uma das teses centrais de Gruppi:

Há, certamente, uma grande analogia de mentalidade e de método entre Gramsci e Lenin; há em Gramsci aquele mesmo sentido da especificidade histórica própria de Lenin; há o sentido da concreticidade dos processos, da importância do sujeito histórico, do partido, da consciência de classe, da iniciativa política e da teoria revolucionária (Gruppi, [1978] 2000, p. 66).

De formas e graus distintos, Hugues Portelli ([1972] 2002) e Lincoln Secco (2006) também insistem que a divisão operada por Gramsci dos conceitos de hegemonia e ditadura (ou consenso e coerção), ou, mais precisamente, entre as esferas do Estado ampliado – sociedade civil e sociedade política – é metodológica e não corresponde a uma separação orgânica.

Carlos Nelson Coutinho, assim como Portelli, busca sublinhar as diferenças existentes no modo como a sociedade civil e a sociedade política operam a supremacia burguesa: enquanto a primeira privilegia o uso do consenso através dos aparelhos privados de hegemonia, a segunda privilegia a coerção por meio dos aparelhos estatais coercitivos. A novidade gramsciana não reside no debate sobre hegemonia, já abordado por Lenin, mas sim na definição dos aparelhos privados de hegemonia como espaços institucionais autônomos do Estado *stricto sensu* (Coutinho, 1999, p. 128). De todo modo, em uma importante observação, Coutinho ressalva que Gramsci cunhou o conceito de supremacia para operar de forma dialética a unidade contraditória entre hegemonia e dominação.

Embora insista sobre a diversidade estrutural e funcional das duas esferas da superestrutura, Gramsci não perde de vista o momento unitário. (...) O termo *supremacia* designa o momento sintético que unifica (sem homogeneizar) a *hegemonia* e a *dominação*, o *consenso* e a *coerção*, a *direção* e a *ditadura*. Cabe ainda recordar que, para Gramsci, essas duas funções – ou dois feixes de funções – existem em qualquer forma de Estado (...) (Coutinho, 1999, p. 130-131 – grifos originais).

Em uma chave de leitura muito próxima a de Carlos Nelson Coutinho, que valoriza num primeiro momento as diferenças entre hegemonia e coerção para, em seguida, ressaltar o caráter unitário dos métodos de supremacia, Hugues Portelli afirma que a divisão entre sociedade civil e sociedade política

(...) deve situar-se no quadro de uma unidade dialética em que consenso e coerção são utilizados alternativamente e em que o papel exato das organizações é mais fluido do que parece. Não existe sistema social em que o consentimento seja a base exclusiva da hegemonia, nem Estado em que um mesmo grupo possa, somente por meio da coerção, continuar a manter de forma durável a sua dominação (Portelli, [1972] 2002, p. 35).

E, para concluir, uma longa citação de Lincoln Secco que explica a unidade existente entre hegemonia e coerção nos cadernos gramscianos:

No universo conceitual do marxismo contemporâneo, a hegemonia é geralmente entendida como a capacidade que uma classe, uma fração ou conjunto de frações de classe, um grupo social ou mesmo um partido tem de dirigir outros segmentos sociais e eventualmente oprimir ou liquidar aqueles que não aceitam pacificamente a sua direção. Entende-se muitas vezes uma classe que é hegemônica como também dominante, ou seja, aquela que conduz toda a sociedade.

A hegemonia gramsciana é, por isso, um tipo de direção consensual sobre os que aceitam ou consentem, e inclui uma dimensão coercitiva sobre os que se recusam, ou seja, os que extrapolam os meios de oposição considerados legítimos pelo grupo hegemônico; mas essa dimensão é episódica, e, normalmente, a hegemonia se resume num tipo de dominação que é predominantemente (ainda que não inteiramente) consensual (Secco, 2006, p. 43-44).

Os comentários de Togliatti, Gruppi, Coutinho, Portelli e Secco entram em rota de colisão com interpretações liberais do conceito de hegemonia. Esta linha argumentativa foi inaugurada por Norberto Bobbio nos anos 1960, quando o jurista italiano defendeu a tese de que o conceito de hegemonia, baseado na esfera da sociedade civil, dizia respeito unicamente à direção cultural, deixando de lado o momento da força, da coerção (Bobbio, 1999, p. 67).

Esta forma de leitura prestou-se a um papel de neutralizar certos aspectos explosivos da reflexão gramsciana, que, nunca é demais lembrar, estava voltada para a práxis revolucionária comunista, incluindo-se golpes armados contra as trincheiras e casamatas do Estado ampliado burguês. Autores de corte liberal passaram a defender que a conquista da hegemonia dar-se-ia, única e exclusivamente, através da disputa de ideias, que transcorreria como um debate de intelectuais numa espécie de ágora ateniense, em que todos poderiam expor livremente suas concepções de mundo, e o mais apto no uso da retórica levaria a melhor, conquistando assim a direção intelectual-moral.

A luta de classes, tão presente para Gramsci na esfera da sociedade civil, era, deste modo, reduzida à fórmula liberal da liberdade de expressão e pensamento. Em diversas passagens dos *Cadernos*, Gramsci deixa claro que existe uma íntima ligação entre o debate das ideias e o uso da força, ou seja, hegemonia e coerção se combinam tanto na manutenção dos padrões de supremacia da burguesia e sua camarilha quanto nas práticas revolucionárias do proletariado e seus aliados.

Operando a dialética numa chave hegeliana, ao contrário do positivismo e kantismo presente na Segunda Internacional, Gramsci trabalha com duplas de conceitos que não devem ser entendidos como uma dualidade excludente, mas sim como uma unidade de contrários. Esta observação vale para diversas categorias presentes em sua obra, tais como Estado ampliado (sociedade

civil e sociedade política), bloco histórico (base e superestrutura), revolução (guerra de manobra e guerra de posição), crise orgânica (econômica e de hegemonia) e supremacia (hegemonia e ditadura, ou consenso e coerção). Dentro desta unidade de contrários, Gramsci acentuava, a depender do grau de abstração e análise da realidade, um ou outro termo, mas ambos funcionam por múltipla determinação, e não apenas por prevalência de um sobre o outro.

Especificamente sobre os padrões de supremacia das classes proprietárias, ele trata, nos *Cadernos*, de quatro temas nos quais fica explícita a forma dialética como opera a unidade entre hegemonia e ditadura. Os temas são: opinião pública, parlamento, transformismo e Estado como educador. Neles pode-se constatar que a distinção entre consenso e coerção é metodológica, pois, na realidade, as classes proprietárias se mantêm no poder enquanto classes dominantes e dirigentes, fazendo uso de ambas as formas de supremacia.

Em uma sociedade ocidental, a própria produção e difusão do consenso por meio dos aparelhos privados de hegemonia necessita do auxílio – e não somente em última instância – dos aparelhos estatais de coerção, bem como o uso da coerção demanda, em muitos casos, a coordenação com os aparelhos privados de hegemonia, que acabam por influenciar e preparar a opinião pública para determinadas incursões ditatoriais do Estado no terreno da “questão social”. É o que diz Gramsci a respeito da ação do Estado na preparação da chamada opinião pública: esta constitui um ponto de contato entre a sociedade civil e a política, entre o consenso e a força.

O que se chama de ‘opinião pública’ está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil (Gramsci, 2002a, p. 265 – C7 [1930-1931], §83).

No Caderno 13, na importante nota §37 sobre os padrões de supremacia estabelecidos durante a Revolução Francesa, com destaque para a fase jacobina, e da crise orgânica inaugurada com a Primeira Guerra, Gramsci retoma o tema da opinião pública, articulando-o ao debate sobre o Parlamento. Nesta nota, reafirma-se o caráter consensual da hegemonia burguesa, operada fundamentalmente pelos aparelhos privados da sociedade civil. Além disso, também se ressalta que a hegemonia burguesa combina tanto atividades propagandísticas quanto práticas (econômicas, político-jurídicas), estando presente na estrutura e na superestrutura.

Todavia, em tempos de crise orgânica, como a inaugurada no período do imperialismo, os partidos políticos monarquistas e/ou republicanos franceses que operavam dentro do Parlamento, bem como a rede midiática e as associações culturais das classes dominantes, se utilizaram de um amplo leque de medidas para a manutenção do capitalismo, medidas estas que incluíam consenso e força. A lista é longa, mas vale citá-la (quase) na íntegra para exemplificar como, para Gramsci, a hegemonia comporta não somente o consenso, mas também a força. Destaque-se que a lista começa com medidas de força.

Alternam-se neste processo tentativas de insurreições e repressões impiedosas; ampliação e restrições do sufrágio político; liberdade de associação e restrições ou anulações desta liberdade; liberdade no campo sindical, mas não no campo político; formas diversas de sufrágio, votos por lista ou em distritos uninominais, sistema proporcional ou individual, com as várias combinações que disso resultam – sistema de duas Câmaras ou de uma só Câmara eletiva, com vários modos de eleição para cada uma delas (...); diferente equilíbrio dos poderes (...); diferentes atribuições do chefe de governo e do chefe do Estado; equilíbrio interno diferente dos organismos territoriais (...); diferente equilíbrio entre as forças armadas alistadas e as profissionais (polícia civil e militar), com a dependência destes corpos profissionais de um ou outro órgão estatal (...); o maior ou menor papel atribuído aos costumes ou à lei escrita, pelo que se desenvol-

vem formas consuetudinárias que podem, num certo ponto, ser abolidas pelas leis escritas (em alguns países, ‘parecia’ que se haviam construído regimes democráticos, mas estes se constituíram apenas formalmente, sem luta, sem sanção constitucional, e foi fácil desagregá-los sem luta, ou quase, reconstituindo a lei escrita ou interpretando a lei escrita de modo reacionário, já que eles careciam de recursos jurídico-morais e militares); a maior ou menor discrepância entre as leis fundamentais e as normas de execução, que anulam as primeiras ou lhes dão uma interpretação restritiva; o emprego mais ou menos amplo dos decretos-leis, que tendem a substituir a legislação ordinária e a modificam em determinadas ocasiões, ‘forçando a paciência’ do Parlamento até configurar uma verdadeira ‘chantagem de guerra civil’ (Gramsci, 2002a, p. 94-95 – C13 [1932-1934], §37).

A burguesia e seus aliados não pouparam esforços em se manter como o bloco de poder dominante e, para isto, lançaram mão de recursos e táticas operacionais dos aparelhos coercitivos e de hegemonia, combinando-os dentro de uma estratégia conjunta de manutenção do bloco histórico vigente à época. Gramsci, aliás, associa recorrentemente o uso intensivo da coerção com o momento de crise hegemônica ou mesmo de crise orgânica de um bloco histórico.

O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias (Gramsci, 2002a, p. 95 – C13 [1932-1934], §37).

A hegemonia, mesmo em tempos “normais”, não prescinde do uso da força. Setores mais combativos do proletariado se recusam a aceitar a direção intelectual-moral construída pela burguesia e se mantêm contrários à hegemonia, contestando-a por meios legais e insurrecionais. Contra estes setores mais aguerridos, que não renunciam aos métodos da guerra de movimentos, combinados estrategicamente com os métodos da guerra de posição, as classes proprietárias utilizam uma série de medidas coercitivas, que variam desde a repressão explícita até formas mais sutis de privar o movimento operário das suas principais lideranças, como o transformismo.

Nos estudos sobre o *Risorgimento*, que serão tratados com mais vagar no fim do capítulo, Gramsci descreve como o bloco de poder dominante, que incluía as antigas aristocracias fundiárias e as novas frações da burguesia, operou a revolução passiva, responsável pela transformação do território politicamente fragmentado da península italiana, de base feudal, em um Estado-nação de base capitalista que conservava elementos estruturais e superestruturais da antiga ordem. Este processo foi conduzido sem a participação das massas populares, excluídas da formação da nação italiana a partir da neutralização dos partidos de base camponesa que não conseguiram formular uma concepção do mundo própria, isto é, um projeto estratégico capaz de disputar a hegemonia da sociedade italiana e atender aos interesses do seu povo, posto à margem da transformação econômica e política do país.

Esta neutralização se deu fundamentalmente pela habilidade das classes dominantes italianas em cooptar, de maneiras explícitas e/ou implícitas, mais ou menos violentas, as principais lideranças do Partido da Ação. Promoveu-se, assim, a decapitação das lideranças do movimento popular, eliminando a sua possibilidade de construir uma hegemonia tipicamente nacional-popular. A este tipo de cooptação, Gramsci deu o nome de transformismo, no qual coerção e consenso se entrelaçam.

(...) a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo. A partir da ação dos moderados, torna-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder, e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz (...). (Gramsci, 2002b, p. 63 – C19 [1934-1935], §24).

Por fim, temos as anotações de Gramsci sobre o Estado educador. Nelas, fica claro como ele trata dialeticamente os seus conceitos. Quando discute as funções educativas do Estado, estabelece nexos entre estrutura e superestrutura, sociedade civil e sociedade política e consenso e força. Inicialmente, o Estado ampliado burguês atua cada vez mais na definição das estruturas econômicas e também na consciência das classes fundamentais, com destaque para programas de capacitação da força de trabalho para novos processos produtivos. Esta função do Estado aparece nitidamente no período do taylorismo-fordismo.

Na realidade, o Estado deve ser concebido como ‘educador’ na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, também neste campo, é um instrumento de ‘racionalização’, de aceleração e de taylorização (...). (Gramsci, 2002, p. 28 – C13 [1932-1934], §11).

O comunista italiano também chama a atenção para os pontos de contato entre a sociedade civil e a sociedade política a partir das tarefas educativas do Estado. No período em que escreve, o Estado assumia progressivamente o papel de pedagogo, construindo sistemas públicos de educação e cultura; até então, a educação era um privilégio exclusivo das classes proprietárias, fosse por meio de liceus ou de instituições da Igreja. Na nota 56 do Caderno 14,

Gramsci (2004, p. 187-188) aponta que uma série de aparelhos de hegemonia – tais como teatros, bibliotecas, pinacotecas, museus, jardins zoológicos, hortos florestais etc. – não deveria ficar sob responsabilidade do setor privado, desinteressado nestes tipos de atividades dadas as suas baixas taxas de rentabilidade. Por isso, o Estado deveria crescentemente assumi-las sob a sua responsabilidade. Este movimento de ampliação do Estado é, portanto, feito em direção aos aparelhos privados de hegemonia, agora tornados estatais. Pode-se chamá-los, assim, de aparelhos estatais de hegemonia.

Além disso, o Estado estabelece elos orgânicos com organizações de caráter privado no sentido de orientar a opinião pública em favor dos interesses das classes que o dominam, dirigindo sem, entretanto, tirar a autonomia relativa das organizações de caráter voluntário. A educação, aqui entendida de forma ampla como a “pedagogia da hegemonia”, na feliz expressão de Lucia Neves, é vista como uma tarefa conjunta tanto da sociedade política dominante quanto da sociedade civil dirigente: o conformismo não é um produto natural emanado espontaneamente da sociedade civil, mas sim produto da ação consciente das classes dirigentes visando a alienação das classes subalternas. O jornalismo é igualmente apontado como uma atividade típica da sociedade civil que cada vez mais é articulada com os interesses da sociedade política burguesa (Gramsci, 2004, p. 229-230 – C6 [1930-1932], §65). Conforme escreve Gramsci,

Governo com o consenso dos governados, mas com o consenso organizado, não genérico e vago tal como se afirma no momento das eleições: o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente (Gramsci, 2002, p. 119 – C1 [1929-1930], §47).

O uso alternado e complementar dos métodos coercitivos e hegemônicos varia de acordo com o grau de consenso alcançado

pelo “Estado educador” e a correlação entre as classes fundamentais antagônicas (burguesia e proletariado). Múltiplas combinações entre hegemonia e ditadura podem existir na atuação do Estado ampliado para a manutenção da supremacia das classes dominantes. Como diz Portelli,

As relações entre hegemonia e ditadura são, na prática, menos esquemáticas: como a sociedade civil e a sociedade política no seio da superestrutura, a hegemonia e a ditadura não são totalmente separadas. A classe dirigente, mesmo em um sistema hegemônico, não dirige toda a sociedade, mas somente classes auxiliares e aliadas que lhe servem de base social, e usa a força para com as classes opositoras: a hegemonia jamais é total, e um mesmo grupo pode ser ao mesmo tempo dirigente e dominante (Portelli, [1972] 2002, p. 83).

Em síntese, retomando a linha de argumentação de Carlos Nelson Coutinho apresentada anteriormente, defende-se o conceito de supremacia como uma espécie de síntese do debate gramsciano a respeito da manutenção da ordem burguesa, que opera a partir de combinações particulares entre consenso e coerção. Ele aparece dentro de uma nota revista por Gramsci em um dos seus últimos cadernos.⁵ Deste ponto de vista, pode-se conjecturar que o conceito aparece em uma das suas formulações mais maduras. Assim, ele deixava para a posterioridade elementos para o entendimento dos padrões de supremacia burguesa que combinam hegemonia e ditadura. Nas palavras de Gramsci,

O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental

⁵ O termo supremacia também figura nas notas 200 do Caderno 6 (1930-1932) e 11 do Caderno 22 (1934), mas não como um conceito bem definido.

(esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder, e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também ‘dirigente’ (Gramsci, 2002b, p. 62-63 – C19 [1934-1935], §24).

Neste sentido, Gramsci polemizava teoricamente contra as unilateralidades de Croce e Gentile: enquanto o primeiro distinguia absolutamente a sociedade política da sociedade civil, numa chave tipicamente liberal, o segundo via tais esferas da sociedade como uma coisa só, indistinguíveis entre si (Gramsci, 1999, p. 436-437 – C6 [1930-1932], §10). No plano prático, buscava entender as determinações históricas do Estado ampliado burguês nas sociedades ocidentais, nas quais o Estado classista atua em comunhão com uma extensa rede de aparelhos privados de hegemonia, preservando as autonomias relativas das partes. A grande contradição estava no fato de que, dentro da sociedade civil, a classe trabalhadora também havia conseguido erigir uma série de instituições contra-hegemônicas. Assim, a sociedade civil era uma autêntica arena da luta de classes, comportando a presença nada pacífica de organismos reacionários, conservadores, reformistas e revolucionários, pois, enquanto uns lutavam pela conservação do bloco histórico vigente, outros lutavam pela sua superação a partir da revolução socialista.

Bloco histórico

O conceito gramsciano de bloco histórico, inspirado na obra de Georges Sorel, tem poucas aparições nos *Cadernos do cárcere*. Ele aparece principalmente nos cadernos de estudo da filosofia e do pensamento de Benedetto Croce, mas também na nota §23 do Caderno 13, relacionado ao conceito de crise orgânica.

Desde a publicação dos escritos carcerários, o conceito foi interpretado de duas formas distintas. Uma das mais usuais é a que o julga como uma formulação acerca de aliança política entre classes

sociais operadas por meio da hegemonia e do consenso, seja para a conservação da ordem vigente, seja para a transformação revolucionária. Hoje em dia, esta formulação vem sendo contestada por diversas fontes. A respeito das alianças políticas e culturais, Gramsci vale-se de conceitos como bloco social, bloco intelectual-moral e bloco ideológico. A segunda interpretação, que parece a mais fiel ao espírito dos *Cadernos*, diz respeito à articulação da estrutura e da superestrutura de uma totalidade historicamente determinada, entendida por Gramsci como uma conjunção de fatores objetivos e subjetivos, materiais e imateriais, como a economia, política, cultura, artes etc.

A análise destas afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de ‘bloco histórico’, no qual, precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais (Gramsci, 1999, p. 238 – C7 [1930-1931], §24).

Esta é a formulação mais recorrente nos *Cadernos*. “A estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (Gramsci, 1999, p. 250 – C8 [1931-1932], §182). Neste mesmo sentido, temos a nota §10 do caderno 13: “conceito de ‘bloco histórico’, isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (Gramsci, 2002a, p. 26 – C13 [1932-1934], §10).

Sob a inspiração de Croce, que valoriza os elementos ideológicos e culturais na conformação de uma sociedade, e valendo-se do conceito de bloco histórico, Gramsci se punha frontalmente contra a interpretação do marxismo como uma ciência das estruturas econômicas, que determinaria as superestruturas como um reflexo direto e mecânico da base material. Em sua concepção, o

marxismo articula a estrutura e as superestruturas a partir de determinações recíprocas entre os dois momentos do “bloco histórico”. Recorrendo às *Teses sobre Feuerbach*, ele recupera a ideia marxiana da intervenção dos sujeitos na estrutura a partir das suas concepções de mundo, dos seus interesses e projetos político-ideológicos (1999, p. 370 – C10 [1932-1935], §41). Desta forma, elementos presentes na superestrutura são capazes de interferir na dinâmica da estrutura e conferir uma nova direção à realidade, processualidade esta que não seria determinada única e exclusivamente pelas contradições entre as relações sociais de produção e o avanço das forças produtivas.

Na nota §12 do Caderno 10 (1932-1935), o conceito de bloco histórico vem acompanhado pela primeira vez de um adjetivo, neste caso, “concreto”. Um pouco mais à frente, na nota §13, Gramsci destaca novamente a historicidade do conceito, dizendo que a categoria comporta não somente a unidade abstrata do “conteúdo econômico-social” (base) com a “forma ético-política” (superestrutura), mas também como uma “reconstrução dos vários períodos históricos” (Gramsci, 1999, p. 308). Esta formulação historicista do conceito é importante para entender como o autor via a passagem da etapa concorrencial do capitalismo para a etapa monopolista, e como hoje se pode estudar a passagem da etapa fordista-keynesiana para a neoliberal.

O conceito de bloco histórico não se preocupa somente em apontar que a totalidade social é composta pela estrutura e pela superestrutura, que os elementos subjetivos têm papel importante na conformação econômica e política de uma determinada fase do modo de produção capitalista, ou mesmo de uma formação econômico-social; Gramsci busca, a partir dele, estabelecer como são construídos os laços que mantêm unidas a estrutura e a superestrutura, isto é, determinar os padrões de supremacia burguesa. Como diz Portelli,

O ponto essencial das relações estruturas-superestruturas reside, na realidade, no estudo do vínculo que realiza sua unidade.

Gramsci qualifica tal vínculo de orgânico. Ora, esse vínculo orgânico corresponde a uma organização social concreta: se considerarmos um bloco histórico, isto é, uma situação histórica global, distinguimos aí, por um lado, uma estrutura social – as classes dependem diretamente da relação com as forças produtivas – e, por outro lado, uma superestrutura ideológica e política. O vínculo orgânico entre esses dois elementos é realizado por certos grupos sociais cuja função é operar não ao nível econômico, mas superestrutural: os intelectuais (Portelli, [1972] 2002, p. 14).

Em suma, Gramsci define o conceito de bloco histórico como um sistema social que engloba uma base econômica e uma superestrutura político-ideológica. Para o seu pleno funcionamento, devem ser constituídos – e mantidos ao longo do tempo – vínculos orgânicos entre a base e a superestrutura. A construção e a manutenção desses vínculos orgânicos é tarefa de um grupo social muito particular: os intelectuais orgânicos e tradicionais a serviço da supremacia burguesa. O substrato ideal que cimenta e solda tais vínculos são as ideologias, criadas, difundidas e organizadas por diferentes tipos de intelectuais, que para ele são definidos como organizadores e gestores do consenso, da hegemonia, sempre com alguma dose de coerção e ditadura.

Ideologia e intelectuais

A questão da ideologia é um dos temas mais controversos das ciências sociais. Muitas polêmicas marcam a sua trajetória. Mesmo em tempos pós-modernos, em que se proclama o fim das ideologias, o conceito continua em plena vigência e ainda se mostra pertinente para a análise da produção e difusão das ideias voltadas tanto para a dominação quanto para a emancipação. Distintas correntes teóricas referem-se a ele e o utilizam de múltiplas maneiras. A controvérsia em torno do conceito é forte o suficiente para gerar dissidências

dentro de uma mesma tradição teórico-política, como é o caso, por exemplo, do marxismo. De Marx e Engels até Mészáros e Eagleton, passando por Lenin, Gramsci e Lukács, a polêmica em torno do conceito é a regra. Cada um, de acordo com o seu tempo histórico, se apropria do conceito de modo muito particular e que muitas vezes contradiz formulações clássicas dos fundadores do marxismo.

O conceito de ideologia não foi criado pela tradição marxista, embora tenha ganhado força para além da teoria a partir do uso que os revolucionários fizeram dele nos seus embates políticos, transportando-o para o senso comum. Sua primeira aparição remete ao tempo das revoluções burguesas, mais especificamente da Revolução Francesa. Em 1801, Destutt de Tracy, sob influência da filosofia das Luzes e dos enciclopedistas, publicou o livro *Elementos de ideologia*, no qual afirmou que o conhecimento deveria ser produzido sob o signo das percepções sensoriais dos seres humanos e ser posto à prova para uma intervenção mais qualificada no mundo. Tendo esta perspectiva prática e empirista do conhecimento, ele e seu grupo filosófico se puseram à disposição dos governantes, buscando influenciá-los nas tomadas de decisão. Napoleão Bonaparte não se sentiu confortável com esta aproximação ao seu regime e rapidamente tachou o sistema de ideias do grupo de uma “tenebrosa metafísica”, travando uma querela para desqualificá-los. A partir de então, “o termo *ideologia* – que havia surgido com sentido exaltadamente positivo – passou a ter acepção asperamente negativa. E essa acepção negativa, afinal, prevaleceu nas décadas seguintes” (Konder, 2002, p. 23 – grifo original).

A ideologia, portanto, não surgiu como algo restrito à escolástica, mas como uma forma intelectual de intervenção sobre a realidade material. Desde Napoleão, ela ficou marcada como um fenômeno negativo, mistificador, alienante, mas esta tensão entre filosofia e política não foi posta naquele momento. Desde os pensadores da Grécia Antiga até Marx e Engels, a filosofia política,

de uma forma ou de outra, versou sobre a construção da “boa sociedade”: a República de Platão, a Cidade de Deus de Santo Agostinho, a ilha da Utopia de Thomas Morus, o Contrato Social de Jean-Jacques Rousseau, o reino da liberdade de Marx e Engels. O histórico destes autores, ao se comprometerem nos debates do seu tempo, é de muita *virtù* e pouca fortuna. Desafiando de maneira subversiva os poderes estabelecidos, muitos filósofos políticos tiveram destinos trágicos. Alguns foram mortos por defenderem seus ideais, como Sócrates e Morus, outros foram presos e/ou torturados (Maquiavel e Gramsci), escravizados (Platão), exilados (Hobbes, Marx e Engels) ou condenados ao ostracismo e à indigência (Spinoza). Ou seja, a filosofia política era uma atividade perigosa, contestadora, pois os ideólogos posicionavam-se moral e politicamente diante dos seus objetos e, em diversas ocasiões, foram punidos pelos donos do poder. “(...) A sua própria prática não pode ser indiferente diante do bem e do mal, do justo e do injusto, do verdadeiro e do falso, sejam quais forem as concepções desses temas” (Boron, 2003a, p. 38).

A tensão entre ideologia e política foi reposta no alvorecer das revoluções burguesas com distintos posicionamentos de filósofos e militantes franceses: no primeiro instante, alguns enciclopedistas, armados da filosofia iluminista – que havia preparado o terreno da burguesia enquanto classe dirigente na disputa pela direção intelectual-moral da sociedade então em decomposição –, defenderam a participação dos intelectuais na política e a necessidade da teoria na transformação social como um farol que iluminaria os seres humanos em suas ações práticas. Vale frisar que, no início da revolução, os políticos acolheram de bom grado tais influências, mas, depois, repeliram a presença de influências teóricas nos palácios e câmaras de decisão, até porque já havia germinado no país as primeiras ideologias socialistas, que poderiam contaminar correntes de um iluminismo mais progressista.

A questão da ideologia em Marx e Engels

Sob tais influxos teóricos e políticos, Marx e Engels entraram no debate sobre a ideologia com as suas reconhecidas veias polêmicas. Na Alemanha da primeira metade do século XIX, as principais contendas giravam em torno de questões religiosas, sobre a existência de Deus, do Espírito Absoluto e sua relação com o Estado prussiano. As críticas a Hegel foram, na opinião de Marx e Engels, uma fraseologia oca que julgou utilizar conceitos “puros”, livres de quaisquer mediações com a realidade histórica. O ápice teriam sido alguns esclarecimentos sobre o cristianismo feitos por Ludwig Feuerbach, mas, em sua grande maioria, a filosofia alemã pós-Hegel teria se limitado a uma “charlatanice filosófica”, a um “espírito provinciano e limitado” (Marx e Engels, [1846] 1998, p. 6).

Para os autores de *A ideologia alemã*, as apreciações dos jovens hegelianos se limitaram a questões pontuais e nunca alcançaram a totalidade da obra do antigo mestre. Além disso, o debate enveveceu por um caminho estéril, sem qualquer compromisso com o processo de mudança necessário à revolução democrático-burguesa na Alemanha, concebida pelos jovens hegelianos como algo que ocorreria exclusivamente no plano das ideias, pois supunham que os grillhões que prendem a humanidade teriam sido forjados na esfera da consciência.

Nesse momento da história alemã, o debate sobre ideologia ultrapassou as fronteiras filosóficas. A vontade dos sujeitos envolvidos nesta controvérsia foi superada pela dinâmica social. Os jovens hegelianos esforçaram-se por manter as polêmicas ideológicas hermeticamente trancafiadas na *torre de marfim* dos intelectuais, mas a realidade já era outra: a filosofia encontrava-se fermentada pelos acontecimentos profanos da política e a teoria estava imiscuída com a prática, como ficou patente poucos anos mais tarde, durante o ciclo da revolução burguesa de 1848-1850.

Segundo Leandro Konder (2002, p. 30-37), a questão da ideologia surgiu na obra de Marx articulada ao debate sobre alienação a partir de meados de 1843. Estas duas questões centrais teriam perpassado todas as suas produções juvenis – *Crítica à filosofia do direito de Hegel*, *A questão judaica*, *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*, *Manuscritos econômico-filosóficos*, *A sagrada família* – até alcançar o auge em 1845-1846, com a redação das *Teses sobre Feuerbach* e *A ideologia alemã*, continuando no futuro como eixos organizadores dos seus escritos até o fim de suas vidas.

Em *A ideologia alemã*, redigido em parceria durante o exílio em Bruxelas nos anos de 1845-1846, os dois revolucionários alemães puseram-se a sistematizar suas divergências com Bruno Bauer, Ludwig Feuerbach, Max Stirner e outros, ao mesmo tempo em que expunham, pela primeira vez, suas próprias concepções sobre a história – o materialismo histórico –, contrapondo-se aos empiristas e aos idealistas. Nesta obra, que só foi publicada postumamente no início do século XX, eles se posicionaram na batalha das ideias a partir da defesa de um comunismo materialista que lutaria por uma revolução conduzida por um partido político. Tal partido atuaria em nome da massa proletária expropriada dos meios de produção e de subsistência.

Assim como havia acontecido na França revolucionária, a questão da ideologia surgiu na Alemanha intrinsecamente relacionada à luta de classes, muito embora os filósofos se autoiludissem como se tivessem uma atividade apartada da práxis. Segundo os jovens hegelianos, a práxis seria construída na consciência de cada um dos indivíduos, e não como uma prática social e coletiva da humanidade para garantir a sua reprodutibilidade física e espiritual. Marx e Engels tinham outra perspectiva. A forma de investigação e representação intelectual usada até então pelos pensadores, incluindo-se Hegel, produzia uma falsa consciência sobre a realidade, vista como produto direto de uma consciência divina, que por

vezes concede a sua graça a indivíduos especialmente escolhidos ou a seres humanos intelectualmente superdotados. Toda a tradição idealista da filosofia clássica alemã concebia o mundo – natural e social – como produto de um grande arquiteto que o havia concebido de acordo com seus próprios projetos e se desenvolvia por meio de contradições. A realidade que circunda o ser humano era representada como um produto externo aos seus interesses e utopias, sem contar com sua intervenção ativa por meio da práxis, conforme defendiam Marx e Engels.

E por que esta consciência era uma falsa consciência? Nas primeiras linhas de sua crítica a Hegel, Marx diz que a comunidade idealizada pelo filósofo como sendo o Estado burguês pós-Revolução Francesa só aparentemente era uma comunidade universal de congregação de todos os seres humanos. Na verdade, os indivíduos reais continuavam dilacerados pela contradição existente entre uma ação prática que os impeliavam para a concorrência desigual no plano econômico e um formalismo jurídico-político que postulava uma igualdade legal entre estes mesmos agentes, tornados simétricos pela cidadania moderna no lema “todos são naturalmente cidadãos e iguais perante as leis”.

A radicalização de sua crítica se deu no momento de aprofundamento dos estudos sobre a Economia Política iniciados em 1844. Com isto, Marx, junto com Engels, passou a afirmar que o verdadeiro palco da história não era o Estado, mas sim a sociedade civil burguesa. A base do capitalismo é alicerçada em relações sociais de produção (e legitimada pela propriedade privada capitalista) que desagregam os indivíduos em partículas atomizadas no mercado, produzem e reproduzem enormes desigualdades sociais e acabam por resultar – não mecanicamente – numa superestrutura ideológica alienadora, que busca justamente mascarar a origem histórica e os fundamentos econômicos, sociais e políticos das desigualdades, dominações e opressões. Portanto, “a ideologia

nasce combinando tarefas de construção do conhecimento com a missão de dissimular as tensões e divisões que marcam a sociedade em que ela se desenvolve” (Konder, 2002, p. 144).

O mesmo critério metodológico de apreciação das bases da alienação política dos sujeitos na sociedade burguesa também foi usado para a compreensão do fenômeno da ideologia. Se a superestrutura estatal tinha uma base material que a sustentava e explicava em boa medida as suas configurações, as superestruturas ideológicas também. Marx e Engels revolucionaram o modo de entendimento da produção e difusão das ideias, pois, pela primeira vez, essas atividades exclusivamente humanas foram relacionadas com a base material da produção dos meios de existência. Assim, eles demonstraram que o pensamento é constituído a partir da história das relações sociais, que por sua vez são reciprocamente influenciadas pelas ideias. Há, portanto, em sua perspectiva da totalidade, uma visível centralidade dos fenômenos estruturais (relações sociais de produção e forças produtivas) na evolução das sociedades humanas, o que nem de longe representa um determinismo econômico, pois os próprios autores salientam que as esferas das superestruturas têm uma autonomia relativa em relação à base produtiva e influenciam diretamente na arquitetura da estrutura.

Esta concepção da história, portanto, tem por base o desenvolvimento do processo real da produção, e isso partindo da produção material da vida imediata; ela concebe a forma dos intercâmbios humanos ligada a esse modo de produção e por ele engendrada, isto é, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como sendo o fundamento da história, o que significa representá-la em sua ação enquanto Estado, bem como em explicar por ela o conjunto das diversas produções teóricas e das formas da consciência, religião, filosofia, moral etc., e a seguir sua gênese a partir dessas produções, o que permite então naturalmente representar a coisa na sua totalidade (e examinar também a ação recíproca de seus diferentes aspectos) (Marx e Engels, [1846] 1998, p. 35-36).

Até então, os estudos sobre os produtos da consciência se propunham independentes das ações práticas e materiais dos homens e mulheres. A empresa humana de construção de filosofias, jurisdições, sistemas morais, produtos artísticos no decorrer da história teria sido fruto do esforço individual de “gênios” agraciados pela natureza, por Deus ou pelo Espírito Absoluto, forças transcendentais que se utilizariam dos seres humanos para cumprir seus desígnios, tornando-os objetos dos seus desejos – o que Hegel chamou de “astúcia da razão”.

Marx e Engels se propuseram não somente a denunciar o caráter idealista da filosofia clássica; eles queriam ir além e, para isto, precisavam se interrogar sobre quais eram as efetivas condições materiais que produziam este tipo de representação invertida da realidade. A única possibilidade viável para este empreendimento era estudar os diferentes modos de produção ao longo da história, tanto da produção dos meios para satisfazer necessidades básicas quanto da produção de novas necessidades, bem como dos níveis de consciência associados a esses modos de produção e classes sociais que os compõem. São estas as premissas empíricas do estudo do materialismo histórico sobre as ideologias. Conforme escrevem e, em seguida, concluem:

(...) se, em toda a ideologia, os homens e suas relações nos aparecem de cabeça para baixo como em uma câmera escura, esse fenômeno decorre de seu processo de vida histórico exatamente como a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico.

(...)

E mesmo as fantasmagorias existentes no cérebro humano são sublimações resultantes necessariamente do processo de sua vida material, que podemos constatar empiricamente e que repousa em bases materiais. Assim, a moral, a religião, a metafísica e todo o restante da ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, perdem logo toda a aparência de autonomia (Marx e Engels, [1846] 1998, p. 19).

Eles conceberam um conjunto de conceitos a respeito da produção. O conceito de divisão do trabalho surgiu como uma de suas

principais ferramentas teóricas. Relacionando-o com o estudo das diferentes formas de propriedade privada, o desenvolvimento das forças produtivas (outro conceito-chave), o aumento da população e das trocas (mercantis ou não), estabeleceu-se um histórico dos modos de produção desde a propriedade tribal até a propriedade capitalista, passando pela comunal e de Estado na Antiguidade e a feudal na Idade Média.

Na medida em que a história avançou, aprofundou-se a divisão social do trabalho. Cada período trouxe uma etapa desta divisão, que superou a anterior conservando, contudo, elementos da antiga ordem. No período feudal, a divisão do trabalho alcançou um nível tal que nele se estabeleceu a divisão entre o campo – que concentrou as atividades agrícolas – e a cidade, onde se desenvolveu embrionariamente a produção artesanal das corporações e guildas medievais, impulsionada pela acumulação de capitais pessoais dos mestres artífices. Um pouco mais à frente, ainda no período feudal, criou-se a divisão do trabalho entre cidades, em que umas se especializaram nas atividades comerciais, e outras nas produtivas.

Talvez o elemento mais importante apontado por Marx e Engels nas suas vinculações entre a base material e as superestruturas ideológicas seja a dissociação do trabalho material do trabalho intelectual na divisão social do trabalho. Antes disto, teria havido a divisão sexual e a divisão “natural” a partir de aptidões físicas. Mas quando surgiu a divisão entre trabalho material e intelectual? A partir de um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas e da especialização do trabalho, a produção humana passou a contar com um excedente material que possibilitou a desvinculação de uma quantidade limitada de membros de uma determinada comunidade da produção direta dos valores de uso que satisfazem necessidades básicas. Paulatinamente, o excedente produzido passou a ser apropriado privadamente pelos membros que detinham os meios de produção dos bens básicos, os coercitivos

e os de produção das ideias. As classes proprietárias dominavam os meios e processos de produção da riqueza e das ideologias e, com isto, se reafirmaram no topo das sociedades por intermédio da coerção e do consenso, produzido sob a forma da dominação.

Estes não eram os termos de Marx e Engels, que estavam longe de sistematizar uma teoria avançada sobre a supremacia burguesa, como fez Gramsci. É interessante notar, todavia, que surpreende a presença de pontuações – mesmo que ligeiras – sobre uma materialidade para a produção e difusão das ideologias (sem citar nenhuma instituição específica), bem como sobre a dinâmica contraditória que se estabelece no seio das classes dominantes entre indivíduos ligados à produção material e os ideólogos ativos. Ademais, eles esboçaram brevemente alguns rabiscos sobre o modo de operação das ideias revolucionárias, em especial após o assalto ao poder.⁶ Tais indicações dirigiam-se tanto aos atos da burguesia contra os senhores feudais como às ações do proletariado contra o capitalismo.

Em essência, a teorização do materialismo histórico a respeito das ideologias busca provar – lógica e historicamente – que

(...) os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante (Marx e Engels ([1846] 1998, p. 48 – grifos originais).

⁶ “Com efeito, cada nova classe que toma o lugar daquela que dominava antes dela é obrigada, mesmo que seja apenas para atingir seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade, ou, para exprimir as coisas no plano das ideias: essa classe é obrigada a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade e representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos universalmente válidos” (Marx e Engels, [1846] 1998, p. 50).

No seio das classes dominantes, também se estabeleceu aquela divisão entre trabalho material e trabalho intelectual: o que Marx e Engels chamam de ideólogos ativos são os responsáveis pela teorização e elaboração da falsa consciência que as classes dominantes têm sobre o modo de funcionamento da sociedade; o outro grupo, formado pelos membros práticos da classe, dispõe de menos tempo para sistematizar as ideias dominantes porque está relacionado à produção material na ocupação de postos de direção, tornando-se uma espécie de intelectuais receptores e passivos das teorias concebidas pelos ideólogos ativos (Marx e Engels, [1846] 1998, p. 49).

Ao apontar a divisão do trabalho material e intelectual dentro das classes dominantes, Marx e Engels desobstruem uma trilha que será retomada por Gramsci: a autonomia relativa dos intelectuais frente às classes. Eles vislumbram um vestígio da contradição que se coloca com essa divisão do trabalho, afirmando que, “dentro dessa classe, essa cisão pode mesmo chegar a uma certa oposição e a uma certa hostilidade das duas partes em questão” (Marx e Engels, [1846] 1998, p. 49). O que eles querem dizer é que nem sempre esses dois grupos internos às classes dominantes estão de acordo sobre os modelos ideais e de representação da dominação ideológica. A partir daí, pode-se concluir que a dominação ideológica não é exercida de forma homogênea pelas classes proprietárias, pois distintas frações da burguesia elaboram sistemas ideológicos que disputam a hegemonia, o que irá gerar pontos de fricção no interior das elites. De todo modo, Marx e Engels minimizam os choques internos ao bloco dominante, pois tal pluralidade ideológica da classe dos proprietários dos meios de produção não seria capaz de abalar substancialmente a estrutura (e a superestrutura) da dominação.

Com tudo isto, houve uma autonomização (sempre relativa) da consciência dos vínculos diretos da produção, o que explica a imagem que muitos intelectuais têm de si como um grupo livre

de determinantes relacionados à produção e às classes sociais. A partir da separação dos trabalhos material e intelectual dentro dos processos produtivos,

(...) a consciência pode de fato imaginar que é algo mais do que a consciência da prática existente, que ela representa realmente algo, sem representar algo real. A partir desse momento, a consciência está em condições de se emancipar do mundo e de passar à formação da teoria “pura”, teologia, filosofia, moral etc. (Marx e Engels, [1846] 1998, p. 26).

Em resumo, as formulações presentes em *A ideologia alemã* sustentam uma concepção negativa da ideologia, trabalhando com três elementos centrais, como conta Mauro Iasi:

- ideologia pressupõe uma relação de dominação, uma relação na qual a classe dominante expressa essa dominação em um conjunto de ideias;
- ideologia pressupõe inversão, velamento da realidade, naturalização das relações de dominação e, daí, sua justificação;
- ideologia pressupõe, finalmente, a apresentação de ideias e concepções de mundo particulares como sendo universais (Iasi, 2007, p. 81).

Algumas descobertas desta fase juvenil mantiveram-se em textos da maturidade, como a relação dos produtos intelectuais com a práxis humana e o entendimento da ideologia como forma de dominação dos donos dos meios de produção frente às classes produtivas. Contudo, os revolucionários alemães posteriormente deram novos contornos ao tema, que ganhou matizes enriquecedores para o entendimento dos processos de produção do conhecimento, de dominação e, é importante frisar, da insurgência (Bosi, 2010, p. 66-67).

Em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, escrito seis anos após o acerto de contas com Hegel, Marx faz uma digressão a respeito da autoridade de antigas tradições ideológicas e políticas na formulação de projetos revolucionários para os tempos que então se descortinavam após a Primavera dos Povos. Ele se perguntava como o movimento operário poderia se livrar dos fantasmas do passado

a partir da gestação de uma ideologia adequada a sua contemporaneidade, quando as burguesias europeias retomaram o controle social depois de uma série de crises revolucionárias. Em seguida, elaborou uma análise global sobre as lutas de classes na França no período anterior à ascensão de Luís Bonaparte ao poder central. Este estudo foi uma das aplicações marxianas do materialismo histórico a uma situação concreta, capaz de revelar tanto os fatores estruturais quanto uma teoria do Estado e os níveis de consciência dos grupos sociais. Em sua interpretação dos fatos políticos, Marx valorizou as percepções ideológicas e a consciência que os sujeitos históricos criaram no processo revolucionário e contrarrevolucionário, concedendo a elas um estatuto que porventura não haviam desfrutado nas obras anteriores.

Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels trabalham com uma oposição antitética entre ciência e ideologia, sendo a primeira o ápice da consciência humana sobre a história, e a segunda um véu que oculta a realidade. N' *O 18 Brumário*, ideologia e consciência não aparecem como contrários irreconciliáveis, mas sim como parte de um processo de conhecimento que comporta simultaneamente elementos mistificadores e científicos. Mas esta nova versão da sua teoria da ideologia vai além, pois reforça o que estava presente em seus primeiros textos: o poder real que as ideias possuem de alterar o concreto, que não se move independentemente das vontades dos sujeitos. O acento da análise continua posto nos condicionantes estruturais da história, encontrados na anatomia da sociedade civil, mas abre-se uma brecha para os elementos subjetivos na determinação dos rumos da história.

Segundo Michael Löwy, “é em algumas passagens do *18 Brumário* que se encontra a definição marxista mais precisa, mais concreta e mais fértil das ideologias e das visões de mundo enquanto expressão de uma classe social determinada (o conceito utilizado por Marx é o de ‘superestrutura’)” (Löwy, 2003, p. 100-101). A

avaliação de Löwy baseia-se em um longo trecho da obra na qual se discute a relação das frações da burguesia e da pequena burguesia com seus representantes ideológicos e políticos, a autonomia relativa presente entre tais grupos e os indivíduos sociais (Marx, [1852] 1978, p. 45-48). Mais uma vez, as ideologias são concebidas como produto social de uma classe, e não como criação de indivíduos isolados das relações sociais de produção e reprodução da vida humana. A novidade reside no apontamento da existência de diferentes graus dos produtos da mente humana: “impressões”, “ilusões”, “formas de pensar” e “concepções filosóficas particulares”, e tais graus aparecem dispostos de maneira crescente no sentido do valor teórico de cada um dos níveis.

Marx retoma uma fórmula já consagrada: a de que a ideologia particular de uma determinada classe se reveste de uma aparência universal no sentido de impor a sua dominação sem que as classes dominadas percebam que reproduzem o ideário da classe adversária e, desse modo, reproduzam os meios da sua própria opressão. O interessante é que ele problematiza esta intrigante operação ideológica quando anota que

(...) não se deve formar a concepção estreita de que a pequena burguesia, por princípio, visa impor um interesse de classe egoísta. Ela acredita, ao contrário, que as condições *especiais* para sua emancipação são as condições *gerais* sem as quais a sociedade moderna não pode ser salva nem evitada a luta de classes (Marx, [1852] 1978, p. 48 – grifos originais).

Ou seja, o ato de produção ideológica comporta uma autoilusão, na qual o produtor, muitas vezes, não se percebe como fabricante de uma ideologia dominante de um grupo social particular, mas sim como reproduzidor do senso comum de uma época, supondo um conhecimento livre de condicionantes sociais e políticos. Esta autoilusão é parte constitutiva da produção do conhecimento e deve ser considerada nos estudos sobre os sistemas ideológicos de dominação, não figurando como uma mera aparência edificada

conscientemente com o objetivo de mistificar a realidade. Cumpre, todavia, ir além das aparências, pois, como diz Marx,

(...) assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas devem-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade (Marx, [1852] 1978, p. 45-46).

Difícilmente os membros ativos das classes, engajados mais diretamente nos processos produtivos, mesmo que seja nas funções de controle e direção, conseguiriam dar um sentido geral às múltiplas ações concretas da classe como um todo, que não formula uma concepção global e coerente dos seus atos e interesses. Sem o poder de abstração teórica de elementos acessórios, o ideólogo ficaria preso a uma representação caótica do concreto, que se apresenta imediatamente como uma sucessão aleatória de infinitos eventos (Marx, [1857] 1982, p. 14). A concepção ideológica do papel de uma classe na sociedade é obra de um círculo de indivíduos especializados dentro da divisão social do trabalho, que se encontram – em sua maioria – relativamente distanciados dos processos produtivos. A função dos intelectuais (ou ideólogos ativos, como chamam Marx e Engels) seria justamente a de dar coerência ao conjunto de valores e ideais defendidos por uma classe, conjunto este que pode ser nomeado como *concepção do mundo*, como quer Gramsci, ou *visão (social) de mundo*.

Cada uma das classes sociais (e seus respectivos ideólogos) possui uma visão de mundo que serve de guia para as suas ações práticas na dinâmica social. As visões de mundo classistas são o ponto de partida relativo da produção das ideologias; ideologias estas que captam determinados fragmentos da realidade e iluminam certos aspectos sociais sem ter clareza de que, muitas vezes, se esquecem de analisar o todo, ou pelo menos algumas de suas contradições fundamentais. Por isto, o trabalho do intelectual está

condicionado “pelos mesmos problemas e soluções para os quais o interesse material e a posição social impelem, na prática” (Marx, [1852] 1978, p. 48), uma classe social. A este limite imposto pelos condicionamentos sociais sobre a representação ideológica da realidade, Michael Löwy (2003, p. 101) cunha o conceito de problemática intelectual ou, em outros termos, de horizonte intelectual.

Entendida desta forma mais ampla, a ideologia deixa de ter uma concepção negativa (de mistificação, de alienação) e passa a comportar níveis diferenciados de conhecimento, indo da ilusão à concepção filosófica particular. Representação de classe e valor científico não são excludentes: um autor identificado diretamente com uma classe qualquer pode fornecer uma reprodução objetiva da realidade em alguns dos seus aspectos mais importantes (Löwy, 2003, p. 102), como foi o caso dos economistas políticos clássicos no debate sobre a teoria do valor-trabalho, conforme Marx observa no livro IV de *O capital (Teorias da mais-valia)*.

Alguns anos depois da redação dos escritos políticos sobre a França, Marx voltou a falar sobre ideologia e consciência em sua crítica da Economia Política. No famoso prefácio à *Contribuição à crítica da Economia Política* (1859), os diferentes formatos que a ideologia pode assumir (direito, religião, política, arte, filosofia) são tidos como formas de consciência que os seres humanos desenvolvem a respeito de uma época histórica e que funcionam como condutores de suas práxis. As formas ideológicas e as consciências a elas associadas intervêm, portanto, na construção efetiva da realidade, que não se move como um autômato exteriorizado dos seus criadores, por mais que alguns daqueles graus de consciência invertam a realidade e coloquem o ser humano como criatura dominada “naturalmente” por seus objetos. A subjetividade de indivíduos e classes sociais é de alguma forma valorizada, fato este que não passou despercebido por Lenin e Gramsci, que se utilizaram desta concepção positiva da ideologia presente na teoria marxiana.

No posfácio à segunda edição alemã de *O capital* (1873), a teoria marxiana da ideologia enriqueceu-se com a inclusão de fatores psicológicos, morais e sócio-históricos. Após as crises econômicas e políticas do fim da primeira metade do século XIX, a economia política burguesa entrou em uma fase de decadência ideológica. Quesnay, Smith e Ricardo, além de escrúpulos morais e a vontade de modelar uma teoria científica por meio de estudos “imparciais”, escreveram em um período histórico no qual a burguesia lutava contra os interesses feudais estabelecidos e não se via ameaçada pelas “classes perigosas”; antes, tinham uma necessidade de conhecer o mais amplamente possível para destruir as raízes remanescentes da ordem feudal e estabelecer a sua supremacia de classe. O posicionamento social dos comerciantes, industriais e financistas, na época envolvidos nas revoluções burguesas, permitia que os economistas clássicos – nem sempre ligados diretamente à nova classe emergente –, conjecturassem a respeito da oposição entre lucro e salário, numa clara alusão às lutas de classes na esfera econômica. Escreve Löwy que

(...) sem dúvida alguma, estamos aqui diante de um conceito de ideologia que não tem nada a ver com a mentira, a falsificação ou a mistificação: não é a *vontade* de conhecer a verdade por parte dos clássicos que está colocada em questão, mas a *possibilidade* de conhecê-la, a partir de sua problemática e no quadro de seu horizonte de classe. Isso não impede que, no *interior* destes limites, sua busca possa produzir conhecimentos científicos importantes: a ideologia burguesa não implica a negação de toda a ciência, mas a existência de barreiras que restringem o campo de visibilidade cognitiva (Löwy, 2003, p. 109 – grifos originais).

O limite à economia burguesa chegou com a crise revolucionária entre 1830 e 1848, quando o proletariado forjou sua consciência-para-si e ameaçou a ordem burguesa com seu projeto socialista. Neste momento, os representantes ideológicos da

burguesia abandonaram a honestidade intelectual dos clássicos e criaram a economia vulgar, que posteriormente seria recuperada pelos marginalistas na sua reação à Economia Política marxista. Como diz Marx,

(...) não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contrariava ou não a ordenação policial. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu seu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética (Marx, [1873] 2003, p. 24).

A coruja de Minerva estava pronta para alçar voo, mas desta vez para trazer o conhecimento à classe proletária. A possibilidade histórica de conceber o real como uma totalidade organicamente constituída por contradições que o impelem para uma processualidade incessante fechou-se para a burguesia e seus sicofantas, que não ficam restritos aos economistas. As classes dominantes, tendo estabelecido sua supremacia frente aos antigos e novos adversários, limitou-se, a partir daí, a reproduzir com superficialidade os fenômenos da realidade, e não se falaria mais nos seus recônditos secretos. Por isso, a teoria econômica negligenciou o reino da produção, desprezando o trabalho como fonte da riqueza humana, e passou a tratar da troca e da circulação com sua teoria do valor-utilidade e dos prazeres e dores dos consumidores.

Engels, no final da vida, retomou a questão da ideologia e do materialismo histórico com uma *mea culpa*, reconhecendo que Marx e ele haviam colocado um peso excessivo nos fatos econômicos como causas determinantes da história e não tiveram nem a oportunidade nem o tempo necessários para desfazer mal-entendidos que se formaram em torno do materialismo histórico (Engels, [1890a] 1977, p. 36). De fato, eles não publicaram em vida uma obra doutrinária sobre método e

dialética. Marx chegou até a esboçar o plano de um livro sobre o tema, mas nunca o concretizou; nem mesmo o sumário resistiu à crítica roedora das ratazanas e às constantes mudanças da família Marx, que se exilava dos regimes inimigos e fugia dos credores com frequência.

De todo modo, Engels teceu valiosas sugestões a seus correspondentes – Joseph Bloch, Konrad Schmidt e Heinz Starkenburg –, como a leitura do *18 Brumário* e de dois capítulos do livro I de *O capital* (“Jornada de trabalho” e “A chamada acumulação primitiva”), trechos que encarnariam uma aplicação viva e realista da dialética nas obras de Marx, bem como a consulta aos livros *Anti-Dühring* e *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, de sua própria lavra. Engels rebateu a acusação leviana de que o materialismo histórico afirmaria a economia como o único fator de determinação causal nos modos de produção, e de que a superestrutura seria um mero reflexo da base produtiva. A estas interpretações, faltaria a dialética. Sobre o assunto, escreveu enfaticamente a Joseph Bloch em 21 de setembro de 1890:

Segundo a concepção materialista da história, o elemento determinante da história é, *em última instância*, a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu dissemos outra coisa a não ser isto. Portanto, se alguém distorce esta afirmação para dizer que o elemento econômico é o *único* determinante, transforma-a numa frase sem sentido, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos elementos da superestrutura – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, as constituições estabelecidas uma vez ganha a batalha pela classe vitoriosa; as formas jurídicas e mesmo os reflexos de todas as lutas reais no cérebro dos participantes, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as concepções religiosas e seu desenvolvimento ulterior em sistemas dogmáticos – exercem igualmente sua ação sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam de maneira preponderante sua *forma*. Há ação e reação de todos estes fatores, no seio dos quais o movimento econômico acaba por se impor como uma necessidade através da infinita multidão de acidentes (...). (Engels, [1890a] 1977, p. 34 – grifos originais).

Neste trecho, a ideia de que a sociedade civil seria o teatro da história é reafirmada, mas a economia é posta como o fator determinante da história somente em última instância. Subsistiria na dinâmica histórica a atuação de outros fatores, inclusive das superestruturas ideológicas, que influenciariam a forma dos conflitos sociais; o conteúdo, todavia, seria dado pela economia.

Na carta escrita em 27 de outubro de 1890, Engels reapresentou a ideologia a partir da velha noção de falsa consciência, relacionada a uma base econômica pouco desenvolvida no período pré-histórico, que sofre, por sua vez, um efeito derivado da representação falsa que os seres humanos têm da natureza. Ou seja, ser e consciência, base e superestrutura se retroalimentam em um processo de ação recíproca, mas com preponderância da economia.

Anotações muito parecidas são encontradas na carta de 14 de julho de 1893 endereçada a Franz Mehring, quando reafirmou o que havia redigido no final de 1890.

A ideologia é, de fato, um processo realizado conscientemente pelo assim chamado pensador, mas com uma consciência falsa. As verdadeiras forças motrizes que impulsionam esse processo permanecem desconhecidas para o pensador; de outro modo, tal processo não seria ideológico (Engels, [1893] 1977, p. 42).

A concepção negativa da ideologia reaparece, mas com o reforço da noção de que os fatores subjetivos (ideológicos) são relativamente decisivos na conformação dos modos de produção construídos ao longo da história. Como anotou Engels,

(...) a isso está relacionada esta estúpida ideia dos ideólogos: a de que, como negamos um desenvolvimento histórico independente às diferentes esferas ideológicas que desempenham um papel na história, também lhes negamos todo *efeito histórico*. A base desta ideia é uma concepção vulgar, não dialética, da causa e do efeito como polos opostos de forma rígida; é a ignorância absoluta da ação recíproca (Engels, [1893] 1977, p. 44 – grifo original).

Gramsci, ideologia e os intelectuais

Em meados do século XIX, desenvolveu-se uma camada média de funcionários do Estado tsarista russo responsáveis por uma série de funções burocráticas até então inexistentes. Este grupo de funcionários foi intitulado *intelligentsia*, pois era formado por indivíduos com educação formal, muito deles universitários – algo raro na Rússia daquela época –, o que os distanciava das massas e lhes conferia *status*, poder e uma identidade social muito própria.

O termo intelectual é uma derivação da palavra *intelligentsia*. No final do século XIX, o capitão do exército francês Dreyfuss foi sumariamente condenado sem provas por uma suposta espionagem para as forças armadas alemãs. O caso Dreyfuss, como ficou conhecido o episódio, gerou uma onda de manifestações por parte de importantes figuras públicas da vida cultural francesa. Anatole France, Émile Zola e Marcel Proust, dentre outros, assinaram um documento a favor da libertação de Dreyfuss. Este documento entrou para a história como o “Manifesto dos Intelectuais”. Desta forma, o termo intelectual se consagrou na França e marcou a sua presença na arena política do país (Beired, 1998, p. 124).

A conjuntura do início do século XX mudaria completamente a percepção do público a respeito da atuação dos intelectuais. Aliás, eles próprios entrariam em crise de identidade quanto as suas formas de intervenção na sociedade. A catástrofe da Primeira Guerra Mundial, com a destruição de milhões de vidas, e da infraestrutura urbana e industrial dos países envolvidos no confronto, trouxe o debate sobre a barbárie capitalista. Junto a ela houve a Revolução Russa de outubro de 1917, e o lema “Socialismo ou barbárie” ganhou força em todo o mundo. Os intelectuais não ficaram indiferentes. Era quase imperativo tomar partido na batalha das ideias, cada vez mais polarizada por conta das tensões advindas da política.

Frente ao desafio posto pela quadra histórica envolta em uma crise orgânica, os intelectuais eram desafiados a saírem da sua torre de marfim e abandonarem suas antigas posições. As reações foram das mais diversas. Segundo Milton Lahuerta (1998, p. 140-146), um grupo heterogêneo de expressivos intelectuais de tradição idealista reagiu ao desafio com desconfiança e permaneceu defendendo o não envolvimento (ou um envolvimento indireto) nas questões políticas e sociais mais urgentes. Julien Benda, no livro *A traição dos clérigos* (1927), pregou o distanciamento dos intelectuais da vida política, pois a paixão derivada das lutas políticas inebriaria os sentidos científicos. Ortega y Gasset, em *A rebelião das massas* (1930), afirmou textualmente que o posicionamento político do intelectual, tanto na esquerda quanto na direita, o torna um “imbecil”. Karl Mannheim, em *Ideologia e utopia* (1929), argumentou que os intelectuais são os únicos capazes de ter uma visão geral da sociedade e agrupar os principais problemas na forma de sínteses científicas, para além das particularidades das classes sociais e partidos políticos, representantes das classes e grupos sociais.

Em contraposição a este arquétipo de pensador neutro e imparcial, capaz de estudar a sociedade de um ponto de vista universal para além das lutas de classes, atitude típica do idealismo e do positivismo, havia um conjunto de intelectuais dispostos a se imiscuir e influenciar diretamente o rumo histórico via um posicionamento ético-político. Diante do avanço da barbárie capitalista, potencializada pelo surgimento do fascismo nos anos 1920, significativas frações da intelectualidade pequeno-burguesa aderiram aos partidos comunistas e radicalizaram as suas perspectivas anticapitalistas, muitas delas marcadas pelo romantismo e uma visão trágica do mundo. Um exemplo clássico disto teria sido o filósofo húngaro György Lukács (Löwy, 1998).

A trajetória de Gramsci foi diversa da desses intelectuais, tendo em vista a sua origem proletarizada do sul subdesenvolvido e

dependente da Itália. Mas o posicionamento ético-político foi o mesmo: a adesão ao Partido Comunista para a luta pelo socialismo e pela superação da barbárie capitalista. Os intelectuais que então aderiram ao movimento operário e se filiaram aos partidos comunistas acreditavam que toda produção intelectual seria diretamente influenciada pela visão social de mundo (*Weltanschauung*) do autor, que, segundo Michael Löwy, “circunscreve um conjunto orgânico, articulado e estruturado de valores, representações, ideias e orientações cognitivas, internamente unificado por uma *perspectiva* determinada, por um certo *ponto de vista* socialmente condicionado” (Löwy, 2003, p. 13 – grifos do autor). Ou seja, as produções ideológicas têm uma correspondência com a consciência de classe dos intelectuais, que expressam, em maior ou menor grau, os interesses e objetivos das classes sociais. E, mais importante, isto não é, a princípio, um impeditivo para a objetividade científica, entendida como a capacidade que um investigador tem de retratar, da forma mais realista possível, determinadas esferas da realidade social composta de fatores econômicos, políticos, culturais etc.

Diante da crise orgânica do início do século XX, constatou-se uma cisão dos intelectuais em dois grandes grupos, correspondendo, em certo sentido, à polarização encontrada no mundo da política. Cada grupo se pôs de modo distinto diante da crise: de um lado, os idealistas defenderam uma autonomia absoluta do intelectual frente os conflitos políticos, a fim de manter a sua neutralidade; do outro lado das trincheiras da sociedade civil, os revolucionários defenderam o engajamento explícito dos intelectuais nas problemáticas históricas do seu tempo a partir da inserção nos partidos políticos comunistas e socialistas.

As temáticas das ideologias, da produção da hegemonia e da contra-hegemonia e dos intelectuais são centrais nas reflexões gramscianas contidas nos *Cadernos do cárcere*, e, em larga medida, o autor retomou as teorias marxiana e engelsiana sobre ideologia,

em particular as suas concepções positivas contidas nos escritos da maturidade. Segundo Guido Liguori (2007, p. 80), as notas gramscianas relativas ao conceito de ideologia foram influenciadas por três textos de Marx e Engels: *Teses sobre Feuerbach*, “Prefácio” de 1859 e a carta de Engels a Franz Mehring de 14 de julho de 1893. Tudo indica que Gramsci teve contato com *A ideologia alemã*, hoje considerado um dos textos mais valiosos sobre o assunto. Uma ausência importante na lista de Liguori, e que é citada na nota 24 do Caderno 7, é o *18 Brumário*, uma das principais obras marxianas sobre as relações entre política e ideologia, cuja importância metodológica é ressaltada por Gramsci (1999, p. 238).

Nos *Cadernos do cárcere*, o conceito de ideologia ganha formulações negativas e pejorativas, tais como “cego fanatismo” (Gramsci, 1999, p. 333 – C10 [1932-1935], parte II, §24), ou é visto como uma contraposição à ciência (Gramsci, 1999, p. 339 – C10 [1932-1935], parte II, §30), ou ainda como um “sistema dogmático de verdades absolutas e eternas” (Gramsci, 1999, p. 206 – C11 [1932-1933], §62). Estas passagens são minoritárias no conjunto das notas sobre ideologia e não devem ser julgadas como as teorizações mais acabadas sobre a questão. Em geral, polemiza-se com as correntes teóricas que interpretam o conceito de ideologia a partir de juízos de valores negativos, o que, para Gramsci, consistiria em um erro. Em suas palavras,

O sentido pejorativo da palavra tornou-se exclusivo, o que modificou e desnaturou a análise teórica do conceito de ideologia. O processo deste erro pode ser facilmente reconstruído: 1) identifica-se a ideologia como sendo distinta da estrutura e afirma-se que não são as ideologias que modificam a estrutura, mas sim o contrário; 2) afirma-se que uma determinada solução política é “ideológica”, isto é, insuficiente para modificar a estrutura, enquanto crê poder modificá-la se afirma que é inútil, estúpida etc.; 3) passa-se a afirmar que toda ideologia é “pura” aparência, inútil, estúpida etc. (Gramsci, 1999, p. 237 – C7 [1930-1931], §19).

Com a leitura das produções dos fundadores da filosofia da práxis, e sob inspiração de *Que fazer?*, o líder do PCI recolheu contribuições que valorizavam uma concepção positiva da ideologia, isto é, que relacionavam ideologia às concepções do mundo que definem a consciência coletiva das classes sociais e que reforçam a ação recíproca entre base e superestrutura, com papel decisivo dos sujeitos que ganham consciência e lutam para transformar ou conservar a realidade como um todo. Para Gramsci, a ideologia seria parte constitutiva de todos os processos de elaboração teórica e de formação da consciência de classes e grupos sociais, constituindo-se como uma realidade das superestruturas dos modos de produção, e não uma fonte de erros ou um véu mistificador da realidade exterior ao ser humano. O próprio marxismo, entendido como uma filosofia que marca época e permite ao proletariado tomar consciência da exploração e da dominação capitalistas, é incluído no rol de ideologias. Na nota 41, item XII do Caderno 10, explicita-se um pouco mais a leitura positiva que Gramsci faz do conceito:

Para a filosofia da práxis, as ideologias não são de modo algum arbitrarias; são fatos históricos reais, que devem ser combatidos e revelados em sua natureza de instrumentos de domínio não por razões de moralidade etc., mas precisamente por razões de luta política: para tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar outra, como momento necessário da subversão da práxis. (...) Para a filosofia da práxis, as superestruturas são uma realidade (ou se tornam tal quando não são meras elucubrações individuais) objetiva e operante; ela afirma explicitamente que os homens tomam consciência da sua posição social (e, conseqüentemente, de suas tarefas) no terreno das ideologias, o que não é pouco como afirmação de realidade; a própria filosofia da práxis é uma superestrutura, é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devir (Gramsci, 1999, p. 387-388).

Nos textos gramscianos, a ideologia é acompanhada de uma família de conceitos, como linguagem, folclore, senso comum, bom

senso, religião, filosofia e, com destaque, concepção do mundo. “Cada um deles indica um conceito que não pode se sobrepor inteiramente ao outro. Mas, ao mesmo tempo, todos estes termos estão correlacionados entre si, aparecem simultaneamente. Formam uma rede conceitual que, no seu todo, desenha a concepção gramsciana de ideologia. Ideologia, filosofia, concepção do mundo, religião, senso comum etc. podem diferir segundo o grau de consciência e de funcionalidade mais ou menos mediatas em relação à práxis e à política” (Liguori, 2007, p. 91).

Com esta família de conceitos, Gramsci diferencia níveis de elaboração intelectual, estabelecendo uma espécie de hierarquia entre eles, operação já realizada por Marx em *O 18 Brumário*. As diferenças entre as ideologias não dizem respeito somente a qual classe social produziu uma determinada teoria, mas também na capacidade de sintetizar as ideias que se apresentam de forma caótica e fragmentada para as classes sociais e seus respectivos intelectuais. Na maior parte das notas do Caderno 11, o conceito de filosofia é teorizado como o ápice do trabalho intelectual, quando as ideias ganhariam um caráter unitário, coerente, cientificamente sistematizado, evitando composições bizarras entre variadas concepções do mundo, tanto do ponto de vista de classe quanto do tempo histórico, misturando-se ideologias antigas e modernas.

No patamar inferior das produções ideológicas estariam a linguagem, o senso comum e o folclore. Dentre estes três, Gramsci se refere mais, no Caderno 11, ao conceito de senso comum, que é assim descrito:

O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o “folclore” da filosofia e, como o folclore, apresenta-se em inumeráveis formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente, conforme a posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia. Quando na história se elabora um grupo social

homogêneo, elabora-se também, contra o senso comum, uma filosofia homogênea, isto é, coerente e sistemática (Gramsci, 1999, p. 114 – C11 [1932-1933], §13).

Um pouco mais acima da pirâmide intelectual construída por Gramsci está a religião, que contaria com um grau de elaboração mais refinado em relação aos primeiros estratos, em que intelectuais tradicionais se dedicariam a reunir e sistematizar representações ideológicas de cunho idealista. Mesmo assim, o pensamento religioso ainda não poderia ser considerado um sistema de ideias coeso e independente do senso comum. Em sua opinião, ela ainda recolheria elementos presentes no senso comum e, por isso, teria ligações com o patamar mais baixo do trabalho intelectual, mantendo um caráter metafísico e utópico, definido pejorativamente (Gramsci, 1999, p. 205 – C11 [1932-1933], §62).

Assim expostos, os níveis mais baixos de consciência e produção teórica – senso comum e religião – ganham uma concepção negativa, algo como uma falsa consciência, uma ideologia que inverteria a realidade de acordo com as premissas idealistas e os interesses de dominação das classes proprietárias. No topo, reinaria a filosofia, uma crítica teórica mais consistente e radical aos produtos ideológicos dos níveis inferiores de consciência. O seu *status* seria o de um “bom senso”, o inverso do senso comum (Gramsci, 1999, p. 96 – C11 [1932-1933], §12).

O caminho sugerido por Gramsci para os produtos da mente humana parece ser o da inconsciência à consciência, do momento da aceitação conformista de uma concepção do mundo advinda de outra classe social à formulação crítica de uma concepção do mundo própria que retrate subjetivamente as condições práticas e objetivas dos indivíduos da classe. Isto é, do senso comum à filosofia, passando pelo folclore e a religião. De forma geral, este é o sentido de suas formulações a respeito da ideologia, embora,

como veremos mais adiante, tais formulações não têm um caráter evolucionista tão rígido como aparentam.

No alto estrato filosófico, Gramsci aponta para uma hierarquia interna à filosofia, falando sobre “filosofias arbitrárias” e “inorgânicas”, de um lado, e “filosofia histórica” e “superior” de outro. As filosofias arbitrárias, “voluntaristas”, resultam de projetos individuais que não ganham expressão nas massas e se resumem a polêmicas muitas vezes estéreis (Gramsci, 1999, p. 111 – C7 [1930-1931], §19); elas giram em torno de projetos teóricos “para a conciliação de interesses opostos e contraditórios; a sua ‘historicidade’ será breve, já que a contradição aflora após cada evento do qual foram instrumento” (Gramsci, 1999, p. 388 – C10 [1932-1935], §41, item XII). A “filosofia ‘histórica’” seria uma expressão ideal do espírito do tempo e ganharia vida ao se sintonizar com os principais acontecimentos a partir de uma perspectiva de superação do estado de coisas, tornando-se senso comum por meio de um trabalho intelectual coletivo, levado a cabo por intelectuais orgânicos, de inovação e difusão da ideologia que expressa objetivamente as condições reais de vida do povo e as eleva ao nível de uma filosofia (Gramsci, 1999, p. 100-101 – C11 [1932-1933], §12).

De resto, a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais daquelas massas, ou seja, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social. (...) Só através deste contato é que uma filosofia se torna ‘histórica’, depura-se dos elementos intelectualistas de natureza individual e se transforma em ‘vida’ (Gramsci, 1999, p. 100 – C11 [1932-1933], §12).

Gramsci, contudo, trabalha com uma visão mais complexa – processual e contraditória – a respeito dos diferentes níveis

da ideologia e da consciência. O senso comum não seria exclusivamente equiparado a um pensamento irracional e inverídico, uma consciência falsificada sobre a realidade que ilude constantemente os homens simples; nele é possível verificar-se elementos de verdade (1999, p. 118 – C11 [1932-1933], §13), dos quais uma “filosofia histórica” deve iniciar o seu trabalho sistemático de crítica da realidade e de elevação cultural dos homens ativos da massa.

Em outra importante passagem, o comunista italiano interliga senso comum e bom senso, “filosofia científica” e “filosofia vulgar”, insistindo que o papel da filosofia é o de superar as inconsistências e irracionalidades presentes nas formulações cotidianas das massas populares, fornecendo um sólido guia teórico para as lutas práticas das classes subalternas. Todavia, admite a possibilidade de o bom senso emergir de um núcleo do senso comum, evitando-se produzir uma cisão real entre uma teoria que se pretende revolucionária e a prática dos dominados. Em suas palavras:

(...) assim se poderá perceber que tais expressões [filosofia e filosoficamente] têm um significado muito preciso, a saber, o da superação das paixões bestiais e elementares numa concepção da necessidade que fornece à própria ação uma direção consciente. Este é o núcleo sadio do senso comum, que poderia precisamente ser chamado de bom senso e que merece ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente. Torna-se evidente, assim, por que não é possível a separação entre a chamada filosofia ‘científica’ e a filosofia ‘vulgar’ e popular, que é apenas um conjunto desagregado de ideias e opiniões (Gramsci, 1999, p. 98 – C11 [1932-1933], §12).

O sentido dos intercâmbios entre os diferentes níveis da ideologia e da consciência não funcionaria somente de baixo para cima. Ideias produzidas na linguagem, no folclore, no senso comum e na religião figurariam na filosofia após uma completa reforma intelectual, que tem como objetivo dar um sentido único para fragmentos dispersos. Mas também existe um sentido inverso, de cima para

baixo, a partir do qual sistemas filosóficos deixam suas marcas em um período histórico, tornando-se parte do senso comum de uma época. A filosofia não seria somente o último patamar de uma elaboração intelectual, mas também estaria presente em maior ou menor grau nos níveis considerados inferiores, dependendo das configurações sociais de um determinado período, da capacidade que a classe social portadora dessa filosofia teria de criar um consenso em torno de sua concepção do mundo.

Por isso, Gramsci trabalha com a hipótese – relativamente frequente em suas anotações – de que dificilmente se verifica uma pureza no campo das ideologias. As diversas ideologias, produzidas por cada uma das classes sociais dentro de um modo de produção, constituiriam-se a partir de um campo de batalhas, no qual as classes e seus intelectuais lutariam por impor a sua concepção do mundo. Neste confronto incessante pela direção intelectual-moral, as ideologias acabariam por se influenciar, e a grande maioria dos envolvidos nas contendas – com destaque para os derrotados – acabaria por absorver a ideologia vencedora, que se tornaria, por seu turno, a dominante. Na verdade, haveria um hibridismo ideológico, uma espécie de heterogeneidade compósita entre diferentes ideologias na concepção do mundo dos vencidos, gerando contradições entre o agir e o pensar das classes subalternas, que se veem relativamente desarmadas para a dimensão ideológica das lutas de classes. Assim,

(...) um grupo social, que tem sua própria concepção do mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, de modo descontínuo e ocasional – isto é, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico –, toma emprestado a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que não é a sua, e a afirma verbalmente, e também acredita segui-la, já que a segue em ‘épocas normais’, ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada (Gramsci, 1999, p. 97 – C11 [1932-1933], §12).

Reconhecendo esta composição bizarra de ideologias dentro de uma concepção do mundo classista, caberia aos intelectuais orgânicos desta mesma classe fazer um balanço crítico da história de tal filosofia, tomando consciência da própria perspectiva intelectual. “O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, ‘conhecer-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer, inicialmente, essa análise” (Gramsci, 1999, p. 94 – C11 [1932-1933], §12).

Com efeito, tais elucubrações não devem ser generalizadas, pois dizem respeito à concepção do mundo proletária e ao papel da filosofia da práxis em romper a distância entre as elites intelectuais ligadas à classe trabalhadora e os homens simples. A autocrítica da concepção do mundo seria um dos primeiros passos para a classe trabalhadora ganhar relativa autonomia de seus adversários nas lutas políticas. A crítica, todavia, prosseguiria com a tarefa de eliminar os elementos estrangeiros e dar sistematicidade e organicidade à concepção do mundo proletária. Todo este árduo trabalho intelectual seria desenvolvido, de acordo com Gramsci (1999, p. 104-105 – C11 [1932-1933], §12), em organizações coletivas dos trabalhadores, em particular o partido político comunista.

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, em que teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de ‘distinção’, de ‘separação’, de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária (Gramsci, 1999, p. 103-104 – C11 [1932-1933], §12).

A conformação das ideologias seria resultado, em última instância, de um complexo processo que envolve tanto questões próprias do pensamento quanto das mediações existentes entre teoria e prática, ou melhor, entre filosofia e política. As lutas de classes influenciariam a formação das ideologias, que, por sua vez, teriam um papel decisivo nas resultantes que brotam política e socialmente dos múltiplos vetores que compõem as lutas de classes e conformam modos de produção e blocos históricos. Nunca é demais reafirmar que, para Gramsci, as determinações concretas de um bloco histórico devem ser procuradas tanto na base quanto nas superestruturas, com destaque para o papel das ideologias e dos intelectuais para construir, manter e/ou revolucionar as pontes entre os diferentes momentos da realidade.

O conceito do valor concreto (histórico) das superestruturas na filosofia da práxis deve ser aprofundado, aproximando-o do conceito soreliano de ‘bloco histórico’. Se os homens adquirem consciência de sua posição social e de seus objetivos no terreno das superestruturas, isso significa que entre estrutura e superestrutura existe um nexó necessário e vital (Gramsci, 1999, p. 389 – C10 [1932-1935], parte II, §41).

Ou seja, retomando a concepção gramsciana sobre ideologia, as fraquezas e debilidades de uma concepção do mundo só se mostram quando postas à prova no campo das batalhas das ideias; uma forma de ver a ideologia muito próxima da desenvolvida por Marx nas *Teses sobre Feuerbach*, quando afirma que “a questão de atribuir ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas sim uma questão prática. É na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade de seu pensamento” (Marx, [1845] 1998, p. 100).

A sua filosofia da práxis valoriza o poder de transformação contido nas ações humanas guiadas por ideologias (concepções do mundo) sem reduzir as lutas de classes às vontades subjetivas, pois Gramsci se coloca reiteradamente de acordo com a proposição mar-

xiana de que o homem faz a sua própria história, mas não escolhe as condições concretas nas quais desenvolve as suas ações. Uma das funções dos intelectuais seria justamente identificar, a partir de suas concepções do mundo, em qual terreno se desenrolam as lutas de classes, quais os limites e possibilidades de atuação dos sujeitos coletivos em uma época histórica.

Em carta a sua cunhada Tatiana, datada de 19 de março de 1927, isto é, no período inicial da sua detenção, Gramsci expôs o desejo de estudar quatro assuntos, sendo o primeiro a história dos intelectuais italianos; e os outros três eram a controvérsia entre neolingüísticos e neogramáticos, o teatro de Pirandello e o romance de folhetim italiano. Entre eles, havia um eixo em comum: “o espírito popular criador, em suas diversas fases e graus de desenvolvimento, está na base deles em igual medida” (Gramsci, 2005, p. 129). As anotações sobre os intelectuais, suas funções sociais e seus lugares institucionais de atuação, se comparadas, por exemplo, com os escritos sobre *Il Risorgimento*, o americanismo-fordismo e Maquiavel, são mais fragmentadas e curtas; elas são menos desenvolvidas e consistem, muitas vezes, em anotações de nomes de autores, livros e artigos de periódicos, tipicamente usados para memória e catalogação.

O tema dos intelectuais, um dos mais caros a Gramsci, ficou desenvolvido aquém da sua vontade, o que não implica que se deva abandoná-lo; ao contrário, valiosas indicações a esse respeito são encontradas nos *Cadernos*. Mas qual era o seu interesse por trás de seus estudos sobre os intelectuais e as ideologias? Segundo ele, a intelectualidade do seu país, desde o Império romano e o papado do Vaticano, mostrou-se avessa aos problemas nacionais e populares. De acordo com a configuração histórica do território italiano, os intelectuais tinham um caráter cosmopolita, voltando suas atenções para as questões europeias, palco central da atuação política das classes domi-

nantes italianas. Deixavam de lado, assim, os estudos sobre as questões locais, regionais e nacionais.

Os escritos sobre a função cosmopolita dos intelectuais italianos constituem o maior número das notas dedicadas ao tema dos intelectuais. Gramsci preocupou-se com o estudo das condições históricas que gestaram a camada intelectual dominante, a qual se manteve sistematicamente de costas para os problemas nacionais. Para tanto, ele estudou a formação do Império romano, a formação da língua e da literatura nacionais, o surgimento da burguesia italiana e das comunas medievais e sua decadência, o Renascimento, o Humanismo, a Reforma, a Contrarreforma, a influência da Igreja na vida nacional e *Il Risorgimento*.

Diversas notas tratam do distanciamento dos intelectuais italianos, formados a partir de um humanismo abstrato e um cosmopolitismo falsamente universalista, dos problemas cotidianos e nacionais do povo. Os debates sempre se constituíram em monopólio de uma casta interessada em atender os interesses das elites do país e do estrangeiro em detrimento das camadas populares. Este distanciamento era tão evidente que se expressava em vários níveis, desde os temas tratados pela intelectualidade até a língua usada (em muitos casos o latim), uma língua erudita defendida como monopólio do conhecimento pelos eclesiásticos. Assim, a Itália ficou órfã de uma vontade nacional-popular, a única força imaterial possível de consolidar um bloco social, intelectual-moral capaz de levar a cabo uma revolução transformadora em nome do interesse das massas.

Historicamente, esta função internacional foi a causa da debilidade nacional e estatal: o desenvolvimento das capacidades não ocorreu em função das necessidades nacionais, mas das internacionais; por isso, o processo de especialização técnica dos intelectuais seguiu caminhos anormais do ponto de vista nacional, já que serviu para criar equilíbrio de atividades e de ramos de atividades não de uma comunidade nacional, mas de uma

comunidade mais ampla que queria ‘integrar’ seus quadros nacionais etc. (Gramsci, 2004, p. 93-94 – C3 [1930], §118).

Neste estágio da sua reflexão, surge a questão do sujeito histórico capaz de elaborar uma vontade nacional-popular direcionada à emancipação dos laços imperialistas da exploração capitalista. Em diversas passagens dos *Cadernos*, Gramsci deixou pistas da resposta. Especificamente no Caderno 12, que congrega apontamentos para um grupo de ensaios para a história dos intelectuais, as notas §1 e §3 apontam o proletariado, em conjunto com outras classes e frações de classe, como o sujeito histórico revolucionário apto a tornar possível a formulação e concretização política de uma vontade nacional-popular emancipatória. Para isto, o bloco social contra-hegemônico deveria se organizar em torno de um partido comunista, responsável pela formação de uma camada de intelectuais com capacidades dirigentes e educativas de organização da classe trabalhadora e formação de novos consensos dentro da estratégia revolucionária. A função primordial do partido político seria

(...) a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política (Gramsci, 2004, p. 24 – C12 [1932], §1).

O intelectual de novo tipo, engajado ética e politicamente na superação da ordem burguesa, deve ser plenamente integrado à vida prática, sendo forjado nas lutas políticas dos partidos revolucionários. A sua educação deve se constituir em um misto de trabalho técnico propriamente dito com as vicissitudes do trabalho intelectual, tendo uma formação histórica, humanista e crítica. Esta foi a experiência desenvolvida por Gramsci no período do *L’Ordine Nuovo* e dos conselhos de fábrica em Turim e defendida por ele para a formação de quadros do PCI. Nos seus escritos, pode-se ler que

(...) o modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanentemente’, já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece ‘especialista’ e não se torna ‘dirigente’ (especialista + político) (Gramsci, 2004, p. 53 – C12 [1932], §3).

Apesar das aparências, emanadas da divisão social do trabalho de uma sociedade capitalista, os intelectuais não configuram um grupo social com autonomia absoluta. Segundo Gramsci, eles possuem vínculos diretos e indiretos com as classes sociais fundamentais. Suas produções são socialmente condicionadas através das concepções do mundo. Toda classe fundamental produziria o seu próprio grupo de intelectuais – os chamados intelectuais orgânicos –, cuja função principal seria a de criar uma consciência comum à classe social a qual se encontra relacionado, dando-lhe uma homogeneidade ideológica, uma concepção do mundo adequada aos seus interesses.

Em sua avaliação, todos os seres humanos pensam e, portanto, são intelectuais. O *homo faber* é indissociável do *homo sapiens*. Esta mesma assertativa também está presente na obra de Marx: basta lembrarmos a passagem de *O capital* na qual afirma que o processo de trabalho é marcado pela capacidade teleológica dos seres humanos, que pensam, idealizam um projeto antes de executá-lo na prática. Esta seria, para Marx, a principal (mas não a única) diferença do trabalho humano para as atividades animais, aquilo que distingue o pior arquiteto da melhor abelha operária, ou o tecelão da aranha. Mas é preciso advertir: nem todos os seres humanos ocupam a função de intelectual na divisão social do trabalho, e capacidades específicas devem ser desenvolvidas por meio da educação e do trabalho. Para um indivíduo se tornar um intelectual, deve dominar algumas ferramentas científicas, sem

as quais não conseguirá elaborar uma visão sistêmica, profunda e coerente da sociedade. A capacidade de elaboração intelectual em um nível filosófico não é inata: é uma habilidade desenvolvida com muito trabalho e esforço.

O intelectual é um ‘profissional’ (*skilled*) que conhece o funcionamento de suas próprias ‘máquinas’ especializadas; tem um seu ‘tirocínio’ e um seu ‘sistema Taylor’ próprios. É pueril e ilusório atribuir a todos os homens esta capacidade adquirida e não inata, do mesmo modo como seria pueril supor que todo operário manual possa desempenhar a função do maquinista ferroviário. (...) A capacidade do intelectual profissional de combinar habilmente indução e dedução, de generalizar sem cair no formalismo vazio, de transferir certos critérios de discriminação de uma esfera a outra do julgamento, adaptando-os às novas condições etc., constitui uma ‘especialidade’, uma ‘qualificação’, não um dado do senso comum vulgar (Gramsci, 2004, p. 205-206 – C24 [1934], §3).

Em uma concepção ampliada do intelectual, Gramsci entende esta figura, dentro da divisão social do trabalho, como responsável por funções organizativas no mundo da produção material e imaterial; vale dizer, da política e da cultura. No passado, em particular no período medieval, sob influência do feudalismo e da Igreja Católica, os intelectuais tradicionais foram indivíduos cultos que exerceram suas funções de forma diletante, usando e abusando de uma retórica incompreensível pela multidão e desvinculada dos interesses populares, estando a serviço das classes dominantes. Tais intelectuais são um grupo social típico dos antigos regimes que sobreviveu às revoluções burguesas. Seus representantes mais evidentes são os eclesiásticos (os clérigos), mas Gramsci destaca intelectuais tradicionais laicos, como cientistas, filósofos, administradores, médicos, aristocratas togados, entre outros.

A percepção da autonomia absoluta dos intelectuais frente às classes sociais é particularmente forte entre os intelectuais tradicionais, que se consideram altamente qualificados e portadores de conhecimentos inestimáveis para a sociedade como um todo.

Por isto, em uma atitude tipicamente corporativista (envolta em uma autoimagem universalista), tais intelectuais se colocam como membros de uma tradição antiga que se recusa a morrer e que deveria ser preservada a qualquer custo, mesmo quando ocorrem grandes transformações históricas.

Com as revoluções burguesas, a função social dos intelectuais mudou radicalmente. O seu isolamento foi questionado por todos os lados e, continuamente, eles passaram a ser cooptados pela concepção do mundo burguesa. Como muitos dos intelectuais modernos eram veiculados diretamente ao mundo da produção – como gerentes, administradores e engenheiros –, o abismo anterior existente entre prática e teoria começou a diminuir, apesar dos esforços contrários empreendidos pelos processos tayloristas e fordistas de separação do trabalho manual e intelectual.

Vale destacar que Gramsci pôs-se contra a assertativa de que as atividades manuais, mesmo as submetidas aos mais rigorosos processos de controle e vigilância do despotismo fabril (nos quais o grau de subsunção real do trabalho ao capital é imenso), eram desprovidas de uma dimensão intelectual. Todo trabalho, por mais simples, monótono e repetitivo que seja, requer algum grau de elaboração mental para ser executado de acordo com a eficiência e produtividade exigida pelos processos capitalistas de extração de mais-valia. Por isso,

(...) seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (...). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante (Gramsci, 2004, p. 18-19 – C12 [1932], §1).

Os intelectuais foram, gradativamente, assumindo papéis concretos na organização da sociedade, tanto no plano da estrutura

quanto no da superestrutura. A especialização do trabalho também alcançou o mundo das ideias, que, no presente, conta com inúmeras instituições responsáveis pela produção das ideologias, como escolas, universidades, mídias, museus, sindicatos, partidos etc. Tem-se uma enorme diversidade de intelectuais na vida moderna, e a lista fornecida por Gramsci contém vários exemplos: militares, funcionários estatais, cientistas, navegadores, juristas, linguistas, editores de jornais e revistas, diplomatas, professores e toda uma vastíssima gama de trabalhadores do Estado ampliado.

Apesar da crescente inserção dos intelectuais na vida material, eles operariam suas novas funções sociais a partir das superestruturas político-ideológicas tanto na sociedade civil quanto na sociedade política. Gramsci identificou-os como “funcionários” das duas esferas que conformam o Estado ampliado, atuando como promotores da hegemonia via convencimento e coerção. Neste caso particular, os intelectuais são vistos como funcionários subalternos das classes dominantes. Como diz Gramsci nesta importante passagem,

Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) o consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. Esta colocação do problema tem como resultado uma ampliação muito grande do conceito de intelectual, mas só assim se torna possível chegar a uma aproximação concreta da realidade (Gramsci, 2004, p. 21 – C12 [1932], §1).

Gramsci, todavia, apontou para a contradição existente nesse grupo social. Os intelectuais não se resumem a atuar somente como funcionários subalternos das classes dominantes; a depender de suas escolhas ético-políticas, eles podem vir a ter um papel de funcionários destacados das classes subalternas, atrelando-se aos seus organismos coletivos; podem atuar tanto nas trincheiras e casamatas da supremacia burguesa quanto na contestação proletária em momentos de estabilidade social ou de crise orgânica.

(...) a análise de Gramsci detém-se na demonstração do papel – conservador ou transformador – do intelectual como figura que organiza a cultura e os homens; que articula o centro do aparelho estatal de poder com o restante do corpo social; e que ao produzir ideologia fornece consciência e homogeneidade às classes que representa (Beired, 1998, p. 127).

Crise orgânica

O *crash* da Bolsa de Valores de Nova York é tido como um dos marcos principais da crise capitalista do final da década de 1920. As imagens de executivos de *Wall Street* pulando do alto dos prédios impactaram a opinião pública de tal forma que seu início seria posteriormente identificado com a fatídica quinta-feira de 24 de outubro de 1929, e o aspecto financeiro sobressairia em relação aos outros, como o político e o cultural. A Grande Depressão, todavia, deita raízes profundas que remontam a períodos passados, e suas causas têm uma explicação multidimensional. O fim dos conflitos militares da Primeira Guerra Mundial significou o início de transformações na ordem capitalista. Uma série de eventos históricos data dessa época, constituindo um rico quadro de referências para o entendimento da crise.

Em primeiro lugar, no plano das relações internacionais, houve a decadência da hegemonia mundial do Império britânico. O resultado foi a ausência de um *hegemon* mundial, já que nenhum país assumiu esse papel. Nesse período, os Estados Unidos hesita-

ram em promover uma política externa mais ativa. Intimamente ligado à decadência do *hegemon* britânico, está o fim do padrão ouro-libra. Ao longo de toda a década de 1930, os principais países capitalistas da América do Norte e Europa abandonaram esse padrão, fazendo com que as taxas de câmbio se tornassem voláteis, impactando negativamente nas trocas internacionais.

Em segundo lugar, o liberalismo, enquanto expressão ideológica dos interesses das classes dominantes, desmoronou como um castelo de cartas. No plano político, os antigos valores e práticas liberais, os governos constitucionais respaldados por eleições livres e os direitos civis elementares, sumiram do mapa para dar lugar aos governos autocráticos. No plano da economia, as primeiras medidas tomadas pelos governos durante a crise, ainda sem uma teoria geral a lhes guiar o caminho, iam na direção contrária à do liberalismo. A estagnação dos fluxos econômicos e financeiros internacionais obrigou-os a romper com o livre-cambismo e a adotar medidas protecionistas de seus mercados internos, estimulando a produção das indústrias nacionais em detrimento da importação de produtos estrangeiros. É nessa época que os países periféricos, tais como o Brasil da Era Vargas, adotam modelos nacionalistas de industrialização.

A paz relativa experimentada pelo sistema capitalista começou a ruir no último quarto do século XIX. A expansão econômica da Alemanha, baseada no capitalismo financeiro, impulsionou este país para a corrida colonial com o objetivo de conquistar mercados consumidores externos e fontes confiáveis de matérias-primas estratégicas. Inglaterra, França, Bélgica e outros países europeus já tinham sólidas posições colonialistas, e a Alemanha encontrou barreiras para consolidar seu projeto imperialista. A guerra era uma questão de tempo, e ela eclodiu no início do século XX. A Primeira Guerra Mundial foi o ápice do desmoronamento de todas as principais instituições da sociedade capitalista do século

XIX. O sistema seria obrigado a reinventar as suas instituições políticas e econômicas, nacionais e internacionais. Esta tentativa, contudo, não se deu automaticamente, pois os principais sujeitos históricos demoraram cerca de uma década para perceber que o mundo, tal qual eles conheceram antes da guerra, não mais existia, e a simples reconstrução do mercado autorregulável, do sistema de equilíbrio de poder, do Estado liberal e do padrão monetário mundial baseado no ouro e na libra esterlina nada mais era do que uma relíquia do passado.

Segundo Karl Polanyi, a década de 1920 foi marcada pelo signo do conservadorismo e da restauração. Diante das revoluções socialistas, os grupos sociais dominantes reagiram com uma tentativa desesperada pelo retorno ao século XIX. Todos ainda estavam presos aos fantasmas do passado, às instituições clássicas do capitalismo ocidental: livre mercado, o Estado guarda-noturno, o padrão ouro-libra e o Concerto da Europa. De uma forma ou de outra, a agenda política conservadora baseou-se na restauração dessas quatro instituições, mas o centro gravitacional da política girou em torno do restabelecimento do padrão monetário internacional. “Na verdade, a essencialidade do padrão ouro para o funcionamento do sistema econômico internacional da época era o dogma primeiro e único comum aos homens de todas as nações, de todas as classes, de todas as religiões e filosofias sociais” (Polanyi, [1944] 2000, p. 42). A causa principal da crise do entreguerras, em geral, e da Grande Depressão, em particular, residiu, na opinião de Polanyi, no colapso do sistema monetário mundial baseado na *City* londrina. Com a impossibilidade da sua restauração, bem como das lutas sociais contra os moinhos satânicos do capitalismo, a utopia do mercado autorregulável ruiu, e com ela toda a sua superestrutura institucional política nacional e internacional.

Diante da crise, as mudanças na economia não se limitaram às políticas econômicas estatais. Elas atingiram a própria base mate-

rial de produção. Nos Estados Unidos, surgiram novos processos de trabalho na indústria automobilística, que mais tarde seriam sugestivamente chamados de fordismo. Henry Ford implementou processos de produção que intensificavam o ritmo da jornada de trabalho dos operários a partir da parcialização das tarefas, do controle do tempo das tarefas e da instalação de linhas de produção com esteiras mecânicas.

Nesta mesma época, a crença no livre mercado, diante da recessão mundial e do desemprego estrutural involuntário, foi destruída, e de suas ruínas surgiu o planejamento econômico, então em voga nos planos quinquenais da ex-URSS. O Estado passaria a ser mais presente na economia, com preocupações sociais de manutenção da ordem política não mais somente pela via da repressão, mas pela promoção de políticas de pleno emprego e viabilização de sistemas básicos de proteção social, como previdência, saúde e assistência social, que viriam a ser o tripé da seguridade social do *welfare state*.

Em linhas gerais, dois novos padrões de intervenção estatal na “questão social” surgiram à época. Nos Estados Unidos, o presidente Roosevelt capitanearia um novo contrato social chamado de *New Deal*. A situação socioeconômica dos EUA na década de 1930, sob qualquer ângulo, demonstrava uma contínua degradação: queda de 35% na produção industrial e 25% da força de trabalho desempregada (na época, mais de 12 milhões de trabalhadores). Diante deste quadro de tragédia social, a gestão Roosevelt tomou diversas medidas no sentido de conter a crise: cartelização das indústrias para segurar os preços, controle dos preços agrícolas, programas públicos para geração de empregos e pensões para idosos e desempregados. O fato é que a economia estadunidense só foi reativada com a expansão da atividade industrial decorrente dos esforços de guerra (Teixeira, 1999, p. 178), mas as medidas do *New Deal* foram importantes para conter a trajetória de queda econômica, impedindo que a situação sociopolítica do país se des-

dobrasse para uma crise de hegemonia que, para Gramsci (2004, p. 165 – C8 [1931-1932], §89), não ocorreu.

Na Alemanha, após a queda da República de Weimar e as humilhações derivadas do Tratado de Versalhes, que só fizeram exacerbar o nacionalismo teutônico, surgiu o regime fascista liderado pelo partido nazista de Adolf Hitler. Segundo Ernest Mandel (1976), o núcleo da atuação política do regime nazifascista pode ser resumido em cinco pontos fundamentais: 1) regime político autoritário que recorre ao uso irrestrito da força e da coerção para reversão da crise estrutural. O seu alvo principal são as lideranças e as bases do movimento operário; 2) caráter classista do Estado e defesa dos interesses do grande capital (principais medidas tomadas pelos Estados fascistas: economia de guerra com planejamento centralizado; concentração e acúmulo de capital; retomada dos lucros; congelamento dos salários); 3) mesmo operando para efetivar os interesses dos grandes capitais monopolistas, os regimes fascistas têm como dirigentes membros de outras classes sociais que não a alta burguesia. Esta fica excluída, de forma direta, da composição do comando do poder político; 4) movimento de massas para atomizar e desmobilizar as organizações da classe trabalhadora; 5) a base social do movimento de massa fascista é a pequena burguesia, pauperizada pela crise estrutural e sem perspectivas futuras de ascensão social (nacionalismo xenófobo, antisemitismo, retórica demagógica anticapitalista).

Surgem, desta forma, novas configurações do bloco histórico capitalista. As medidas tomadas pelas classes dominantes defendiam reformas diante da crise estrutural, operadas tanto na estrutura quanto na superestrutura por meio das revoluções passivas do americanismo-fordismo nos Estados Unidos e do fascismo na Europa Ocidental. É neste contexto que Gramsci teoriza a crise orgânica.

A crise de 1929 e a grande depressão da década de 1930 formaram um terreno fértil para as interpretações marxistas. Desde os escritos

de Marx, as crises capitalistas são vistas como fenômenos intrínsecos ao modo de produção capitalista, e não como uma deformação da sua natureza. Em *O capital*, ele aponta diversos elementos para essas crises: a anarquia social da produção, os movimentos do valor, a contradição forças produtivas *versus* relações sociais de produção, o subconsumo, a superprodução e a tendência da queda da taxa de lucro (Mandel, 1990, cap. XXV). Mas, sobretudo, a análise marxiana sobre as crises engloba outros aspectos da realidade para além das variáveis econômicas, como as políticas e sociais.

Marx não deixou uma teoria geral da crise, prevista para o sexto livro do seu projeto de crítica da Economia Política. Este foi um dos motivos para a polêmica a respeito dos múltiplos determinantes das crises no capitalismo que se formou entre os marxistas. Segundo Elmar Altvater, surgem, na década de 1920, dois paradigmas marxistas sobre a crise: “o de uma estabilidade substancial do desenvolvimento capitalista com base na organização da economia e na progressiva estatização da sociedade, e o da desestabilização da economia e da sociedade na fase da ‘crise geral do capitalismo’” (Altvater, 1987, p. 81). Ambos tinham nítidas imbricações com as práticas de cada agrupamento político.

A figura central do primeiro paradigma é o social-democrata austríaco Rudolf Hilferding, que sustenta a tese de que a racionalização empresarial da produção, o intervencionismo do Estado na economia e o estreitamento dos vínculos daquele com a burguesia apontam para o capitalismo organizado, por isso os efeitos das crises seriam amenizados e não levariam à *débâcle* final do capitalismo. O fim do capitalismo não seria resultado, portanto, de uma crise terminal espetacular, mas sim de uma estratégia reformista do proletariado organizado em torno de partidos políticos social-democratas. A transição para o socialismo seria pacífica, lenta e gradual, sem a necessidade de uma ruptura violenta como a revolução bolchevique.

Já o segundo paradigma marxista era defendido pela Internacional Comunista. A linha política da IC traçada a partir do seu VI Congresso, como visto, tinha como pressuposto a ideia de que o capitalismo viveria uma fase moribunda e o seu fim seria iminente. Uma grande crise econômica seria a antessala da revolução comunista e mundial. O sério abalo dos alicerces econômicos proporcionaria as condições objetivas imediatas para um ataque frontal e armado do proletariado ao poder constituído, conquistando o Estado burguês e, numa rápida transição, o destruindo para dar lugar a formas comunistas de auto-organização social.

Em certa medida, Gramsci recolheu do primeiro paradigma a ideia central de que a ordem burguesa havia desenvolvido novos mecanismos econômicos e políticos de manutenção do sistema, ao mesmo tempo em que repudiou a estratégia reformista da revolução socialista. Ele pôs-se, então, frontalmente contra as interpretações marxistas da crise mundial do entreguerras e da Grande Depressão, como também fizeram Rosa Luxemburgo e Leon Trotsky.

O conceito de crise orgânica encontra-se espalhado ao longo de diversos cadernos gramscianos. Para entendê-lo em sua complexidade, é necessário um paciente exercício de catalogação das notas esparsas, entendendo-o dentro do contexto histórico já mencionado e do arcabouço teórico-político do líder do PCI. O conceito aparece pontualmente nos cadernos temáticos e miscelâneos sobre os intelectuais. Na nota 1 do Caderno 12, é citado explicitamente no debate sobre os diferentes tipos de escola (escola técnica e escola humanística/unitária) (Gramsci, 2004, p. 33). Já na nota 126 do Caderno 5, o conceito surge indiretamente: ao discutir a desagregação e construção de uma nova unidade nacional na França, refere-se à crise orgânica e à construção de um novo bloco histórico (Gramsci, 2004, p. 134-135).

Talvez o escrito mais importante sobre o tema esteja na nota 216 do Caderno 8; nesta parte dos *Cadernos*, a principal diferença

entre crise orgânica e crise conjuntural está na maior amplitude e profundidade da primeira em relação à segunda. Ou seja, o conceito de crise orgânica não é unicamente relacionado à duração de uma crise, mas também ao seu impacto no abalo das estruturas e superestruturas de um bloco histórico, abrindo-se a possibilidade de surgimento de novas formas de organização social.

Mas Einaudi não leva em conta que, cada vez mais, a vida econômica se concentrou em uma série de produções em grande escala, e que estas estão em crise: controlar esta crise é impossível precisamente por sua amplitude e profundidade, que atingiram tal ponto que a quantidade torna-se qualidade, isto é, trata-se de crise *orgânica*, e não mais *conjuntura* (Gramsci, 1999, p. 447 – C8 [1931-1932], §216 – grifos originais).

As principais reflexões teórico-metodológicas de alcance mais abstrato de Gramsci a respeito das crises, entretanto, estão presentes no Caderno 13 (1932-1934), com destaque para as notas §17 (análise das situações: relações de força), §23 (observações sobre alguns aspectos da estrutura dos partidos políticos nos períodos de crise orgânica) e §24.

Apesar de certas notações universais, Gramsci encaminhou em larga medida sua abordagem sobre as crises orgânicas em termos histórico-concretos, analisando dois grandes momentos do modo de produção capitalista: o processo italiano de unificação estatal – o chamado *Risorgimento* –, submetido a uma comparação histórica com a Revolução Francesa; e a crise orgânica dos anos 1910-1930, com a Grande Guerra, a Revolução Russa, o fascismo e o americanismo-fordismo.

No decorrer dos *Cadernos*, Gramsci demonstra uma total aversão ao esquematismo sociológico (metafísico) que desconsidera os elementos históricos e ideológicos de uma formulação teórica. Suas críticas metodológicas posicionam-se tanto contra a tradição idealista, que concebe a realidade como produto das ideias, quanto de uma tradição do marxismo avessa aos estudos práticos sobre

determinadas realidades sociais, que insiste em enquadrar a rica realidade, em constante transformação, nas citações clássicas (e sempre recorrentes) de Marx, Engels e Lenin. O ponto de partida de sua teoria é o concreto, entendido não como uma sucessão aleatória e caótica de eventos, mas sim a partir da síntese das múltiplas determinações da realidade. Em um segundo momento, é preciso recorrer à abstração de certos elementos perturbadores da análise – o que ele chamaria de “eventos conjunturais”, “política miúda” – restringindo-se, nessa etapa da pesquisa, aos fatos orgânicos e estruturais. Por fim, recolhendo os fatos conjunturais e orgânico-estruturais, reconstruiria-se idealmente a realidade a partir de uma síntese teórica na perspectiva da totalidade. Desta forma, pode-se dizer que o conceito de crise orgânica possui, na obra de Gramsci, determinações concretas e abstratas, particularistas e universalistas.

Preciosas anotações de caráter mais abstrato sobre crises econômicas e políticas (de hegemonia, de autoridade) aparecem no volume reunido em torno dos temas Maquiavel e Estado. A nota §17 do Caderno 13 discute, sob influência do prefácio à *Contribuição à crítica da Economia Política*, de Marx (1859), uma metodologia para o estudo das grandes transformações históricas. Para Gramsci, as categorias de estrutura e superestrutura são essenciais neste estudo. Crises de grandes proporções, intituladas crises orgânicas, ocorrem no momento em que as “contradições insanáveis na estrutura” – derivadas do descompasso entre o avanço revolucionário das forças produtivas e a conservação de antigas relações sociais de produção – não são mais contidas dentro de limites impostos pela superestrutura. Rompem-se os laços entre estrutura e superestrutura, e o bloco histórico ameaça se desagregar completamente, abrindo um período histórico de convulsões políticas, econômicas e sociais.⁷

⁷ Reproduzo parcialmente as notações de Marx sobre os períodos de convulsão e transformação social, presentes no prefácio de 1859, que inspiram a reflexão

Esses períodos de transformação social derivam de três tipos básicos de situações históricas: processo regressivo ou crise aguda; processo progressista ou de prosperidade; e estagnação das forças produtivas. O surgimento desta janela histórica proporcionada pela crise orgânica é uma das oportunidades que o movimento operário tem para acumular força e contestar o sistema vigente, abrindo espaço efetivo para a revolução social. Não se deve esquecer, todavia, que esta conjuntura histórica também abre espaço para as reações das classes dominantes, muitas vezes operadas por meio de golpes e ditaduras, como recorda Gramsci: “quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos” (Gramsci, 2002a, p. 60 – C13 [1932-1934], §23). São períodos de agitação espontânea, de “subversivismo esporádico e elementar” das classes subalternas e também de relativo fortalecimento das forças repressivas e de setores das classes dominantes, como a Igreja e as altas finanças.

Mais à frente discutirei as múltiplas opções históricas confrontadas pelas classes dominantes e subalternas diante da crise

gramsciana: “Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então tinham se movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. (...) Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, chegar-se-á à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir” (Marx, [1859] 1982, p. 25-26).

orgânica. Agora interessa o seguinte: havendo mais de uma saída para a crise orgânica, como, então, prever os rumos futuros? Segundo Gramsci, o dirigente político deve analisar as correlações de forças existentes na sociedade em que atua. Tal análise opera-se em três níveis: 1) nas relações de forças sociais ligadas à estrutura, isto é, análise das condições objetivas, que muitas vezes operam independentes da vontade humana; 2) nas relações das forças políticas, isto é, das condições subjetivas, do nível de consciência⁸ de cada uma das classes sociais fundamentais e subordinadas, bem como das forças internacionais que atuam nos distintos espaços nacionais; 3) nas relações das forças militares, que se desdobram em forças técnico-militares (estritamente militar) e forças político-militares (uma grande variedade de combinações entre elementos de consenso e coerção).

A arena da luta de classes é ocupada por múltiplos coletivos e, em tempos de grandes crises históricas, surgem novos vetores que complexificam ainda mais o quadro político. Por isso, é necessária a análise das relações de força entre os diversos grupos sociais em disputa pela supremacia, pois somente através dela seria possível determinar teoricamente quais as saídas de uma crise orgânica. O grupo social que tiver maior êxito na análise da “conjuntura estratégica” conseguirá uma melhor preparação do teatro das lutas, conquistando maior capacidade hegemônica e possivelmente determinando o seu projeto estratégico classista para o restante da sociedade.

O conceito gramsciano de crise orgânica deve ser entendido a partir de uma perspectiva de totalidade, pois engloba uma dupla dimensão: a econômica e a política. Segundo Gramsci, as crises econômicas, a

⁸ Na nota §17 do Caderno 13, Gramsci fala em três níveis de consciência: econômico-corporativo, solidário-econômico e ético-político, sendo neste último que se estabelece efetivamente a disputa da hegemonia entre os principais grupos sociais.

despeito do novo aparato institucional e ideológico do Estado ampliado, são inelimináveis do modo de produção capitalista, posto que elas resultam das contradições intrínsecas desse sistema social. Elas surgem ciclicamente. O revolucionário sardo, todavia, desenvolve uma nova visão sobre os efeitos das crises econômicas sobre o proletariado e a potencialidade das revoluções em períodos de turbulência no capitalismo. Gramsci aponta para a existência de questões econômicas no desenvolvimento das crises orgânicas, mas não as vê como determinantes. Ele atribui à economia um peso secundário, que não é capaz, numa sociedade ocidentalizada, de romper mecanicamente os vínculos que ligam a estrutura e a superestrutura de um bloco histórico e levar a novos arranjos societários. Isto só pode ocorrer mediante a presença de sujeitos históricos conscientes de suas concepções do mundo e organizações coletivas para a revolução.

Desse modo, Gramsci retira parte do peso que alguns marxistas atribuíam às crises econômicas. Neste sentido, na nota §24 do Caderno 13, ele dirige duras críticas a Rosa Luxemburgo, que teria defendido a tese de que uma grande crise econômica levaria a uma ascensão espontânea das lutas populares e à revolução socialista. Para ele, a análise da líder espartaquista sobre a Revolução Russa de 1905 negligencia os fatores subjetivos na deflagração dos acontecimentos. Em sua avaliação, Rosa restringe-se somente ao exame das condições econômicas e da reação espontânea das massas populares aos efeitos socioeconômicos da crise (desemprego, pobreza etc.). Nesta linha de argumentação, tida como um “fêrreo determinismo economicista”, as crises econômicas são entendidas como uma espécie de artilharia de campo capaz de abrir passagem para o avanço das forças adversárias ao capitalismo. Neste caso, o proletariado não teria a necessidade de preparação prévia de quadros dirigentes capazes de liderar e organizar a revolução socialista em comunhão com as massas. Esta viria quase como uma decorrência mecânica, natural da grande crise econômica.

A virulência de suas críticas à líder revolucionária alemã não deixam margem para dúvida: Gramsci não via uma ligação direta entre crise econômica e revolução socialista. O empobrecimento das massas não se traduziria imediata e mecanicamente em revolta popular esporádica, muito menos em ato político organizado e consciente capaz de abalar as estruturas do sistema social vigente. Tais teses poderiam ter um fundo de verdade no período em que vigorou o capitalismo concorrencial, mas as novas determinações históricas do padrão de acumulação monopolista e do Estado ampliado no início do século XX desarmariam o potencial revolucionário da pauperização das massas e das crises econômicas:

Pode-se excluir que, por si mesmas, as crises econômicas imediatas produzam eventos fundamentais; podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal (Gramsci, 2002a, p. 44 – C13 [1932-1934], §17).

É importante notar que, ao criticar as teses economicistas da Terceira Internacional, Gramsci evita uma unilateralidade oposta, qual seja, a de eliminar o momento econômico das crises orgânicas. Queda das atividades econômicas, recessões, falências, desemprego fazem parte de suas reflexões e não devem ser negligenciadas: a depender das relações de força entre as classes fundamentais, a questão econômica pode ser mais ou menos decisiva. “A questão particular do mal-estar ou do bem-estar econômicos como causa de novas realidades históricas é um aspecto parcial da questão das relações de força em seus vários graus” (2002a, p. 45 – C13 [1932-1934], §17). Os aspectos econômicos, assim, podem ser favoráveis a uma movimentação espontânea popular diante dos efeitos deletérios da crise: tudo depende das relações de força estabelecidas em determinado momento histórico de uma formação econômico-social.

Gramsci escreve que não se pode deduzir, de forma abstrata e a-histórica, um modelo determinista dos efeitos de uma crise econômica levando à *débâcle* capitalista e ao início do socialismo. Ao contrário, levanta a hipótese de que as crises econômicas também podem favorecer golpes de Estado por parte das classes dominantes (Gramsci, 2002a, p. 197 – C3 [1930], §48). Ou seja, uma crise econômica pode fortalecer ainda mais a supremacia burguesa frente ao proletariado, embora evidências factuais tenham levado diversas lideranças marxistas a pensarem o contrário.

Um segundo aspecto da crise orgânica é o seu lado político, que para Gramsci é a principal característica da crise em uma sociedade ocidental, isto é, o seu conteúdo. A crise orgânica manifesta-se no plano superestrutural (ideológico-político) como uma “crise de autoridade”, ou como uma “crise de hegemonia”, explicada da seguinte forma na nota §23 do Caderno 13:

O processo [da crise] é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e pequeno-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política a uma certa atividade e apresentaram reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”; e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto (Gramsci, 2002a, p. 60 – C13, § 23 [1932-1934]).

Na crise de hegemonia, as ideologias dominantes perdem força, e os laços existentes entre governantes e governados vão se enfraquecendo. Os aparelhos privados de hegemonia, operados pelos intelectuais orgânicos e tradicionais das classes dominantes, já não conseguem soldar o bloco histórico em torno da concepção do mundo burguesa – esgarçando as ligações entre a superestrutura e a estrutura –, na qual a classe trabalhadora não se sente mais representada pelos

interesses das classes dominantes. O consenso vai paulatinamente se dissolvendo, e a agitação das classes subalternas cresce na medida exata desta dissolução, assim como o aumento do uso da força, sempre a mando das classes dominantes, por parte dos aparelhos estatais de coerção. Na crise de hegemonia, os trabalhadores deixam de acreditar na capacidade dirigente dos governantes, que se mostram incapazes de solucionar os aspectos mais deletérios da crise.⁹

Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados (Gramsci, 2002a, p. 184 – C3 [1930], §34).

Na nota 5 do Caderno 15 (1933), intitulada “Passado e presente. A crise”, Gramsci indica três pontos fundamentais para o entendimento das crises capitalistas. Em primeiro lugar, destaca que elas são um fenômeno de natureza complexa, com múltiplos efeitos e causas, de difícil definição por parte de análises deterministas e unilaterais, no qual elementos monetários, financeiros, comerciais e políticos concorrem para sua emergência, mas com centralidade

⁹ A dimensão política da crise orgânica na obra de Gramsci, tratada a partir do conceito de crise de hegemonia ou de autoridade, assemelha-se (e muito) ao conceito de *situação revolucionária* expresso nos textos de Lenin, em particular na célebre passagem da seção IX do livro *A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo*: “A lei fundamental da revolução, confirmada por todas as revoluções e, em particular, por todas as três revoluções russas do século XX, consiste no seguinte: para a revolução, não basta que as massas exploradas e oprimidas tenham consciência da impossibilidade de viver como dantes e exijam mudanças; para a revolução, é necessário que os exploradores não possam viver e governar como dantes. Só quando os ‘de baixo’ não querem o que é velho e os ‘de cima’ não podem como dantes, só então a revolução pode vencer. Esta verdade exprime-se de outro modo com as palavras: a revolução é impossível sem uma crise nacional (tanto dos explorados como dos exploradores)” (Lenin, [1920] 1979, p. 325).

para os fatores produtivos (Gramsci, 2007, p. 318 – C5 [1933], §5). “Trata-se [portanto] de um processo que tem muitas manifestações e no qual causas e efeitos se interligam e se sobrepõem. Simplificar significa desnaturar e falsear” (Gramsci, 2007, p. 316 – C5 [1933], §5). Em segundo lugar, como já dito, a crise deve ser entendida como um processo de longa gestação que não se inicia com os seus aspectos fenomênicos mais evidentes, como a quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. Para Gramsci, “todo pós-guerra é crise, com tentativas de remediá-la que às vezes têm sucesso neste ou naquele país, e nada mais” (2007, p. 317 – C5 [1933], §5). Em terceiro lugar, as crises são intrínsecas ao modo de produção capitalista, derivadas das contradições próprias de uma sociedade mercantilizada como a burguesa, o que leva a uma instabilidade inerente a este modo de produção. Por duas vezes nos *Cadernos*, Gramsci diz que as causas das crises não estão fundadas nos planos moral, jurídico ou mesmo político, mas sim no econômico-social (Gramsci, 2007, p. 305 – C6 [1930-1932], §123; 2007, p. 317 – C5 [1933], §5), o que reforça mais uma vez a ideia da importância destes no entendimento das crises orgânicas capitalistas, e que estas não se resumem a crises de hegemonia, como é comum encontrar na literatura de seus comentadores.

Diante dos fenômenos mórbidos da crise orgânica, surgem inúmeras saídas históricas que, como já anunciado, são determinadas pela correlação de forças entre os distintos blocos de poder. Na grande crise do início do século XX, o movimento operário foi derrotado nas principais sociedades ocidentais, e as saídas foram eminentemente determinadas pelos interesses das classes dominantes através das revoluções passivas do fascismo (Itália, Alemanha) e do americanismo-fordismo (Estados Unidos). Outros desfechos para uma crise orgânica são apontados, tais como a contrarrevolução, o bonapartismo (ou cesarismo) e, claro, a revolução socialista.

AS REVOLUÇÕES PASSIVAS

No debate sobre o conceito de revolução passiva, Gramsci utiliza-se de seu critério metodológico do historicismo absoluto. Sem descartar o uso de categorias marxistas com alto nível de abstração teórica, ele se apropria do debate sobre a revolução passiva a partir de experiências históricas concretas, isto é, da transição tardia do feudalismo para o capitalismo na Europa e da Restauração pós-napoleônica.

A principal transição histórica analisada por Gramsci é a unificação política da Itália no fim do século XIX. Para tal, ele compara esse acontecimento com a Revolução Francesa, tida como uma espécie de modelo clássico de revoluções burguesas que eliminaram por completo o Antigo Regime, que influenciou diretamente toda a história europeia, em especial após as guerras napoleônicas.

A Revolução Francesa sempre exerceu uma forte influência política e ideológica sobre os revolucionários. A radicalidade do processo político francês inaugurado em 1789, capaz de causar a morte do velho e o nascimento do novo a partir das ações revolucionárias do governo jacobino de Robespierre e Danton, foi o berço da tradição socialista, que tem em Graco Babeuf um de seus precursores. Depois dele, há uma sucessão de pequenos grupos revolucionários de tipo babovista, dos quais emerge a figura lendária de Auguste Blanqui, respeitada inclusive por Marx e Engels, que se apropriaram dos conceitos blanquistas de ditadura do proletariado e de revolução permanente (Texier, 2005, p. 173-199).

Para Gramsci, a Revolução Francesa é marcada por um longo período de crise orgânica, que vai de 1789 até 1871. Neste longo intervalo de tempo, vários acontecimentos assinalaram avanços e recuos no processo revolucionário. No final, entretanto, a revolução foi capaz de exterminar o que havia de velho no território francês e instaurar na sua plenitude a república burguesa. O Antigo Regime foi derrotado, e a burguesia emergiu como a grande vitoriosa do processo, tendo esmagado a aristocracia feudal e, momentaneamente, o proletariado emergente. Com efeito, o capitalismo era o modo de produção hegemônico na França, o que fortalecia sobremaneira a sua expansão europeia e internacional. Nas palavras de Eric Hobsbawm,

(...) na maioria das revoluções burguesas subsequentes, os liberais moderados viriam a retroceder, ou transferir-se para a ala conservadora, num estágio bastante inicial. De fato, no século XIX vemos de modo crescente (mais notadamente na Alemanha) que eles se tornaram absolutamente relutantes em começar uma revolução por medo de suas incalculáveis consequências, preferindo um compromisso com o rei e a aristocracia. A peculiaridade da Revolução Francesa é que uma facção da classe média liberal estava pronta a continuar revolucionária até o, e mesmo além do, limiar da revolução antiburguesa: eram os jacobinos, cujo nome veio a significar 'revolução radical' em toda parte (Hobsbawm, [1961] 2003, p. 95).

Pode-se dizer que na Europa poucas burguesias tiveram a seu favor uma correlação de forças políticas e militares capaz de proporcionar a eliminação completa do feudalismo. Até mesmo na Inglaterra, primeiro país a se tornar uma nação capitalista, operou-se um acordo entre o bloco de poder progressista (burguesia e *gentry*) e o conservador (a nobreza e o alto clero) na Revolução Gloriosa de 1688. Em muitas ocasiões marcantes no caso de transição tardia para o capitalismo, a ordem burguesa tornou-se a ordem dominante, mas foi obrigada a estabelecer acordos com as antigas forças feudais. Temos, assim, uma relação contraditória

entre revolução e restauração, entre o nascimento do novo com a conservação do velho. E esta contraditória relação é justamente o caso da unificação estatal italiana, chamada *Il Risorgimento*, resumida da seguinte forma por Lincoln Secco:

O centro da problemática reside, portanto, na análise do *Risorgimento* – movimento político-militar que levou à unificação da Itália em meados do século XIX, precisamente sob o comando da Casa de Savoia (monarquia piemontesa) e do moderado Cavour, o chefe da direita histórica. O pano de fundo da unificação, implícito em Gramsci, é a transformação econômica que permite à Itália se modernizar industrialmente, espriar a relação assalariada de trabalho e tornar o país efetivamente capitalista. A unificação política representa o conjunto de medidas institucionais e da superestrutura que permite remover as travas regionais e feudais e os interesses localistas que impediam a emergência da infraestrutura capitalista. Entretanto, a Itália não seguiu a via revolucionária ou jacobina, mas uma via reformista (...) (Secco, 2006, p. 51).

Gramsci retrata a transição italiana do feudalismo para o capitalismo como uma revolução passiva, na qual as novas classes dirigentes impõem seus projetos estratégicos de modernização econômica negociando a manutenção de privilégios e interesses das antigas classes dominantes. No caso da forma de governo, adotou-se a monarquia parlamentar, com amplo domínio da cena política por parte do Legislativo, cabendo à Casa Real um papel simbólico; já no caso do setor rural, impediu-se um processo de reforma agrária, bandeira típica de uma revolução democrático-burguesa, o que resultou na conservação da antiga estrutura latifundiária, tão prejudicial às condições de vida dos camponeses do Sul do país.

O processo de revolução passiva italiano foi conduzido por acordos firmados pelo alto, pelas novas e antigas classes dominantes. As classes subalternas, em especial a dos camponeses, foram subtraídas de qualquer tipo de protagonismo dos acontecimentos políticos, por isso foram marginalizadas em todo o processo, não conseguindo negociar projetos de seu interesse classista. Por que isto aconteceu?

Um dos principais fatores da exclusão política dos subalternos foi a sua incapacidade de se tornar um sujeito histórico autônomo, de ter uma organização partidária formuladora de um projeto consciente e livre das influências ideológicas das classes dominantes. Isto fica evidente na neutralização do Partido da Ação (uma tentativa de agrupamento dos interesses populares da região meridional) através da cooptação de suas lideranças com manobras hegemônicas do Partido Moderado, representante das forças conservadoras.

Com efeito, as classes dominantes italianas abdicaram em larga medida dos elementos dirigentes para a condução do processo de modernização capitalista no país. Seus métodos de supremacia político-ideológica no período do *Risorgimento* basearam-se fundamentalmente em medidas ditatoriais e no uso indiscriminado da coerção. A forma de hegemonia do Partido Moderado não era, portanto, moderada. No fundo, tratava-se de uma “ditadura sem hegemonia” exercida por Piemonte e a casa monárquica.

Este fato é de máxima importância para o conceito de ‘revolução passiva’: isto é, que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o ‘dirigente’ do grupo que deveria ser dirigente e possa pôr à disposição deste último um Exército e uma força político-diplomática (Gramsci, 2002b, p. 329 – C14 [1932-1935], §59).

A burguesia abriu mão não somente de criar um consenso entre as massas populares, como também de comandar diretamente a modernização (Gramsci, 2002b, p. 328-330 – C14 [1932-1935], §59).

De forma bastante diversa, o jacobinismo elaborou uma outra direção da supremacia burguesa que, sem dúvida, fez uso da força, mas usou também a hegemonia na conformação da ordem capitalista. Os interesses econômico-corporativos da burguesia rapidamente se tornaram demandas de todo o Terceiro Estado, inclusive dos camponeses, que viam com bons olhos a inclusão da

reforma agrária no programa revolucionário. Assim, os jacobinos forjaram a hegemonia da cidade e do campo franceses, exercendo com propriedade a função de partido dirigente da burguesia e das massas populares. Como relata Gramsci,

Se é verdade que os jacobinos ‘forçaram’ a mão, é também verdade que isto aconteceu sempre no sentido do desenvolvimento histórico real, porque eles não só organizaram um governo burguês, ou seja, fizeram da burguesia a classe dominante, mas fizeram mais: criaram o Estado burguês, fizeram da burguesia a classe nacional dirigente, hegemônica, isto é, deram ao novo Estado uma base permanente, criaram a compacta nação francesa moderna (Gramsci, 2002b, p. 81 – C19 [1934-1935], §24).

Apesar da centralidade da revolução passiva nos estudos gramscianos, o *Risorgimento* não é a única experiência histórica estudada no período de transição do feudalismo para o capitalismo na Europa. Em algumas notas dos *Cadernos*, o conceito é utilizado no entendimento de outros processos de transição tardia ao capitalismo. Ao ampliar o uso do conceito para outras experiências históricas, o autor busca ir além da sua formulação original. A restauração pós-napoleônica também é vista como um fenômeno típico da revolução passiva, pois se tratou de um movimento histórico desencadeado pelas classes dominantes europeias para conter a participação ativa das massas populares nos processos políticos de formação dos Estados nacionais e de ruptura com a antiga ordem. O principal temor das elites era que se reavivassem os métodos jacobinos de revolução capitalista, responsáveis pela eliminação total dos entraves feudais à plena instauração da ordem burguesa.

Portanto, diante do medo do jacobinismo, capaz de desencadear levantes populares que poderiam fugir ao controle até mesmo da hegemonia burguesa, as classes dominantes trataram de arquitetar processos de modernização conservadora, de reformas moderadas para a transição do feudalismo para o capitalismo. Nesses casos, a

palavra-chave era a ditada pelos escritos do barão de Montesquieu: moderação.

Montesquieu via a ascensão do capitalismo e a decadência do feudalismo na França como algo irrefreável. Dada a inevitabilidade da mudança, defendia uma transição moderada e relativamente pacífica na ordem social francesa, envolvendo uma negociação entre os senhores feudais e a burguesia ascendente. O resultado seria o mesmo alcançado na Inglaterra, com uma forma de governo assentada em uma monarquia constitucional, em que o parlamento, comandado pela burguesia, seria o epicentro político da nação, ditando a direção para toda a sociedade; já a monarquia gozaria simbolicamente de alguns poderes secundários, mas manteria privilégios e *status*. A França ficaria, assim, no meio-termo entre o despotismo e a república, formas extremistas e radicais de sistemas de governo que não funcionam equilibradamente como a monarquia parlamentar. Seguindo de perto a historicidade dos fatos sociais, sem lutar contra a força destes, Montesquieu defendeu uma ordem aristocrática antiabsolutista e pró-burguesa, capaz de contemplar elementos progressistas e conservadores ao mesmo tempo e impedir drásticas mudanças sociais que eliminassem por completo os privilégios e interesses da antiga ordem política.

A restauração pós-napoleônica visava justamente estabelecer formas de governo moderadas que impedissem tanto a volta ao poder absolutista – do poder concentrado nas mãos de um único soberano, representado pelo despotismo, forma de governo típica das sociedades orientais – quanto a ascensão do povo no comando dos Estados, como foi o caso da república jacobina. “A conciliação – observa – foi encontrada na concepção de ‘revolução-restauração’, ou seja, num conservadorismo reformista temperado” (Gramsci, 1999, p. 293 – C10 [1932-1935], §6). O reformismo-restaurador europeu do século XIX dizia respeito ao estabelecimento de acordos entre novas e antigas classes dominantes. Estas aceitaram

pacificamente rebaixar-se de classe dirigente para classe auxiliar dentro do bloco de poder dominante. E a burguesia ascendente passou a gozar do domínio econômico, mas, no campo político, ficou restrita a limites impostos pelos acordos firmados. Assim, a restauração pós-napoleônica

(...) torna-se a forma política na qual as lutas sociais encontram quadros suficientemente elásticos para permitir à burguesia chegar ao poder sem rupturas clamorosas, sem o aparelho terrorista francês. As velhas classes feudais são rebaixadas da condição de ‘dominantes’ à de ‘governativas’, mas não são eliminadas, nem se tenta liquidá-las como conjunto orgânico: de classes tornam-se ‘castas’, com determinadas características culturais e psicológicas, não mais com funções econômicas dominantes (Gramsci, 1999, p. 426 – C10 [1932-1935], §61).

Articuladas as negociações do bloco de poder dominante, restava uma pendência: a neutralização das mobilizações populares. Se o jacobinismo, expressão mais radical da pequena burguesia, causava temor às classes dominantes, o comunismo, ainda um espectro a rondar a Europa, causava pânico. Ao longo do século XIX, as massas populares foram paulatinamente se constituindo como uma classe social, organizada politicamente em torno de associações, cooperativas, sindicatos e partidos, e teoricamente nas correntes socialistas, comunistas e anarquistas. A reação armou-se de precauções contra a agitação crescente das classes subalternas, atuando de forma discreta e paliativa nos atendimentos de certas demandas dos “de baixo”. Sem esta atenção às expressões mais agudas da “questão social”, o “subversivismo esporádico, elementar e não orgânico” das classes subalternas poderia se tornar – como acabou se tornando em 1848 e 1871 – levantes revolucionários da classe trabalhadora em nome do projeto igualitarista e libertário do comunismo. O atendimento pontual e focalizado de anseios populares, bem como a já citada combinação de recursos coercitivos e consensuais, foi parte integrante das revoluções passivas, tal qual afirma Gramsci:

(...) elas exprimem, talvez, o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de ‘restaurações’ que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de ‘restaurações progressistas’ ou ‘revoluções-restaurações’, ou, ainda, ‘revoluções passivas’ (Gramsci, 1999, p. 393 – C10 [1932-1935], §41).

Ainda nos *Cadernos do cárcere*, o conceito de revolução passiva se prestaria a mais uma ampliação do seu alcance heurístico, pois seria usado na explicação de reformas-restauradoras ocorridas no século XX dentro do modo de produção capitalista, que inaugurou um novo bloco histórico depois da crise orgânica dos anos 1920.

O fascismo

Em suas análises sobre a conjuntura italiana da década de 1920, Gramsci sustentou, até o segundo semestre de 1926, a tese de uma nova fase da crise capitalista, mais aguda do que a anterior. Os desdobramentos da crise não seriam favoráveis aos interesses das classes dominantes, impotentes para atacar as suas causas fundamentais; somente o proletariado organizado em torno de um partido revolucionário, lutando pela revolução socialista, poderia dar uma resposta conclusiva à instabilidade política e econômica. O fascismo era tido como incapaz de solucionar os principais efeitos deletérios da crise, isto sem falar nos problemas estruturais advindos das contradições imanentes ao modo de produção capitalista.

Entre 1920, apontado como o início da contrarrevolução italiana, e 1922, data da marcha sobre Roma, na qual Mussolini torna-se o chefe de governo,¹⁰ Gramsci escreveu inúmeros artigos de análise de conjuntura, nos quais o fascismo e o partido socialista ocupam

¹⁰ Este histórico do fascismo encontra-se presente no artigo *As origens do Gabinete Mussolini*, escrito em 1922 (Gramsci, [1922] 2004, p. 122-126).

boa parte das páginas. No texto *O povo dos macacos* (janeiro de 1921), escreve que o “cretinismo parlamentar”, que goza de uma longa história na vida política italiana, ganha um novo impulso com o fascismo. O Parlamento teria se tornado uma instituição esvaziada de iniciativa e autonomia políticas, sendo controlado pelo Poder Executivo. Corrompido em sua estrutura interna, o Parlamento tornou-se o centro da pequena política nacional, e Gramsci aponta o fascismo como o grande responsável pelo rebaixamento e decadência da política nacional.

Após arruinar o Parlamento, a pequena burguesia urbana, base social do fascismo, expande a sua pequena política para o Poder Executivo durante o gabinete do governo Giolitti. Nesta etapa da tomada do poder pelos fascistas, a burguesia arruinada aliou-se com os grandes proprietários industriais e rurais, formando um bloco contrarrevolucionário de defesa da propriedade privada e de reação contra as mobilizações operárias e camponesas. Além do pacto feito entre as classes dominantes do campo e da cidade, o governo Giolitti também patrocinou o acordo de paz entre fascistas e socialistas, sem exigir o desarmamento dos grupos terroristas da direita reacionária. O resultado foi a perseguição implacável e a morte de milhares de opositores do fascismo¹¹ meses antes da marcha de Roma em 1922. Apesar dos constantes avanços políticos, o fascismo revelou “também que é fundamentalmente incapaz de desempenhar qualquer tarefa histórica” (Gramsci, [1921] 2004a, p. 33-34). O Estado liberal e as suas instituições – Executivo, Legislativo, polícia, magistratura – ruíram diante do assalto fascista,

¹¹ “Giolitti favoreceu o movimento fascista a fim de canalizá-lo para esta finalidade precisa [o colaboracionismo socialista]. As massas foram massacradas impunemente; as Câmaras do Trabalho, as Casas do Povo, as cooperativas foram incendiadas e saqueadas impunemente, com o objetivo de induzir líderes socialistas a refletirem melhor” (*id.*, [1921] 2004d, p. 72).

que apostava crescentemente na violência privada como forma de manutenção do sistema.

No dia 21 de junho de 1921, Benito Mussolini fez o seu primeiro discurso na Câmara dos Deputados, apresentando-se como um ex-partidário do socialismo que se colocava como o líder da reação. Em sua fala, evocou o blanquismo como método de ação política eficaz e contundente para tempos conturbados como aqueles vivenciados pela sociedade italiana. Daí Gramsci perguntar-se o que seria o blanquismo fascista. No seu entendimento, o blanquismo, esvaziado do seu conteúdo revolucionário pelos fascistas, “(...) é a teoria social do golpe de mão” (Gramsci, [1921] 2004c, p. 69). No plano retórico, o blanquismo era justificado como uma resposta à crise italiana; no plano prático, os fascistas providenciavam o armamento de uma força de 400 mil combatentes e organizavam o partido por meio de uma hierarquia militar com o objetivo de preparar o golpe de Estado.

Mais uma vez, o fascismo é denunciado como um movimento político autoritário e truculento, que promove diversos abusos e atividades criminosas com a cumplicidade dos órgãos estatais e seus funcionários. Restrito ao uso da força, é julgado como “uma revolução sem programa”, “condenado a não ter continuidade e desenvolvimento, a não saber articular entre si os vários golpes de mão na linha de um processo histórico” (Gramsci, [1921] 2004c, p. 69). Esta avaliação perdurará durante a liderança de Gramsci no PCI até a sua prisão, sendo reafirmada mais contundentemente em certos textos, como em “Os arditi del popolo”. Neste artigo, ele é categórico em tachar o programa reacionário da pequena burguesia como “um valor puramente marginal”, como um esquema “fora de qualquer plano político abstrato, ou seja, como uma proliferação espontânea de energias reacionárias (...)” (Gramsci, [1921] 2004e, p. 74).

Na matéria “A crise italiana”, publicada no *L'Ordine Nuovo* em setembro de 1924, Gramsci ([1924] 1987, p. 94) sentencia que

“o fascismo se esgota e morre precisamente por não ter cumprido nenhuma de suas promessas, por não ter realizado esperança alguma nem aliviado nenhuma miséria”; em outra passagem, a morte do fascismo é reafirmada, “porque não só não conseguiu estancar, mas, ao contrário, até contribuiu para acelerar a crise das classes médias que se iniciara no pós-guerra” (Gramsci, [1924] 1987, p. 94).

E como se explicava socioeconomicamente o aumento da crise na Itália? O alto grau de concentração e centralização do capital e do crédito nas mãos da grande burguesia expropriou os meios de produção das pequena e média burguesias urbanas, que se proletarizaram vertiginosamente neste processo de monopolização da economia. Nos estratos mais baixos da pirâmide social, a situação não era melhor: a participação dos salários na renda nacional diminuía, aumentando a pobreza das classes subalternas e a desigualdade social. As políticas econômicas do Estado contribuía para este quadro de deterioração social das camadas médias e trabalhadoras do país.

Politicamente, abriu-se uma crise de hegemonia, que ganhava contornos mais drásticos diante da crise econômica. Nas eleições de 6 de abril de 1924, vencida pelos fascistas por meio das fraudes e ameaças generalizadas, o partido governista teve uma queda dos votos nas áreas industriais, tidas por Gramsci como o setor econômico e político dominante da nação. Em junho de 1924, a crise se agravou com o assassinato do deputado socialista Giacomo Matteotti, perpetrado pelas milícias fascistas. As massas populares, revoltadas com a situação, encontraram eco em um bloco de oposição que rapidamente se formou. Este bloco, que congregava democratas, liberais, socialistas e comunistas, retirou-se do Parlamento e reuniu-se como uma espécie de assembleia paralela ao Legislativo oficial, que foi se tornando um espaço crescentemente esvaziado do ponto de vista político.

Instalou-se uma grave crise no seio do governo fascista.¹² A situação não era suficiente para ser considerada uma dualidade de poderes, tendo em vista que a oposição não era dirigida pelas forças revolucionárias nem se propunha a criar mecanismos de democracia proletária nos campos da economia e da política; mas era grave o suficiente a ponto de ser considerada uma possibilidade de esgotamento da reação fascista à crise capitalista.

O fato é que os comunistas não souberam aproveitar a janela histórica desta crise conjuntural do fascismo. Sua presença no bloco de oposição não durou muito, mas a saída não foi traumática, pois os revolucionários não ficaram isolados no cenário político, tendo mantido um contato direto com as bases operárias. Diante desta saída prematura e da desorganização da classe trabalhadora, ainda impactada e desarticulada com a repressão fascista, Gramsci defendeu uma tática prudente, chamada de reformista e democrática, na qual algumas conquistas constitucionais, dentro dos marcos legais, deveriam ser asseguradas em nome dos direitos sociais da classe trabalhadora. Para ele,

A situação é ‘democrática’ porque as grandes massas trabalhadoras estão desorganizadas, dispersas, pulverizadas no povo indiferenciado. Por isso, qualquer que possa ser o desenvolvimento imediato da crise, podemos prever somente uma melhoria na posição política da classe operária, não uma sua luta vitoriosa pelo poder. A tarefa essencial de nosso Partido consiste na conquista da maioria da classe trabalhadora; a fase que atravessamos não é a luta direta pelo poder, mas uma fase preparatória, de transição

¹² Segundo Gramsci ([1921] 2004f, p. 81-82), esta não foi a primeira crise nas fileiras fascistas. O aumento desmesurado da violência nos setores rurais, praticamente fora do controle da direção da sua ala urbano-parlamentar, deixou alarmados vários setores médios que antes apoiavam os golpistas. A consequência foi a perda de importantes apoios aos fascistas, como se estes não fossem capazes de conter suas próprias hordas então descontroladas. Nesse momento, apareceram dissidências dentro do movimento, que ameaçou romper em duas facções muito bem definidas: a parlamentar e a intransigente.

à luta pelo poder; em suma, uma fase de agitação, de propaganda, de organização (Gramsci, [1924] 1987, p. 105).

Em médio prazo, o PCI deveria iniciar um trabalho de organização e educação das massas, formando novos quadros dirigentes, e atuar diretamente nas lutas concretas dos trabalhadores, reorganizados pela base com os sindicatos classistas e os conselhos de fábrica, que tinham se desarticulado desde a derrota do biênio 1919-1920. Em suma, postulava-se o PCI como a expressão coletiva da vontade política dos operários e camponeses, tornando-o uma força decisiva no direcionamento dos rumos da nação; o Príncipe moderno italiano.

Esta avaliação da superficialidade do fascismo enquanto força histórica de superação da crise capitalista também está expressa no texto “A situação italiana e as tarefas do PCI”, escrito por Gramsci (com o auxílio de Togliatti) como informe do Comitê Central ao III Congresso do Partido, realizado semiclandestinamente em Lyon em janeiro de 1926.

Nas *Teses de Lyon*, Gramsci (1926 [2004a], p. 331-337) resume a sua avaliação sobre o fascismo como um movimento tradicional de coerção às organizações dos trabalhadores rurais e urbanos. Sua base social ainda era formada pelas pequenas burguesias agrárias e urbanas, que governavam o país em nome da plutocracia, favorecendo um círculo diminuto de membros da alta burguesia, que enriqueciam com a espoliação da grande massa popular. Embora fosse um sólido bloco de poder das classes dominantes, o fascismo encontrava resistências dentro destas mesmas classes, como nos grupos maçônicos e na União Nacional. E tais resistências se estendiam para setores mais combativos do proletariado, apesar de toda repressão e violência dirigida a eles. Na tese 18 bis, o último item do balanço a respeito do fascismo, anota-se que a estabilidade do regime governista era aparente, podendo ser abalada

(...) em suas bases pela súbita irrupção de contradições econômicas e políticas que se aprofundaram sem que tal aprofundamento fosse percebido. Ao mesmo tempo, forneceu a prova de que a pequena burguesia, no atual período histórico, é incapaz de levar a cabo a luta contra a reação industrial-agrária (Gramsci, [1926] 2004a, p. 337).

Por último, tem-se o informe partidário intitulado “Um exame da situação italiana”, no qual são apresentadas ricas indagações sobre a fase do capitalismo naquele período pós-crise orgânica e a “capacidade de resistência do regime burguês”. No V Congresso da IC, realizado em 1924, defendeu-se a tese da relativa estabilização do modo de produção capitalista e do refluxo revolucionário posterior à Primeira Guerra Mundial e à Revolução Bolchevique. A sintonia de Gramsci com a tese da “estabilização relativa” é parcial; em sua perspectiva, esta tese era válida para os países centrais (ou ocidentais), nos quais as classes dominantes detinham maiores reservas políticas de resistência às crises econômicas, que por isso não se desdobravam automaticamente em crises políticas. Mais tarde o revolucionário italiano conceituaria tais reservas políticas como o desenvolvimento do mercado determinado, dos aparelhos privados de hegemonia e dos aparelhos estatais de coerção, com destaque para as políticas econômicas programáticas. Naqueles países ocidentais,

(...) o aparelho estatal é muito mais resistente do que frequentemente se crê e, nos momentos de crise, consegue organizar forças fiéis ao regime, em número maior do que se poderia supor em face da profundidade da crise. Isso se refere, especialmente, aos Estados capitalistas mais importantes. Nos Estados periféricos, tais como a Itália, a Polônia, a Espanha e Portugal, as forças estatais são menos eficientes (Gramsci, [1926] 2004b, p. 378-279).

A Itália é tida como uma formação econômico-social periférica, com uma estrutura estatal pouco desenvolvida, com particular destaque para a debilidade dos aparelhos da sociedade civil em debelar os efeitos mais profundos de uma crise econômica, que

poderia se desdobrar em crise de hegemonia e, no pior dos mundos para as classes dominantes, em uma crise orgânica. Esta não é a terminologia de Gramsci em 1926, mas aponta para temas que serão desenvolvidos nos *Cadernos do cárcere*. O importante a reter nas notas de informação ao Partido é que Gramsci verifica a constituição de um grande estrato social médio na estrutura de classe italiana e a inclinação de lideranças destas classes médias para a esquerda, fortalecendo o campo do bloco democrático e legitimando a tática de frente única operada pelo PCI na época.

O deslocamento molecular de elementos progressistas das classes médias para as fileiras da frente única progressista demonstraria a “desagregação do bloco burguês agrário fascista” (Gramsci, [1926] 2004b, p. 367), que perdia capacidade de direção sobre importantes setores sociais que o apoiavam até então. Em paralelo, o PCI reagruparia em torno de si as forças revolucionárias. De acordo com esta avaliação, a crise do fascismo se aprofundava, estimulando uma possível ofensiva dos adversários políticos do regime. Esta nova conjuntura fermentou em Gramsci um otimismo que o levou a falar em uma “fase intermediária entre a preparação política e a preparação técnica da revolução”. A crise fascista seria tão aguda que a revolução socialista, diante do atendimento de certas condições históricas (ainda inexistentes), se colocaria novamente como uma possibilidade de superação da crise capitalista em uma formação econômico-social periférica como a Itália.

Em resumo, os escritos conjunturais pré-carcerários de Antonio Gramsci interpretam o fascismo como um movimento político de reação aos levantes populares na cidade e no campo, sublevações que atingiram seu auge nos anos 1919-1920 com as experiências dos Conselhos de Fábrica e as barricadas operárias em Turim. A reação se deu essencialmente como uma repressão baseada na força e na truculência, liderada por um agitador sem maiores qualificações, “apenas um presunçoso” (Gramsci [1921] 2004c, p. 70). A força

militar do fascismo era indiscutível, tanto pela logística montada pelo partido burguês quanto pelo desarmamento do proletariado promovido no final dos levantes de 1919-1920. E Gramsci previu que esta força militar seria usada para a tomada violenta do governo, previsão confirmada em outubro de 1922 com a chegada de Mussolini ao poder central. Suas análises juvenis foram, portanto, capazes de identificar as forças sociais de sustentação do fascismo, as condições socioeconômicas que proporcionaram o apoio dos grupos dominantes e a natureza violenta dos *fasci*. Contudo, elas não anteviram a duração relativamente prolongada e o alcance das transformações operadas pelo fascismo no bloco histórico capitalista na Itália.

No fim de 1926, veio a reação dentro da reação. O regime fascista baixou uma série de decretos com o intuito de reverter a situação adversa. Leis excepcionais foram decretadas, e o estado de exceção, já em vigor, ganhou renovado fôlego. Uma feroz repressão aos opositoristas foi desencadeada, e as principais lideranças do PCI foram presas. Decapitada a cabeça do movimento comunista, a principal força de oposição enfraqueceu-se sobremaneira, abrindo espaço para a reorganização do fascismo em um patamar político superior. O quadro mudou radicalmente. Diante desta nova conjuntura política, Gramsci reavaliou a fragilidade do fascismo enquanto uma resposta burguesa à crise orgânica do capitalismo nos anos 1920. Encarcerado, reelaborou o conceito de revolução passiva como uma chave heurística capaz de reproduzir idealmente a nova fase do capitalismo nos planos nacional (Itália) e internacional (Estados Unidos). Como diz Franco de Felice,

A crise dos anos 1920, como crise geral e orgânica, impunha à burguesia uma resposta geral, não dirigida ao passado, mas original e criadora: se a derrota operária e da sua proposta de organização da sociedade e da produção era uma condição preliminar, mesmo assim ela não constituía uma garantia suficiente para dar validade a uma resposta de direita, capaz de englobar os

elementos objetivos da crise. Esta resposta só podia ser um processo no qual se entrelaçavam economia e política, sociedade e Estado (Felice, 1978, p. 222).

Nos seus apontamentos carcerários, Gramsci reapreciou suas antigas posições e rediscutiu a eficácia, a profundidade e a durabilidade do fascismo. Em seu entendimento, o fascismo conseguiu estabelecer um novo bloco histórico, isto é, uma fase do capitalismo italiano que incluiu transformações substantivas na base e na superestrutura. No *Risorgimento*, operou-se, sob a direção da burguesia em aliança com os antigos senhores feudais, a transição do feudalismo para o capitalismo. No fascismo, tem-se a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, sob a direção da pequena burguesia – em nome das altas finanças – em aliança com os latifundiários e as pequenas e médias burguesias rurais. Outra novidade do fascismo em relação ao *Risorgimento* foi a exclusão da Casa Real do bloco dominante.

De acordo com esta nova avaliação, o fascismo opera uma profunda transformação na sociedade italiana a partir de um programa típico das revoluções passivas. No plano econômico, as escalas de produção aumentaram exponencialmente, e as pequenas e médias empresas quebraram diante da concorrência do grande capital, que atraiu para a sua órbita crescentes fatias do mercado interno. A base material tornou-se cada vez mais oligopolizada nas mãos do capital financeiro, com a fusão do capital bancário com o capital industrial. Foi o ingresso da Itália na fase imperialista do capitalismo, com uma economia programática e um governo de massas. No Caderno 10, Gramsci costurou as ligações existentes entre fascismo e revolução passiva como projeto de mudanças estruturais na economia:

(...) ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento “plano de produção”,

isto é, teria sido acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro (Gramsci, 1999, p. 299 – C10 [1932-1935], §9).

No plano político, o Estado ampliou-se como uma reação ao fim da passividade das classes subalternas. A sociedade política e a sociedade civil italianas colocaram-se em um processo de reforma das suas formas de atuação e da sua institucionalidade, bem como de formação de novos quadros dirigentes. A sociedade política dotou-se de instituições de intervenção econômica, controladas direta e indiretamente pelas políticas estatais, o que Gramsci chamou de mercado determinado. O objetivo foi reverter a tendência à queda da taxa de lucro do grande capital, que também via na exportação de capital e na conquista militar e econômica de colônias uma saída para a crise interna. Além disso, desenvolveram-se forças paramilitares, articuladas com o Estado, de coerção e repressão aos opositores do regime.

Na sociedade civil, a principal novidade foi a formação de um partido de massa, o fascista. O primeiro partido burguês de massa começou como um conjunto de associações de combatentes da Primeira Guerra Mundial, de caráter pequeno-burguês, que reunia sindicalistas, republicanos, anarquistas e até mesmo socialistas (Gramsci, [1922] 2004, p. 125). Foram as chamadas *Fasci di Combattimento*. Na mesma época, os grandes latifundiários rurais financiaram uma milícia paramilitar, uma espécie de guarda branca para conter o avanço das organizações camponesas. Com o tempo, promoveu-se uma aliança entre estas duas forças partidárias paramilitares, que teve como consequência o surgimento do partido fascista.

Algumas interpretações viram o fascismo como uma variação do antigo cesarismo. A força da retórica do líder Mussolini levou comentadores políticos a enquadrá-lo como um típico líder carismático que usou tal poder para se impor como um árbitro político da nação italiana em crise. Esta impressão reforçou-se à medida

que os discursos de Mussolini dirigiam-se para toda a nação, aparentemente independente das classes sociais, e adquiriam cada vez mais um tom nacionalista.

Segundo Franco de Felice (Felice, 1978, p. 216-218 e 222-226), Gramsci não viu o fascismo como um fenômeno cesarista, embora reconhecesse a presença de alguns elementos do antigo cesarismo na reação italiana do início do século XX. Para ele, a essência do cesarismo residiria no rearranjo de forças políticas dentro do bloco de poder dominante sob a liderança de um árbitro aparentemente transclassista, que muitas vezes utilizaria-se da força para pacificar os grupos em conflito e construir um equilíbrio entre as correntes em disputa pela supremacia no bloco histórico vigente.

O fascismo, por sua vez, defrontou-se com uma série de desafios históricos inéditos para o modo de produção capitalista, encaminhando novas soluções para a crise orgânica. Em particular, ele lidou com o fim do conformismo e da passividade política das classes subalternas, despertadas com vigor nas lutas de classes em 1848, na Primavera dos Povos, e em 1871, na Comuna de Paris. O devir da classe trabalhadora em “classe-para-si”, conformando a “questão social” em meados do século XIX e rompendo o monopólio da política, obrigou as classes dominantes a erigir novas fórmulas de direção e dominação, levando em conta justamente a agitação e a instabilidade provocadas pelas classes subalternas. Foi nesse momento histórico que Gramsci identificou uma revolução na própria filosofia política marxista, que transita da fórmula da revolução permanente para a guerra de posição. Esta afirmação é válida também para a política burguesa, pois as classes dominantes fundaram uma infinidade de casamatas na sociedade civil, isto é, novos aparelhos privados de hegemonia tendo como objetivo a busca do consentimento das classes subalternas então sublevadas. A “questão social” deixou, assim, de ser somente uma questão de polícia, passando a ser

alvo de táticas inéditas de contenção dos conflitos via instituições ditatoriais e hegemônicas.

Dentre as novas casamatas da sociedade civil, o partido burguês de massa foi a grande novidade. Até então, os partidos políticos de quadros e militantes eram uma forma exclusiva de organização coletiva dos trabalhadores. O partido fascista foi o principal organismo edificado pela classe dominante italiana para restabelecer o controle perdido na crise orgânica do pós-Primeira Guerra Mundial e fazer frente às organizações do proletariado. E, de acordo com este encaminhamento dado pelas classes dominantes italianas à crise orgânica, a solução arbitral e militar do cesarismo clássico foi relativamente minimizada e perdeu espaço. O fascismo redefiniu o bloco histórico capitalista a partir de um confronto direto e indireto, envolvendo o uso da coerção e do consenso, entre as classes fundamentais, e não mais somente como um rearranjo entre os grupos dominantes. A revolução passiva do fascismo foi construída pelo alto, com um acordo entre setores urbanos e rurais do grande capital e dos latifundiários, liderados pelos setores médios então social e economicamente decadentes, mas foi obrigada a implementar ações contra “os de baixo”, que estavam mobilizados para além de um “subversivismo esporádico, elementar e não orgânico”.

Diante deste novo quadro histórico, estabeleceu-se a necessidade de o bloco dominante reafirmar a sua supremacia com novas instituições, ações políticas, ideologias e quadros intelectuais. O partido fascista foi, então, criado e acionado para atuar, tanto na esfera da sociedade política – tornando-se não só o partido do governo, mas também uma força paramilitar de ameaça moral e eliminação física dos adversários – quanto na sociedade civil, como um aparelho privado e voluntário capaz de educar as classes médias urbanas e rurais e segmentos proletários para um novo consenso, forjado, gerenciado e propagado por meio de técnicas de agitação e propaganda, nas

quais se misturam moralismo, messianismo e mitos antigos do Império romano. O partido fascista tornou-se uma solução capitalista totalitária, no sentido de atuar em várias esferas do ser social, desde o Estado até as consciências singulares e particulares. Em suma, a revolução passiva fascista promoveu pelo alto uma transformação totalitária da formação econômico-social italiana. Na base do bloco histórico, o capitalismo concorrencial foi superado pelo capitalismo financeiro; na superestrutura, o regime liberal ruiu e, no seu lugar, foi construído um Estado interventor e militarista governado por um partido burguês de massa, sob a liderança dos estratos médios da sociedade que atuavam em nome da alta burguesia financeira, conforme resume Christine Buci-Glucksmann:

(...) é a *partir da e na economia, a partir dos e nos* aparelhos de hegemonia que se delineiam as contratendências do capitalismo, as suas ‘revoluções passivas’. Efetivamente, ao contrário de todos os enfoques políticos do fascismo baseados no seu aspecto totalitário, nos seus mecanismos ideológico-repressivos ou estatais, Gramsci – que também não exclui este aspecto – desenvolve todavia uma outra análise: a que já estava no centro da estratégia conciliar de 1919-1920 e que se baseia nas relações entre reorganização das forças produtivas e formas da política (Buci-Glucksmann, 1978, p. 137 – grifos originais).

O americanismo-fordismo

Um dos principais registros histórico-concretos a respeito das revoluções passivas no século XX e do conceito de crise orgânica encontram-se agrupados no Caderno 22, redigido em 1934, no qual o autor escreve sobre o americanismo e o fordismo. Tradicionalmente, o fordismo era (e ainda é) visto pela literatura especializada a partir do ponto de vista das transformações produtivas, isto é, da emergência de novos processos de produção e de trabalho. Reconhecendo a centralidade da dimensão produtiva do fordismo, Gramsci concebeu-o de uma perspectiva mais ampla, alinhando-o juntamente ao americanismo,

como uma resposta político-cultural da burguesia estadunidense à crise orgânica que se inicia após a Primeira Guerra Mundial.

As reflexões de Gramsci sobre o americanismo-fordismo se modificaram com o passar do tempo. No Caderno 6 (1930-1932), numa das primeiras anotações sobre o tema, afirmou que o americanismo não era uma concepção do mundo pronta a se tornar um projeto ético-político da classe burguesa estadunidense, quiçá mundial; quando muito, seria uma consciência de classe no nível econômico-corporativo a seguir as bases desenvolvidas pelas ideologias europeias (1999, p. 437 – C6 [1930-1932], §10). Tempos depois, na redação do Caderno 22 (1934), este julgamento modificou-se substancialmente, pois o americanismo-fordismo foi visto como uma ideologia soldadora do novo bloco histórico, concebido e erguido após a longa crise capitalista dos anos 1920 como “o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma consciência do objetivo jamais vista na história, um novo tipo de trabalhador e de homem” (2007, p. 266 – C22 [1934], §11). Mesmo assim, Gramsci ainda nutria algumas dúvidas: seria o americanismo-fordismo uma revolução passiva capaz de marcar época ou o início de acumulação de forças moleculares da burguesia para uma futura revolução explosiva? Seria uma estratégia burguesa apta a superar a crise orgânica dos anos 1920?¹³ Qual seria o seu real alcance e eficácia?

Uma série de medidas foi tomada nos planos estrutural e superestrutural para a reversão da crise orgânica, da qual as falências de 1929 são tidas como um de seus momentos mais agudos. A totalidade destas respostas da burguesia estadunidense à crise orgânica corresponde ao que Gramsci chamou de “americanismo-fordismo”. Em primeiro lugar, ele destaca a racionalização do trabalho e da

¹³ No Caderno 5 (1930-1932), Gramsci perguntou-se: “(...) a depressão econômica americana e mundial não dará um golpe no prestígio do americanismo e, por conseguinte, do Rotary [?]” (2007, p. 298 – C5 (1930-1932), §2).

produção operada a partir das práticas de Henry Ford na indústria automobilística e dos princípios de administração científica de Frederick Taylor. Seguindo as tendências já anunciadas na manufatura e na grande indústria, o fordismo, com o objetivo de baratear o valor da força de trabalho por meio da sua desqualificação e ao mesmo tempo aumentar a produtividade, parcializa e fragmenta o processo de trabalho em atividades simples, repetitivas e monótonas. Deste modo, o trabalhador perde a dimensão complexa de sua atividade, o que faz aumentar o seu grau de alienação e, em consequência, a perda do controle sobre o próprio processo de produção:

Com efeito, Taylor expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. Mas, na realidade, não se trata de novidades originais: trata-se apenas da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, uma fase que é apenas mais intensa do que as anteriores e se manifesta sob formas mais brutais (...) (Gramsci, 2007, p. 266 – C22 [1934], §11).

No Caderno 10, nota 41, item VII, Gramsci relaciona o taylorismo e o fordismo como uma forma de reação da burguesia à tendência da queda da taxa de lucros. O aumento da produtividade do trabalho, mediante a implantação de novos métodos de organização da produção, bem como o alto investimento em maquinaria, tinha como objetivo intensificar o ritmo do trabalho e extrair de forma crescente a mais-valia com o consumo da força de trabalho (Gramsci, 1999, p. 380-382 – C10 [1932-1935], §41). O reino oculto da produção tinha, para Gramsci, um lugar primordial na explicação do americanismo-fordismo

Em segundo lugar, as novas configurações e funções do Estado burguês na etapa monopolista do capitalismo. No plano da sociedade

política, os antigos aparelhos coercitivos continuaram em plena atividade: medidas de repressão são necessárias à manutenção da ordem, pois, em momentos de crise orgânica, ocorrem diversas reações políticas contrárias às mudanças em curso, tanto das classes subalternas quanto das antigas classes e frações dominantes. O Estado, contudo, desenvolveu um original aparato para uma intervenção mais sistemática na economia, promovendo uma mudança do antigo individualismo econômico para a economia programática (Gramsci, 2007, p. 241 – C22 [1934], §1). Nessa etapa de concentração e centralização do capital, o Estado, por meio de suas políticas econômicas, tomou para si, muitas vezes contra a vontade individual de membros da burguesia, medidas de centralização do poder político em suas mãos com o objetivo de promover o desenvolvimento nacional. Assim, passou a proteger os mercados internos (consumidor e produtor) com medidas aduaneiras, a subsidiar setores industriais e, principalmente, a emprestar recursos monetário-financeiros em primeira e última instância para os oligopólios capitalistas. A ampliação do Estado, todavia, não deve ser tomada como um processo de democratização; ao contrário, suas estruturas foram crescentemente apoderadas pelos rentistas, tornando-se uma instituição controlada pela plutocracia (Gramsci, 2007, p. 278 – C22 [1934], §14).

Já no plano da sociedade civil, o Estado ampliado burguês rompeu, em termos relativos, com antigas formas caritativas e filantrópicas de cunho religioso e adotou, por meio de novos aparelhos privados de hegemonia – como o *Rotary Club* –, formas modernas de serviços sociais. O inédito formato dos serviços sociais, mais integrados à etapa imperialista, tinha como objetivo a difusão de um “novo espírito capitalista” capaz de ultrapassar a fase selvagem do capitalismo, transformando as atividades industriais e comerciais antes em serviços sociais do que em um mero negócio (Gramsci, 2007, p. 295-296 – C5 [1930-1932], §2).

Em terceiro lugar, o “americanismo-fordismo” clamou por um modo de vida plasticamente adaptável às novas configurações da

base econômica e ao desenvolvimento das forças produtivas. Neste ponto, Gramsci fala de alguns temas considerados heterodoxos pelas tradicionais disciplinas acadêmicas, como a necessidade de um trabalhador dócil ao regime fordista de produção. Para isto, os capitalistas contrataram diversos especialistas e técnicos para vasculhar a intimidade da vida privada dos operários, buscando enquadrá-los em novos padrões morais, familiares (reafirmação da monogamia) e mesmo sexuais (controle dos impulsos), pois suas energias deveriam ser direcionadas para um processo produtivo que requeria, cada vez mais, uma maior intensidade da força do trabalho.

Por último, Gramsci dissertou sobre as transformações que o “americanismo-fordismo” operou na estrutura política das classes sociais. São três aspectos levantados em relação a este tema: para o triunfo da fração industrial da burguesia, deveria-se 1) retirar do poder a fração plutocrática da burguesia, que vinha dominando as sociedades capitalistas com a emergência do capital financeiro; 2) promover a destruição das antigas classes parasitárias europeias, um dos grupos sociais que mais apresentavam resistências à expansão do “americanismo-fordismo”; e 3) cooptar certos setores da classe trabalhadora (a aristocracia operária) por meio do pagamento de altos salários.

De modo geral, percebe-se que as principais ações burguesas de implementação do americanismo-fordismo se deram por meio do uso de uma estratégia política baseada em elementos consensuais e hegemônicos, como os serviços sociais do *Rotary Club*, os altos salários pagos à aristocracia operária e o novo modo de vida em termos morais, familiares e sexuais.

Por isso, a coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consenso, e isto pode ser obtido, nas formas próprias de uma determinada sociedade, por meio de uma retribuição, que permita um determinado padrão de vida, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de esforço (Gramsci, 2007, p. 273 – C22 [1934], §13).

Gramsci, todavia, alertou, em algumas passagens do Caderno 22 (e não exclusivamente nelas), que as classes dominantes não descartam o uso da coerção em períodos de dominação;¹⁴ coerção e consenso, nestes casos, são faces de uma mesma moeda – da supremacia burguesa –, especialmente quando se trata de soldar os vínculos de um bloco histórico em momento de crise:

(...) parece ser possível responder que o método Ford é ‘racional’, isto é, deve se generalizar; mas, para isso, é necessário um longo processo, no qual ocorra uma mudança das condições sociais e dos costumes e hábitos individuais, o que não pode ocorrer apenas através da ‘coerção’, mas somente por meio de uma combinação entre coação (autodisciplina) e persuasão, sob a forma também de altos salários, isto é, da possibilidade de realizar o padrão de vida adequado aos novos modos de produção e de trabalho, que exigem um particular dispêndio de energia musculares e nervosas (2007, p. 275 – C22 [1934], §13).

Os impactos das mudanças operadas pelo americanismo-fordismo foram sentidos em todas as esferas do ser social, demonstrando o grau de complexidade que as estratégias das classes dominantes estadunidenses montaram diante da crise orgânica do capitalismo no término do século XIX e prelúdio do XX:

Não é de surpreender o fato de que os industriais americanos, a começar por Ford, tenham procurado afirmar que se trata de uma nova forma de relações: eles buscam obter, além dos efeitos econômicos dos altos salários, também efeitos sociais de hegemonia espiritual, o que é normal (Gramsci, 2007, p. 291 – C3 [1930], §138).

¹⁴ “Até agora, todas as mudanças do modo de ser e viver tiveram lugar através da coerção brutal, ou seja, através do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade: a seleção ou a ‘educação’ do homem adequado aos novos tipos de civilização, isto é, às novas formas de produção e trabalho, ocorreu com o emprego de inauditas brutalidades, lançando no inferno das subclasses os débeis e os refratários, ou eliminando-os inteiramente. Em todo advento de novos tipos de civilização, ou no decurso do processo de desenvolvimento, houve crises” (2007, p. 262-263 – C22 [1934], §10).

Em outra passagem, Gramsci descreve como as medidas efetivas do americanismo e do fordismo tiveram impacto sobre a totalidade da vida social:

(...) tais atividades estavam menos desconectadas entre si do que poderia parecer, já que os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro (Gramsci, 2007, p. 266 – C22 [1934], §11).

Por essas constatações, podemos afirmar que, ao discutir o americanismo-fordismo, Gramsci não dissertou somente sobre um aspecto unilateral da realidade, como a base produtiva, mas sobre todo um novo conjunto de agir, pensar e sentir diante da etapa monopolista do capitalismo, que criava, a seu modo e semelhança, uma nova cultura a partir de uma revolução passiva.

A “teoria da persistência” do modo de produção capitalista

Até 1926, Gramsci acreditava que a crise da civilização burguesa iria se aprofundar, pois as medidas tomadas pelas classes dominantes seriam insuficientes para debelá-la. Este julgamento, contudo, modificou-se ao longo dos anos seguintes, mesmo com o advento da crise de 1929.

Para ele, a única saída efetiva para as crises capitalistas era a revolução socialista. O problema é que, após as derrotas operárias nos anos 1910-1920, a revolução não mais se apresentava como uma alternativa imediata, pois o movimento operário internacional e seus respectivos partidos políticos nacionais encontravam-se amplamente desorganizados e sem uma estrutura de elaboração de um projeto ético-político necessário para a construção da capacidade dirigente da classe trabalhadora na tomada do poder. Esta falta de alternativa socialista à crise capitalista não se devia exclusivamente aos erros das classes subalternas e suas vanguardas ocidentais; ela incluía os descaminhos da Revolução Russa e a brutal repressão

sofrida pelos socialistas, anarquistas e comunistas nos anos 1920 e 1930, vítimas dos regimes fascista, nazista, franquista e salazarista, respectivamente, na Itália, Alemanha, Espanha e Portugal. Após a derrota do movimento operário no campo político-militar, novas derrotas vieram no campo estritamente político, após uma intensa guerra de posição na ampliação do Estado, com os partidos burgueses de massa e o mercado determinado.

À medida que a revolução socialista ia momentaneamente se ausentando como uma alternativa concreta de solução à crise orgânica dos anos 1920, os processos burgueses de revolução passiva potencializaram-se como respostas efetivas do ponto de vista de manutenção do capitalismo. Tanto o fascismo quanto o americanismo-fordismo foram aperfeiçoados ao longo das suas implementações, ganhando fôlego quando muitos não acreditavam em suas sobrevidas. Daí Alvaro Bianchi (2008, p. 270-271), em sintonia com Alberto Burgio, afirmar que Gramsci teria desenvolvido, com o conceito de revolução passiva, uma “teoria da persistência” do modo de produção capitalista.

Percebendo argutamente tais movimentos históricos de ampla significação para a política revolucionária dos partidos comunistas, Gramsci reviu suas próprias avaliações sobre a permanência e eficácia das revoluções passivas feitas até o momento de sua prisão. Primeiramente, ele defendeu a tese do fascismo como uma resposta ocasional à crise, como um programa político que não “marcaria época”. Na década de 1930, esta avaliação mudou. Enquanto marxista de base hegeliana, ele continuou vendo o capitalismo como um sistema social vivo em pleno desenvolvimento, mas que em algum momento histórico perecerá; não a partir de uma morte natural derivada de suas próprias contradições, mas por meio da ação revolucionária de um sujeito histórico coletivo: a classe trabalhadora e seus intelectuais-coletivos, os partidos políticos comunistas.

É importante, aqui, apenas uma ressalva: a “teoria da persistência” não deve ser confundida com a hipótese do fim da História contida nos escritos de Hegel; ela implica o estudo das reformas-restauradoras empreendidas pelos dominantes para reconstrução e revalidação de estruturas e ideologias de sustentação dos blocos históricos capitalistas, que continuam a conviver com crises conjunturais e orgânicas. A atenção de Gramsci voltou-se, então, para os esforços empreendidos pelas classes dominantes em manter vivo um modo de produção que mostrava fortes indícios de declínio, barbárie, putrefação, tal qual afirmaram Lenin, Trotsky e Rosa Luxemburgo. Ele adotou uma postura crítica diante de tais teses da decadência final do capitalismo e, a partir da categoria “revolução passiva”, empreendeu todo um esforço de compreensão dos mecanismos de revalidação e ressignificação das ideologias burguesas e do modo de operação do Estado ampliado, capazes de ressoldar o bloco histórico capitalista. Na opinião de Domenico Losurdo,

A revolução passiva é uma categoria da qual os *Cadernos do cárcere* se servem para mostrar a persistente capacidade de iniciativa da burguesia, que, também na fase histórica na qual deixou de ser uma classe propriamente revolucionária, consegue produzir transformações político-sociais bastante relevantes, conservando firmemente nas mãos o poder, a iniciativa e a hegemonia, e deixando as classes trabalhadoras em sua condição de subalternidade (Losurdo, 2006, p. 176).

O conceito de revolução passiva está, portanto, intimamente ligado aos temas da transição socialista e da conservação do modo de produção capitalista, das reformas (operárias ou burguesas) e da revolução, das contrarreformas e das contrarrevoluções. Por isso, o conceito é relacionado com o prefácio de 1859 de Karl Marx, em uma passagem na qual o revolucionário alemão debate a evolução dos modos de produção, suas superações e permanências:

O conceito de ‘revolução passiva’ deve ser deduzido rigorosamente dos dois princípios fundamentais de ciência política: 1) nenhuma formação

social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontrarem lugar para um novo movimento progressista; 2) a sociedade não se põe tarefas para cuja solução ainda não tenham germinado as condições necessárias etc. Naturalmente, estes princípios devem ser, primeiro, desdobrados criticamente em toda a sua dimensão e depurados de todo resíduo de mecanicismo e fatalismo. Assim, devem ser referidos à descrição dos três momentos fundamentais em que se pode distinguir uma 'situação' ou um equilíbrio de forças, com o máximo de valorização do segundo momento, ou equilíbrio das forças políticas, especialmente do terceiro momento, ou equilíbrio político-militar (Gramsci, 2002, p. 321-322 – C15 [1933], §17).

Nesta passagem citada de memória, Gramsci não só relaciona o conceito de revolução passiva ao prefácio à *Contribuição à crítica da Economia Política* como lhe dá uma interpretação para além do mecanicismo e do fatalismo político e econômico, posição típica do catastrofismo da Terceira Internacional. A manutenção do modo de produção capitalista ou a sua superação pela via da transição socialista só podem ser plenamente entendidas mediante uma refinada análise concreta da correlação de forças (econômicas, político-militares e militares) entre as classes sociais fundamentais, com a valorização dos elementos políticos e militares, isto é, de consenso e coerção, com destaque para o último. Quando Gramsci dá este destaque para o elemento militar, aponta para a necessidade do uso da força tanto para a estabilização do bloco histórico quanto para a sua superação. Mais uma vez, hegemonia e ditadura, guerra de posição e guerra de movimento são articuladas nas táticas de persistência do modo de produção capitalista, táticas estas que ganham uma plasticidade ainda maior nas reestruturações operadas pelas revoluções passivas do século XX. Conforme escreve Buci-Glucksmann,

(...) não é tanto, como se escreveu, que o elemento hegemônico guerra de posição sobreponha-se ao elemento guerra de movimento-domação, ao ponto de excluir qualquer elemento coercitivo de dominação no pensamento gramsciano de Estado (o que é falso). Muito menos se trata de

que o primado da guerra de posição elimine todo momento de ruptura, de movimento. Pois Gramsci tem o cuidado de precisar que o primado *estratégico* da guerra de posição implica – a título de tática – elementos de guerra de movimento, de ruptura dos equilíbrios sociopolíticos dominantes (Buci-Glucksmann, 1978, p. 134 – grifos originais).

A crise orgânica dos anos 1910-1930 trazia no seu bojo uma enorme contradição, e Gramsci foi obrigado a decifrá-la a fim de traçar uma nova estratégia revolucionária comunista. A passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista marcou um profundo avanço das forças produtivas caracterizado pela Segunda Revolução Industrial, quando a ciência, aliada à técnica, tornou-se parte essencial dos processos de trabalho. Tal avanço foi intensificado com a introdução e a posterior massificação dos processos técnicos e organizacionais tayloristas e fordistas nos setores mais dinâmicos de acumulação de capital. Assim, o capitalismo não estava fadado ao desaparecimento, como poderia constatar uma leitura rasa do prefácio marxiano.

A grande questão é que, em paralelo ao desenvolvimento capitalista das forças produtivas, iniciava-se, na Rússia – um país dependente do ponto de vista econômico e político –, a primeira experiência nacional de transição ao socialismo. Com isto, parte da humanidade colocava-se uma hercúlea tarefa cujas soluções já estavam disponíveis, embora muitas dificuldades não previstas surgissem no processo e soluções nada ortodoxas fossem implementadas – como a adoção de métodos tayloristas e fordistas para a promoção da industrialização russa. Ou seja, de um lado as classes dominantes, a partir dos expedientes das revoluções passivas e de todo arsenal da sua supremacia, promoviam mudanças no bloco histórico capitalista que permitiam a tal modo de produção uma (pujante) sobrevivida, contrariando as previsões catastrofistas de lideranças comunistas. De outro, aproveitando-se das janelas históricas abertas pelas contradições imperialistas, os bolcheviques

provaram, na prática, que as circunstâncias sociais existentes no início do século XX comportavam as condições necessárias para a revolução socialista. Gramsci estava, então, diante desta complexa contradição: a marcha forçada do modo de produção capitalista, visto por muitos como um corpo social decrépito, semimorto, e o simultâneo surgimento do projeto socialista, visto por outros como um ser social prematuro, sem condições de sobreviver numa sociedade sem um nível adequado de desenvolvimento das forças produtivas como era a Rússia.

Diante deste intrincado contexto histórico, Gramsci abandona qualquer veio de análise do tipo idealista-utópica e busca dar respostas prático-teóricas às contradições emergentes da crise orgânica do início do século XX. Suas reflexões nos *Cadernos do cárcere* são, em larga medida, um esforço de reelaboração da teoria marxista e da práxis comunista para o período histórico que se descortinava. O revés sofrido pelas forças revolucionárias nos anos 1920 impunha, para ele, a necessidade de formulação e execução de novas táticas de luta para a classe trabalhadora e novas formas de organização para os partidos comunistas.

Muitos obstáculos, contudo, estavam no caminho do reascenso das lutas de classe em favor dos trabalhadores: nas trincheiras revolucionárias, o revisionismo e a capitulação dos partidos social-democratas, o esquerdismo e o sectarismo da Terceira Internacional, a estatolatria e a “nacionalização” da Revolução Russa; nas casamatas burguesas, a repressão, a ampliação do Estado e, destacadamente, as revoluções passivas do fascismo e do americanismo-fordismo, que, na apreciação de Gramsci, não marcaram época, mas permitiram uma permanência limitada – sem ser efêmera – do modo de produção capitalista. Conforme anota de Felice,

A contradição é só aparente, e de modo algum aquele juízo pode transformar-se numa avaliação reduitiva dos processos que levam à revolução passiva: o não marcar época serve para determinar os limites extremos

dentro dos quais aqueles processos, e a própria categoria de revolução passiva, podem evoluir, isto é, modificação e transformação de uma formação econômico-social, mas *não* sua superação, e portanto definição de relações sociais de produção novas, capazes de marcar toda uma época (Felice, 1978, p. 231 – grifo original).

Tais previsões de durabilidade (temporária) do capitalismo derivadas dos julgamentos sobre as revoluções passivas não tiraram o otimismo e a vontade de Gramsci, que afirmava, de acordo com o pessimismo da razão, a pertinência e a atualidade da revolução socialista como saída às crises orgânicas da sociabilidade do capital. Ele estudou a (sobre)vida do capitalismo enquanto lutava simultaneamente pela sua superação, apesar das vitórias momentâneas conquistadas pelas classes dominantes, a partir das quais o modo de produção capitalista passou por profundas metaformoses, com a introdução de novos processos produtivos e organizacionais, a ampliação do Estado, a cooptação (molecular e coletiva) de lideranças operárias e a conquista do consenso de partes significativas das classes subalternas, desarmando o potencial revolucionário da crise orgânica e preparando o terreno para o que viria a ser a Era de Ouro do capitalismo no pós-Segunda Guerra Mundial.

PARTE 2

A SUPREMACIA NEOLIBERAL E OS INTELECTUAIS DO SOCIAL-LIBERALISMO

O PROJETO NEOLIBERAL E A SUPREMACIA BURGUESA

A crise orgânica da longa década de 1970

No volume *Era dos extremos*, Eric Hobsbawm (1997) privilegia processos sociais, políticos, econômicos e culturais de grande envergadura no estabelecimento de épocas históricas. Em vez de seguir a cronologia fria e evolutiva dos calendários, estabelece os grandes marcos da história de uma maneira mais processual, de acordo com o desenrolar contraditório das lutas de classes, tido como o grande motor da história da humanidade.

Utilizando esse mesmo método historiográfico, afirma-se aqui que a década de 1970 se iniciou com o movimento que ficou conhecido como Maio de 68, mas que se estendeu pelo “outono quente” italiano em 1969 e terminou em 1980 com a eleição de Ronald Reagan para a presidência dos Estados Unidos. Configura-se, assim, *a longa década de 1970*, uma época de transição entre o bloco histórico fordista-keynesiano e o neoliberal, ou, mais precisamente, uma época de crise orgânica do modo de produção capitalista.

O prelúdio da crise orgânica do bloco histórico fordista-keynesiano no final do século XX deu-se no plano político como uma crise de hegemonia, na qual amplos setores das classes subalternas desafiaram a supremacia burguesa. Foi um período de altas taxas de crescimento econômico, pleno emprego e aumento constante dos salários em diversos países centrais. Pelo menos do ponto de vista econômico-corporativo, certos interesses da classe trabalhadora estavam contemplados pelos acordos entre capital e trabalho

que geraram o Estado de bem-estar social. Neste sentido, defendo que a política foi o campo no qual germinou a crise orgânica, e não a economia.

Michael Löwy lembra que esta

(...) era a época chamada “trinta gloriosos” (1945-1975), anos de crescimento e de prosperidade capitalista. Isso é importante para evitar a armadilha de se esperar revoltas anticapitalistas apenas – ou somente – como resultado de uma recessão ou de uma crise mais ou menos catastrófica da economia. Não há correlação direta entre os altos e baixos da bolsa e a ascensão e o declínio das lutas – ou das revoluções – anticapitalistas! Acreditar no contrário seria uma regressão ao tipo de ‘marxismo’ economicista que predominava tanto na Segunda quanto na Terceira Internacional (Löwy, 2008, p. 33-34).

A crise de hegemonia e os movimentos de Maio de 1968

Um dos fatos marcantes de contestação da supremacia burguesa foi, portanto, o Maio de 68. Os seus movimentos foram uma sucessão de protestos, greves, barricadas e rebeliões liderados por diferentes grupos subalternos nos quatro cantos do planeta. A Primavera de Praga, os protestos estudantis na Cidade do México, as barricadas no *Quartier Latin*, na margem esquerda do rio Sena, são exemplos notórios de uma das maiores ações contestatórias à ordem estabelecidas na segunda metade do século XX. “O fato memorável em 1968 foi a amplitude geográfica da revolta global. Foi como se uma única faísca tivesse posto o campo todo em chamas” (Ali, 2008, p. 27).

Os movimentos de Maio de 68 não dispunham de uma direção centralizada; na verdade eram formados por uma ampla gama de grupos revolucionários e libertários. Neles figuravam anarquistas, trotskistas, maoistas, utópicos, romântico-revolucionários e um sem-número de organizações independentes e avessas aos “rótulos” então modernistas. Dentro da sua imensa pluralidade, identifica-se um programa de transformação social composto de

itens de todo o espectro político-cultural: o fim da alienação no trabalho e na vida cotidiana, da opressão de gênero e raça e da destruição do meio ambiente, a defesa da liberdade de expressão, de pensamento e de comportamento, o desarmamento nuclear, a libertação do Terceiro Mundo do jugo colonial e imperialista, os direitos humanos e muitos outros. Desta Torre de Babel constavam antigos movimentos da classe trabalhadora – operário, estudantil e negro – e organizações da Nova Esquerda, como os movimentos feministas, ambientalistas, pacifistas, de defesa à diversidade sexual etc., com predomínio das lutas particularistas.

Os novos movimentos sociais partiram de um conjunto amplo de críticas ao sistema, ora identificado com o capitalismo, ora com o modelo soviético de socialismo. No âmbito do capitalismo, discutia-se a expansão ilimitada da lei do valor desde o trabalho até o amor, passando pela arte e pela cultura. A desmercantilização foi uma das suas principais bandeiras de luta. Ademais, o bloco histórico fordista-keynesiano aprofundou o processo de burocratização das grandes estruturas de poder do capital.

A estas críticas de teor anticapitalista surgiram as críticas aos antigos movimentos antissistêmicos que haviam tomado o poder em alguns Estados-nação, tanto pela via reformista quanto pela revolucionária. Segundo Immanuel Wallerstein, os movimentos de 1968 – considerados pelo autor como uma “revolução mundial” – apareceram na esteira de uma “desilusão em larga escala gerada pela performance adotada pelos movimentos antissistêmicos, após sua chegada ao poder, em seus seguidores populares” (Wallerstein, 2005, p. 268). As antigas forças progressistas, que cobriam um arco que ia dos partidos e sindicatos social-democratas até os comunistas, passando pelos movimentos de libertação nacional anticolonialistas e anti-imperialistas da África e da Ásia, não teriam cumprido parte de suas promessas, estando, de uma forma ou de outra, em dívida com a sua base social e integrados à ordem

capitalista que outrora haviam se disposto a transformar radicalmente. Importantes reformas no campo dos direitos sociais foram conquistadas, e a renda do trabalho cresceu em diversos países, mas os avanços no plano econômico-corporativo seriam, de acordo com os movimentos de Maio de 68, insuficientes.

Uma fração substancial da literatura sobre os movimentos de 1968 aborda a efervescência daquele período sob uma ótica culturalista e subjetivista, como se os diferentes grupos tivessem se limitado a uma pauta de reivindicação moral e de contracultura. Com efeito, reconstituiu-se a memória política e cultural dos movimentos sem a presença de um dos sujeitos mais ativos e importantes: a classe trabalhadora. Operários industriais e trabalhadores urbanos do setor terciário fizeram parte dos levantes, passeatas e manifestações, mobilizando bairros inteiros das cidades sublevadas. Naquele ano, a Europa registrou a sua maior greve geral; uma onda de ocupações de fábricas foi realizada, indo de encontro às deliberações orquestradas pelas direções de sindicatos e partidos de esquerda, resgatando a melhor tradição cooperativista dos *Communards*, dos *Soviets* e dos Conselhos de Fábrica de Turim. Tais rebeliões operárias foram uma realidade no centro, semiperiferia e periferia do mercado mundial: Paris, Córdoba, Osasco, Contagem. Contestava-se a supremacia burguesa no terreno considerado inexpugnável da produção, ao mesmo tempo em que se questionavam também os métodos e o alcance das lutas conduzidas pela social-democracia.

Justiça seja feita aos movimentos de 1968, programas e medidas igualitaristas de corte classista estiveram presentes nos panfletos, cartazes, faixas e palavras de ordem na práxis militante das vanguardas operárias. O aumento da exploração por meio da introdução dos métodos fordistas de produção – que padronizaram movimentos e pensamentos, intensificaram a jornada de trabalho, aperfeiçoaram os princípios científicos da administração taylorista e aumentaram a hierarquia entre os escritórios de planejamento

e direção e o chão de fábrica – foi frontalmente contestado pelos operários industriais. Não se lutou somente pelo aumento do salário, mas também contra a alienação e a subsunção real. Neste sentido, a classe trabalhadora transcendia uma pauta econômico-corporativa em direção a um projeto ético-político de construção de uma nova sociedade, contestando radicalmente a base sob a qual se sustenta o capitalismo.

A bandeira vermelha do igualitarismo foi hasteada em diversas partes do mundo. O que acabou prevalecendo nos movimentos de 1968, entretanto, foram os temas referentes à liberdade, historicamente relacionados ao liberalismo. Cumpre observar que o tema da liberdade não é exclusivo da filosofia política liberal, embora se reconheça o seu surgimento na história das ideias e da política como obra das revoluções burguesas e de seus representantes ideológicos e literários.

Desde o seu início, a tradição socialista disputou a hegemonia em torno dos ideais de liberdade humana. Enquanto o *Bill of Rights* (1689), documento inicial da era dos direitos e da liberdade burguesa, clamava aos lordes espirituais e temporais e membros da Câmara dos Comuns a garantir os direitos civis das liberdades dos indivíduos, a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1793 conclamou o povo a cumprir na prática a finalidade máxima de uma sociedade: a felicidade geral e o gozo dos direitos naturais, entre eles a liberdade. Entre um e outro, um salto qualitativo enorme: enquanto o primeiro identificou a elite inglesa como agente da transformação, o segundo identificou o povo (unidade política ainda disforme), que deve estar permanentemente mobilizado para pressionar e exigir do Estado a efetivação dos direitos civis, políticos e mesmo sociais presentes na Declaração jacobina. Mas, apesar das diferenças existentes entre a Revolução Gloriosa e a fase jacobina da Revolução Francesa, ambas operavam dentro dos marcos das revoluções burguesas.

Poucos anos mais tarde, Graco Babeuf assinaria o *Manifesto dos Iguais* (1797), um chamado à luta pela efetivação da igualdade com centralidade na reforma agrária e na distribuição igualitária dos frutos advindos da terra, patrimônio comum a todos os seres humanos, e não a alguns proprietários. A construção da igualdade nas relações sociais seria, para Babeuf, a precondição de uma sociedade humana independente e feliz. Igualdade e liberdade figuram lado a lado neste documento inaugural da tradição moderna do comunismo, apontando-se um peso maior do primeiro ideal.

No desenrolar das lutas libertárias e igualitárias, os socialistas utópicos defenderam o fim da opressão da mulher (Charles Fourier) e a educação como um instrumento de conscientização e emancipação, libertando as crianças dos odiosos processos de produção em minas e indústrias (Robert Owen). Sob a aparência fantasiosa de criação de novas sociedades minuciosamente descritas por mentes que se consideravam brilhantes e dos seus apelos transclassistas à caridade dos ricos, escondiam-se, segundo Engels ([1877] s/d), “germes geniais de ideias” que denunciaram o caráter iníquo e desumano da exploração capitalista.

Recolhendo toda esta herança cultural do socialismo moderno e mantendo a centralidade da igualdade na construção de uma sociedade comunista, Marx e Engels também abordaram o tema da liberdade com relativa atenção. Nos textos juvenis sobre a questão judaica, Marx ([1843] 2010) apontou para os limites intrínsecos dos direitos civis e políticos burgueses em promover a liberdade e a emancipação plena dos seres humanos, mesmo para aqueles que tinham acesso formal e/ou real aos direitos políticos. No *Manifesto do partido comunista*, os camaradas alemães insistiram no caráter classista do Estado moderno, que não encarnava o estágio final da liberdade humana tal qual Hegel havia defendido algumas décadas antes. Para eles, a liberdade humana só seria uma realidade quando a revolução proletária destruísse o Estado e quebrasse os grilhões

de todas as classes, instaurando a sociedade comunista, na qual “o livre desenvolvimento de cada um é pressuposto para o livre desenvolvimento de todos” (Marx e Engels, [1848] 1998, p. 29).

Marx e Engels eram cuidadosos ao falar sobre o comunismo: entendiam que os intelectuais ligados ao movimento operário não deviam encarnar o papel de oráculo do proletariado, prevendo o futuro e receitando fórmulas prontas para as lutas contra a burguesia e seus aliados. Por isso, quase não há referências substantivas dos revolucionários alemães ao que seria comunismo, com exceção de algumas linhas do *Manifesto* e de livros e rascunhos que não foram publicados em vida, como *A ideologia alemã*, *Grundrisse* e *Crítica ao programa de Gotha* – nos quais eles se referiam a ele como o “reino da liberdade”. Vista desta forma, a luta dos socialistas e comunistas na pré-história da humanidade teria como objetivo final, junto com a abolição das classes e do Estado, a liberdade.

Argumenta-se, desse modo, que não há uma separação maniqueísta entre liberdade e igualdade tal qual Norberto Bobbio (2001) apresenta no seu opúsculo *Direita e esquerda*, nem muito menos uma incompatibilidade ontológica, conforme dizem os liberais e neoliberais nas suas críticas ao “totalitarismo” dos regimes comunistas. Socialistas, anarquistas e comunistas procuraram, no decurso da história, construir uma unidade teórica e prática dos ideais de igualdade e liberdade, mas nem sempre esta operação foi bem-sucedida. Com efeito, parte dos seus esforços práticos nas experiências revolucionárias concretas foi o estabelecimento de medidas no âmbito da igualdade socioeconômica, como o fim da propriedade privada e a oferta pública de bens sociais.

Maio de 1968 representou, dentro da esquerda, uma das operações fracassadas de criar uma unidade política e cultural entre igualdade e liberdade. A fusão dos ideais igualitários com os libertários foi tensa desde o início dos protestos. Isto acabou prejudicando a unidade de luta dos diversos segmentos políticos e

culturais. A ausência (deliberada) de uma direção minimamente centralizada também ajudou no processo de fragmentação das lutas sociais, que acabaram por se enfraquecer e abrir espaço para a ofensiva capitalista que estava à espreita – o neoliberalismo.

Tachar os movimentos de 1968 de abre-alas para o neoliberalismo é uma afirmação polêmica (Wood, 1999, p. 9). Não trilharei este caminho, mas é forçoso reconhecer, em consonância com David Harvey que “todo movimento político que considera sacrossantas as liberdades individuais corre o risco de ser incorporado sob as asas neoliberais” (Harvey, 2008, p. 50). Foi o que aconteceu, pelas linhas tortuosas das lutas de classe, com uma parte das lideranças políticas e intelectuais da geração de 1968.

No rescaldo das chamas desse período, o estruturalismo francês surgiu como a ideologia hegemônica nos principais círculos acadêmicos da Europa Ocidental, com rebatimentos aqui no Brasil. O marxismo saiu de cena como o pensamento filosófico insuperável de seu tempo para dar lugar ao estruturalismo de Lévi-Strauss, Foucault, Lacan e Althusser, definido por Carlos Nelson Coutinho ([1972] 2010, p. 16-18) como um “racionalismo formal” que reduz a razão a uma manipulação tecnicista de dados da realidade, abstraindo-se da dialética, do historicismo e do humanismo. Na berlinda desta nova ideologia ficaram Hegel (em detrimento de Kant, Nietzsche e Heidegger), a ideia de verdade e a história universalista (Netto, 2010, p. 252).

A crítica do estruturalismo a correntes do modernismo e do iluminismo foram ressignificadas e reapropriadas tempos depois pela ideologia hegemônica que lhe sucederia, o pós-modernismo; por isso alguns autores identificam-no como uma espécie de ovo da serpente pós-moderna, estabelecendo vínculos entre as duas correntes ideológicas. Logo após a breve hegemonia do estruturalismo, houve o surgimento do pós-modernismo, que se tornou a ideologia hegemônica até o final do século XX e início do XXI.

Assim como os movimentos de 1968, o pós-modernismo é marcado por uma enorme heterogeneidade. O mais correto seria falar em teorias pós-modernas. De todo modo, Netto (2010, p. 261-263) identifica denominadores comuns que conformam uma unidade ao pós-modernismo: o estudo da realidade reduzido à aparência dos fenômenos; a negação do conceito de totalidade; a construção da realidade por meio dos signos e símbolos, tornando-a um simulacro; o ecletismo teórico-metodológico; o relativismo e o idealismo, em contraposição ao materialismo histórico.

A base filosófica do pós-modernismo era o novo irracionalismo, que trazia consigo uma “ética de esquerda e uma epistemologia de direita”, segundo sugestão de Lukács. Questionava-se de forma niilista os pressupostos básicos da modernidade, como a verdade, a razão, a história, o progresso e a emancipação humana. Algumas correntes mais extremistas chegaram a afirmar que “nunca fomos modernos”, isto é, que a modernidade nunca existiu.

As metanarrativas (socialismo e marxismo) teriam sido desacreditadas no seu poder de interpretação e transformação da realidade, ainda mais após as mudanças vivenciadas pelo capitalismo a partir dos anos 1970. Aliás, o próprio conceito de capitalismo como uma visão ampla e integrada da exploração, dominação e opressão burguesas foi pesadamente bombardeado pelo pós-modernismo, que o substituiu pelos paradigmas de rede, rizoma, biopolítica e, recentemente, de Império & Multidão.

O efeito é fazer desaparecer o conceito de capitalismo ao desagregar a sociedade em fragmentos, sem nenhum poder superior, nenhuma unidade totalizadora, nenhuma coerção sistêmica – ou seja, sem um sistema capitalista expansionista e dotado da capacidade de intervir em todos os aspectos da vida social (Wood, 2003, p. 210).

O pós-modernismo procedeu como a ponta de lança ideológica do neoliberalismo para contra-atacar a radicalidade dos movimentos de Maio de 1968 e explorar suas contradições internas no campo

das liberdades e das subjetividades. Suas teorias moldaram, sob a concepção burguesa do mundo, uma ideologia capaz de orientar práticas individualistas e de consumo articuladas às políticas de identidades multiculturais esvaziadas de qualquer transversalidade classista. Apesar da disposição crítica de muitos de seus autores, que defendem posições progressistas, o pós-modernismo representou a ascensão de um “ceticismo epistemológico e um derrotismo político profundos” (Wood, 1999, p. 13). Operou-se, assim, um “violento giro à direita”, uma defesa da

ordem burguesa em nome da ‘liberdade’, inclusive porque é ela que se mostra a mais adequada para o combate ao ‘totalitarismo’ – leia-se: ao socialismo, não só identificado como a experiência soviética, mas como derivação necessária das ideias de Marx (Netto, 2010, p. 253-254).

Os antigos valores do liberalismo, como a liberdade, a autonomia do indivíduo e tolerância às minorias são repaginados no pós-modernismo, arrastando para a sua zona de influência uma parcela da geração de 1968, inclusive algumas de suas lideranças mais radicais. O resultado concreto foi a decapitação dos dirigentes dos movimentos das classes subalternas, que ficaram privados de uma direção intelectual-moral capaz de barrar o avanço da decadência ideológica trazida pelo pós-modernismo, expressão teórica e cultural do neoliberalismo. Conforme diz David Harvey, a ofensiva neoliberal necessitava

(...) da sustentação de uma estratégia prática que enfatizasse a liberdade de escolha do consumidor não só quanto a produtos particulares, mas também quanto a estilos de vida, formas de expressão e uma ampla gama de práticas culturais. A neoliberalização precisava, política e economicamente, da construção de uma cultura populista neoliberal fundada no mercado que promovesse o consumismo diferenciado e o libertarianismo individual. No tocante a isto, ela se mostrou mais que compatível com o impulso cultural chamado ‘pós-modernismo’, que havia muito espreitava no ninho, mas agora podia surgir, emplumado, como dominante tanto cultural quanto intelectual (Harvey, 2008, p. 52).

Assim, o pós-modernismo foi uma ideologia sistematizada por diversos representantes ideológicos e literários do capitalismo tardio que credenciou a burguesia à posição de classe dirigente antes de (re)tomar o poder no final da década de 1970 e início de 1980. As classes proprietárias, entretanto, ainda enfrentariam outras frentes de batalha até a retomada de sua supremacia perdida durante a última crise orgânica do século XX.

A crise de hegemonia no mercado mundial

No período posterior à Primeira Guerra (1918-1939), as relações econômicas e financeiras internacionais experimentaram um período de instabilidade aguda causada pelas políticas de desvalorizações cambiais competitivas das grandes nações capitalistas. Outro fator de instabilidade nas relações internacionais foi a Revolução Russa, donde emergiu uma potência política, econômica e militar capaz de fazer frente aos principais países capitalistas ocidentais e oferecer uma alternativa concreta para os países dependentes e os trabalhadores de todo o mundo.

A história encarregou-se de mudar a posição inicial de retração dos EUA. O bombardeio japonês a Pearl Harbor foi o estopim para a escalada estadunidense no mercado mundial. Antes mesmo do final da Segunda Guerra, sob a tutela dos EUA, os aliados ocidentais já discutiam os novos rumos da economia mundial, incluindo geopoliticamente, em Yalta, a União Soviética, grande vencedora dos confrontos da Segunda Guerra. A conferência de Bretton Woods foi realizada em 1944. Ali já se sabia qual lado venceria. Cabia determinar os espólios de guerra, e como o poder seria repartido. Deste encontro emergiu o padrão ouro-dólar, com a moeda estadunidense capitaneando o novo bloco histórico capitalista: o fordista-keynesiano. O objetivo foi promover a reforma do sistema internacional monetário e financeiro, um dos bastiões do sistema capitalista, como frisou Keynes desde a assinatura dos Tratados de Versalhes.

A política externa estadunidense sofreu uma alteração. Se antes os EUA voltavam-se basicamente para os seus interesses internos, com o fim da Segunda Guerra, o país conduziu o processo de reconstrução da Europa e do combate ao comunismo ao redor do mundo com a Doutrina Truman, o Plano Marshall e a ideologia do desenvolvimento. O fordismo, sistema manufatureiro de produção genuinamente dos Estados Unidos, tornou-se, de 1950 em diante, o padrão industrial primeiro na Europa e, depois, em praticamente todo o mundo por meio da expansão das multinacionais estadunidenses, inaugurando uma nova fase do imperialismo.

A supremacia estadunidense nas sociedades ocidentais era nítida nos planos da produção, da moeda, das armas e da ideologia. O quadro parecia completo, embora resistências anticapitalistas surgissem em várias localidades. Assim como a Inglaterra havia sido a nau líder da ordem mundial no século XIX e início do XX, os EUA tornaram-se, no final das duas grandes guerras, a potência principal do sistema capitalista. Líder militar, industrial, tecnológico-científico, financeiro e ideológico, eles moldaram o sistema institucional e econômico para atender às necessidades da acumulação capitalista baseada no dólar e no americanismo-fordismo.

Uma vez alçado ao centro do poder, os EUA mantiveram-se neste posto até a década de 1970, quando acontecimentos históricos diversos abalaram sua posição de liderança nas relações internacionais, baseada em instrumentos hegemônicos para os seus aliados e coercitivos para os rebeldes. Vale lembrar que, durante os anos 1940-1970, este país tinha a sua frente um sistema internacional marcado pela bipolaridade, no qual a antiga URSS era considerada um rival à sua altura, diferentemente do século anterior, quando a Inglaterra reinou soberana nos setes mares.

No início de 1960, o balanço de pagamentos dos EUA registrou um alto déficit em seu saldo corrente. Agentes econômicos

começaram a desconfiar da capacidade de o governo estadunidense manter a paridade do dólar frente ao ouro (US\$ 35 = 1 onça de ouro). A moeda começou a se desvalorizar nos mercados não oficiais, chegando à cotação de US\$ 135 para uma onça de ouro nos mercados paralelos. A corrida especulativa contra o dólar foi, então, uma questão de tempo. Desencadeada pelas multinacionais estadunidenses baseadas na Europa, a especulação com a moeda internacional promoveu o fim da livre conversibilidade do dólar com o ouro em 1971, segundo medidas baixadas pelo presidente Nixon, assim como a adoção da taxa flutuante de câmbio. Foi o fim das regras convencionadas pelo sistema de Bretton Woods de taxas fixas de câmbio e livre conversibilidade das moedas nacionais frente ao ouro.

A desvalorização do dólar enfraqueceu a posição internacional dos EUA, pois os detentores da riqueza deixaram de ter ativos denominados nesta moeda. O mercado mundial não podia, entretanto, ficar sem um arranjo institucional. Procurou-se uma alternativa ao antigo padrão ouro-dólar: uma cesta de moedas? Remonetização do ouro? Uma moeda escritural internacional? Muitas alternativas surgiram, mas nenhuma apontou o dólar como solução. Em outras palavras, nenhuma delas discutiu o dólar como base para um novo padrão monetário internacional, o que contrariou os interesses dos EUA.

Em 1973, eclodiu o primeiro choque do petróleo, um aumento extraordinário do preço da principal fonte de energia industrial do Ocidente por intermédio da organização política dos países produtores e exportadores de petróleo, a Opep. Este aumento foi um dos detonadores da crise e responsável, junto com outros fatores, por uma escalada inflacionária sem precedentes, que fez ruir grande parte da crença dos agentes financeiros nas premissas keynesianas e só fez aumentar as expectativas de os EUA perderem seu posto de líder mundial. A partir daí, o Oriente Médio tornou-se uma

das regiões mais cobiçadas do ponto de vista geopolítico, com forte acirramento dos conflitos sociais e bélicos, como a intervenção colonialista de Israel na Palestina, as guerras do *Yom Kippur* e Irã-Iraque, as invasões soviética no Afeganistão e israelense no Líbano e Síria e, mais tarde, as guerras no Iraque.

Por diversos ângulos que se possa analisar a longa década de 1970, constatam-se anos conturbados para os EUA. O cenário político interno foi tenso e agitado, com a renúncia presidencial e as manifestações pelo fim da guerra do Vietnã e do poder do complexo industrial-militar, a favor dos direitos civis dos negros, da legalização do aborto e outras questões polêmicas, muitas delas ligadas aos comportamentos dos jovens. Os *campi* universitários foram sacudidos pelas revoltas estudantis inspiradas no Maio de 68.

No cenário externo, a situação foi ainda pior. Já em 1968, a guerra do Vietnã virou em favor dos vietcongues com a ofensiva do Tet. Anos depois, os Estados Unidos retiraram suas tropas do Sudeste Asiático depois da derrota na guerra, e o Vietnã do Norte unificou todo o país sob um regime socialista. Os custos da guerra foram enormes, tanto do ponto de vista financeiro quanto político, pois a capacidade de os EUA exercerem a sua supremacia no mercado mundial mostrou-se cada vez mais reduzida, apesar de todo o aumento da carga repressiva do gendarme mundial. Desse modo, a derrota da maior potência imperialista no campo militar para um país pobre e de base agrária impulsionou a luta anticolonial e anti-imperialista em outros elos fracos do mercado mundial.

Na longa década de 1970, surgiram movimentos reformistas e revolucionários de conquista do poder. Em 1969, o capitão Kadafi derrubou a monarquia na Líbia e instaurou uma república democrática com tons de nacionalismo árabe e socialismo internacionalista. Dois anos depois, Salvador Allende foi eleito no Chile e implementou uma série de medidas típicas de uma transição socialista; em 1974, Portugal, um dos últimos países

que ainda sustentava um império colonial na África, foi sacudido pela Revolução dos Cravos, que tirou do poder uma das mais longas ditaduras de toda a história da Europa moderna; em 1979, a Frente Sandinista de Libertação Nacional derrubou o regime ditatorial de Anastacio Somoza a partir de uma guerrilha rural e urbana, tendo início a Revolução Sandinista na Nicarágua; e, no Oriente Médio, teve início a Revolução islâmica no Irã, sob o controle dos aiatolás, mas com forte participação popular. Isto sem contar os movimentos insurgentes e revolucionários que não obtiveram êxito imediato nas suas lutas, como os agrupamentos armados na Alemanha, Itália, Palestina e América Latina. A revolução internacional, impulsionada por guerrilhas e partidos políticos institucionalizados na democracia representativa, tornou-se uma realidade em países dependentes, abalando a supremacia das potências imperialistas.

Em diversos outros países, a crise hegemônica dos Estados Unidos abriu espaço para projetos de desenvolvimento nacional com relativa autonomia frente à dominação imperialista. Nações do Oriente Médio, Leste Asiático e América Latina estabeleceram estratégias de aprofundamento de seus processos de industrialização, rompendo com o esquema clássico da divisão internacional do trabalho, no qual países do centro produziam manufaturados e países periféricos, mercadorias primárias.

Com este conjunto de fatos ocorrendo praticamente de forma simultânea, os principais arranjos institucionais, econômicos e financeiros costurados no pós-guerra ruíram, e nada surgiu até 1980 que pudesse garantir tranquilidade aos investidores internacionais. Os circuitos de acumulação capitalista haviam perdido parte da sua segurança jurídica, necessária a tomadas de decisão de investimento e retorno dos seus lucros, muitos deles provenientes da periferia reformista-revolucionária, que até então cumpria docilmente a sua função de exportadora de riqueza.

Diante da ofensiva das guerras de posição e de movimento das classes subalternas nos elos fracos do imperialismo, que reforçou a crise orgânica do modo de produção capitalista, as potências imperialistas, com destaque para os Estados Unidos, colocaram em prática um arsenal de medidas contrarrevolucionárias. Do ponto de vista militar, os Estados Unidos financiaram golpes ao redor do mundo. Na América Latina, apoiaram diretamente a contrarrevolução no Chile, com o golpe de Pinochet; na Nicarágua, com o financiamento e treinamento dos Contras e a invasão da ilha de Granada em 1983. No Oriente Médio, deram todo o suporte logístico para Israel em suas guerras contra os países árabes e islâmicos, estabelecendo na região uma espécie de protetorado avançado. Além disso, forneceram armamento para o Iraque na guerra contra o Irã, transformando aquele país em uma das maiores forças militares do Golfo Pérsico. Anos mais tarde, esta força militar seria usada na invasão do Kuwait, o que forçou a intervenção estadunidense para impedir o expansionismo iraquiano. Duas novas guerras ainda seriam necessárias para os Estados Unidos se estabelecerem definitivamente na região do Golfo a partir de uma nova colônia.

A teoria e os projetos de desenvolvimento econômico também figuraram no arsenal dos Estados Unidos como uma arma hegemônica de contra-ataque ao avanço do socialismo na periferia. Em determinadas regiões do planeta, como Europa Central e Sudeste Asiático, a potência imperialista central financiou projetos nacionais de desenvolvimento – como Alemanha, Japão, Coreia do Sul e Taiwan, países localizados em regiões de conflitos armados conflagrados nas quais floresceu a revolução socialista (Alemanha Oriental e Leste Europeu, China, Coreia do Norte e Vietnã). Esses são casos de desenvolvimento a convite, no qual nações lograram ingressar no clube dos países centrais, ou pelo menos se tornaram intimamente associados. No rastro do desenvolvimento econômico,

tais países também receberam a bênção da proteção dos Estados Unidos, com a instalação de bases militares em seus territórios.

Apesar do reconhecimento de certo grau de mobilidade dentro do sistema-mundo por meio da estratégia que combina o desenvolvimento a convite com o protetorado militar, ressalto que casos de ascensão na hierarquia imperialista são raridades na história do capitalismo; o que de fato existe é uma rigidez na hierarquia entre as zonas mundiais, o que dificulta, e muito, a superação das condições de pobreza e subalternidade dos países dependentes, até porque, vale ressaltar, a riqueza política, econômica e cultural do andar de cima está ligada à pobreza do andar de baixo.

Junto às armas, a moeda e os acordos financeiros foram outros recursos coercitivos e hegemônicos significativos no contra-ataque estadunidense à perda relativa de sua supremacia na crise orgânica da longa década de 1970, conforme apontam Maria da Conceição Tavares ([1985] 1997) e Peter Gowan (2003). O segundo choque do petróleo, no final da década, e a crise bancária sistêmica no início de 1980 levaram ao fim do miniciclo de crescimento da economia mundial após a recessão de 1973-1975, proporcionado num primeiro momento pelo mercado de eurodólares e, logo depois, pelos petrodólares oriundos da alta do preço do petróleo. Para muitos países, iniciou-se a “década perdida”. Entretanto, a crise não afetou igualmente as nações capitalistas; uma delas saiu mais forte do que as outras, reafirmando e aprofundando o caráter assimétrico do mercado mundial, em contraposição às teorias da globalização que advogavam as teses da convergência mundial.

Os anos 1980 anunciaram tempos difíceis para as classes dominantes, mas terminaram com fatos impensáveis à época até mesmo para os seus principais ideólogos ativos. A queda do socialismo real e a retomada da supremacia estadunidense em torno de um sistema de poder internacional unipolar foram fatos marcantes e não deixaram dúvida: o capital havia triunfado (temporariamente)

sobre o trabalho a ponto de os ideólogos do sistema anunciarem o fim do trabalho, das lutas de classes, das ideologias, do marxismo e da própria história. Antes de essa vitória ficar devidamente configurada ao longo da década de 1980, analistas apostaram na derrocada dos EUA. A crise bancária e financeira da periferia latino-americana e a emergência de potências industriais como Japão e Alemanha pareciam ser sinais do fim da liderança estadunidense no cenário internacional.

Em março de 1980, Paul Volcker, então presidente do Federal Reserve (FED), instituiu um forte controle compulsório sobre o crédito, criando um ambiente econômico recessivo, ao mesmo tempo em que valorizou o dólar no mercado financeiro mundial. Se analisarmos os EUA à época com os olhos de um economista convencional, poderíamos afirmar o fim da supremacia estadunidense. Crescentes déficits comerciais e uma explosiva dívida pública interna eram sinais evidentes de uma economia doente, incapaz de se reproduzir satisfatoriamente. Todavia, um fator de extrema importância foi deixado de lado: os EUA não tinham mais restrições na área do balanço de pagamentos (Teixeira, 2000).

Com os sistemas monetário e financeiro internacionais funcionando sob o comando do dólar – uma moeda estritamente fiduciária, baseada na confiança dos agentes econômicos privados e estatais –, os EUA recobram o domínio sobre a emissão da moeda internacional para financiar qualquer que fosse o seu déficit no balanço de pagamentos, isto enquanto perdurasse a confiança dos agentes financeiros internacionais em sua moeda. Desobrigado de manter uma paridade do dólar com o ouro ou qualquer outro ativo real ou intangível, eles poderiam financiar déficits no seu balanço de pagamentos sem grandes restrições. Assim, pode-se dizer que os anos 1980 não foram o fim da *Pax Americana*, mas apenas uma retomada de fôlego, ou um pouso suave da águia estadunidense, que planejava voos mais altos e ambiciosos.

O choque de juros promovido por Paul Volcker tinha o objetivo de tornar os EUA um centro receptor de capitais e fazê-los retomar o controle sobre a moeda do país. E a sua política foi bem-sucedida quanto aos objetivos traçados: o país tornou-se receptor do crédito internacional, passando de credor a devedor do mundo. Dessa forma, destruiu-se o mercado de eurodólares, com o direcionamento dos principais fluxos internacionais financeiros para o seu território nacional. Todo este movimento acompanhou a lógica dos donos do dinheiro: procurar a maior acumulação possível em circuitos seguros, nos quais os títulos da dívida pública dos EUA tornaram-se uma espécie de *last resort*, funcionando como ativos de segurança em última instância do capitalismo.

De forma incontestável, o dólar tornou-se a moeda de referência internacional, sem sofrer qualquer ameaça significativa nos anos 1980 e 1990. A economia do país, após a recessão de 1981-1983, conseguiu retomar uma trajetória ininterrupta de crescimento, fato este que não foi acompanhado por Europa e Japão. Formou-se, assim, um quadro de assimetria crescente entre os países centrais e entre estes e a periferia, que sofreu os maiores impactos da recessão mundial devido à crise bancária e financeira mundial do início da década.

O aumento do subdesenvolvimento nos anos 1970, com os processos de industrialização em países da periferia, foi financiado basicamente pela tomada de empréstimos externos. Naquela época, os juros internacionais estavam em um patamar baixíssimo devido à alta liquidez dos mercados proporcionada pelo excesso de eurodólares e petrodólares. Com isto, os países semiperiféricos financiaram seus projetos nacionais de industrialização utilizando-se de poupança externa. O calcanhar de Aquiles destes modelos de desenvolvimento se mostrou tardiamente. Do ponto de vista monetário, o maior problema resultou das condições de tomada do dinheiro internacional. Os empréstimos foram feitos com taxas de

juros flutuantes, que não foram prefixadas. Com o aperto monetário promovido pelo FED, quadruplicando as taxas de juros, a dívida externa dos países semiperiféricos cresceu praticamente na mesma proporção. O pagamento da dívida se tornou insustentável diante das baixas reservas internacionais dos países dependentes, o que afetou tais economias nacionais e também as imperialistas, pois seus bancos, que haviam emprestado à periferia, estavam com problemas estruturais nos balanços devido ao calote dos pagamentos externos.

Rapidamente os Estados Unidos (e outros países imperialistas) implementaram programas estatais de reestruturação de seus sistemas bancários e financeiros, visando solucionar os prejuízos privados gerados a partir do choque de juros. A ajuda também chegaria aos países devedores da semiperiferia, mas os condicionantes dos novos empréstimos providos pelo FMI e o Banco Mundial exigiam uma série de medidas draconianas, que enquadraram os países dependentes sob uma nova ortodoxia econômica. Os empréstimos chegaram aos países dependentes sob duras condições, e a situação econômica destes não melhorou em absoluto: recessão, desemprego, aumento do pauperismo (absoluto e relativo) foram a tônica da “década perdida” – tudo acompanhado de altas taxas de inflação, levando-os a uma nova etapa da dependência (Marini [1992] 2005, p. 223-224).

Desta maneira, a retomada do controle da moeda internacional por meio da principal potência imperialista promoveu um realinhamento das forças internacionais entre os próprios países imperialistas e entre estes e os dependentes. Em combinação à moeda e à dívida externa, com os programas de ajustes promovidos pelos organismos multilaterais de desenvolvimento, utilizou-se o poder das armas para estancar a crise orgânica na periferia derivada dos grupos revolucionários que derrubaram ditaduras e democracias representativas falidas. Mas ainda faltava colocar em movimento uma tática poderosa das estratégias das classes dominantes nas

crises orgânicas: as revoluções tecnológicas e organizacionais, que promovem mudanças no desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção.

A crise econômica e o desmonte do Estado de bem-estar social

Segundo Ernest Mandel (1990, p. 211), a construção de um método de análise das crises capitalistas passa pela capacidade de o analista conhecer e distinguir os fenômenos de aparecimento da crise, seus detonadores, suas causas profundas e sua função. Para isto, o marxista belga recorre aos escritos de Marx sobre as crises, dispersos nos livros II, III e IV de *O capital*, bem como no *Anti-Dühring*, de Engels, que contou com a revisão de seu companheiro militante.

Em tempos de fragilidade da acumulação capitalista, muitos fatos econômicos, políticos, sociais e até mesmo naturais podem deflagrar as crises. A falência de um banco sob gestão fraudulenta, a queda de um governo corrupto, a revolta social de um determinado setor da classe trabalhadora, uma praga, uma estiagem ou fortes chuvas em uma região produtora de bens agrícolas essenciais, acabam, sob determinada conjuntura, transformando-se em detonadores da crise, mas decisivamente não são a sua causa. As causas das crises capitalistas são mais profundas, advindas das contradições emanadas da base material e das lutas de classes em todas as suas dimensões, muitas vezes conjugadas entre si, sendo difícil para o analista diferenciá-las quando eclode a crise estrutural. Neste sentido, Mandel afirma

(...) que a crise é uma manifestação da queda da taxa de lucros, ao mesmo tempo em que revela a superprodução de mercadorias. Ainda será necessário estabelecer um encadeamento causal mais preciso, incorporando toda uma série de mediações indispensáveis que se situam, concomitantemente, na esfera da produção e na da circulação de mercadorias e, ainda, no domínio da concorrência e no da luta de classes (Mandel, 1990, p. 213).

Nos textos de alguns intelectuais marxistas – dentre os quais incluímos Mandel (1990, p. 210-211), Harvey (1994, p. 170) e Duménil e Lévy (2003) –, a superacumulação de capitais (e de força de trabalho) e a lei tendencial da taxa de lucro ganham destaque na explicação das crises. Além disto, têm-se o subconsumo da classe trabalhadora, a anarquia da produção e a desproporcionalidade entre diferentes setores produtivos como fatores explicativos e estruturais das crises econômicas no capitalismo.

Diante dessas constantes crises econômicas, umas passageiras e superficiais, outras profundas e prolongadas, as classes dominantes arquitetam medidas preventivas, tendo como objetivo a retomada da supremacia político-cultural e da elevação das taxas de lucro. Mandel (1990, p. 197) descreve seis medidas prescritivas de combate às crises, todas fundamentadas em transformações na base material, tanto em relação às forças produtivas quanto às relações sociais de produção: 1) corte empresarial das atividades menos rentáveis; 2) redução da produção das mercadorias com baixa demanda; 3) introdução de técnicas produtivas mais modernas e eficientes; 4) racionalização nos processos produtivos, visando reduzir o consumo de matéria-prima e energia, e economia com o capital variável; 5) aumento da rotação do capital; e 6) intensificação do consumo da força de trabalho nas jornadas produtivas.

Em termos historicamente estabelecidos, Mandel minimiza o uso deste rol de medidas modificadoras da base material na resolução da crise orgânica dos anos 1970. Na sua avaliação, não estava em marcha naquele período uma nova revolução tecnológica, pois o grande capital não tinha estímulo econômico para realizar investimentos em capital constante de grande monta, dada a crise de superacumulação e a queda da taxa de lucro (Mandel, 1990, p. 206).

Diferentemente do revolucionário belga, que não identificou uma revolução tecnológica em curso na década de 1970, Gérard Duménil e Dominique Lévy destacam a importância

das transformações operadas nas relações sociais de produção e nas forças produtivas para a superação dessa crise. Segundo os economistas franceses, um conjunto de ações foi implementado pela classe burguesa para reverter a queda das taxas de acumulação e rentabilidade do capital. No âmbito da produção, operacionalizou-se uma revolução técnico-organizacional, com o emprego de novas tecnologias (informática e telecomunicações, o que se chamaria nos anos 1990 “a nova economia”) e a adoção de novas formas de gestão dos processos de trabalho, bem como de formas inéditas de propriedade e gestão dos recursos empresariais, como os fundos financeiros mútuos e de investimento (Duménil e Lévy, 2003).

As providências para estancar a crise orgânica dos anos 1970 trouxeram mudanças substantivas na base material capitalista. Desde então, abriu-se uma controvérsia a respeito das transformações do mundo de trabalho. Uns defenderam o fim da centralidade do trabalho na conformação das sociedades pós-industriais, pós-modernas e pós-capitalistas, com a ascensão da ciência, da comunicação e da informação como elementos centrais dos novos processos produtivos. Outros deram adeus ao proletariado como classe produtiva e revolucionária.

De acordo com este livro, as novas configurações do mundo do trabalho continuam reafirmando a supremacia do capital sobre o trabalho, do qual a centralidade da produção não desaparece, e a teoria do valor-trabalho ainda deve ser considerada como um dos instrumentais teóricos mais sólidos para o desvelamento das relações sociais de produção fetichizadas e alienadas do capitalismo. A meu ver, a revolução tecnológica da automação, da robótica e da microeletrônica, bem como os novos processos de trabalho, como os pós-fordistas e os toyotistas, conformam-se como parte substantiva da estratégia burguesa de reversão da crise orgânica dos anos 1970.

O controle patronal sobre os processos de trabalho é apenas uma das facetas da supremacia burguesa, e por isto deve-se atentar para suas medidas coercitivas e consensuais. Também na produção, a burguesia faz uso combinado de hegemonia e ditadura para impor sua direção intelectual-moral à classe trabalhadora. São muitos os artifícios utilizados para se aumentar a extração absoluta e relativa da mais-valia, tal qual assinala David Harvey:

[O controle do trabalho envolve], em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho, mas na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca de identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho (Harvey, 1994, p. 119).

Esta longa citação de Harvey está em sintonia com aquilo que Marx e Gramsci assinalaram a respeito da subsunção do trabalho ao capital, controle este que depende de coerção e consenso. Nas páginas de seu estudo sobre a acumulação primitiva, Marx dissertou sobre a brutal violência do processo de disciplinar os camponeses e os artesãos expropriados dos seus meios de produção para o ritmo e a intensidade do trabalho nas manufaturas. Para isto, o Estado, amparado na legislação das *Poor Laws*, recolhia compulsoriamente “vagabundos” e andarilhos que perambulavam pelas cidades e estradas do Reino Unido e os confinavam nas *workhouses*, autênticas casas de trabalho forçado. Depois de muitas décadas de disciplina coercitiva, os trabalhadores passaram a dirigir-se voluntariamente

ao mercado de trabalho, naturalizado como a única forma de sobrevivência, que consiste na mercantilização do trabalho humano.

O controle patronal sobre os processos produtivos nunca é absoluto e permanente, nem deve ser entendido como um estado estacionário, uma conquista definitiva do capital desde a introdução da grande indústria, em meados do século XIX, na qual os novos métodos produtivos e de despotismo fabril expropriaram saberes tácitos e formais da força de trabalho. A subsunção real não tem fim no capitalismo por dois motivos básicos: a necessidade imperiosa do capital em se autovalorizar crescentemente por meio da exploração da força de trabalho e a resistência persistente da classe trabalhadora contra este aumento da exploração. A subsunção real é, antes de tudo, um processo contínuo da luta de classes pela supremacia no âmbito da produção (e além) que nunca cessa no capitalismo.

De acordo com suas características particulares, os processos produtivos capitalistas do século XX – taylorismo, fordismo, toyotismo, pós-fordismo etc. – repõem rodadas das lutas de classes no reino oculto da produção. Tais lutas giram em torno da expropriação do conhecimento formal e tácito dos operários e trabalhadores, uma das forças produtivas decisivas para a produtividade do capital. Como os inúmeros processos de produção ocorrem sob intensa vigilância dos proprietários dos meios de produção com uma moderna parafernália eletrônica e humana, conhecimentos e saberes são retirados dos trabalhadores e incorporados às máquinas, *softwares*, métodos organizacionais e manuais de produção. Assim, os saberes operários se tornam propriedade do capital sob a forma de trabalho morto, e a burguesia usufrui de tal poder sobre o conhecimento para reforçar ainda mais o controle sobre a força de trabalho.

A revolução tecnológica da automação e da microeletrônica, nos anos 1970, não apontou para o fim da alienação (Michael Piore e Charles

Sabel), a colaboração de classe ou o estabelecimento de relações cooperativas entre capital e trabalho (Benjamin Coriat e José Ricardo Tauile), a realização da “ilusão socialista” no Japão (Maria da Conceição Tavares) ou, em termos mais apologeticos, ao surgimento de um novo modo de produção no qual prevaleça a cooperação social do trabalho imaterial (Antonio Negri e cia.). Em *Adeus ao trabalho?*, Ricardo Antunes escreve contrariamente a todos estes argumentos, afirmando que

Pelo que pudemos expor e indicar (...), julgamos pertinente afirmar que a ‘substituição’ do fordismo pelo toyotismo não deve ser entendida, o que nos parece óbvio, como um *novo modo de organização societária*, livre das mazelas do sistema produtor de mercadorias e, o que é menos evidente e mais polêmico, mas também nos parece claro, não deve nem mesmo ser concebido como um avanço em relação ao capitalismo da era fordista e taylorista (Antunes, [1995] 2005, p. 41 – grifos originais).

A revolução tecnológica contemporânea trouxe profundos impactos nas forças produtivas e nas relações sociais de produção com o objetivo de restaurar, em uma etapa superior, o controle patronal sobre a classe trabalhadora, controle este ameaçado pelas greves, rebeliões, ocupações e conselhos operários na longa década de 1970.¹⁵ As lutas operárias na última crise orgânica do capital tiveram um papel importante no desenrolar dos fatos, mas isto não significa, em absoluto, que os trabalhadores tenham tomado o controle da produção para si com a introdução da robótica e da

¹⁵ “O boicote e a resistência ao trabalho despótico, taylorizado e fordizado assumiam modos diferenciados. Desde as formas individualizadas do absenteísmo, da fuga do trabalho, do *turnover*, da busca da condição de trabalho não operário, até as formas coletivas de ação visando a conquista do poder sobre o processo de trabalho, por meio de greves parciais, operações de zelo (marcados pelo ‘cuidado’ especial com o maquinário, que diminuía o tempo/ritmo de produção), contestações da divisão hierárquica do trabalho e do despotismo fabril emanado pelos quadros da gerência, formação de conselhos, propostas de controle autogestionárias, chegando inclusive à recusa do controle do capital e à defesa do controle social da produção e do poder operário” (Antunes, 2002, p. 42).

microeletrônica, nem muito menos que a nova configuração da base material alivie a miséria física e espiritual da classe trabalhadora. A revolução tecnológica contemporânea constitui-se como uma das táticas do grande capital dentro da sua estratégia neoliberal em mais uma rodada pelo aumento dos graus de alienação e subsunção real do trabalho à burguesia, reforçando o caráter predatório do desenvolvimento das forças produtivas sob a égide do capitalismo, que continua a consumir destrutivamente o ser humano e a natureza em sua constante busca pela acumulação.

Diante desta nova revolução tecnológica, emergiu uma base material composta de elementos inéditos nas forças produtivas e nas formas de gestão capitalista da força de trabalho articulados a velhos processos de trabalho, inclusive de tempos pré-capitalistas. Teve-se, assim, um desenvolvimento desigual e combinado da estrutura econômica com articulações entre o moderno e o arcaico. Mas como esta articulação se opera na prática?

Primeiramente, destacou-se a revitalização de formas pretéritas de produção das mercadorias no centro, na semiperiferia e na periferia do mercado mundial. Durante o bloco histórico fordista-keynesiano, imaginou-se que a classe trabalhadora houvesse alcançado um nível de organização política que asseguraria patamares razoáveis em termos histórico-morais de renda, condições de trabalho e seguridade social. A verdade é que estas condições de trabalho não se tornaram universais, mas uma realidade para uma diminuta parcela da força de trabalho na tríade capitalista, excluindo mais de quatro quintos da humanidade do chamado contrato social do *welfare state*.

No neoliberalismo, verifica-se uma brutal regressão nas configurações no mundo do trabalho com o ressurgimento de processos de trabalho artesanais, familiares, informais, autônomos, do “mercado negro” (que envolve o tráfico de pessoas), muitos deles baseados em força de trabalho infantil, escrava, feminina e

de imigrantes ilegais. Nas cadeias produtivas – diretas e indiretas – das transnacionais se constata a presença de processos de trabalhos pré-capitalistas, com níveis absurdos de exploração da força de trabalho, combinando-se mais-valia absoluta com mais-valia relativa. Muitas destas formas de trabalho não encontram qualquer tipo de proteção social ou de direitos trabalhistas, resultando no empobrecimento físico, social e psíquico dos trabalhadores enquanto indivíduos e classe.

Dentro deste mosaico que articula novos e velhos processos de trabalho, existe um núcleo central que organiza e articula a base material em uma direção unitária de controle patronal sobre o trabalho, de retomada da alta das taxas de lucro e de resolução da crise de superprodução instaurada nos anos 1970. Estamos falando do toyotismo, um modelo de produção típico do Japão pós-guerra que se universaliza pelas cinco regiões do planeta no pós-crise, de acordo com a especificidade histórica de cada uma das formações econômico-sociais. Segundo José Ricardo Tauile (2001, p. 147-151), a história do toyotismo começa com a Guerra da Coreia. Com este conflito militar, os EUA fizeram pedidos à indústria japonesa de suprimentos, matérias-primas e material bélico para as tropas combatentes. Ainda se recuperando da devastação causada por esta mesma potência imperialista, que agora combatia o avanço do comunismo na Coreia, o parque produtivo japonês iniciou um programa de reestruturação com a criação de novas formas de organização social da produção, tendo em vista a escassez de recursos previamente acumulados para realizar um alto investimento tecnológico.

As modificações se deram em torno das relações sociais de produção no chão de fábrica entre diferentes categorias profissionais, envolvendo operários, supervisores e engenheiros. Montaram-se equipes de trabalhadores polivalentes capazes de desempenhar múltiplas funções ao mesmo tempo, manipulando diferentes tipos

de máquinas-ferramentas. Em certo grau, tais equipes de trabalho rompiam com a parcialização do trabalho taylorista e fordista, aumentando a cooperação social entre os trabalhadores. Do ponto de vista do controle patronal, estas equipes de trabalho operavam sob o signo dos círculos de controle de qualidade (CCQ), que estabeleciam metas de produtividade e qualidade para os diversos módulos de trabalhadores. A vigilância sobre estes trabalhadores ainda era grande, mas a novidade era que os próprios trabalhadores se autovigiavam para cumprir as tarefas e metas estabelecidas de cima para baixo, pois tinham previstas participações nos lucros e, portanto, quanto maior a produtividade da equipe, maiores os ganhos financeiros. Esta tática de cooptação dos trabalhadores com “altos salários” já havia sido experimentada no americanismo-fordismo e, por isso, não foi uma novidade substancial.

De todo modo, os métodos de produção do toyotismo necessitavam de um amplo engajamento dos trabalhadores, que seriam submetidos a taxas crescentes de exploração e subsunção. A burguesia japonesa utilizou-se de formas hegemônicas de consenso – via altos salários, estabilidade no emprego e empregos vitalícios (para 30% da força de trabalho) – para convencer os trabalhadores a aceitarem a introdução desses métodos. Com isto, a burguesia promovia na prática a formação de uma aristocracia operária no Japão e apostava na cisão interna da classe trabalhadora, que lutaria fracionadamente contra a ofensiva patronal.

Entretanto, para se alcançar a supremacia sobre a classe trabalhadora, a burguesia lançou mão de medidas coercitivas contra a resistência operária. Nos anos 1950, o combativo movimento sindical japonês resistiu aos programas de reestruturação produtiva e promoveu inúmeras greves nas indústrias automobilísticas. Com o apoio do Estado, o empresariado demitiu trabalhadores em massa das unidades em greve e chegou mesmo a fazer um *lockout*. Com todo este arsenal ofensivo, a burguesia quebrou a espinha dorsal

do tradicional sindicalismo nacional e implementou o sindicalismo por empresa, mais afeito às negociações “cooperativas” entre capital e trabalho.

Vencida esta primeira barreira, coube uma segunda rodada de modificações nos processos de trabalho. Uma década depois, iniciou-se um amplo programa de modernização do maquinário japonês, com a introdução de robôs e terminais de computadores acoplados às máquinas-ferramentas, que agora seriam chamadas máquinas-ferramentas com controle numérico. A principal forma de controle sobre as máquinas não seria mais a intervenção direta do operário, mas a programação de *softwares* que alimentam de informação os terminais de computadores, estes sim no controle do manuseio e do ritmo das máquinas.

Neste estágio de desenvolvimento das forças produtivas, as máquinas-ferramentas com controle numérico ganharam flexibilidade, podendo realizar um vasto conjunto de operações industriais. De acordo com as demandas personalizadas dos mercados consumidores, tais máquinas podiam produzir, em pequenas escalas, diferentes partes de uma mesma mercadoria, ou mesmo produzir diversas mercadorias customizadas. É a chamada automação flexível, uma das características centrais do toyotismo, que confere agilidade e dinamismo à produção capitalista contemporânea, atendendo às demandas personalizadas dos consumidores, que seguem tendências da moda determinadas pela mídia e seus aparatos de *marketing* e propaganda.

A construção de modernas redes de telecomunicações interligou em tempo real os centros produtores mundializados e os centros consumidores. Os pedidos dos compradores são enviados imediatamente para as fábricas centrais, oficinas, ateliês, casas e “cooperativas” terceirizadas e subcontratadas, que produzem uma mercadoria customizada sob a demanda dos mercados e recebem por peça manufaturada. Com as técnicas de produção *just-in-time*,

otimiza-se o uso das matérias-primas necessárias à fabricação das mercadorias e alcança-se a meta de um estoque mínimo.

Tais redes modernas de telecomunicações também são importantes para a horizontalização mundial da produção. No período fordista, as grandes fábricas concentravam verticalmente em seus principais espaços produtivos as atividades necessárias à fabricação dos produtos. No toyotismo, há a formação de redes produtivas nas quais os oligopólios multinacionais ocupam o centro, com atividades como planejamento, concepção, pesquisa e *design*, finanças, *marketing* e propaganda, isto é, atividades intelectualizadas; e, ao seu redor, conectam-se empresas terceirizadas e subcontratadas em todas as partes do planeta, produtoras de peças e partes específicas de mercadorias que são montadas, na sua totalidade, em algumas unidades produtivas controladas (direta ou indiretamente) pelas transnacionais. Desta forma, surge uma nova divisão internacional do trabalho, em que o centro participa com atividades intelectualizadas, por assim dizer, e a periferia com as atividades manufatureiras e de execução e montagem das mercadorias, daí o seu relativo desenvolvimento industrial no período pós- crise, como vimos anteriormente.

Os impactos do desenho inédito da base material capitalista no bloco histórico neoliberal sobre a classe trabalhadora foram devastadores, por isto muitos autores contemporâneos (Mandel, 1990; Harvey, 1994; Antunes, [1995] 2005) retomam uma das teses clássicas da teoria da dependência, a saber, a superexploração do trabalho (Marini, [1973] 2005 e 2000). Atualmente, a superexploração da força de trabalho está relacionada com a introdução de técnicas mais avançadas de produção e gestão da força de trabalho que se combinam organicamente com formas antigas por meio das transnacionais, que funcionam como centros articuladores de vastas redes de produção, comunicação, finanças e consumo. Marcante é a expansão mundial desta superexplora-

ção, que não se limita à periferia ou semiperiferia, mas se estende também aos centros imperialistas (Ianni, 2004, p. 81-83), em um processo chamado “brasilianização” ou “terceiro-mundialização”. O neoliberalismo globaliza, assim, diversas expressões da “questão social”, como o desemprego estrutural, a queda dos salários e o conseqüente aumento do pauperismo (absoluto e relativo), a perda dos direitos sociais dos trabalhadores, o aumento das enfermidades trabalhistas (com destaque para as doenças mentais) etc.

Diante do ataque capitalista, a classe trabalhadora ganha um novo modo de ser e sentir. Ricardo Antunes ([1995] 2005) fala na heterogeneização, complexificação e fragmentação dessa classe em diferentes particularidades. Esses processos – heterogeneização, complexificação e fragmentação – não se dão puramente no plano das consciências e subjetividades dos trabalhadores; são fruto, antes de tudo, da subproletarização (ou lumpenização) da classe trabalhadora advinda dos distintos contratos de compra e venda da força de trabalho, muitos deles sem garantias, seguros e direitos. Fica evidente, no neoliberalismo, a precarização do mundo do trabalho com os trabalhos parciais, temporários, terceirizados, informais.

Fragmentada e segmentada objetiva e subjetivamente, a classe trabalhadora vê o esfacelamento de suas principais organizações econômico-corporativas e ético-políticas, como os sindicatos e partidos social-democratas e comunistas. Com o enfraquecimento político e ideológico da classe trabalhadora, os acordos do *welfare state* firmados em países do Norte perderam a sua base de apoio e desmoronaram em um processo relativamente rápido, embora ainda hoje algumas das suas políticas sociais continuem ativas.

A crise do Estado de bem-estar social é explicada, majoritariamente, por análises que destacam seus elementos administrativos, fiscais e tributários, ou de falência do contrato social firmado pela burocracia estatal, os agentes do mercado e os sindicatos traba-

lhistas. É preciso reconhecer que tais dimensões estão presentes no fenômeno da crise, mas não alcançam a totalidade dos fatos. A essência da crise do Estado de bem-estar social pode ser buscada na onda longa recessiva – o ciclo B de Kondratiev – na qual o capitalismo ocidental entrou a partir do final de 1960 e início de 1970 (Netto, 1993, p. 69-70). Nesta perspectiva, a alta do preço do petróleo, decorrente da formação da Opep, a estagflação e o desemprego estrutural podem ser classificados como epifenômenos de um processo mais subterrâneo na esfera reservada da produção, a saber, a crise de superprodução e da queda da taxa de lucros, resultante, dentre outros fatores, do conflito distributivo entre capitalistas e trabalhadores.

Os direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora na Europa pós-guerra tinham como precondição objetiva um arranjo institucional político centralizado no *welfare state*, que, por sua vez, estava ancorado nos recursos econômicos e financeiros disponibilizados pela onda longa expansiva. O bloco histórico fordista-keynesiano, ao gerar altas taxas de crescimento econômico e de produtividade do trabalho e do capital, proporcionava aumentos reais dos salários e recursos fiscais que financiavam os gastos sociais crescentes, como os sistemas universais de seguridade social.

Cabe aqui, todavia, uma importante advertência para se evitar um viés economicista na análise sobre o Estado de bem-estar social. Embora se tenha destacado a importância da existência de uma onda longa expansiva para a concretização material dos direitos sociais, altas taxas de crescimento econômico e da produtividade total dos fatores não explicam por si só os compromissos de classes assumidos nos 30 Anos Gloriosos. Na história do capitalismo, houve períodos nos quais se conjugaram crescimento econômico e produtividade crescente do trabalho sem que, com isso, se materializassem conquistas sociais do porte propiciado

pelo *welfare state*. O acúmulo de forças e o acirramento das lutas de classes em favor da classe trabalhadora arrancaram concessões das classes dominantes no pós-guerra, então preocupadas com a possibilidade efetiva de revoluções socialistas na Europa Ocidental.

Esgotada a onda longa expansiva, verificou-se a indisponibilidade de recursos econômicos e financeiros para sustentar o Estado de bem-estar social. Com a emergência da crise e o consequente fracasso das políticas keynesianas em oferecer medidas eficazes para debelá-la, ou mesmo atenuá-la, os neoliberais trataram de se aproveitar desta oportunidade histórica, lançando mão de uma explicação para a crise que se tornou paradigmática. Segundo Perry Anderson,

(...) as raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (Anderson, 2000a, p. 10).

A explicação neoliberal para a crise fazia sombra nas contradições próprias do modo de produção capitalista, colocando a organização da classe trabalhadora como criadora de distúrbios nos mecanismos de ajustes naturais do mercado, que apresenta falhas justamente por conta da indevida intervenção dos trabalhadores e do Estado de bem-estar social, sendo este último considerado expressão direta dos interesses operários. A explicação dos teóricos neoliberais desvia, assim, as atenções das causas centrais dos problemas sociais que surgiram no período de transição entre o bloco histórico fordista-keynesiano e o neoliberal para uma explicação absurda do ponto de vista histórico. Imputar à classe trabalhadora as causas centrais da crise sem se indagar a respeito dos movimentos próprios do capital no seu processo de autovalorização, além das

decisões tomadas pelo grande capital, é ignorar questões centrais para o entendimento das crises capitalistas.

Interpretações teóricas sobre a crise orgânica

Aqui, a crise orgânica dos anos 1970 é tratada sob uma perspectiva de totalidade, enfocando tanto as questões políticas e culturais quanto as econômicas. Argumenta-se que a crise de transição entre os últimos dois blocos históricos capitalistas do século XX foi resultado conjunto de uma crise de hegemonia com uma crise de superprodução e de queda da taxa de lucro. Seu início decorreu dos Movimentos de 1968 e disputas no âmbito da geopolítica de forças do Terceiro Mundo para romper com o imperialismo. Este foi, portanto, o estopim da crise, que não teria se tornado estrutural e prolongada se não houvesse também a crise econômica na primeira metade da década de 1970, que foi o combustível necessário para manter acesa a chama que incendiou os campos, como diz liricamente Tariq Ali. Com a confluência destas duas tensões, a crise capitalista dos anos 1970 se tornou orgânica, dissolvendo o bloco histórico fordista-keynesiano.

O campo das lutas de classes ficou em aberto. As apostas podiam ser feitas. Do ponto de vista político, muitas opções estavam disponíveis naquele momento, e os choques foram frequentes entre os diversos projetos societários. Em sintonia com os escritos leninistas, os de cima não mais conseguiam dominar, e os de baixo não mais aceitavam a dominação dos de cima após anos de promessa ilusória de uma sociedade afluyente para todos.

Diante da crise dos anos 1970, surgiram inúmeras interpretações teóricas sobre os processos econômicos, políticos, sociais e culturais que enterraram o bloco histórico fordista-keynesiano e, mais tarde, desaguaram no neoliberalismo. Uma copiosa literatura, indo das concepções do mundo liberal (as teorias da estabilidade

hegemônica de Charles Kindleberger e Robert Gilpin e da interdependência complexa de Robert Keohane e Joseph Nye) até a marxista (Peter Gowan, David Harvey, François Chesnais), tentou dar conta da explicação dos fatos, divergindo nos seus métodos, diagnósticos e prognósticos, mas convergindo em um ponto central: a profundidade e a gravidade da crise capitalista, considerada por quase todos os analistas como uma crise estrutural ou, nos termos gramscianos, como uma crise orgânica.

Salta aos olhos que nenhum dos autores previamente citados utilizou essa categoria gramsciana de crise orgânica, não obstante tenham uma percepção da crise capitalista como um marco histórico. Cabe ressaltar que esta categoria, relativamente marginalizada pelos comentadores¹⁶ dos *Cadernos do cárcere*, foi usada por dois autores brasileiros: Ana Elizabete Mota e Ruy Braga. Mota ([1995] 2008) aplicou-a no entendimento da tumultuada conjuntura brasileira nos anos 1980; Braga (1995), por sua vez, empregou-a na explicação macroestrutural da crise do fordismo nas décadas de 1960-1970, sem concretizá-la em uma formação econômico-social específica.

Nas análises de Mota e Braga, publicadas no mesmo ano e, ao que tudo indica, de forma paralela (sem o conhecimento do trabalho do outro), o conceito de crise orgânica é correlacionado às categorias hegemonia, revolução passiva, Estado ampliado, direção intelectual-moral e outras. Este me parece um correto procedimento metodológico para o uso do conceito, mas a interligação destas categorias, todavia, não elimina o estudo intensivo de cada

¹⁶ Cabe destacar que o uso do conceito gramsciano de crise orgânica no Brasil foi feito pioneiramente no estudo de René Dreifuss sobre a participação política e intelectual da burguesia nacional no golpe civil-militar de 1964. O conceito serve de base para a análise da crise do populismo nos anos 1950-1960 (Dreifuss, 1981, capítulo IV). Devo esta informação a Demian Mello, doutorando do programa de pós-graduação de História da UFF.

uma delas, que devem ser catalogadas ao longo dos 29 cadernos gramscianos e analisadas de acordo com suas diversas aparições, muitas delas contrastantes umas com as outras.

Apesar de usarem o conceito com bastante segurança e acuidade, os dois autores não dedicam a ele este procedimento quase filológico de tratamento da categoria gramsciana, até porque, em sua época, não dispunham da moderna versão brasileira dos *Cadernos*.¹⁷ Além disto, uma diferença substancial entre os trabalhos de Mota e Braga e o presente livro reside no uso do conceito de bloco histórico. Com efeito, este é pouco mencionado em seus estudos, enquanto aqui adquire uma posição central, pois é usado no sentido de determinar períodos de crise e de estabilidade do capitalismo. Até pouco tempo, o conceito era usualmente entendido em dois sentidos: o de união da estrutura e superestrutura e o de junção de classes sociais em um acordo político comum. O estado da arte sobre a obra gramsciana desautoriza o segundo sentido, que, contudo, ainda prevalece em pesquisas e documentos políticos. Aqui seguimos de perto o primeiro sentido, agregando-lhe a possibilidade de enriquecer o seu entendimento como fases históricas de um modo de produção (estrutura + superestrutura), como está na nota §13 do Caderno 10 e no espírito geral dos *Cadernos*.

Gramsci não é um consenso entre os intérpretes da crise capitalista da longa década de 1970. Poucos o usam, embora, em alguma medida, suas análises tenham certo nível de convergência. Ignorando-se as visões apologéticas sobre o capitalismo, que ressaltam seu caráter harmônico e conciliador, diversos autores compreendem essa crise como estrutural do capitalismo, de profunda gravidade – alcançando a economia, a política e a cultura – e de

¹⁷ Ambos citam a versão dos *Cadernos* traduzida e organizada por Palmiro Togliatti em 1950, e editada no Brasil nos anos 1960 por iniciativa da editora Civilização Brasileira.

larga ocorrência, tanto do ponto de vista espacial quanto temporal. Aliás, a palavra estrutural é um termo presente em muitos autores estudados, o que revela o tamanho do abalo da crise no sistema capitalista, que se viu diante de crises revolucionárias em várias regiões do planeta, inclusive na Europa.

Outro fator apontado são as respostas firmes e decididas que as classes dominantes deram aos efeitos da crise orgânica sem, contudo, debelar as suas causas profundas. Elas não se furtaram a instituir medidas coercitivas e consensuais com a meta de promover alterações substantivas e adjetivas no modo de produção capitalista, tendo em vista a restauração do seu poder ameaçado pelas reformas e revoluções das classes subalternas. Mandel é enfático na leitura de a própria crise funcionar como uma ofensiva do capital contra o trabalho. Certamente ele não vê uma orquestração da burguesia em promover crises para atacar a classe trabalhadora, pois as entende como um resultado das contradições intrínsecas ao capitalismo; mas, uma vez desencadeadas, a burguesia as usa para colocar os trabalhadores na defensiva, aceitando altas taxas de desemprego e o rebaixamento dos salários.

Toda crise de superprodução constitui uma agressão massiva do capital ao trabalho assalariado. Aumentando o desemprego e o medo do desemprego, a crise tende a fazer com que os trabalhadores aceitem reduções (ou estagnações) dos salários reais, a aceleração dos ritmos de produção, as perdas de conquistas em matéria de condições de trabalho e de seguridade social, a redução das proteções construídas na fase de prosperidade contra a pobreza e a injustiça mais flagrantes (Mandel, 1990, p. 21).

De volta às análises engendradas pelos estudiosos do período, gestou-se um relativo consenso quanto à abertura de uma nova fase do capitalismo a partir dos eventos da última grande crise do século XX. Debate-se o quanto há de continuidade e/ou de ruptura nas medidas tomadas pelas classes proprietárias e os Estados

centrais, e o quanto há de novo nessa etapa atual, mas a maioria trabalha com a hipótese de que o neoliberalismo abriu um período de transformações capitalistas que se adéqua às necessidades de sobrevivência dos privilégios das classes dominantes diante das lutas de classes do período anterior.

Dentro da tradição marxista, as teorias de David Harvey e François Chesnais a respeito do padrão de acumulação capitalista na era neoliberal têm alguns pontos em comum que merecem destaque, pois muitas de suas formulações serão resgatadas no debate sobre a dialética entre crise e estabilidade do atual bloco histórico. Em primeiro lugar, ambos os autores veem o capitalismo contemporâneo como uma nova etapa do imperialismo, ao buscarem as novas determinações históricas do capitalismo. Para isto partem do instrumental analítico dos grandes clássicos do marxismo e da teoria social crítica. Harvey (1994, em especial a parte II), por exemplo, sofre influências da escola francesa da regulação e, depois, incorpora o debate de Marx sobre acumulação primitiva e de Lenin, Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt sobre o imperialismo. Chesnais, assim como Harvey, tem uma forte influência da escola francesa da regulação nos seus primeiros escritos sobre a mundialização financeira. A partir de 2000, entretanto, incorpora o debate sobre o capital fictício e portador de juros, um retorno a categorias marxianas do livro III de *O capital*.

Em segundo lugar, os dois autores trabalham com a perspectiva da totalidade, unindo economia e política em suas análises, com foco na reprodução da base e da superestrutura necessárias à acumulação capitalista e à superação das suas crises. Para Harvey, tal superação se dá por meio das estratégias de compressão espaço-temporal; para Chesnais, pela emergência de regimes de acumulação. Por fim, os dois autores veem a superação das crises capitalistas obedecendo a uma lógica. Num primeiro momento, prevalecem os elementos hegemônicos, sem descartar o uso da

coerção. Depois, com o aprofundamento das consequências econômicas, sociais e políticas das crises, verifica-se o aumento do uso da coerção a partir dos instrumentos disponíveis pelo Estado.

David Harvey e a teoria da ordenação espaço-temporal

A principal contribuição teórico-metodológica do geógrafo inglês David Harvey ao materialismo histórico é a incorporação da questão espacial na estrutura central do método marxista. As formulações de Marx a respeito do desenvolvimento da humanidade giraram, de modo geral, em torno da dimensão do tempo, isto é, da história, como se esta ocorresse sobre o espaço, não em comunhão com ele. Harvey argumenta que Marx não estava totalmente enganado ao priorizar o tempo em relação ao espaço, pois, no modo de produção capitalista, o objetivo central é a produção contínua e ilimitada do lucro, e isto ocorre com a diminuição do tempo de trabalho necessário e do aumento do tempo de trabalho excedente de cada mercadoria e do controle do tempo de rotação socialmente necessário (Harvey, [1981] 2006, p. 145).

A era imperialista impôs uma necessidade inadiável de revisão do papel secundário que a dimensão espacial ocupa nas teorias sociais, em especial no materialismo histórico. Os deslocamentos espaciais de excedentes de capital e a conformação de novos espaços de acumulação na periferia do sistema concretizaram aquilo que Marx já havia antevisto: a concentração e centralização de capitais nas mãos de poucos capitalistas – os grandes monopólios – e a internacionalização da produção. Estas tendências se tornaram uma realidade, mas um pouco distinta daquela analisada por ele, pois o mercado mundial unificou formações econômico-sociais muito distintas uma das outras, desiguais e combinadas entre si (Harvey, [1975] 2006).

No início do século XX, intelectuais marxistas produziram uma série de trabalhos sobre o imperialismo. Hilferding concen-

trou seus estudos sobre o capital financeiro. Rosa Luxemburgo, a partir dos esquemas de reprodução do capital, afirmou que o capital precisaria se expandir para territórios econômicos não capitalistas para fechar seus circuitos de acumulação. Mas, segundo Harvey, é na obra de Lenin que se poderia encontrar uma tentativa de preencher aquela lacuna deixada pelo materialismo histórico de Marx. O revolucionário russo, nos seus escritos sobre o desenvolvimento capitalista na Rússia e o imperialismo, observa com atenção aquilo que Marx, de certo modo, negligenciou: o desenvolvimento capitalista pelos mais distintos territórios e espaços mundiais e as rivalidades geopolíticas estatais. De todo modo, a tentativa de Lenin de integrar a dimensão do espaço ao materialismo histórico não levaria a uma formulação abstrata e geral das relações existentes entre acumulação, crises, Estado e território no modo de produção capitalista. A tarefa que Harvey se coloca é justamente a de

(...) elaborar uma teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico sob o capitalismo que possa, entre outras coisas, explicar a importância e a evolução do Estado (locais, regionais, nacionais e supra-nacionais), do desenvolvimento geográfico desigual, das desigualdades inter-regionais, do imperialismo, do progresso e das formas de urbanização etc. Apenas desse modo podemos entender como as configurações territoriais e as alianças de classe são formadas e reformadas; como os territórios perdem ou ganham poder econômico, político e militar; quais são os limites externos à autonomia interna do Estado (incluindo a transição para o socialismo); ou como o poder do Estado, depois de constituído, pode, em si, tornar-se uma barreira para a acumulação livre de capital ou um centro estratégico em que pode ser travada a luta de classes ou as lutas interimperialistas (Harvey, [1981] 2006, p. 144).

A acumulação capitalista, de acordo com Marx, não deriva de características naturais e aptidões individuais, tais como ganância, cobiça, egoísmo ou empreendedorismo. A sua análise não é realizada do ponto de vista do indivíduo, mas justamente de forças

econômicas relativamente autonomizadas das vontades pessoais. Em sua visão, a acumulação capitalista é um processo dinâmico que tende a resultar em uma expansão contínua e ampliada da ordem social burguesa. As leis tendenciais do modo de produção capitalista apontam para o seu crescimento ilimitado, seja do ponto de vista da exploração dos recursos necessários aos processos de produção (natureza, força de trabalho e outros), seja do ponto de vista da expansão geográfica e social.

O trabalho é a fonte da produção dos valores, e a exploração da força de trabalho é a fonte do sobretrabalho apropriado privadamente pela classe burguesa. Todo o processo de produção capitalista é marcado por uma intensa disputa entre as classes envolvidas, que gira em torno do controle do processo de trabalho, da concorrência na conquista de mercados e pela distribuição das rendas e riquezas produzidas. Em grande medida, a riqueza produzida tende a fluir para as classes dominantes, mas este padrão de concentração da riqueza não deriva de nenhuma lei férrea dos salários, mas sim das lutas de classes.

A reprodução ampliada do capital, todavia, é um processo atravessado em todos os níveis de suas contradições internas, que, periodicamente, se manifestam em crises econômicas, políticas e sociais. Embora não deixe de mencionar e, porventura, analisar as crises políticas e sociais, a atenção de Harvey recai sobre as crises econômicas, principalmente as de superacumulação.

A tese da crise do subconsumo é particularmente defendida por Rosa Luxemburgo. Para ela, o baixo poder aquisitivo dos salários das classes trabalhadoras impediria a total absorção das mercadorias produzidas pelos meios de produção capitalistas. Desta forma, os burgueses seriam obrigados a procurar mercados que pudessem absorver as mercadorias excedentes. Estes seriam encontrados em formações econômico-sociais pré-capitalistas, isto é, em regiões para além do centro do mercado mundial. Surgiria, então, o imperialismo, uma tentativa de as potências centrais es-

coarem a produção de suas burguesias nacionais para a periferia e realizar a mais-valia.

Harvey (2004, p. 116), por sua vez, argumenta que atualmente poucos acreditam na explicação das crises econômicas capitalistas a partir das teses subconsumistas; elas teriam como causa principal a produção excedente de capital, em primeiro lugar, e de força de trabalho, em segundo, para além das capacidades de alocação rentável destes fatores de produção pelos proprietários dos meios de produção. Em poucas palavras, a superacumulação se caracterizaria pela falta de oportunidades econômicas e financeiras lucrativas para o investimento de excedentes de capital e força de trabalho. Desse modo, o subconsumo das massas seria um fator a ser levado em conta na explicação das crises de realização da mais-valia, mas, em boa medida, as crises capitalistas derivariam da superacumulação de capital e de força de trabalho.

As crises econômicas, dentre elas a de superacumulação, deveriam ser entendidas como elementos centrais e inelimináveis do capitalismo, e não como uma falha do sistema que o desvirtuaria de um hipotético ponto de equilíbrio. A instabilidade e o desequilíbrio seriam o estado “natural” do capitalismo. Diante de tantas crises vivenciadas por ele, deveria-se colocar a pergunta de como este modo de produção sobreviveu por tão longo tempo: “a sobrevivência do capitalismo durante tão longo período, em meio a múltiplas crises e reorganizações, acompanhadas de sinistras previsões, vindas tanto da esquerda quanto da direita, de sua queda iminente, é um mistério que requer esclarecimento” (Harvey, 2004, p. 77).

A teoria da ordenação espaço-temporal é precisamente o modelo teórico que Harvey criou com o intuito de estudar como os principais agentes capitalistas gerenciam as crises advindas da dinâmica contraditória e instável do sistema econômico e das lutas de classes, tendo em vista a resposta a sua indagação sobre a “improvável” (sobre)vida longa do capitalismo. A questão do ge-

renciamento das crises diz respeito a como as classes dominantes evitam e/ou mitigam os efeitos das crises de superacumulação. Dito de outra forma, a questão gira em torno de como absorver os excedentes de capital e de força de trabalho sem promover a desvalorização e a destruição dos ativos, que sempre acarretam o descrédito do sistema e podem desembocar na formulação de ideologias alternativas e ações reformistas e revolucionárias.

A teoria da ordenação espaço-temporal, criação original do geógrafo britânico, é uma explanação sobre os mais distintos métodos burgueses de gerenciamento das crises, dando-lhes uma explicação que leve em conta as contradições do sistema capitalista e sua possível superação histórica por um outro modo de produção – o socialista. A seguir, apresentam-se os métodos de ordenação espaço-temporal.

O primeiro é o deslocamento temporal dos excedentes de capital. O controle do tempo – com a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução do trabalhador, ou o aumento do tempo de trabalho excedente apropriado pelo capitalista – é a chave do lucro. Os processos produtivos e de organização administrativa das grandes empresas também estão sempre em busca da diminuição do tempo de rotação do capital. O capital investido deve retornar, o quanto antes, acrescido de um mais-valor, à conta do capitalista. Além disso, o sistema capitalista busca, por meio do crédito ofertado pelas instituições financeiras privadas e públicas e pela criação do capital fictício (títulos e ações), a não interrupção das cadeias construídas entre credores e devedores, compradores e fornecedores. O sistema moderno de crédito e de capital fictício possibilita a constante transição do valor de uma forma para a outra (por exemplo, do capital-mercadoria para o capital-dinheiro), sem que haja uma interrupção brusca nesse incessante processo de transformação do capital (Harvey, [1975] 2006, p. 51).

O segundo método são os deslocamentos espaciais dos excedentes de capital. Em primeiro lugar, há o direcionamento dos excedentes de capital e de força de trabalho do circuito primário de circulação do capital (produção e consumo diretos) para os secundários (produtivos e de infraestrutura) e terciários (gastos sociais e pesquisa e desenvolvimento). O objetivo, neste caso, é imobilizar vultosas quantidades de excedentes de capital em atividades de longa maturação do investimento, ou mesmo em atividades que não tenham o lucro como fim em si mesmo, como os gastos sociais do Estado em saúde e educação. O ajuste espacial expande a base material, social e territorial do capital por todo o globo terrestre, a natureza e sobre novas esferas do ser social. Em segundo lugar, tem-se a criação de mercados em regiões globais não capitalistas, com capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos. Setores produtivos inteiros são desterritorializados nas regiões centrais para, a seguir, serem reterritorializados na periferia. O espaço é construído e reconstruído constantemente de acordo com as necessidades de reprodução ampliada do capital.

Harvey destaca que, sem a ativa participação do Estado burguês, não haveria condições mínimas e razoáveis para a acumulação capitalista, que requer regras contratuais e instituições estáveis e um aparato coercitivo e hegemônico que garanta limites (estreitos) para os conflitos de classe. O Estado moderno, todavia, desempenha um papel ativo no gerenciamento das crises e na reordenação geográfica do capital. A burguesia não toma suas iniciativas de ordenação espaço-temporais sem contar com o auxílio direto daquele. Dependendo da situação, um ou mais aparelhos estatais são prontamente acionados, como no caso de indícios de uma crise econômica ou mesmo de uma crise política, em especial no plano das relações internacionais.

Os métodos burgueses de gerenciamento das crises buscam, a todo custo, impedir que a irracionalidade da anarquia da produção

capitalista venha à tona, mostrando todas as imperfeições deste modo de produção, bem como as graves consequências sociais das crises. E, por períodos limitados, e em espaços territoriais bem circunscritos, eles são bem-sucedidos neste objetivo, conseguindo estabelecer ordenações espaço-temporais que trazem uma coerência estruturada – sempre momentânea – a setores dinâmicos da acumulação capitalista. É o que Harvey chama de regionalidade: “referir-me-ei a essas configurações relativamente estáveis com o termo ‘regiões’, que defino como economias regionais que alcançam certo grau de coerência estruturada em termos de produção, distribuição, troca e consumo – ao menos por algum tempo” (Harvey, 2004, p. 88).

De acordo com as ordenações espaço-temporais, excedentes de capital e de força de trabalho são investidos em um espaço de acumulação e acabam por criar novas economias regionais, que ganham certo padrão controlável de produção e reprodução das suas condições materiais e permanecem por um tempo médio capaz de proporcionar os ganhos de rentabilidade esperados pelos detentores dos ativos.

Apesar do contínuo esforço realizado pela classe burguesa, as ordenações espaço-temporais fracassam no tratamento das crises de superacumulação. Os excedentes de capital e força de trabalho precisariam encontrar outros circuitos de circulação e serem absorvidos em novas atividades, mercados ou mesmo territórios. Os deslocamentos temporais e espaciais, contraditoriamente, promovem um rastro de desvalorização e devastação nas antigas localidades. Bairros residenciais e comerciais decadentes, indústrias abandonadas, infraestruturas física e social ociosas, meio ambiente degradado: este é o saldo do deslocamento do capital excedente para novas aplicações rentáveis e fronteiras de acumulação. Na busca da solução da crise de superacumulação, a classe burguesa gera novas contradições e problemas, e em uma eterna “fuga para frente”, tenta, de todas as formas, resolver este

problema insolúvel do modo de produção capitalista que são as crises econômicas.

Por meio dos deslocamentos temporais e espaciais, portanto, a burguesia tenta amenizar as crises estruturais do capitalismo, mas estas emergem com mais ou menos profundidade e alcance, dependendo do tipo das medidas adotadas pelas classes dominantes, pelo Estado e mesmo pelas estratégias políticas das classes subalternas. De todo modo, nas crises mais violentas, como a de 1929 (e de toda a década de 1930), vê-se aquilo que a burguesia tenta impedir: a desvalorização de ativos – dentre eles, o rebaixamento do custo da força de trabalho – e a destruição de excedentes. Quando se alcança esse nível, as consequências são danosas: no plano econômico, falências, colapsos financeiros, desemprego; no social, aumento das desigualdades sociais, miséria e fome; no plano político, há saídas revolucionárias, como o socialismo, ou conservadoras, como o totalitarismo.

A volatilidade, a instabilidade e a insegurança econômica, política e social constituiriam-se, assim, a regra do capitalismo. Nenhuma medida política ou econômica seria capaz de colocar fim às crises. O modo de produção e todos os sujeitos históricos envolvidos seriam obrigados a conviver em um turbilhão de mudanças que dissolvem regionalidades e ordenações espaço-temporais que pareciam sólidas até serem solapadas. Como ressalta Harvey,

Deve ter ficado claro do que expus até agora que a paisagem geográfica da atividade capitalista está eivada de contradições e tensões e que ela é perpetuamente instável diante de todos os tipos de pressões técnicas e econômicas que sobre ela incidem. As tensões entre competição e monopólio, concentração e dispersão, centralização e descentralização, fixidez e movimento, dinamismo e inércia, entre diferentes escalas de atividade – todas essas tensões advêm dos processos moleculares de acumulação interminável do capital no espaço e no tempo. (...) Esta é a história da destruição criativa inscrita na paisagem da geografia histórica completa da acumulação do capital (Harvey, 2004, p. 87-88).

O novo imperialismo e a acumulação por espoliação

A era Clinton representou um período de prosperidade econômica e retomada da hegemonia estadunidense no sistema geopolítico mundial. Desde o seu término, todavia, os EUA enfrentam uma série de problemas e crises internas com rebatimentos mundiais. Primeiramente, a forte recessão econômica nos anos 2000-2001 impactou negativamente as taxas de emprego e os índices de desigualdade social. Houve também impacto nas contas fiscais do governo, que até então gozavam de uma situação folgada de superávit. Nas contas externas, o saldo comercial mostrou-se deficitário. Os escândalos corporativos e fraudes contábeis em corporações multinacionais (Enron, WorldCom, Arthur Andersen) trouxeram uma desconfiança do mercado a respeito do *boom* econômico do país nos anos 1990, tido como artificialmente construído sobre números virtuais e uma especulação irracional. Ademais, a crise nos fundos de pensão de tais empresas e a crise da assistência médica criou um clima de insegurança e instabilidade na classe média estadunidense, desacreditando ainda mais o modelo de desenvolvimento implantado no governo Clinton.

Foi a partir destes desafios que o candidato republicano George W. Bush assumiu a presidência dos EUA em 2000. Sob a sombra da era Clinton, tida por muitos como um dos períodos mais prósperos dos EUA, e gozando de pouca legitimidade política nos planos nacional e internacional, Bush precisava de um programa de governo capaz de dar respostas aos problemas da sociedade. Após um início vacilante, a oportunidade de levar a cabo seu programa neoconservador, apoiado nos setores mais retrógrados do partido republicano, veio com os eventos de 11 de setembro de 2001. A derrubada das duas torres gêmeas do World Trade Center e mais o ataque perpetrado ao Pentágono, centro do alto comando militar dos EUA, proporcionou uma conjuntura favorável para que Bush e seus principais assessores implementassem um projeto político

diferente do de Clinton, mais focado na coerção e dominação do que na hegemonia e no consenso. Apesar dos objetivos ainda serem os mesmos – a garantia do retorno dos investimentos da classe proprietária ao redor de todo o globo –, os métodos usados para manter a dominação capitalista mudaram. Com o 11 de setembro, Bush pôde apelar para os sentimentos de patriotismo dos cidadãos com o objetivo de gestar a união de todas as classes e indivíduos contra uma ameaça externa – agora não mais o comunismo, mas sim o terrorismo sem pátria da rede Al-Qaeda. Diante de uma situação radical como a vivida naquele momento pelos EUA, argumentaram os neoconservadores, nada mais justo do que a instauração de um estado de exceção, com o recurso explícito de métodos coercitivos e de vigilância extremada, com reduções significativas de direitos civis nos EUA, considerado a terra da liberdade.

Estes novos métodos de manutenção da ordem ganharam asas e não ficaram restritos ao âmbito interno. O governo Bush adotou, também no plano internacional, uma série de medidas unilaterais – invasão do Afeganistão e do Iraque, apoio ao golpe na Venezuela – que alteraram profundamente o padrão de manutenção do mercado mundial. Do *soft imperialism* da era Clinton passou-se, então, ao novo imperialismo.

De acordo com Harvey, o conceito de imperialismo opera com duas lógicas de poder distintas mas unidas dentro de uma unidade, a territorial e a capitalista. No período do novo imperialismo, a primeira manifesta-se por meio da doutrina de segurança dos neoconservadores estadunidenses, enquanto a segunda aparece como um novo padrão de acumulação: a acumulação por espoliação. O que ocorre é

(...) uma fusão contraditória entre ‘a política do Estado e do Império’ (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins polí-

ticos, econômicos e militares) e os ‘processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo’ (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia) (Harvey, 2004, p. 31).

A lógica territorial de poder pode ser identificada com o uso explícito da força militar para dominar importantes reservas petrolíferas e ocupar países estratégicos do ponto de vista geopolítico (Leste Europeu, Oriente Médio e Ásia Central), isolando a Europa da Rússia e esta da China. A nova geopolítica imperialista dos Estados Unidos ganhou um fundamento estratégico com a formulação da Doutrina de Segurança Nacional de guerra preventiva ao terror.

Já a lógica capitalista de poder configura-se como um padrão contemporâneo de acumulação capitalista, nomeado acumulação por espoliação. O geógrafo britânico desenvolve uma leitura particular a respeito da acumulação primitiva. Seguindo Marx e Rosa Luxemburgo, Harvey diz que os processos predatórios, fraudulentos e coercitivos da acumulação primitiva não devem ser entendidos como uma etapa histórica esgotada no passado, lá na origem da transição do feudalismo para o capitalismo, ou como fatos sociais exteriores ou estranhos ao modo de produção vigente. Para ele, os processos da acumulação primitiva – vale lembrar: expropriação das terras comunais, saques, pilhagem, mortes e assassinatos, guerras, dívidas públicas¹⁸ – exercem uma função primordial na manutenção e expansão do sistema capitalista mundial, constituindo-se como recursos importantes que as classes dominantes e o Estado burguês se utilizam em

¹⁸ No capítulo XXIV do livro I de *O capital*, Marx descreve diversos métodos da acumulação primitiva: expropriação e privatização das terras comunais; o direito burguês da propriedade privada; a mercantilização do trabalho humano e a proletarianização de grandes massas populares; a colonização de territórios estrangeiros e ocupados; a usura e a dívida pública dos Estados nacionais.

momentos de grave crise capitalista. Assim foi na crise do fim da longa década de 1970, quando a hegemonia neoliberal e o padrão financeirizado de acumulação do novo imperialismo ganharam vida nos anos 1980 e os métodos da acumulação primitiva ressurgiram.

Para Harvey, a acumulação capitalista contemporânea baseia-se em cinco eixos principais: 1) a proletarização de largas parcelas da humanidade, especialmente a partir da violenta expropriação dos meios de produção da população rural; 2) a financeirização, com seu estilo especulativo, predatório e fraudulento; 3) a garantia de direitos de propriedade intelectual sobre elementos biológicos (engenharia genética, biotecnologia); 4) a mercantilização da cultura, que se torna um dos principais espaços de acumulação com o desenvolvimento da indústria cultural; e 5) a privatização de bens públicos e da seguridade social a partir das reformas neoliberais do Estado.

A acumulação incessante de capital, tanto no plano interno quanto no externo, gera, segundo Hannah Arendt – uma das principais referências de Harvey sobre o imperialismo –, a necessidade da acumulação incessante de poder. É como se a concentração e centralização de capital nas mãos de poucos proprietários dos meios de produção exigissem a concentração e centralização do poder nas mãos de um único agente político; no caso, o Estado. Este, de fato, nos primórdios do capitalismo, funcionou como um autêntico comitê gestor dos interesses da burguesia, seguindo de perto os ideais dos proprietários e utilizando-se de seus aparelhos coercitivos para reprimir as organizações dos não proprietários e manter a ordem burguesa.

O Estado burguês opera de acordo com a dinâmica das lutas de classes, tanto com a hegemonia/consenso quanto com a dominação/coerção. Estas formas, todavia, variam com as fases do capitalismo e a formação econômico-social. Na atual fase do novo imperialismo, a coerção política e econômica do Estado teria assumido um papel

central na manutenção do padrão de acumulação via espoliação. Como diz Harvey,

(...) o poder econômico de dominar (como o embargo comercial ao Iraque e a Cuba, bem como os programas de austeridade do FMI implementados sob a égide do Tesouro norte-americano) pode ser usado com um efeito tão destrutivo quanto o da força física. Um exemplo disso é o papel destacado das instituições financeiras norte-americanas e do Tesouro norte-americano, apoiados pelo FMI, na provocação de uma violenta desvalorização dos ativos por todo o leste e o sudeste da Ásia, na criação do desemprego em massa e na efetiva reversão de anos de progresso social e econômico obtido por imensas populações da região (Harvey, 2004, p. 40-41).

François Chesnais e o regime de acumulação financeirizado

A partir da publicação do livro *A mundialização do capital* (1994), François Chesnais destacou-se com suas análises teórico-políticas sobre as recentes transformações do capitalismo, sintetizadas em suas obras como mundialização financeira, ou regime de acumulação financeirizado. O economista francês busca caracterizar teórica e historicamente este regime de acumulação, destacando elementos dos setores produtivos, tecnológicos e financeiros, além de dedicar atenção a elementos políticos, como a luta de classes, os Estados e a geopolítica.

Em sua tentativa de historicizar a mundialização financeira, Chesnais dá vida às contradições imanentes ao capitalismo, tais como as crises e as lutas de classe. A partir desse referencial, a mundialização financeira é dividida em quatro fases. A primeira é a internacionalização financeira indireta (1960-1979). Esta fase compreenderia o ressurgimento da potência do capital-dinheiro, ou do capital portador de juros, que havia figurado com papel de destaque no início do século XX e no entreguerras, e a crescente importância dos mercados financeiros (eurodólares e petrodólares)

e das instituições financeiras não bancárias, como as seguradoras, os fundos mútuos de investimento e os fundos de pensão por capitalização.

A segunda fase seria marcada pela desregulamentação e pela liberalização financeira (1980-1985). Ela se iniciaria com o choque de juros do FED em 1980 e com a liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros que se seguiu após a vitória da Revolução Conservadora na Inglaterra e nos Estados Unidos. Montou-se, nos países centrais do mercado mundial, toda uma estrutura política, econômica e financeira para a manutenção da hegemonia das finanças frente às outras frações da classe burguesa. Deste modo, promoveu-se a securitização da dívida pública, a criação de mercado de bônus da dívida e uma política monetária de taxas de juros reais positivas que garantem os ganhos dos barões das finanças. Por último, o período seria marcado pela crise da dívida externa do Terceiro Mundo, motivada pelo choque de juros estadunidense, que elevou o preço da dívida dos países dependentes contraída a taxas de juros negativas na primeira fase da mundialização do capital.

A terceira fase seria a da incorporação dos chamados mercados emergentes (1986-1995) à mundialização financeira. Às praças tradicionais (Wall Street, City londrina, Frankfurt e Tóquio) juntaram-se os países chamados “emergentes”, como Argentina, Brasil, México e, posteriormente, China e Índia. A integração mundial dos mercados financeiros, que alcançou todo o globo terrestre, não derivaria diretamente das possibilidades abertas pelas tecnologias da informação (TIs). Tal integração certamente ganhou um impulso com o desenvolvimento das TIs, mas seria resultado sobretudo dos interesses e ações dos rentistas ativos em abrir fronteiras de acumulação de ativos financeiros poupados no centro do mercado mundial, mas que não encontravam mercados para aplicação ou taxas de rendimento atrativas. Atraídos pela ilusão de que a entrada de capital externo

lhes traria uma era de desenvolvimento econômico, os países dependentes praticaram uma política monetária de altas taxas de juros a fim de atrair o capital excedente dos países desenvolvidos. Fechou-se, assim, uma fase da mundialização do capital, com a integração (subalternizada) dos países dependentes ao mercado mundial e a consolidação do regime de acumulação financeirizado global, que tem como suas principais características baixas taxas de crescimento do PIB, crescimento *stop-and-go* (curtos períodos de crescimento entrecortados por períodos recessivos), altas taxas de crescimento dos ativos financeiros, surgimento dos rentistas ativos, recorrência de crises financeiras e monetárias, marginalização de países do Sul e o desemprego estrutural.

A história, entretanto, reservaria uma surpresa. Uma grande surpresa. Quando todos já afirmavam a continuidade da hegemonia dos Estados Unidos e a completude da integração dos mercados financeiros, brotou, no leste do globo, uma potência econômica e militar capaz de trazer um abalo à até então incontestável dominação estadunidense. A quarta fase da mundialização financeira iniciou-se com o surgimento, lento e gradual, embora constante e crescente, de um novo polo geopolítico. Dona de um vasto território e da maior população do mundo, a China tornou-se, após as reformas de abertura de Deon Xiaoping, o principal país atrator de investimento direto externo, em especial os provenientes das multinacionais dos Estados Unidos. A ida deste capital estrangeiro levou a China a tornar-se aquilo que a Inglaterra foi no século XIX, isto é, a “fábrica do mundo”. Seus produtos manufaturados, produzidos por uma força de trabalho qualificada, disciplinada, barata e superexplorada, inundaram os mercados de todo o mundo e trouxeram um afluente canal de recursos abertos pela exportação dos produtos manufaturados, abrindo uma era de crescimento à nova potência do Leste.

O crescimento da China, combinado com o miniciclo de crescimento dos EUA (2003-2008), funcionou como locomotiva

para a expansão mundial, puxando os demais vagões acoplados à mundialização financeira. A crescente demanda chinesa por bens primários, em particular os alimentícios, minerais e energéticos, conjugada com a especulação financeira nesses mercados, abriu um ciclo de alta dos preços destas *commodities*, gerando ganhos para os países exportadores de matérias-primas e para os especuladores. Assim, esboçou-se uma nova divisão internacional do trabalho: os países centrais produziram bens e serviços de alta tecnologia; a China, os produtos manufaturados; e o restante do mundo, matérias-primas e energia.

Aproveitando as oportunidades geradas pela nova divisão internacional do trabalho, os países periféricos voltaram a concentrar seus esforços produtivos em suas “vantagens comparativas naturais”, isto é, na produção de bens primários com baixos custos. Em termos concretos, desmontaram seus (incipientes) parques industriais e reprimarizaram sua estrutura produtiva, exportando mercadorias do setor primário da economia – alimentos, minerais e insumos de energia – a baixo custo graças à superexploração da força de trabalho e à ausência de legislações sindicais e ambientais.

A reprimarização da periferia do mercado mundial ocorreu, todavia, em paralelo com a centralização e concentração de capital nestes países. A produção primária, agora, seria comandada não somente pelas antigas classes latifundiárias, mas também pelo capital financeiro do Norte e do próprio Sul, combinando técnicas produtivas avançadas, como o uso intensivo de alta tecnologia (produtos químicos, sementes transgênicas), e relações sociais de produção arcaicas, como o trabalho artesanal, familiar, infantil e mesmo semiescravo.¹⁹

¹⁹ “Eles [os oligopólios] combinam um controle importante da *corporate governance*, um gerenciamento moderno e um uso possível das tecnologias de ponta com as formas de exploração mais retrógradas da força de trabalho e do meio ambiente. A extração, a transformação e a exportação de metais de base e da agroindústria são exemplos típicos que o Brasil conhece” (Chesnais, 2005a, p. 22).

O último fator que merece destaque na quarta fase da mundialização financeira é a plena integração da Europa à lógica da acumulação financeira. Muitos projetaram que o modelo de integração regional proposto pela Europa poderia ser um contraponto ao modelo imperialista dos Estados Unidos de integração econômica global, uma espécie de bastião social contra o capitalismo global sem barreiras e freios. Esther Jeffers lembra que a formação dos mercados financeiros contemporâneos se deu na City londrina e demonstra que, “depois dos Estados Unidos, a União Europeia – por meio das principais potências que a compõem – desempenha bem o seu papel de segundo pilar da finança mundial” (Jeffers, 2005, p. 155).

Estas sucessivas fases da mundialização financeira trazem, independentemente dos fatos singulares que as caracterizam, traços marcantes e comuns a todas. A perspectiva marxiana de totalidade – segundo a qual uma unidade é síntese de múltiplas e contraditórias determinações – é reafirmada ao longo da sua produção recente. Segundo Chesnais, os fatos singulares das fases da mundialização financeira fazem parte de um todo, constituindo o que ele chama de “regime de acumulação mundial predominantemente financeiro”, ou então de “regime de acumulação financeirizada mundial”. Em resumo, o novo regime de acumulação capitalista configura-se em torno das seguintes dinâmicas: 1) crescimento das transações financeiras e do poder político e econômico das finanças; 2) novo regime salarial; 3) novo padrão de distribuição de renda entre nações e classes sociais; 4) repartição da poupança entre investimento e finanças; 5) características novas da acumulação; 6) desemprego estrutural e precarização do mundo do trabalho; e 7) assimetria nas relações geopolíticas e geoeconômicas entre os países.

O regime de acumulação financeirizado (RAF)

A emergência do RAF não é um fenômeno puramente econômico. Para Chesnais, foi “*por meio de uma articulação estreita*

entre o político e o econômico (...) que as condições para a emergência dos mecanismos e das configurações dominantes desse regime foram criadas” (Chesnais, 1997a, p. 24 – grifos originais). A esfera econômica passou a ocupar um lugar central na dinâmica da sociedade capitalista e muitas vezes parece comandar as outras esferas, submetendo os sujeitos históricos à lógica da acumulação ampliada. Porém,

a discussão sobre a mundialização é bem mais que uma simples discussão ‘econômica’. Ela diz respeito às formas do domínio social próprio de uma fase histórica tomada como tal, da qual não podemos saber nem quanto tempo durará, nem por qual caminho a humanidade dela sairá (...) (Chesnais, 1997b, p. 15).

Com estas afirmações, o autor se distancia simultaneamente de leituras economicistas marxistas e da vulgata neoliberal sobre o papel da política e de suas instituições nos movimentos históricos, em particular na criação de regimes de acumulação. Enquanto o marxismo vulgar entende a superestrutura como um reflexo da base econômica, univocamente determinado por esta, a vulgata neoliberal apresenta o Estado como um ente exterior ao mercado, muitas vezes antagônico aos interesses capitalistas.

É impensável entender a emergência do RAF sem colocar em tela a estratégia burguesa do final dos anos 1970 e início dos 1980. Naquela época, as vitórias eleitorais de Ronald Reagan e de Margaret Thatcher criaram o solo fértil pelo qual pôde florescer esse regime. Por meio do consenso obtido pelos governos anglo-saxões de direita, aplicou-se uma série de medidas de desmonte do Estado de bem-estar social e das barreiras e regulações criadas para impedir a livre atuação dos capitais após o fim da Segunda Grande Guerra. Promoveu-se a desregulamentação do mercado de trabalho, a liberalização dos mercados de juros e câmbio, bem como da circulação internacional de capital e a privatização de bens e serviços públicos.

Em suma, essas políticas de liberalização, desregulamentação e privatização foram implementadas em algumas potências imperialistas e depois exportadas para os demais países centrais e para toda a periferia, sob o patrocínio de instituições multilaterais. No plano interno de cada país, houve um realinhamento da correlação de forças entre grupos e classes sociais. Rompeu-se com os compromissos sociais estabelecidos entre burguesia, classes médias e trabalhadores assalariados por todo o regime de acumulação fordista. De acordo com Chesnais (2005b, p. 57), todas estas medidas configuram uma revolução conservadora, entendida como uma estratégia das classes dominantes de reação aos regimes de proteção social e organizações políticas populares com o intuito de aumentar os ganhos capitalistas. Para isto, foi necessária a criação de um novo regime de acumulação que organizasse, dentro de um todo articulado e dinâmico, diversas medidas da ofensiva do grande capital. No regime de acumulação financeirizado, teria ocorrido um golpe de Estado, um movimento político pelo qual uma nova fração da classe burguesa – os rentistas ativos – instituiu o domínio do capital portador de juros, inaugurando a era da ditadura dos credores. Esta fração de classe, apoiada pelo poder econômico, político e militar de seus respectivos Estados-nação, estabeleceria uma hegemonia frente aos outros grupos e classes dominantes, como a burguesia industrial, e submeteria, por meio da coerção, setores das classes subalternas que não se adequassem ao novo regime de acumulação. Os rentistas ativos, portanto, tornaram-se a fração hegemônica e passaram a comandar o ritmo e as formas de acumulação de capital segundo seus propósitos e interesses.

Segundo o economista francês, existiriam diferenças históricas entre as finanças no início e no final do século XX, bem como de seus agentes. Deve-se diferenciar a atual fase do imperialismo – a do capital portador de juros – da sua primeira fase, na qual prevaleceu o capital financeiro. Primeiro, os investimentos das finanças

contemporâneas estariam mais concentrados e mais descolados da sua base material, isto é, teriam elementos fictícios da acumulação do capital mais desenvolvidos do que antes. Depois, as aplicações financeiras atuais teriam uma natureza mais de curto prazo, com o objetivo de retorno imediato do investimento. Por último, os mercados financeiros seriam mais voláteis, oscilando para cima e para baixo de acordo com os movimentos (ir)racionais de seus operadores.

Há outras três diferenças entre as finanças do início do século XX e do seu final e início do XXI; Chesnais pontua a existência das diferenças entre os *rentiers* descritos por Lenin e os rentistas ativos do RAF, as novas configurações dos oligopólios mundiais e a importância das instituições financeiras não bancárias.

Hilferding analisou o processo de fusão da grande indústria com os grandes bancos na Alemanha antes da Primeira Guerra Mundial. Por conta da concentração e centralização do capital, características do capitalismo monopolista, as indústrias precisavam aumentar suas escalas de produção a partir da introdução de novas tecnologias. O objetivo era baratear o custo de produção das mercadorias para concorrer em pé de igualdade com as outras indústrias do setor, que disputavam cada nicho de mercado disponível. Para isto, as indústrias abriram seus capitais com o intuito de captar recursos capazes de financiar os crescentes custos do investimento tecnológico, muitas vezes desenvolvidos em departamentos internos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) dos oligopólios.

A forma mais usual encontrada para a captação de recursos foi a criação de sociedades anônimas (S.A.), pelas quais as empresas vendiam suas ações em bolsas de valores e deixavam de ter uma estrutura de propriedade familiar, com seu controle direto sendo exercido pela burocracia gerencial e o indireto pelos novos acionistas. Os compradores das ações das empresas foram os bancos. Daí a fusão entre o capital industrial e o capital bancário, da qual resultou a constituição do capital financeiro.

Estudando o caso alemão do final do século XIX e início do século XX de conexão entre indústrias e finanças, Hilferding criou a categoria “capital financeiro”. Chesnais se questiona se aquele padrão ainda seria válido para o novo regime de acumulação financeiro. De acordo com suas opiniões, sim: os escritos do austro-marxista ainda são uma referência no estudo das relações entre finanças e produção. Todavia, ele aponta que novas determinações surgiram, colocando o desafio para a atualização da teoria clássica do capital financeiro.

A composição acionária dos oligopólios estaria mudando ao longo do tempo, mas isto não caracterizaria uma autonomia das finanças frente à produção, tese muitas vezes imputada à obra de Chesnais. Ao contrário, o que se estabelece é um novo padrão de interconexão entre as esferas econômicas da produção e da finança.

São esses operadores financeiros de um tipo qualitativamente novo que têm sido, *de longe*, os principais beneficiários da ‘globalização financeira’. Eles não se desinteressam, por isso, da indústria. Uma parte significativa de seus ativos financeiros gigantescos é detida sob a forma de pacotes de ações. Estes são mais ou menos importantes, mas sempre o suficiente para ditar a política econômica e as estratégias de investimento dos grupos industriais em questão (Chesnais, 1997a, p. 36 – grifo do autor).

Além da mudança na composição acionária dos oligopólios, houve alterações em suas estruturas de organização e gestão. A rigor, deveria abandonar-se a nomenclatura “empresas” ou “firmas” e adotar uma nova: “grupos financeiros com característica predominantemente industrial” (Chesnais, 1997a, p. 36). Hoje em dia, os oligopólios estariam estruturados sob a forma de *holdings*, controlando os mais distintos setores de operação do grupo, que iriam desde as cadeias produtivas e comerciais até o controle de bancos e instituições financeiras. As operações industriais ainda continuam sendo importantes dentro da estrutura dos oligopólios,

mas, crescentemente, as operações financeiras ocupam uma posição privilegiada nos balanços patrimoniais.

Outra transformação significativa seria o aparecimento das “empresas-rede”. Os grupos oligopolistas terceirizariam e subcontrariariam uma vasta rede de pequenas e médias empresas que operariam a produção material de mercadorias, enquanto as grandes empresas da *holding* ficariam responsáveis pelas operações de finanças, planejamento, *design*, comercialização etc. Grande parte dos satélites das empresas-rede estaria localizada na periferia do mercado mundial, onde os salários e os custos ambientais são mais baixos e a sindicalização dos trabalhadores locais é menor do que nos países centrais. Estes são fatores sociais, econômicos e políticos que permitem uma taxa de exploração grande o suficiente para repartir a mais-valia entre a burguesia local e a internacional. Há, assim, a combinação de setores modernos e atrasados dentro da estrutura global dos oligopólios capitalistas (Chesnais, 1997a, p. 21), fato também constatado nos trabalhos de David Harvey (1994).

No passado, os grandes bancos foram figuras centrais na economia capitalista. Eles ainda continuam sendo instituições importantes, gozando de poder e riqueza, mas não seriam mais os protagonistas do capital financeiro, seja do ponto de vista do poder político, seja do ponto de vista dos volumes financeiros transacionados e das poupanças acumuladas. No RAF, as instituições financeiras não bancárias, como os fundos de pensão, os fundos mútuos e as seguradoras, ocupariam o topo do *ranking* do mercado financeiro. Diversas análises e estatísticas amplamente divulgadas atestariam essa alteração na estrutura de poder dos mercados financeiros. De posse desta enorme massa de capital-dinheiro,²⁰ as instituições financeiras não bancárias disporiam

²⁰ “No fim dos anos 1990, o volume dos ativos em posse do conjunto dos investidores institucionais ultrapassava US\$ 36 trilhões. Esses haveres representavam em torno de 140% do PIB dos países da zona da OCDE. Mas, em alguns países, a relação entre os ativos financeiros e o PIB – que representa as pretensões de apropriação

de força política e econômica para obter o controle acionário dos maiores oligopólios multinacionais nas bolsas de valores e até mesmo o controle relativo das políticas econômicas dos países centrais por meio de pressões de retiradas maciças de capital, causando um enorme déficit nos balanços de pagamento, ou mesmo com a indicação de antigos dirigentes dos mercados financeiros para postos-chave dos bancos centrais e dos tesouros nacionais.

A hegemonia rentista também derivaria da capacidade de os agentes financeiros imporem sua lógica de ação a outros sujeitos sociais. Haveria, no RAF, um mimetismo do comportamento dos rentistas ativos realizado por outras frações da classe burguesa e mesmo da classe trabalhadora. Os investimentos produtivos, no período do capitalismo monopolista, com perspectivas de maturação e retorno de longo prazo passariam a se adequar cada vez mais à lógica do retorno imediato que prevalece nos mercados financeiros. Além disso, os administradores adotariam critérios idênticos no cotidiano da gestão das empresas, buscando sempre a maximização e otimização do uso dos recursos produtivos, particularmente o da força de trabalho. Por último, os próprios trabalhadores, por intermédio de seus fundos de pensão, introjetariam em sua consciência de classe o modo de operação dos agentes financeiros, adotando a acumulação financeira como um meio de aumentar seus provimentos, antes derivados basicamente da venda de sua capacidade de trabalho.

A superação das crises, a emergência e a sustentabilidade do RAF

As contradições imanentes ao capitalismo colocam limites objetivos à contínua expansão da reprodução ampliada do capital.

da produção econômica presente e futura – é muito mais elevada: 226% no caso do Reino Unido, 212% nos Países Baixos, 207% nos Estados Unidos, 200% na Suíça” (Chesnais, 2005b, p. 43-44).

Tais limites se manifestam na forma das crises econômicas. Sendo intrínsecas ao capitalismo, elas são administradas de diversas formas pelas classes dominantes ao longo da história. Na dialética entre crises e estabilização, dificilmente se matura um ciclo de longo prazo, mas sim de média duração:

Tudo isso faz com que o movimento do capitalismo não seja marcado de modo endógeno por ‘ciclos’ longos. Ele conhece uma segmentação histórica na qual os cortes são políticos, assumindo a forma de guerras mundiais – sendo a “guerra fria” uma variante –, ou de mudanças importantes na relação ‘capital/trabalho’ (Chesnais, 2007, p. 17).

Os estudos de Chesnais sobre os regimes de acumulação são encaminados pela perspectiva de entendê-los como estratégias políticas para a superação das constantes (e inevitáveis) crises capitalistas. Não seria o capital, muitas vezes entendido como uma entidade abstrata que paira acima dos interesses do ser humano, conduzindo-os como uma mão invisível ou como um Espírito absoluto, mas sim forças e grupos políticos que conduzem a estratégia de implementação de regimes de acumulação (Chesnais, 2002, p. 13-14).

Desta maneira, o RAF teria sido criado como uma estratégia econômica, política e ideológica da burguesia rentista para a superação da crise do regime fordista e a concentração da riqueza nos estratos superiores das sociedades capitalistas. Chesnais constrói um sistema analítico para o entendimento da dialética entre crises e estabilidade. A possibilidade de superação destas e a construção de um período histórico médio de estabilidade nesse sistema pressupõem a emergência daquilo que os regulacionistas franceses chamam regime de acumulação. Seguindo de perto as indicações desta Escola de Economia Política, em especial as de Robert Boyer, Chesnais (2002, p. 29) elenca quatro elementos que definiriam um regime de acumulação: 1) organização da produção; 2) horizonte temporal de valorização do capital; 3) distribuição da riqueza; e 4) composição da demanda social.

O regime de acumulação fordista teria sido pródigo na combinação entre os quatro fatores, proporcionando um momento econômico e político *sui generis* na história do capitalismo: o duplo movimento de aumento da acumulação capitalista e do bem-estar social da população em geral, pelo menos no que diz respeito ao centro do mercado mundial. Acordos entre capital e trabalho teriam conformado uma estabilidade sistêmica do capitalismo em diversos países, sem que isto implicasse o fim das lutas de classes; estas foram contidas dentro de certos limites – os limites do reformismo social –, mas nunca extintas. A estabilidade teria sido a regra geral enquanto prevaleceu o regime de acumulação fordista.

O novo regime de acumulação capitalista teria demonstrado sua força ao longo dos últimos 30 anos, tanto no aspecto político quanto no ideológico. Mas não só: as taxas de acumulação e rentabilidade do capital teriam crescido, de forma geral, nesse período, seguindo a tendência do aumento da exploração e do pauperismo das classes dominadas. Estes fatores, todavia, não garantiriam a continuidade e estabilidade do RAF. Crises estruturais podem aparecer, e cada vez mais as chances aumentam, como teria demonstrado a recente crise imobiliária nos Estados Unidos e que ganhou dimensão mundial (Chesnais, 2008).

O RAF, diferentemente das configurações econômicas, políticas e sociais do fordismo, carregaria no seu DNA o gene da instabilidade sistêmica. Inúmeros fatores concorreriam para esta instabilidade. Sua implementação, diferentemente do ocorrido com o regime fordista, não seria resultado de compromissos firmados entre burguesia e trabalhadores assalariados; o ato fundacional do RAF foi um golpe classista dos grupos dominantes realizado por meio da força dos Estados imperialistas, excluindo as classes trabalhadoras, os países periféricos e até mesmo setores das classes médias.

Além disso, o RAF tem remotas possibilidades de gerar crescimento e desenvolvimento na maioria dos países. Sua regra geral

é o baixo crescimento econômico. Basta olhar para os anos 1990 que se pode constatar que somente os EUA, por razões muito particulares,²¹ e alguns países do Sudeste Asiático lograram taxas consistentes de crescimento de seus PIBs. Os demais, centrais e periféricos, conviveram com recessão ou mesmo estagnação, além da deterioração de outras variáveis macroeconômicas, em especial as da dívida pública, que se multiplicaram no período. Daí o resultado do aumento das desigualdades entre países e regiões do mercado mundial.

Em terceiro lugar, o ciclo de inovação tecnológica não gerou um aumento geral da produtividade dos fatores de produção nos setores industriais norte-americanos, com exceção dos computadores e microprocessadores. Boa parte do *boom* de inovação tecnológica dos EUA nos anos 1990 não foi consequência do fluxo de investimento de capital da Nasdaq, mas sim da fuga de cérebros de países periféricos e da Tríade e da transferência de departamento de P&D de multinacionais europeias para o território estadunidense (Chesnais, 2002, p. 23-24). Além disso, fala-se do aumento dos gastos governamentais, em particular os militares e na área de saúde, destinados ao investimento tecnológico no setor privado dos EUA.

Por último, mas não menos importante, Chesnais contradiz Michel Aglietta no que diz respeito aos efeitos benéficos da governança participativa e da gestão eficaz dos mercados financeiros pelos rentistas ativos. Segundo seus estudos, bem como os de Catherine Sauviat (2005), os atuais critérios da governança empresarial não são capazes de estabelecer limites aos dirigentes dos oligopólios, e muitos deles quebraram as empresas sob sua gerência

²¹ As particularidades dos Estados Unidos residiriam no controle da moeda mundial, na entrada maciça de investimento direto externo desde 1997/1998, na baixa inflação, na queda dos salários e nos baixos preços das matérias-primas.

direta agindo em benefício próprio. E mais: o controle objetivo exercido pela governança corporativa teria recaído, na verdade, sobre os assalariados, e não sobre os diretores e presidentes das grandes empresas. Conforme escreve Sauviat,

(...) a satisfação das normas de rentabilidade financeira imposta pelos mercados e a mudança induzida na empresa acompanharam a degradação das condições de trabalho dos assalariados e o crescimento das desigualdades de renda. Essa situação se concretizou por uma instabilidade e uma crescente insegurança do emprego, sob a constante ameaça de deslocalização e subcontratação, e também acarretou formas de controle e de intensificação do trabalho que tiveram como contraponto a precaridade, os baixos salários (exclusão), o aumento dos acidentes de trabalho e de doenças profissionais para a grande massa dos assalariados (Sauviat, 2005, p. 127).

Para Chesnais, o RAF seria sistemicamente vulnerável, com a aparição cada vez mais frequente de crises financeiras, que por sua vez detonam crises na economia real, instabilidade política e aumento das desigualdades entre regiões do planeta, países e classes sociais, nos âmbitos internacional e nacional. A polarização social, a assimetria entre as regiões, o crescimento da fome e de graves moléstias, o aumento da exploração e do desemprego desafiam a viabilidade e sustentabilidade do RAF no horizonte analítico previsível. Das tensões e conflitos que emergem das atuais contradições da mundialização do capital surgiu a necessidade de militarização da política e da geopolítica e a criminalização de movimentos sociais para a manutenção do atual regime de acumulação, que cada vez mais apresenta rupturas em seu tecido social e político, colocando em risco sua própria sustentabilidade do ponto de vista da dominação burguesa (Chesnais, 2005b, p. 57).

Gênese, ascensão e supremacia do neoliberalismo

Ao longo desta segunda parte, temos discutido a história da última grande crise orgânica, ocorrida na longa década de 1970 e

que resultou na formação de um novo bloco histórico capitalista, o neoliberal, e as interpretações marxistas sobre o fenômeno das crises capitalistas, recuperando em larga medida as contribuições de David Harvey e François Chesnais. A história do neoliberalismo, entretanto, não começa na formação de um novo bloco histórico capitalista nos anos 1970-1980, mas sim no início do pós-Segunda Guerra Mundial, um dos marcos de fundação do bloco histórico fordista-keynesiano. O neoliberalismo surge como uma ideologia concebida por intelectuais tradicionais ligados às classes dominantes. O seu pontapé está presente no livro *O caminho da servidão*, de Friedrich Hayek, publicado em 1944. Logo no prefácio da primeira edição, Hayek ([1944] 1977, p. XXXIII) declara sem meias palavras que o livro é uma obra política, colocando-se em posição de ataque contra o intervencionismo e o planejamento econômico, considerados ameaças reais às instituições e valores de uma sociedade livre. No final do terceiro capítulo, deixa claro o seu argumento central: “é de extrema importância para a argumentação deste livro que o leitor não esqueça que toda a nossa crítica visa exclusivamente o planejamento contra a concorrência, ou, por outra, o planejamento que pretende substituir a concorrência” ([1944] 1977, p. 40).

Nesta obra clássica do neoliberalismo, o ultraliberal austríaco afirma que estaria em curso um lento processo de formação de um consenso socialista, entendido como uma ideologia totalitária que patrocinaria a intervenção do governo na economia e na vida pessoal dos indivíduos por meio do arbítrio e da coerção. Fascismo, nazismo e comunismo seriam exemplos deste totalitarismo que ameaçaria as sociedades livres. Caso os autênticos liberais não percebessem a tempo o crescimento da ideologia socialista, que teria infectado boa parte da população e da *intelligentsia* até mesmo em um país como os Estados Unidos (considerado o principal bastião da economia livre), a pavimentação do caminho da servidão estaria completa em pouco tempo, e as grandes conquistas da civilização

ocidental, identificadas com os valores supremos do individualismo, da liberdade e da tolerância, estariam perdidas.

A proposta de Hayek é o combate à ideologia socialista – enraizada nas mentes dos homens comuns e nos gabinetes do governo – via o resgate, divulgação e atualização das teses clássicas do liberalismo para os tempos que se abriram após o fim da Segunda Guerra. Cumpre notar que o autor não patrocina uma reedição pura do *laissez-faire*, de um Estado mínimo ideal, pois reconhece que o Estado deve regulamentar certas atividades produtivas, criar legislações trabalhistas e sanitárias e ofertar determinados serviços sociais. A ideia-força defendida é que o sistema de concorrência mercantil seria mais eficiente, dos pontos de vista econômico, social e moral, do que o planejamento estatal. Os mecanismos livres da concorrência deveriam prevalecer sobre a intervenção do governo na economia, mas para isto o Estado deveria ser responsável, por exemplo, por um moderno e ágil sistema de leis que garantisse, na prática, a propriedade privada e a livre iniciativa dos agentes econômicos.

Em 1947, um grupo de intelectuais – Friedrich Hayek, Karl Popper, Ludwig Von Mises, Milton Friedman e outros –, reuniu-se nos Alpes suíços para fundar a *Sociedade de Mont Pèlerin*. O objetivo deste aparelho ideológico das classes dominantes era formar o que Hayek havia conclamado em *O caminho da servidão*: uma organização coesa e engajada na produção e difusão de uma ideologia opositora às teorias intervencionistas – marxismo e keynesianismo –, resgatando, atualizando e revisando os fundamentos do liberalismo clássico para a nova fase do capitalismo.

Na sucinta declaração de fundação da Sociedade de Mont Pèlerin, o mundo que emerge da Segunda Grande Guerra é descrito como envolto em uma grande crise moral e ética, na qual os principais valores da civilização ocidental estariam ameaçados pelo terror do poder arbitrário e tirano das ideologias totalitárias.

A crença na propriedade privada e nos mercados competitivos também estaria combatida diante da ofensiva do intervencionismo estatal, do planejamento centralizado ou, em uma palavra, do totalitarismo. Diante desta crise, seus fundadores defenderam um movimento de recomposição de valores capaz de resgatar a liberdade e a dignidade humana. Esta recomposição passaria por seis pontos: 1) um estudo da origem e da natureza da crise, com destaque para os fatores morais e econômicos; 2) a redefinição do papel do Estado, distinguindo o liberalismo do totalitarismo; 3) o restabelecimento do Regime da Lei; 4) a defesa do livre mercado; 5) o combate aos credos hostis à liberdade; e 6) a criação de uma ordem internacional asseguradora da paz, da liberdade e da harmonia nas relações econômicas mundiais.²²

Foi uma atitude ousada dos intelectuais (neo)liberais, pois, à época, a hegemonia era dirigida, nas margens da social-democracia, pelo keynesianismo e, no extremo mais à esquerda, pelo marxismo. Eles remavam contra a maré num período em que o crescimento econômico era atribuído às políticas keynesianas de estímulo estatal à demanda efetiva. Foram anos no ostracismo intelectual, pacientemente maturando ideias e projetos políticos de fortalecimento de um capitalismo livre dos constrangimentos da democratização da política, resultado da ação da classe trabalhadora em todo o mundo.

A doutrina neoliberal fundamentava-se na reafirmação dos valores de liberdades individuais, comerciais, produtivas e de investimento dos empreendedores para a geração de riquezas, desenvolvimento tecnológico e, por consequência, segundo os seus cânones, do aumento geral do bem-estar das populações. Liberdade é o conceito central para o neoliberalismo. Esta liberdade é vista como um atributo humano herdado do estado de natureza que deve ser preservado após a assinatura do Contrato Social pela soberania

²² Informações disponíveis no site <<http://www.montpelerin.org/mpsGoals.cfm>>.

limitada do Estado, responsável pela garantia dos direitos básicos do cidadão. No período da sua emergência, o liberalismo defendeu a liberdade do cidadão frente à servidão, que prendia o indivíduo ao senhor feudal e seu respectivo território, assim como impedia qualquer tipo de mobilidade na pirâmide social – na prática, sabe-se que o que ocorreu foi a “dupla liberdade” do cidadão, tanto da servidão quanto dos seus meios de produção, expropriados e privatizados diante de um processo violento e sanguinário.

Na antiga fórmula do liberalismo, o papel do Estado era muito bem definido a partir de funções restritas, sem interferir indevidamente nas ações pessoais dos indivíduos e dos membros da sociedade civil. A retórica da doutrina neoliberal – que encontra pouca correspondência com a prática adotada por seus regimes – advoga que cabe ao Estado garantir os direitos básicos dos indivíduos, a liberdade de ação dos agentes econômicos e o fornecimento de bens públicos e serviços estatais necessários à manutenção da ordem, tais como defesa, segurança, justiça e serviços sociais. Para além destas funções, o Estado extrapolaria suas funções vitais, cerceando o livre desenvolvimento dos mercados e das iniciativas privadas, supostamente prejudicando a produção de riquezas e o bem-estar geral.

Assim como o liberalismo clássico, a doutrina neoliberal defende a promoção da liberdade das forças impessoais e neutras do mercado na alocação e distribuição eficiente dos recursos produtivos entre os agentes sociais. É importante notar que eles não defendem a total ausência do Estado no controle da vida social, que deve ter uma ação seletiva e focalizada em esferas vitais para o pleno funcionamento da ordem capitalista, como a defesa dos múltiplos regimes de propriedade privada, desde a terra até o *copyright*.

Os mesmos ideólogos neoliberais sustentam que a desigualdade seria um valor positivo em si mesmo. No livro *Liberalismo segundo a tradição clássica* (1927), Ludwig von Mises comenta a perspectiva que os neoliberais têm a respeito da desigualdade econômica de renda

e riqueza; esta teria duas funções importantes nas sociedades livres e, por isto, deveria ser valorizada. Em primeiro lugar, estimularia a produtividade do trabalho e a geração de riquezas, tendo em vista a competição entre massas e elites – os de baixo querendo subir, os de cima querendo continuar onde estão. Tal competição pela mobilidade social seria um dos fatores preponderantes para os altos índices de produtividade do capitalismo, o que geraria uma riqueza exponencial em ritmo acelerado, supostamente demonstrando a superioridade deste modo de produção sobre qualquer outro. Em segundo lugar, o consumo de bens de luxo é defendido como algo produtivo para todas as camadas sociais. Por quê? Na lógica neoliberal, a concentração de renda nas mãos de um pequeno grupo de milionários ociosos permitiria a criação de uma indústria de bens de luxo de alta inovação tecnológica, impulsionando o progresso técnico. Em algum momento do futuro, diz o autor, estes bens de luxo seriam disponibilizados para as massas, embora o mecanismo de propagação não seja explicitado. Conforme diz von Mises,

(...) a maioria de nós não tem qualquer simpatia pelo rico ocioso, que passa a sua vida gozando dos prazeres, sem ter trabalho algum. Mas até cumpre uma função na vida do organismo social. Dá um exemplo de luxo que faz despertar, na multidão, a consciência de novas necessidades, e dá à indústria um incentivo para satisfazê-las (Mises, [1927] 1987, p. 35).

Neste tocante, a ideologia do livre mercado busca combinar dinamismo econômico e parasitismo social, argumento teórico já defendido por Thomas Robert Malthus e elogiado por John Maynard Keynes, no qual o consumo das classes proprietárias de corte aristocrático geraria demanda efetiva nas economias mercantis, em vez de gerar o entensouramento da moeda e a queda da demanda agregada.

A valoração positiva da desigualdade social não resistirá à força dos fatos. Os neoliberais mais tarde descartariam a apologia aberta da desigualdade social como algo natural e positivo

de uma economia de mercado, passando a adotar uma apologia indireta. Os impactos mais fortes do aumento brutal da concentração de renda e riqueza nas mãos das elites financeirizadas derivadas do projeto neoliberal começaram a ser sentidos na década de 1990, quando surgiu uma onda de “subversivismo espontâneo, elementar e não orgânico” das classes subalternas, em especial nas periferias. Diante das tensões daí resultantes, o pensamento neoliberal incorpora o tema da “questão social” em suas pesquisas e ações políticas. Cabe discutir aqui como se procedeu esta incorporação, que, no meu entender, visa neutralizar as proposições igualitaristas da esquerda, rebaixando o horizonte intelectual das forças sociais progressistas com os debates sobre equidade, igualdade de oportunidade, vulnerabilidade/exclusão/coesão social, ativismo ético e virtuoso de indivíduos empoderados e comunidades dotadas de capital social, bem como da funcionalidade do Terceiro Setor.

A resposta ao aumento da exploração da força de trabalho, das desigualdades socioeconômicas e das tensões políticas não se restringiu à esfera ideológica. O Estado ampliado burguês, mesmo após as reformas-restauradoras neoliberais, manteve-se política, jurídica e administrativamente equipado com mecanismos institucionais e legais para atender às demandas geradas por determinadas expressões mais agudas da “questão social”. O desmonte do *welfare state* na era neoliberal não foi total, tendo permanecido de pé algumas de suas estruturas, decerto com novas funções e operadas por novas forças políticas. Segundo Göran Therborn:

O máximo que eles conseguem conceber é uma rede de proteção (*safety net*) apenas para os mais pobres dos pobres. Eles não têm tido, no entanto, muito sucesso nessas tentativas. Agora começam a ficar claras as razões desse insucesso. A persistência do desemprego, a tendência à elevação do desemprego estrutural e a precariedade dos vínculos nas margens do mercado de trabalho provocam problemas sociais múltiplos. A própria abrangência

destes tem acarretado a manutenção de esquemas institucionais do Estado de bem-estar, dificultando a adoção de políticas que restringem benefícios apenas para alguns grupos da população (Therborn, 2000a, p. 161).

Outros cientistas sociais compartilham da análise de Therborn a respeito da parcialidade do desmonte do Estado de bem-estar, o que leva à problematização do debate do Estado mínimo como uma peça retórica do projeto de supremacia burguesa. Maria Lucia Werneck Vianna (1997, p. 157) diz que “(...) não há evidências convincentes de que qualquer desmonte tenha ocorrido em países do Ocidente desenvolvido (...)”. Perry Anderson (2000b, p. 148) vai além e defende uma tese mais ousada: a de que houve um ligeiro aumento do *welfare state* nos países centrais.

A ideologia neoliberal não conduziu as reformas-restauradoras dos aparatos governamentais a uma simples reedição do liberalismo econômico e político do século XIX, nem muito menos o Estado neoliberal é uma reatualização do Estado guarda-noturno; o que existe, de fato, é uma refuncionalização do Estado ampliado burguês diante da emergência da mais recente etapa do capitalismo, o bloco histórico neoliberal.

Na esfera da sociedade política, observa-se a formação de aparelhos coercitivos de guerra infinita, vigilância eletrônica e criminalização/militarização da pobreza, de aparelhos coercitivos de espoliação – como bancos centrais independentes que operam políticas monetárias sem controle social, no sentido de estabelecer a “ditadura dos credores” – e aparelhos assistencialistas e clientelistas de serviços sociais de alcance massivo, embora guiados por uma política focalizada e descentralizada de alívio às formas mais extremas do pauperismo. No âmbito da sociedade civil, identifica-se a criação de uma teia complexa de aparelhos privados de hegemonia produtores e difusores das mais diferentes versões do pós-modernismo, bem como de operacionalização e suporte das políticas sociais assistencialistas e das políticas econômicas rentistas.

O Estado ampliado, no bloco histórico neoliberal, continua, pois, a atuar firmemente nas mais distintas expressões da “questão social”, refuncionalizando e readequando as estruturas da sociedade política e da sociedade civil para intervir consensual e coercitivamente nas áreas econômicas, políticas, sociais e culturais, conservando sua atuação classista e sua importância na manutenção da ordem.

Até meados de 1970, o neoliberalismo ainda era uma doutrina ideológica sem força substantiva, pois não havia se materializado em mandatos políticos ou sido incorporado como teoria das massas via um projeto hegemônico das classes proprietárias. A estrutura do Estado ampliado mencionada ainda não havia sido erigida. As condições objetivas favoráveis à ideologia advogada pela Sociedade de Mont Pèlerin surgiram somente com a crise orgânica da longa década de 1970. Além disto, apontava a doutrina neoliberal, esta crise teria revelado a ineficiência do Estado na alocação dos recursos, trazendo, como consequência, o reverso da sua intencionalidade básica, a saber, a promoção do bem-estar social. Desemprego estrutural, inflação, perda do poder de compra dos salários formaram o quadro no período de decadência do *welfare state*. Conforme os neoliberais haviam avaliado, não seria possível promover o bem-estar através de mecanismos de intervenção direta do Estado, sempre suscetível à corrupção e à ingerência das classes dominadas nos interesses privados.

A materialidade da ideologia neoliberal ocorreu longe do berço do *welfare state*. O neoliberalismo tornou-se um plano de governo após o golpe de Augusto Pinochet que derrubou o governo eleito de Salvador Allende. Apoiado pelos Estados Unidos, pelas multinacionais e pelos setores mais reacionários da sociedade chilena, o *putsch* pavimentou o caminho para que tecnocratas importados diretamente da Escola de Chicago, então comandada pelo economista monetarista Milton Friedman, implementassem o receituário típico do neoliberalismo, tais como controle da emissão monetária,

aumento da taxa de juros, privatização dos bens e serviços públicos. Essas medidas, na prática, objetivavam o desmonte da via democrática do socialismo chileno, então operada pela Unidade Popular. No seu lugar, emergiu um outro projeto, agora afeito aos interesses das classes dominantes nacionais e internacionais. De vanguarda progressista do continente, o Chile retrocedeu para um período de repressão e obscurantismo. A democracia seria tolerável, segundo os principais teóricos neoliberais, até um determinado ponto: quando a participação política das massas populares colocasse em xeque a ordem capitalista, contestando o direito de propriedade privada e lutando não só pela socialização da política, mas pela socialização do poder político (Netto, 2009, p. 6), seria a hora de estancar o processo de democratização.

A tradição política liberal tem, ao longo da sua história – Charles de Montesquieu, Immanuel Kant, Alexis de Tocqueville, Benjamin Constant, Gaetano Mosca, Ludwig Von Mises, Friedrich Hayek e outros –, uma atitude hostil em relação à plenitude dos direitos políticos dos trabalhadores (Coutinho, 2006a), pois considera-a uma ingerência intolerável aos interesses privados. Os programas populares de intervenção na economia, centrados em torno de projetos igualitários, deveriam ser neutralizados: esforços não seriam poupados para limitar a soberania popular e sufocar seus levantes, revoltas e revoluções, tudo em nome da defesa intransigente da propriedade privada burguesa. “Ainda que mediada pela intervenção do Poder Legislativo, a intrusão ou a ‘invasão’ dos não proprietários na esfera da propriedade é sempre um ato de arbítrio ou de saque, de violência, um ato, pois, que pode ser legitimamente combatido pela violência do agredido” (Losurdo, 2004, p. 39).

Ultrapassado este patamar, a ditadura política, em suas diversas faces, é considerada, do ponto de vista da classe burguesa, como um recurso legítimo na defesa de seus interesses enquanto proprietária.

Ou seja, não há incompatibilidade na defesa de uma ditadura por parte dos neoliberais, pois a democracia não é um valor central para eles. O que chama atenção é que a ideologia neoliberal materializa-se pela primeira vez sob os auspícios da autocracia burguesa, e não dentro das regras do jogo formal da democracia representativa. O uso da coerção é um elemento presente e decisivo na transmutação do neoliberalismo de uma ideologia para uma estratégia política das classes dominantes, então preocupadas com as sequelas da crise orgânica.

A experiência no Chile, gestada por meio das forças repressivas do Estado burguês, não seria, contudo, replicada em nenhum país da Tríade capitalista, onde o neoliberalismo ascendeu e se tornou hegemônico uma década depois por meio de eleições parlamentares e presidenciais. Mas aquela experiência serviu como uma espécie de laboratório das medidas defendidas pelos neoliberais em termos de política econômica, uma das principais esferas de defesa dos interesses do bloco social que detém para si a supremacia.

O neoliberalismo se fortaleceu quando saiu do círculo de um grupo restrito de intelectuais e ganhou uma base material nas políticas de governos do mundo ocidental. Logo no início dos anos 1980, quando a maré virou em favor dele, Milton Friedman, junto com sua mulher Rose, escreveu uma das principais peças publicitárias da versão contemporânea do liberalismo. No livro *Liberdade de escolher*, o casal foi cauteloso em afirmar a vitória do neoliberalismo, apontando que sua duração poderia ser efêmera. Eles anotaram que “a reação talvez venha a ser de pouca duração e seguida, após curto intervalo, pelo reinício da tendência para o governo ainda mais poderoso” (Friedman e Friedman, [1979] s.d., p. 277). Suas previsões não se concretizaram, e o neoliberalismo tornou-se a principal força política e cultural do final do século XX.

Em 1979, o Partido Conservador inglês ganhou as eleições, após anos de hegemonia do Partido Trabalhista, e indicou a deputada

Margaret Thatcher para assumir as funções de primeira-ministra. A pesada mão da Dama de Ferro implementou o projeto neoliberal mais ambicioso e profundo de toda a Europa. As medidas do Partido Conservador incluíram o enfrentamento ao poder dos sindicatos, o equilíbrio fiscal, o aumento das taxas de juro, a liberdade aos fluxos e aplicações financeiros, o corte de gastos sociais e um vasto programa de privatizações. Do outro lado do oceano, um ano depois, o Partido Republicano ganhou as eleições presidenciais com Ronald Reagan, candidato da ala conservadora do partido.

As principais obras e artigos de referência sobre o neoliberalismo identificam o seu prelúdio nos ensaios da ditadura militar liderada por Augusto Pinochet no Chile (1973) e nos governos eleitos de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha (1979) e Ronald Reagan nos Estados Unidos (1980). David Harvey (2008) inova ao referir-se também às reformas (neo)liberalizantes chinesas promovidas por Deng Xiaoping em 1978. Todas estas experiências marcaram a materialização da doutrina neoliberal, pacientemente cultivada pelos pensadores liberais desde a fundação da Sociedade de Mont Pèlerin.

O início da trajetória política do neoliberalismo não é muito difícil de ser identificado, como apontam os eventos acima. A maior dificuldade no seu estudo é o reconhecimento de um padrão sistemático de sua evolução nos cinco continentes. Este padrão pode ser encontrado, mas uma análise superficial e apressada deste fenômeno pode induzir a uma teoria da conspiração, na qual um grupo de intelectuais liberais, atuando em perfeita sintonia – sem atritos dentro do próprio bloco social das classes dominantes e sem as diversas formas de resistência exercidas pelas classes subalternas –, produziram e efetivaram uma concepção do mundo de acordo com os interesses da supremacia burguesa. Isto veio, de fato, a ocorrer, mas não de forma linear e harmônica.

O processo de expansão e legitimação mundial do neoliberalismo não ocorreu simploriamente a partir da adoção fiel e integral

de qualquer cartilha ou documento dos *think-tanks* imperialistas, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio etc.; ao contrário, as ideias-motrizes da doutrina entraram em contradição com realidades nacionais, regionais ou locais e enfrentaram resistências no seu longo percurso, demorando a se concretizar como um consenso – o que aconteceu apenas na década de 1990 com o Consenso de Washington.

Alguns exemplos podem ser citados, no sentido de ilustrar como o projeto neoliberal foi sendo erigido em países centrais e periféricos muitas vezes em contradição com alguns dos corolários da doutrina. A ditadura chilena iniciada em 1973 foi uma das mais brutais da América Latina, tendo desmantelado as organizações reformistas e revolucionárias que atuavam no país, eliminando fisicamente seus integrantes e a memória de lutas e conquistas populares. Com isto, o terreno foi limpo para os *Chicago Boys* por em prática a abertura dos mercados e o desmonte do aparelho estatal construído no governo Allende. Apesar destas condições favoráveis à implementação das ideias liberalizantes, a ditadura Pinochet manteve sob monopólio estatal a mineração do cobre, principal fonte de receita do governo, o que incorre em um flagrante embate com as teses privatistas do neoliberalismo.

Margaret Thatcher executou um dos maiores projetos de privatização de bens públicos em toda a Europa, e por isto mereceu a alcunha de Dama de Ferro (nome de uma das bandas de *heavy metal* mais tradicionais do Reino Unido). Ela promoveu a venda de ativos de áreas estratégicas, mas não teve cacife para promover o desmonte generalizado do *welfare state*, em particular na área de saúde, ainda hoje regida por concepções universalistas e públicas. E Ronald Reagan, um dos paladinos do livre mercado nas Américas, defensor do Estado mínimo, não seguiu a primeira das medidas sugeridas pela cartilha do Consenso de Washington: o superávit primário. Seu governo teve sucessivos déficits fiscais devido aos

altos gastos estatais com o financiamento do projeto Guerra nas Estrelas, a principal arma do governo estadunidense na Guerra Fria dos anos 1980, e que obteve sucesso no final daquela década com a queda do Muro de Berlim e, depois, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Por diferentes meios e caminhos o neoliberalismo, atendendo às especificidades de cada uma das formações econômico-sociais, foi sendo desigualmente efetivado em todas as regiões do planeta – tanto em questão de ritmo como de profundidade –, configurando-se em uma autêntica estratégia político-cultural mundial da burguesia, respeitando-se, como dito anteriormente, as particularidades nacionais e as tensões entre a ideologia e sua materialização como projeto político das classes dominantes. Segundo Harvey,

O mundo capitalista mergulhou na neoliberalização como a resposta por meio de uma série de idas e vindas e de experimentos caóticos que na verdade só convergiram como uma nova ortodoxia com a articulação, nos anos 1990, do que veio a ser conhecido como ‘Consenso de Washington’. (...) O desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social para formação social atestam o caráter não elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes moldaram em conjunto por que e como o processo de neoliberalização de fato ocorreu (Harvey, 2008, p. 23).

O projeto neoliberal tornou-se fundamentalmente uma realidade material por meio de vitórias eleitorais de candidaturas de representantes das alas mais retrógradas dos partidos conservadores. Seu sucesso adveio não de golpes ditatoriais em países dependentes, como ocorreu no Chile, mas sim de um consenso construído e moldado segundo a imagem e semelhança da burguesia rentista, com diferentes variações nos países. O consenso, consolidado nos pleitos eleitorais estadunidenses e britânicos, pressupunha a participação – muitas vezes passiva e despolitizada – das classes médias e dos trabalhadores daqueles países, que, com o seu voto,

consubstanciaram o projeto neoliberal, dando uma legitimidade política poucas vezes vistas na história de um sistema formalmente democrático. Perry Anderson (2007, p. 374) afirma, diante da força avassaladora do neoliberalismo, que esta ideologia foi o sistema de ideias mais bem-sucedido na história da humanidade, suplantando o cristianismo e o comunismo em termos de expansão geográfica.

Embora se deva reconhecer que parte do sucesso do projeto neoliberal seja fruto da atuação hegemônica dos aparelhos privados de consenso sob controle direto e/ou indireto da burguesia, pontua-se aqui que tal estratégia não descarta o uso de métodos coercitivos de repressão aos seus opositores. O projeto neoliberal faz uso sistemático da coerção contra setores de oposição mais radicais e mobilizados das classes subalternas. Até mesmo setores desmobilizados dos trabalhadores, como as populações marginais do exército industrial de reserva que vivem nas periferias das grandes metrópoles – o lumpemproletariado –, sofrem os efeitos coercitivos da atuação dos aparelhos estatais de repressão, tanto por meio da criminalização e da militarização da pobreza e dos movimentos sociais quanto da implementação de sistemas penais de execução e encarceramento como o Estado-penitência, que se desdobra em uma ditadura sobre os pobres (Wacquant, 2001). Além disso, todo um aparato de leis de segurança nacional e vigilância eletrônica, que suprime direitos civis elementares, é desenvolvido em diversos países do centro do mercado mundial em nome da guerra ao terror e ao narcotráfico, que muitas vezes militarizam conflitos políticos contra movimentos guerrilheiros e revolucionários na periferia.

A repressão e o uso da violência aconteceram e foram marcantes nos centros imperialistas difusores da doutrina neoliberal. Reagan e Thatcher estiveram envolvidos, nos primeiros anos de seus mandatos, em longas greves de setores combativos da classe trabalhadora, e recorreram aos gendarmes para massacrar o movimento operário. Nos EUA, a greve dos controladores do tráfego aéreo; no Reino

Unido, as greves dos mineiros, dos trabalhadores gráficos e da imprensa, dos hospitais e das ferrovias.

Na periferia, a força da crise da dívida externa e os efeitos sociais da hiperinflação foram decisivos para abrir as portas ao neoliberalismo, que surgia como uma tábua de salvação diante do fim do desenvolvimentismo e do processo de industrialização via substituição de importação. Mas a coerção apareceu em sua face mais visível: por meio do braço armado do Estado e da promulgação de um conjunto de leis e medidas executivas de refuncionalização do papel do Estado na economia, inclusive autonomizando importantes órgãos públicos do controle popular, que então se tornaram centros da espoliação e da expropriação das riquezas e dos fundos públicos.

O aparato do Estado ampliado neoliberal conjuga, portanto, a combinação entre consenso e coerção – aquilo que Gramsci consagrou por meio do conceito de supremacia, discutido no primeiro capítulo. Por isto proponho tratar o projeto neoliberal não somente como uma estratégia hegemônica – embora se reconheça a centralidade de elementos hegemônicos –, mas também como uma estratégia burguesa de supremacia que tinha como objetivo construir um novo bloco histórico após a crise orgânica dos anos 1970.

Retomando o histórico do neoliberalismo, logo após Inglaterra e Estados Unidos terem posto em prática as ideias neoliberais, gestadas embrionariamente em idos de 1940, Alemanha e Dinamarca também começaram um processo de operacionalização dessa doutrina. Lentamente, o neoliberalismo alastrou-se pelo norte da Europa e abarcou países como Finlândia e Noruega, tidos como modelos do Estado de bem-estar. Já o sul da Europa viveu uma situação diferente, contrariando seu tradicional histórico de governos conservadores e ditatoriais. Desse modo, a divisão política da Europa foi evidente. No norte, o avanço do neoliberalismo; no

sul, uma onda eleitoral a favor da social-democracia varreu países como França, Espanha, Portugal, Itália e Grécia. François Mitterrand (França), Andreas Papandreu (Grécia) e Felipe Gonzalez (Espanha), apenas para citar os casos mais ilustres dessa onda social-democrata, tentaram implementar um projeto que fosse um contraponto aos governos neoliberais do norte, propondo uma política de reativação econômica via políticas keynesianas, como corte dos juros, aumento dos gastos fiscais etc.

Nesse momento, portanto, a social-democracia da Europa meridional colocou-se como uma força de oposição à nova supremacia burguesa. Mas o projeto reformista de resistência não passaria do plano da vontade política. A correlação de forças não foi favorável aos progressistas, e os constantes ataques financeiros dos capitais especulativos às suas economias restringiram suas margens de atuação. A capitulação veio a seguir, com os social-democratas do sul europeu adotando medidas econômicas ortodoxas contrárias às suas plataformas eleitorais. Esta capitulação, todavia, já tinha um histórico que remonta à crise dos anos 1970. Nesse período, partidos social-democratas europeus haviam feito a defesa de ajustes recessivos e da austeridade fiscal com cortes nas políticas sociais universalistas (Mandel, 1990, p. 233-234), medidas típicas da ortodoxia neoliberal.

A derrota da esquerda europeia levou a uma inflexão na supremacia neoliberal. Se antes, nos anos 1960-1980, a social-democracia era vista, e combatida pelas classes dominantes como uma corrente político-ideológica contrária aos seus interesses, pois fundada em expressivos setores do movimento operário, nos anos 1990, os governantes que ainda se proclamavam social-democratas foram, segundo avaliação de Perry Anderson, “os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais” (Anderson, 2000a, p. 14). A via reformista de transformação social perdeu sua principal bússola ideológica e moral: gradativamente, desde 1950-1960, a social-

-democracia eliminou de seus programas políticos o marxismo como concepção do mundo e o socialismo como horizonte das lutas; e, no plano moral, todas as suas reservas foram queimadas com os sucessivos escândalos dos governos socialistas na década de 1990 (Anderson, 1996, p. 10). A social-democracia ficou, desta forma, órfã de qualquer direção intelectual-moral, pronta a ser cooptada pelos neoliberais.

A massiva integração da social-democracia à ordem capitalista não se deu como um raio em céu azul de brigadeiro. É uma marcha contraditória que vem desde o início do século XX, com a adesão aos conflitos imperialistas, e que ganha força no *welfare state*. Durante todo o bloco histórico fordista-keynesiano, governos social-democratas firmaram compromissos com setores das frações da burguesia, legitimando acordos coletivos entre o capital e o trabalho, representado por sindicatos e partidos políticos. Nesse período, a social-democracia foi peça-chave na construção de uma seguridade social para os trabalhadores, sempre suscetíveis à perda do emprego, à velhice, a doenças e acidentes de trabalho, bem como na recomposição de sua renda global. Mas tais conquistas se deram por meio de negociações com o capital monopolista, que exigia o rebaixamento da combatitividade da classe trabalhadora e a manutenção de suas demandas no plano econômico-corporativo, abdicando do projeto revolucionário. Esta contradição só foi resolvida com a solidificação do bloco histórico neoliberal, quando os antigos socialistas aderiram à supremacia burguesa e se tornaram, muitas vezes, gestores corruptos e ideologicamente integrados à ordem.

A vitória da ideologia criada pelas classes dominantes e sistematizada pelos intelectuais neoliberais ainda não era completa. O que parecia devastador, do ponto de vista da esquerda europeia (e mundial), ainda iria piorar. Faltava uma fronteira a conquistar, ou uma última cortina a abrir. A queda do Muro de Berlim e o

colapso do socialismo real no Leste Europeu foram golpes que sacramentaram a supremacia neoliberal no Velho Continente. Após a derrocada do socialismo real, os países do Leste Europeu foram tomados de assalto por uma geração de políticos mais realistas do que o rei – vale dizer, mais radicais do que a Dama de Ferro. Segundo Perry Anderson (2000a, p. 18), os novos líderes realizaram programas de privatização mais intensos e cortes de gastos sociais maiores do que os promovidos pelos governos da Europa Ocidental.

Como se pode imaginar, os efeitos do neoliberalismo no Leste Europeu tiveram impactos negativos, com a destruição da antiga rede de proteção e seguridade sociais. A reação popular não tardou a aparecer, sob a forma de promover o retorno dos antigos partidos comunistas ao poder. Estes, apesar do simbolismo da sua tradição de lutas sociais, não romperam com a supremacia neoliberal e continuaram a política dos seus antecessores. “A deflação, a desmontagem de serviços públicos, as privatizações de empresas, o crescimento de capital corrupto e a polarização social seguem um pouco menos rapidamente, porém com o mesmo rumo” (Anderson, 2000a, p. 19).

Operou-se, desse modo, uma cooptação massiva de históricas lideranças social-democratas e comunistas em toda a Europa, que passaram a dirigir as políticas neoliberais. Se, até então, o neoliberalismo era efetivado segundo a agenda política dos partidos conservadores, no final de 1980 e início dos 1990, os partidos de esquerda não somente aderem ao ideário neoliberal como o concretizaram em suas ações de governo, muitas vezes aprofundando o programa político dos rentistas, pois a adesão maciça da social-democracia e dos ex-comunistas desarmou as bases sociais que poderiam se opor à supremacia burguesia. Sem maiores resistências dos seus potenciais adversários, o projeto neoliberal viu-se livre de amarras e tratou de expandir mundialmente a sua supremacia, atingindo as regiões subdesenvolvidas e periféricas a partir de meados dos

anos 1980 e particularmente com força em 1990, tendo como base o Consenso de Washington.

Os impactos da adesão da social-democracia ao neoliberalismo e seus efeitos só ficariam nítidos em meados da década de 1990, quando a antiga social-democracia formulou e sistematizou a sua adesão ao neoliberalismo e propôs a refundação “ética e humanista” do capitalismo no que ela própria chamou de terceira via.

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels anunciaram que o rompimento de intelectuais burgueses com a concepção do mundo própria da sua classe de origem, imputando-se a ideologia proletária, é sinal de uma época de crise revolucionária, “(...) períodos em que a luta de classes se aproxima da hora decisiva” ([1848] 1998, p. 17). E o contrário, isto é, a passagem de intelectuais socialistas para as fileiras da concepção burguesa do mundo, o que significa? Como caracterizar, então, o neoliberalismo, época histórica de cooptação massiva e molecular de influentes quadros do movimento operário que aderem ao bloco social hegemônico e dominando pela burguesia rentista? Neste sentido, Guido Liguori contribui para o debate dizendo que:

(...) as categorias interpretativas do pensamento socialista depois de 1989 se tornaram cada vez mais contíguas às categorias centrais do pensamento liberal, submetendo-se à sua *hegemonia*, a partir de uma forte subestimação do papel da política em favor da sociedade civil, no âmbito de um renovado processo, obviamente inconsciente, de ‘revolução passiva’ (Liguori, 2008, p. 66 – grifo original).

A interrogação que o texto de Liguori suscita é se o processo de passivação e acomodamento das lutas das classes subalternas à ordem burguesa via o transformismo de seus partidos políticos e sindicatos, que se engajaram resolutamente no projeto neoliberal, teria sido “obviamente inconsciente”. Há indícios de que, em alguns casos moleculares, o apassivamento pode ter sido inconsciente, com as mudanças do programa intelectual do neoliberalismo serem

incorporadas como algo “natural” diante das transformações do capitalismo e da suposta falta de alternativas políticas à avalanche da ofensiva burguesa. Entretanto, parece inverossímil que um processo tão massivo de apassivamento de lideranças das esquerdas, que arrasou os maiores partidos comunistas e socialistas da Europa, não tenha sido consciente. Tanto é assim que intelectuais coletivos e avulsos fizeram questão de passar a limpo esta história e escrever documentos explicando seus processos de conversão, mascarados como um rito de passagem necessário para a integração à nova ordem.

A controvérsia do termo “neoliberalismo”

O termo “neoliberalismo” demonstrou uma vitalidade invejável nos anos 1990 a partir da luta ideológica travada pela esquerda contra a chamada globalização capitalista. Com ele, os críticos das mutações gestadas nos últimos 30-40 anos conseguiram demonstrar, com alguma eficácia, os efeitos econômicos, políticos e sociais mais danosos do projeto burguês para as classes subalternas. Por isso, muitos intelectuais neoliberais renegam a pecha, tachando seus críticos de antiquados, que não teriam percebido os ventos inevitáveis da mudança no mundo (pós-)moderno. Apesar dessa vitória em denotar o termo neoliberalismo como algo socialmente destrutivo, muitos desses críticos tiveram dificuldades em criar um conceito rigoroso. Difícil defender a tese de que o termo ganhou *status* de categoria conceitual precisa, embora ainda seja de grande valia para os críticos da nova fase do capitalismo nos confrontos ideológicos com os defensores da ordem burguesa. A verdade é que se criou uma tremenda confusão em volta do termo. Pierre Salama é categórico ao afirmar a sua inexatidão: “creio que não sabemos ainda precisar com exatidão o que é o neoliberalismo, que acabou se tornando uma categoria muito difusa. Se por um lado é claro que conhecemos os seus efeitos, em termos analíticos ele se transformou num conceito muito escorregadio” (Salama, 2000, p. 142).

Alguns dos críticos da nova fase imperialista chegam mesmo a duvidar do poder heurístico do termo. Francisco de Oliveira (2006, p. 247) afirma que ele estaria aquém da tragédia, isto é, que não seria capaz de explicar os múltiplos movimentos e dimensões do real diante das transformações das últimas décadas. Virgínia Fontes (2010, p. 154) tacha-o de descritivo, com viés para a denúncia das iniquidades do capitalismo, sem atentar para as continuidades do imperialismo no pós-guerra. Diante dessa confusão teórica, o termo ganhou muitas facetas dentro do pensamento social crítico. Em sua maioria, os intelectuais progressistas privilegiam dimensões particulares do real, com ênfase nas esferas ideológicas e políticas. A definição do neoliberalismo enquanto uma força ideológica é uma das mais difundidas.

Um dos textos sobre o neoliberalismo mais influentes no Brasil foi “Balanço do neoliberalismo”, de Perry Anderson. Neste artigo, o historiador britânico nos brinda com um sucinto e competente histórico do neoliberalismo e, ao final, propõe um balanço deste, definido como

(...) um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional (Anderson, 2000, p. 22).

Em várias passagens, Anderson sobressalta a dimensão ideológica do termo, mas sempre relacionando-a com as dimensões econômicas, políticas e sociais. Na mesma linha, encontra-se a definição de Göran Therborn, divulgada aqui no Brasil na obra de veiculação do artigo de Anderson:

O neoliberalismo é um projeto sério e racional, uma doutrina coerente e uma teoria vinculada e reforçada por certos processos históricos de transformação do capitalismo. É uma doutrina, pelo menos de fato, conectada com uma nova dinâmica tanto tecnológica e gerencial quanto financeira dos mercados e da competição (Therborn, 2000b, p. 182).

Entre os autores nacionais, João Leonardo Medeiros usa a categoria visão de mundo para definir o termo. De acordo com seus apontamentos, essa categoria também pode ser entendida como um sinônimo de “sistema de crenças, paradigma, ontologia ou outra denominação semelhante” (Medeiros, 2007, p. 8). Sua linha de pesquisa sinaliza questões ideológicas que envolvem o neoliberalismo, sem perder de vista os impactos sociais das políticas neoliberais operadas por Estados, mercados e organismos multilaterais de desenvolvimento e governança, como o Banco Mundial, o FMI e a ONU. A partir de uma matriz luckasiana, João Leonardo denuncia os efeitos sociais devastadores do neoliberalismo e explicita a ineficácia das políticas sociais propostas pelo Banco Mundial e pelo Pnud/ONU. Por fim, expõe a falsificação e a manipulação fraudulenta de dados e a inconsistência metodológica dos estudos dos organismos multilaterais na mensuração da pobreza mundial, em particular os produzidos pelo Banco Mundial.

O sociólogo Emir Sader é um dos que enfatiza a dimensão ideológica do termo, afirmando-o como uma hegemonia das classes dominantes: “Me parece que o essencial é caracterizar o neoliberalismo como um modelo hegemônico. Isto é, uma forma de dominação de classe adequada às relações econômicas, sociais e ideológicas contemporâneas” (Sader, 2000, p. 146). De maneira similar, temos o sentido de Ana Elizabete Mota emprestado ao termo: “o neoliberalismo como ideário econômico e político, expresso nos princípios da economia de mercado, na regulação estatal mínima e na formação de uma cultura que deriva liberdade política de liberdade econômica” (Mota, 1999, p. 38).

Um segundo conjunto de definições pode ser circunscrito aos aspectos políticos do neoliberalismo. Em linhas gerais, define-se o termo como uma ofensiva da classe burguesa e de seus aliados contra os trabalhadores diante da crise capitalista no final dos anos 1970 e início dos 1980. Neste grupo, encontram-se autores como

Atilio Boron,²³ Carlos Montaño,²⁴ Elaine Behring,²⁵ Immanuel Wallerstein,²⁶ Luciano Vasapollo²⁷ e Pablo González Casanova.²⁸

Neste estudo, viu-se como David Harvey e François Chesnais fazem uso do termo: como uma tentativa da burguesia rentista em reverter a tendência à queda da taxa de lucro, além de combater outras causas das crises capitalistas, atacando as organizações da classe trabalhadora, consideradas politicamente responsáveis pela

²³ “O neoliberalismo nos é apresentado como saída única, como a ‘solução técnica’, quando não se trata de nada mais do que a expressão de uma coalizão de interesses das classes dominantes” (Boron, 2000, p. 174).

²⁴ “*O projeto neoliberal como sendo a atual estratégia do capital monopolista de superação da crise econômica (que se estende desde 1973), de adequação ao sistema de acumulação (flexível e globalizado) e de legitimação política do sistema*” (Montaño, 1999, p. 101 – grifos originais).

²⁵ “A partir dos anos 1990, o Brasil adentrou num período marcado por uma nova ofensiva burguesa, mais uma vez adaptando-se às requisições do capitalismo mundial. É um momento histórico com características diferentes do pós-64. Mas, certamente, configura-se como uma contrarreforma social e moral, na perspectiva de *recompôr* a hegemonia burguesa no país” (Behring, 2003, p. 113 – grifo original).

²⁶ “O raciocínio é, portanto, o seguinte: o triplo processo [de tendência secular] de desruralização/esgotamento ecológico/democratização produziu uma poderosa pressão sobre os níveis de lucro, levando-os a um ponto crítico. Evidentemente, os capitalistas contra-atacam. O conjunto da ofensiva neoliberal nos últimos 20 anos corresponde exatamente a uma tentativa de inverter o sentido da corrente. Os capitalistas tentaram, deste modo, reduzir os salários dos trabalhadores [deslocalização/relocalização das empresas na periferia], as exigências referentes à internalização de custos [agressão ambiental] e os gastos do Estado providência [democratização]” (Wallerstein, 2003, p. 90).

²⁷ “(...) A dominação mundial neoliberal é uma tentativa do capital de solucionar a crise de acumulação que está presente com força desde os anos 1970 e determina a estrutura e a dinâmica do presente modo com que o imperialismo se apresenta. Os países imperialistas devem responder cada vez mais aos processos do capital financeiro internacional, que mais do que nunca é a forma de mostrar as características mundiais do capitalismo com sua busca por superlucro” (Vasapollo, 2007, p. 67).

²⁸ “A chamada ‘economia [neo]liberal’ é a nova forma da sociedade civil e da política social no que se refere aos marginalizados e superexplorados, que de outro modo tenderiam a formar frentes coletivas. *É uma política de desestruturação da classe trabalhadora*” (Casanova, 1995, p. 110 – grifos originais).

corrosão das bases da acumulação capitalista por conta dos conflitos distributivos entre rendas e riquezas do capital e do trabalho).

Este segundo conjunto de intelectuais apoia a hipótese de a ofensiva neoliberal ser uma estratégia política que a classe burguesa – hegemônica por sua fração rentista – projetou e pôs em ação para estancar o processo de democratização dos anos 1960 e 1970, cristalizado tanto no *welfare state* quanto no socialismo real. Vale ressaltar que tais autores, ao enfatizar os aspectos políticos deste ataque do capital monopolista, não obliteram os aspectos econômicos e ideológicos do neoliberalismo.

No Brasil, o termo foi relacionado a conceitos da filosofia política que versam sobre períodos históricos antes da emergência do bloco histórico fordista-keynesiano. Francisco de Oliveira (1999), antes de sugerir o abandono do vocábulo, tratou-o como uma ideologia totalitária que anula a política e a fala dos subalternos, incutindo o consenso neoliberal à força, como se houvesse uma (nova) “ditadura” no país. No dossiê *Neoliberalismo e neofascismo*, do n. 7 da revista *Crítica Marxista*, Octavio Ianni (1998, p. 118) traça um paralelo entre o neoliberalismo e o nazifascismo, apontando similitudes entre suas políticas de terrorismo de Estado, criminalização dos movimentos sociais, xenofobia, racismo etc. Reginaldo Moraes (1998, p. 125), por sua vez, indica que a falência da contrarrevolução neoliberal poderia pavimentar o caminho para saídas fascistas. Os conceitos de totalitarismo e fascismo usados por Chico de Oliveira, Octavio Ianni e Reginaldo Moraes são, portanto, mais relacionados ao uso da força bruta do que ao consenso ideológico dentro do *mix* de recursos utilizados pelas classes proprietárias nos seus padrões de supremacia. É importante destacar a existência de elementos ditatoriais na ofensiva neoliberal, mas não se deve perder de vista que tal ofensiva se baseou fundamentalmente em táticas hegemônicas.

No prólogo do livro *Poder & dinheiro*, João Manuel Cardoso de Mello narra a globalização capitalista como uma “contrarre-

volução liberal-conservadora”, com a qual as elites dominantes tentam controlar os setores tecnológicos, o sistema internacional de moedas e finanças e o poder político-militar. Os resultados do controle destas dimensões por parte dos governos centrais e suas elites são, para a periferia, o aumento da heterogeneidade estrutural, da exclusão social e da dependência externa (Mello, 1997). Kátia Lima, a partir do resgate dos textos de Florestan Fernandes, define o neoliberalismo como

(...) [uma] contrarrevolução preventiva e prolongada, indicando como esse conjunto de ações da burguesia para enfrentamento de suas crises, reconstituição de suas margens de lucro e reprodução do seu projeto de sociabilidade ganha novos contornos e nova racionalidade nos anos de neoliberalismo, seja por meio do ‘neoliberalismo clássico’ ou do neoliberalismo de ‘terceira via’ (Lima, 2008, p. 2).

No texto “A época neoliberal”, Carlos Nelson Coutinho (2008) indaga se o neoliberalismo é uma revolução passiva ou uma contrarreforma. A argumentação é cuidadosa e se desenrola em um tom longe da polêmica, pois, segundo o autor, o artigo apresenta uma conclusão provisória de que a época neoliberal seria marcada por aquilo que Gramsci intitulou de contrarreforma. Em relação à hipótese da revolução passiva, ele se mostra “cético”. Além disso, Coutinho pontua que o conceito de contrarreforma tem uma presença marginal nos *Cadernos do cárcere*; quando usado, referiria-se majoritariamente ao campo cultural, merecendo desse modo cautela em seu uso. Assim, ele afirma que a atual fase do capitalismo pode ser caracterizada como uma contrarreforma porque o neoliberalismo notabiliza-se como um projeto de restauração da classe capitalista, no qual o restabelecimento de antigos elementos é preponderante em relação ao novo, enquanto nas revoluções passivas haveria um reconhecimento limitado e seletivo das demandas das classes subalternas (Coutinho, 2008, p. 98, 102 e 104).

Em curta passagem, Carlos Nelson também descarta o uso do conceito de contrarrevolução, pois, nos países centrais, “o alvo da ofensiva neoliberal não são os resultados de uma revolução propriamente dita, mas o reformismo que caracterizou o *welfare state*” (Coutinho, 2008, p. 103). De todo modo, Coutinho admite, na seção final do artigo, que o uso do conceito de revolução passiva não seria totalmente descabido para caracterizar o neoliberalismo, sendo a principal razão para justificá-lo o fenômeno massivo do transformismo de intelectuais social-democratas e ex-comunistas, que aderiram ao projeto neoliberal para torná-lo mais palatável após a intensificação das expressões da “questão social”.

Como visto no segundo capítulo, o conceito de revolução passiva é um acordo firmado pelo alto entre antigas e novas classes dominantes visando transformações na base econômica que excluam as classes subalternas da participação ativa na vida política. Ao mesmo tempo em que opera este estilo de transformação conservadora, os processos de revolução passiva fazem concessões sociais – parciais e focalizadas – por conta da pressão espontânea e limitada dos dominados. Ora, como o próprio professor Carlos Nelson admite, o neoliberalismo tem como uma de suas marcas o transformismo. O que cabe perguntar é: diante do “subversivismo esporádico, elementar e não orgânico” das classes subalternas que surgiu em meados dos anos 1990 e que abre uma crise conjuntural, a ofensiva neoliberal não teria sido obrigada a adotar mecanismos de reformas passivas para além da restauração do poder da classe burguesa e de seus apoiadores?

O que se argumentará aqui é que tais reformas não se configuraram como conquistas da classe trabalhadora como as ocorridas nos 30 Anos Gloriosos, mas como concessões que as classes dominantes fazem sob um invólucro de medidas assistencialistas totalmente desvinculadas das noções de direito, de organização de classe e de luta político-cultural. Assim, defende-se que a ofensiva rentista

ajustou sua estratégia inicial de restauração para uma reforma-restauradora a partir da última década do século passado com o objetivo de manter o bloco histórico neoliberal.

A crise conjuntural do bloco histórico neoliberal nos anos 1990 e a resposta social-liberal

Malgrado a sua força, a doutrina neoliberal encontrou resistências na sua aplicação “pura” e, por isto, não tomou exatamente o rumo idealizado pelos luminares de Mont Pèlerin. Tais resistências – vindas dos subalternos e até mesmo de frações das classes dominantes – ocorreram desde os primórdios da consolidação do neoliberalismo nos governos Pinochet, Reagan e Thatcher. Na realidade, houve um desenvolvimento desigual do neoliberalismo nas diversas formações econômico-sociais.

Na primeira variante ideológica do neoliberalismo, intitulada *receituário-ideal*, defendia-se uma intolerante doutrina de controle dos gastos públicos, arrocho salarial, aberturas comercial e financeira, desmonte do *welfare state* e de um amplo processo de privatização, dentro daquilo que ficou consagrado nos anos 1990 como o Consenso de Washington. Os planos de ajuste estrutural foram sendo implementados de acordo com a correlação de forças de cada um dos países. Na América Latina, por exemplo, a agenda neoliberal foi aplicada com maior força em países como Argentina, Bolívia, México e Venezuela. No Brasil, diante de um complexo quadro nacional das lutas de classes, no qual a esquerda – liderada pelo Partido dos Trabalhadores nos anos 1980 – formou um bloco de resistência relativamente eficiente, o neoliberalismo só conseguiu se estabelecer tardiamente nos anos 1990 com a cooptação de setores da social-democracia (PSDB) auxiliados por conservadores (o então PFL, hoje DEM) e até mesmo ex-comunistas (PPS).

Os resultados prometidos às populações não foram alcançados: as taxas de crescimento econômico continuaram estagnadas, o

desemprego cresceu, os empregos gerados foram de baixa qualificação e, principalmente, os índices de pobreza e desigualdade aumentaram. Gradativamente tomou-se consciência de que o receituário-ideal do neoliberalismo não reunia condições políticas e ideológicas para cumprir suas (falsas) promessas. Um mal-estar generalizado começou a ser sentido pelas classes subalternas diante dessa situação de deterioração social. Era a hora de o neoliberalismo sofrer um suave ajuste na sua direção estratégica.

O diagnóstico apresentado pelas classes dominantes e seus representantes ideológicos não foi o erro na prescrição do remédio, mas a sua baixa dosagem. Em essência, o Consenso de Washington estaria correto: o problema residiria na aplicação parcial do receituário, derivada das resistências que impediam o correto manejo de suas políticas. Seria preciso remover tais barreiras e promover um aprofundamento das medidas liberalizantes, dando ênfase aos mecanismos de mercado na produção da riqueza, ao mesmo tempo em que se passaria a reconhecer suas falhas no tocante à distribuição de renda, além dos problemas ambientais.

A partir da correção de rumo dos programas de ajuste propugnados pelas agências multilaterais de desenvolvimento, os projetos de refuncionalização do Estado ganharam uma nova configuração: se antes das medidas corretivas defendia-se – pelo menos no plano da retórica – um aparato estatal mínimo, o Estado, agora, teria uma função reguladora das atividades econômicas e operacionalizaria, em parceria com o setor privado, políticas sociais emergenciais, focalizadas e assistencialistas, visando garantir as taxas de acumulação do capital e mitigar as expressões da “questão social” através do controle da força de trabalho e do atendimento de necessidades mínimas dos “clientes” dos serviços sociais.

De acordo com esta reconfiguração, o Estado continuaria seguindo a lógica da retomada do crescimento das taxas de lucro, da estabilidade monetária, do equilíbrio fiscal, da desoneração dos

impostos dos ricos, da desestabilização do poder dos sindicatos e do controle social sobre a força de trabalho, tal qual vinha sendo feito de acordo com o receituário-ideal. As políticas econômicas, que ocupavam um papel central no projeto de retomada da supremacia burguesa, preservariam o seu rumo original e seriam mantidas longe de qualquer ingerência popular. A elas se juntaria um novo conjunto de políticas sociais: as políticas público-privadas, fragmentadas e paliativas, de combate à pobreza e à desigualdade, que ganhariam importância tanto no papel de reprodução da força de trabalho quanto no de controle social. Como afirma José Paulo Netto,

(...) em alguma medida, o Estado mínimo que os neoliberais advogam não é um retorno puro e simples ao ‘Estado guarda-noturno’ que é o seu ideal – são forçados a reconhecer-lhe um pouco mais que a mera guarda da propriedade: por um lado, combatem os sistemas de segurança e previdência social; por outro, toleram alguma ação estatal em face do pauperismo (Netto, 1993, p. 79-80).

Para a supremacia neoliberal, o Estado não deixaria de ter uma participação ativa no modo de produção capitalista; em verdade, ocorreria uma modificação nas suas funções, ou melhor, a refuncionalização dos seus mecanismos ampliados de manutenção e legitimação do bloco histórico vigente, seja pelo consenso, seja pela coerção, conservando a sua natureza classista. Na atual fase do capitalismo, o Estado não pode retroceder a um simples aparelho policial de repressão e defesa da propriedade privada. Este retrocesso não parece factível desde o final do século XIX e início do XX, quando as superestruturas dos países “ocidentais” foram profundamente alteradas mediante a socialização da política. Desde então, a estratégia da supremacia burguesa conjuga o uso alternado e complementar dos distintos aparelhos socioinstitucionais do Estado ampliado, tendo como regra a busca do consenso via os aparelhos privados de hegemonia, sempre encouraçados pelos aparelhos de coerção.

Todo este processo de ampliação e consolidação da sociedade civil é marcado por contradições internas. Ao contrário do que defende o liberalismo contemporâneo, a sociedade civil não é um espaço social homogêneo, congregador de entidades promotoras da democracia e do bem-estar – sempre vagamente definidos –, um “terceiro setor” eticamente virtuoso, livre das ingerências impuras do mundo da política, da corrupção e da ineficiência do Estado e das falhas de mercado. A sociedade civil contemporânea comporta, em seu seio, aparelhos privados de hegemonia de recortes político-ideológicos progressistas e conservadores. Virou moda, no social-liberalismo, empresários bilionários, *socialites*, celebridades, esportistas milionários e toda sorte de membros das classes proprietárias doarem recursos para instituições do “Terceiro Setor”,²⁹ sendo que muitos assumem o papel de empreendedores sociais criando suas próprias fundações filantrópicas.

No limite, alguns membros ativos da burguesia procuram romper com a divisão entre trabalho material e intelectual e se põem a escrever sobre as crises capitalistas e a “questão social” sem, no entanto, produzir uma teoria consistente a respeito destes fenômenos complexos. As melhores amostras são George Soros, que atualmente financia uma das maiores instituições de caridade mundiais – a Fundação Soros – e publica livros de tons críticos à globalização (Soros, 1998), e Muhammad Yunus, conhecido como “banqueiro dos pobres”, cujo banco ganhou o prêmio Nobel da Paz de 2006, quando pela primeira vez uma instituição privada com fins lucrativos foi laureada com esta honraria.

Com a vigência do social-liberalismo, percebe-se que a ideologia dominante prega uma intervenção estatal mais ativa em certas expressões da “questão social”, em particular nas mais explosivas em termos políticos (pobreza e direitos humanos), humanitários

²⁹ A respeito da funcionalidade do “Terceiro Setor” no enfrentamento das expressões da “questão social”, ver Carlos Montaña (2007, p. 186-200).

(infância e doenças contagiosas) e ecológicos. Gestou-se um consenso mundial em torno de problemas e responsabilidades globais que contaria, segundo os ideólogos da terceira via, com o apoio de todos os grupos sociais. Este consenso é bem expresso por Anthony Giddens:

Os valores da santidade da vida humana, os direitos humanos universais, a preservação das espécies e o cuidado com as gerações presentes e futuras de crianças talvez tenham sido alcançados de maneira defensiva, mas certamente não são valores negativos. Eles implicam ética de responsabilidade coletiva e individual, que (como afirmação de valores) é capaz de passar por cima das divisões de interesses (Giddens [1994] 1999, p. 29).

Antes de sua guinada ideológica, o neoliberalismo esteve mais afinado com as ideias dos fundadores de Mont Pèlerin a respeito da positividade das desigualdades sociais em estimular a produtividade dos fatores de produção e, por conseguinte, da riqueza. O essencial seria impulsionar o crescimento das economias capitalistas, pois, em algum momento, os mecanismos impessoais do mercado fariam a riqueza transbordar automaticamente para os segmentos mais populares, como uma economia de cascata. O argumento analítico neoclássico por trás destas teorias é que os mais ricos conseguem poupar mais do que os pobres por terem uma fração maior da renda nacional, sendo que a poupança é vista como um fundo monetário previamente acumulado que serviria para o financiamento das atividades produtivas. Ou seja, o incremento da poupança dos ricos geraria o crescimento econômico via o aumento dos investimentos privados e, por consequência, o aumento do emprego e da renda. Recentemente, o Banco Mundial passou a trabalhar com esta base analítica, que deu suporte às suas teorias do gotejamento da riqueza nos programas de alívio da pobreza.

Na segunda variante ideológica do neoliberalismo – chamada *social-liberalismo* –, promove-se um sincretismo entre o mercado e o Estado, imaginariamente capaz de instaurar a justiça social. Ou

seja, as desigualdades socioeconômicas deixaram de ser uma solução para questões específicas do capitalismo e passaram a ser um dilema social a ser tratado pela burguesia e seus intelectuais. Assim, as classes dominantes promoveram uma ofensiva na direção das bandeiras ideológicas da esquerda, tradicionalmente vinculadas às lutas igualitaristas. O que antes era um ideal progressista passou a ter significados políticos e culturais conservadores.

O campo das ideologias é atravessado de disputas acirradas em que as concepções do mundo das classes envolvidas na luta simbólica acabam sendo mutuamente influenciadas: “as ideologias dominantes (...) têm que se comprometer efetivamente com a experiência vivida das classes subalternas; e a maneira como essas classes subalternas vivenciam seu mundo é tipicamente moldada e influenciada pelas ideologias dominantes” (Eagleton, [1996] 2007, p. 186). Esta afirmação é valiosa para entendermos o que se passa na ofensiva social-liberal na polêmica sobre a igualdade, tradicionalmente um tema das esquerdas. Creio que a atual variante da ideologia neoliberal não se compromete efetivamente com os problemas sociais enfrentados diariamente pelas classes subalternas, tal qual afirma Eagleton – que vislumbra em larga medida a possibilidade de a concepção proletária do mundo influenciar a burguesia (Eagleton, [1996] 2007, p. 186) – mas, certamente, procura dar respostas – sempre provisórias e pontuais, impotentes diante das fissuras que se abrem nos blocos históricos capitalistas com as contradições da base econômica e as lutas das classes subalternas – às expressões da “questão social” mais alarmantes e evidentes, que expõem as entranhas do sistema burguês e suas mazelas. Tais objeções, contudo, não apagam o sentido correto que ele emprega ao determinar a ideologia como

(...) um campo de sentido complexo e conflitivo, no qual alguns temas são estreitamente vinculados à experiência de determinadas classes, enquanto outros são mais ‘soltos’, puxados ora pra cá, ora pra lá, na luta entre poderes em disputa. A ideologia é um campo de contestação e negociação em

que há um constante tráfego pesado: os sentidos e valores são roubados, transformados e apropriados pelas fronteiras das diferentes classes e grupos, cedidos, reapropriados e remodelados (Eagleton, [1996] 2007, p. 187).

O objetivo da burguesia em retomar o debate sobre a “questão social” na atual fase do capitalismo consiste na reconstrução do nível de consenso usufruído pela ideologia neoliberal nos anos 1980, quando esta se tornou mundialmente hegemônica. A impressão é que todos, da esquerda à direita, dos progressistas aos conservadores, elencam o combate à pobreza como uma das prioridades máximas da humanidade. As fronteiras ideológicas entre as esquerdas e as direitas, algo sólido no passado, teriam se dissolvido no ar, abrindo espaço para uma política pragmática de resultados imediatos. Por isto, fala-se em uma agenda político-cultural para além da direita e da esquerda (Giddens, [1994] 1999).

Os aparelhos privados de hegemonia controlados pela burguesia reproduzem diariamente a noção de que existiria um consenso no tocante ao debate sobre as desigualdades: primeiro não haveria mais a divisão entre esquerda e direita, e as disputas políticas estariam esvaziadas dos grandes projetos nacionais e populares de transformação social, restritas somente a questões pragmáticas da pequena política, sem ideologias a embasar as ações humanas; segundo, todos reconheceriam que as desigualdades devem ser combatidas, mas todos também reconheceriam a impossibilidade de superá-las, dadas as diferenças entre os indivíduos. A ideia do mercado é mais uma vez vendida como sendo algo pertencente a uma natureza humana imutável e internalizada de modo completamente natural, inclusive por intelectuais da esquerda que antes a combatia como uma falsa consciência. Quando isto acontece, a derrota proletária é devastadora, restando pouco espaço para a dissidência.

A ideologia social-liberal sustenta a hegemonia burguesa em torno do debate da “questão social”, e para isto promove uma série de ações pedagógicas do novo consenso e até mesmo fabrica a sua

dissidência, financiando aparelhos privados contra-hegemônicos ligados aos protestos contra a globalização. Cria-se um limite de atuação inclusive para a oposição ao neoliberalismo e a impressão generalizada de movimentos de contestação atuando livremente, o que garante um grau de legitimidade à democracia representativa. Conforme sustenta Michel Chossudovsky,

Para manter a sua legitimidade, as elites econômicas favorecem formas de oposição limitadas e controladas, com vista a impedir o desenvolvimento de formas radicais de protesto, que podiam abalar as fundações e as instituições do capitalismo global. Por outras palavras, o ‘fabrico da dissidência’ funciona como uma ‘válvula de segurança’ que protege e sustenta a Nova Ordem Mundial (Chossudovsky, 2010).

Nas últimas décadas, criou-se uma razão cínica acerca da “questão social”. Fredric Jameson (2004) descreve esta modalidade de encapsulamento e neutralização dos setores radicais das classes subalternas como resultado não da ignorância sobre os fatos da situação miserável na qual está presa mais da metade da humanidade, mas justamente pelo seu oposto: pelo seu conhecimento generalizado. Antes da globalização midiática, as expressões mais agudas da “questão social” eram denunciadas por militantes e simpatizantes de sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais progressistas, e causavam repulsa e revolta em setores da sociedade. Em algumas ocasiões, estes sentimentos de revolta se traduziam em ação direta para a luta social contra os interesses estabelecidos; no presente, a agudização de diversas expressões da “questão social” é noticiada através da indústria cultural pelos agentes promotores das políticas neoliberais que estão na raiz do processo de regressão social. Quantas *mea culpa* “sinceras” (com altas doses de autoilusão) de ideólogos ativos do neoliberalismo e revisões do receituário-ideal não foram veiculadas nos últimos anos? E quantos não acreditaram nestes gestos? Até mesmo a ideia de bombardeio humanitário na Guerra dos Balcãs, idealizada pela

terceira via dos Estados Unidos, foi vendida no mercado midiático e comprada por milhões de telespectadores.

A razão cínica a qual se refere Jameson está presente na dualidade entre uma retórica defensora de uma face humana para o capitalismo e estratégias políticas dissimuladas que atentam contra os interesses daqueles que sofrem os efeitos nefastos do projeto neoliberal. Como diz Pablo Casanova, “(...) as verdades sobre o desastre social do neoliberalismo tendem a ser sustentadas por grupos cada vez mais amplos de especialistas a partir de provas inegáveis, muitas delas oficiais, das próprias agências estatais ou financeiras” (Casanova, 2000, p. 52).

Há diversas amostras do ilusionismo social-liberal a serem citadas nos documentos oficiais de influentes organismos de governança global. Desde o final dos anos 1960, operou-se uma inflexão nas políticas de desenvolvimento do Banco Mundial. Recém-saído do Departamento de Estado dos EUA, Robert McNamara assumiu a presidência da instituição em 1968 com a expectativa de fabricar uma nova agenda política. A sua preocupação consistia em promover ações de enfrentamento ao pauperismo absoluto – a “cruzada contra a pobreza” – e de promoção da segurança nas regiões periféricas, então envolvidas em processos de crise orgânica que apontavam a revolução socialista como saída. A doutrina da contrainsurgência havia falhado e era preciso outro tipo de solução para as convulsões sociais na periferia, com ênfase nos mecanismos de consentimento, como educação e desenvolvimento (Leher, 1999).

Naquela primeira rodada de “cruzada contra a pobreza”, nada mais adequado do que evocar o pároco Malthus. Ao tom messiânico que McNamara imprimiu às intervenções do Banco Mundial, juntou-se o enfoque neomalthusiano, que pregava o planejamento familiar e o controle populacional como as principais armas de combate à pobreza (Pereira, 2010, p. 196). As

ações deveriam ser direcionadas a conter o aumento do número de pobres nos países periféricos, e não atacar as causas que geram a pobreza. Mais uma vez, as expressões da “questão social” foram naturalizadas.

Em meados dos anos 1970, o Banco Mundial preocupou-se com as questões da pobreza no campo a partir das tensões sociais em várias partes do planeta, criando projetos de “desenvolvimento rural integrado”. A justificativa era focalizar os recursos nos setores mais pobres da população mundial, que, segundo avaliação do Banco, se encontravam nas áreas rurais. Nesse período, abandonou-se o debate da equidade em detrimento do debate sobre a pobreza absoluta, desconsiderando-se as desigualdades socioeconômicas entre classes e nações (Pereira, 2010, p. 203-205). Esse foi o período de maior produção intelectual do Banco sobre a pobreza, que buscou ganhar *status* de teoria com o livro *Redistribuição com crescimento*, fruto de uma pesquisa financiada pelo Banco Mundial em parceria com o Institute for Development Studies.

O *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial* (RDM) abordou novamente o tema da pobreza em 1980, mas esta iniciativa não teve continuidade durante toda a primeira metade da década, marcada pela gestão de Alden Clausen (1981-1986) (Pereira, 2010, p. 245). Tempos depois, em 1990, o tema voltou a figurar no RDM do Banco Mundial, que elegeu o combate à pobreza como objeto fulcral de análise e intervenção. Conforme analisa João Márcio Pereira,

Os tempos, porém, eram outros, e o propósito central do RDM 1990 consistia em conciliar e subordinar, analítica e programaticamente, o alívio da pobreza à liberalização econômica radical, num mundo cujas fronteiras, agora, pareciam não oferecer limites a tal expansão. A premissa básica do relatório era a separação entre política ‘social’ e política ‘econômica’. Ancorado na categoria da ‘pobreza absoluta’, o RDM 1990 deixava de lado a questão da concentração de renda e riqueza e propunha uma estratégia dual, que combinava programas focalizados com uma

ênfase renovada nas virtudes redentoras do crescimento econômico e do subsequente efeito derrame (Pereira, 2010, p. 279-280).

A esta agenda do binômio ajuste/compensação, como diz João Márcio, juntaria-se, por toda a gestão de James Wolfensohn (1995-2005), um elenco de temáticas típicas do social-liberalismo, como a equidade social, o desenvolvimento sustentável e a participação ativa da sociedade civil nas tomadas de decisão dos governos. Todos estes temas seriam agrupados em torno daquilo que o Banco Mundial chamou “ênfoque mais integrado do desenvolvimento” (Pereira, 2010, p. 332 e 340).

O revisionismo neoliberal também atingiu o FMI, um dos principais patrocinadores dos programas de ajustes estruturais da periferia, que na verdade são programas de saque e pilhagem da riqueza dos países dependentes. No final dos anos 1990, mais especificamente em 1998, após 20 anos de uma defesa fanática do receituário-ideal do neoliberalismo, o FMI definiu em três documentos uma linha de revisão de alguns pontos dos seus ajustes estruturais, levando em conta críticas internas e externas (Stiglitz, 2002, p. 304, nota 4).

Em 1987, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) patrocinou um estudo chamado *Adjustment with human face*. Durante toda a década de 1990, particularmente na primeira metade, a ONU promoveu o seu ciclo de conferências sociais debatendo e discutindo temas como infância (Nova York-90), meio ambiente e desenvolvimento (Rio-92), direitos humanos (Viena-93), população e desenvolvimento (Cairo-94), desenvolvimento social (Copenhague-95), mulher (Pequim-96) e habitação (Istambul-96). Outra iniciativa da ONU que busca angariar apoio para iniciativas social-liberais é a Declaração do Milênio, promovida pelo seu Programa de Desenvolvimento (Pnud) sob o aporte teórico de Amartya Sen. José Paulo Netto (2007, p. 154) sinaliza que a Declaração do Milênio obtém um consenso planetário em torno de medidas de

combate às expressões mais dramáticas da “questão social”, como fome, miséria, analfabetismo, doenças infectocontagiosas etc.³⁰

Apesar dos aparentes esforços da ONU (e também do Banco Mundial e do FMI) em promover uma “globalização com face humana”, a situação mundial não melhorou desde a assinatura da Declaração do Milênio, como atestou Mark Brown, administrador do Pnud: “(...) apesar destes compromissos, bem-vindos, de em teoria reduzir a pobreza e avançar noutras áreas do desenvolvimento humano, na prática, (...) o mundo já está atrasado” (Pnud, 2003, p. V). No final da década passada, o relatório do Pnud sinalizou que os países 20% mais ricos do mundo concentravam 86% da riqueza mundial, os 60% medianos tinham 13%, e os 20% mais pobres acessavam 1% (Pnud, 1999, p. 2).

A partir de 1990, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) da ONU publicou uma série de relatórios que tinham como objetivo adequar a instituição para a versão contemporânea do socialismo burguês. Relatórios como *Transformação produtiva com equidade* (1990), *Equidade e transformação produtiva: um enfoque integrado* (1996), *A lacuna da equidade* (1997), *Equidade, desenvolvimento e cidadania* (2001), dentre outros, buscavam combinar ecleticamente fórmulas teóricas³¹ e projetos políticos da reestruturação produtiva toyotista, estabilização econômica e justiça social, concluindo pela promoção de medidas sociais compensatórias. A adesão da Cepal às teses do social-liberalismo

³⁰ A Declaração do Milênio, assinada em 2000 por 189 países, tem oito objetivos e 18 metas no total. Os objetivos são os seguintes: “1. erradicar a pobreza e a fome; 2. alcançar o ensino primário universal; 3. promover a igualdade de gênero e dar poder às mulheres; 4. reduzir a mortalidade das crianças; 5. melhorar a saúde materna; 6. combater o HIV, a malária e outras doenças; 7. assegurar a sustentabilidade ambiental; 8. promover uma parceria mundial para o desenvolvimento” (Pnud, 2003).

³¹ Para uma crítica ao instrumental analítico da Nova Cepal, consultar Alexis Saludjian (2010).

foi marcante. O que se tentou, por certo apego nostálgico ao seu passado desenvolvimentista de luta contra a ortodoxia liberal e os programas de desenvolvimento do Norte, foi uma tímida revisão das teses do receituário-ideal do neoliberalismo, como se isto fosse capaz de reformar o atual projeto de supremacia burguesa. A resultante de tal *crítica acrítica* latino-americana é a validação do reformismo-restaurador neoliberal nesta região periférica. Na avaliação de Marcelo Carcanholo,

A agenda cepalina de ‘reforma das reformas’ parece significar muito mais um gerenciamento das ‘imperfeições’ das reformas neoliberais do que uma concepção significativamente distinta de desenvolvimento. No passado, a Cepal caminhava em sentido contrário ao ideário liberal-conservador-ortodoxo. Atualmente, acompanha o pensamento convencional, isso quando não vai a reboque do revisionismo, com seu modelo de ‘reforma das reformas’ (Carcanholo, 2010, p. 138-139).

Ainda na América Latina, Jorge Castañeda e Roberto Mangabeira Unger escreveram o documento *Consenso de Buenos Aires*. O manifesto, assinado por ex-presidentes como Fernando de la Rúa, Ricardo Lagos e Vicente Fox, foi uma tentativa de sumariar as principais teses do social-liberalismo, como ajuste fiscal com responsabilidade social, promoção da equidade social, incentivo à participação política dos indivíduos a partir da nova sociedade civil etc. (Sader, 2003b).

Os fóruns internacionais que trazem a presença de estrelas da academia, da política e do mercado, sempre contando com ampla cobertura dos monopólios de comunicação, são polos significativos de produção e difusão da ideologia social-liberal. O Fórum Econômico de Davos talvez seja o mais emblemático. Nos anos 1990, a tônica dos encontros na rica estação de esqui suíça era a apologia da globalização, enquanto, uma década depois, o discurso predominante girava em torno dos problemas sociais (Stiglitz, 2007a, p. 64-65). A Cúpula da Governança Progressiva é um desses fóruns

globais que reúne governantes para o debate de como a ideologia neoliberal poderia ajudar a humanidade a ter melhores condições de vida. O incremento do bem-estar viria através de ações conjuntas do Estado com a sociedade civil, estimulando a participação cotidiana dos indivíduos na política. Das suas badaladas reuniões já participaram Bill Clinton, Tony Blair, Gerhard Schröder, Thabo Mbeki, Ricardo Lagos, Néstor Kirchner, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, além de outras lideranças mundiais e regionais.

O social-liberalismo foi discutido, preparado e fermentado em círculos fechados por seus ideólogos ativos antes de chegar ao senso comum. Evocando antigos signos da modernidade, como a razão, a justiça, a ciência e seus signos matemáticos, busca-se atualizá-los de acordo não somente com um linguajar contemporâneo, mas com técnicas modernas de dominação, como a propaganda e o *marketing*. A ideologia social-liberal é produzida e difundida por uma ampla rede de aparelhos privados de hegemonia: agências multilaterais de desenvolvimento, organizações não governamentais, fundações filantrópicas laicas e religiosas, mídias impressas e televisivas, intelectuais tradicionais e orgânicos da direita, bem como egressos da esquerda, e *business men*. São inúmeros os agentes do social-liberalismo; desde os ideólogos ativos – os formuladores das propostas neoliberais – até os passivos, que propagam esta ideologia às vezes sem muita clareza do que realmente está em jogo, reproduzindo no nível do senso comum (e próximo a ele) as teses formuladas no plano da filosofia. É o que Pierre Bourdieu chama de *cumplicidades passivas*:

Esse discurso de aparência econômica só pode circular além do círculo de seus promotores com a colaboração de uma multidão de pessoas, políticos, jornalistas, simples cidadãos que têm um verniz de economia suficiente para poder participar da circulação generalizada dos termos canhestros de uma vulgata econômica. (...) É através de tais cumplicidades passivas

que foi, pouco a pouco, se impondo uma visão dita neoliberal, na verdade conservadora (...) (Bourdieu, 1998, p. 68).

Somem-se aos ideólogos tradicionais e orgânicos da direita, os intelectuais egressos da social-democracia, do socialismo e do comunismo, integrados à supremacia neoliberal por meio do transformismo. Os prêmios, honrarias, bolsas de pesquisa e espaços midiáticos são fartamente ofertados aos intelectuais que aderem ao projeto neoliberal. Nesses casos, a cumplicidade nada tem de passiva: é ativa e consciente, com ganhos para ambos os lados, cooptados e cooptadores. As perdas ficam para as classes subalternas, que veem a decapitação das lideranças de suas organizações.

Desarmados da sua vocação utópica de uma *práxis* voltada para a transformação social, os intelectuais progressistas vêm gradativamente perdendo sua identidade própria, e cada vez mais são cooptados, objetiva e subjetivamente, pelas classes proprietárias. Parte dos ideólogos e lideranças políticas mais representativas do social-liberalismo é composta por ex-membros da esquerda. Alguns têm, inclusive, sua formação marcada por influxos da tradição marxista e foram, em determinado momento de sua trajetória, intelectuais orgânicos de organizações políticas da classe trabalhadora. Conferem, desta maneira, uma legitimidade que, de outra forma, a supremacia neoliberal não gozaria. De acordo com Bourdieu,

(...) a força da nova ordem dominante é que ela soube encontrar os meios específicos de ‘integrar’ – em certos casos, pode-se dizer de comprar, em outros, de seduzir – um número cada vez maior de intelectuais, e isso no mundo inteiro. Esses ‘integrados’ continuam frequentemente a se imaginarem como críticos (ou, simplesmente, de esquerda), segundo o modelo antigo. Isso contribui para dar grande eficácia simbólica à sua ação em favor da ordem estabelecida (Bourdieu, 1998, p. 111).

Não estaria muito longe da verdade a afirmação de que existe, em muitos casos, um abismo entre a cultura e a situação social

dos ideólogos do social-liberalismo e a burguesia rentista, fração de classe contemplada nos seus interesses por aquela ideologia. Os representantes literários do social-liberalismo gozam de uma autonomia relativa em relação aos interesses materiais daquela fração de classe. O que os faz representantes do rentismo burguês é a ideologia produzida, seus horizontes intelectuais e os encaminhamentos políticos e efeitos sociais que daí derivam. A problemática central do social-liberalismo – preservar a primazia da lógica do mercado como mecanismo de alocação dos recursos e conjugá-la com um nível de regulação estatal, evitando a agudização de certas expressões da “questão social” e as revoltas populares – é uma expressão teórica adequada aos interesses materiais da burguesia rentista, pois, ao mesmo tempo em que defende a acumulação capitalista na sua face financeirizada, propõe soluções para seus efeitos mais deletérios, tendo em vista a coesão social e a manutenção da ordem burguesa.

Deve-se destacar, a título de ilustração, representantes ideológicos desta nova corrente ideológica do liberalismo: Alain Touraine, Amartya Sen, Anthony Giddens, Dani Rodrik, Jeffrey Sachs, John Williamson, Joseph Stiglitz e Pierre Rosanvallon. No Brasil, evidenciam-se as produções de André Urani, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Marcelo Neri, Ricardo Henriques, Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça. Estes são alguns dos ideólogos ativos na elaboração e sistematização da ideologia social-liberal ao redor do mundo, dando uma forma acabada aos interesses da burguesia rentista a partir de suas posições pequeno-burguesas.

A despeito da diversidade teórica e política presente no bloco ideológico social-liberal, é possível traçar alguns eixos teóricos e políticos comuns às suas produções. O primeiro eixo é a busca pela desideologização dos discursos e práticas políticas. As antigas referências de direita e esquerda teriam sucumbido frente aos acontecimentos dos anos 1980 em diante, em particular a globalização,

o fim do socialismo real e a revolução tecnológico-científica. Os debates políticos e teóricos contemporâneos deveriam ser travados a partir de uma posição pragmática, que estaria além do debate partidário e ideológico (Stiglitz, 2002, p. 12). A grande política teria morrido e seria preciso reconhecer que não haveria mais espaço para transformações macroestruturais. Daí proporem uma saída intermediária entre os neoliberais e as antigas (e arcaicas) esquerdas, sejam elas social-democratas ou revolucionárias. Neste tocante, o social-liberalismo faz eco com as teorias pós-modernas do fim das ideologias.

Um segundo eixo que une os social-liberais é a crítica acrítica ao mercado como sistema social de distribuição da riqueza. Todos concordam que o mercado seria a melhor estrutura de produção das riquezas e seus fundamentos (concorrência e propriedade privada) deveriam permanecer intocáveis; mas, quando se discute o tema da distribuição, reconhecem falhas e limites dos mecanismos mercantis na alocação eficiente e justa dos recursos entre os diferentes agentes. Assim, admitem uma ingerência singular do Estado na correção de tais falhas: regulação estatal nas atividades econômicas privadas, parcerias público-privadas no investimento econômico e políticas sociais de perfil focalista, filantrópico e assistencialista para o combate às principais expressões da “questão social”, embasadas teoricamente no conceito de equidade. Todas estas ações estatais seriam complementares ao mercado, e não o substituiria. O ideal seria uma combinação perfeita entre Estado e mercado que criasse uma nova economia mista (Giddens, 2001, p. 59), ou uma economia da inserção social (Rosanvallon, 1998, p. 143-146).

Herdado da tradição liberal clássica – presente na filosofia política de John Locke – e que reaparece nos anos 1990 nos relatórios das agências multilaterais sobre a pobreza, como o Banco Mundial e a ONU, o conceito de equidade social é um dos pilares teóricos do padrão atual de intervenção burguesa nas expressões da

“questão social”. O que significa, em linhas gerais, este conceito? Significa, antes de tudo, o deslocamento metodológico a qualquer referência sistêmica, estrutural e histórica das desigualdades sociais. A sua perspectiva é o indivíduo e a natureza. Segundo tal conceito, as desigualdades são explicadas a partir de uma suposta natureza humana. Cada indivíduo carregaria dentro de si, de acordo com a distribuição aleatória da natureza, características inatas – como preguiça, indolência, ignorância, ou então frugalidade, parcimônia e inteligência. Se o indivíduo for agraciado por estes últimos dons, restar-lhe-ia a sorte de acumular riqueza, pois tais dons supõem uma enorme capacidade de trabalhar e, portanto, de se apropriar de frações substantivas da riqueza social na forma do dinheiro; caso fosse amaldiçoado por aqueles vícios, restaria a ele acumular miséria, pois o ócio e a vagabundagem seriam as características típicas desta massa de seres incapazes para a ética do trabalho capitalista.

Contemporaneamente, o conceito ganhou uma aparência de tipo progressista, mas manteve suas características essenciais, que naturalizam as relações econômicas capitalistas e tomam o indivíduo e suas diferenças como unidade básica de análise. Hoje se admite amplamente que as diferenças naturais podem ser neutralizadas por competências adquiridas através, por exemplo, da educação, que passa a ser instrumentalizada como um meio de capacitar mão de obra para a concorrência no mercado de trabalho; em outras palavras, defende-se a aquisição de capital intelectual pela força de trabalho no mercado da educação: esta é a base das teorias do capital humano. Em termos políticos, o social-liberalismo, ao se guiar pelo conceito de equidade social, defende a promoção da igualdade de oportunidades entre os indivíduos via educação. E a educação, antes uma forma de emancipação humana, fica, de acordo com essa perspectiva, inteiramente subordinada aos requisitos de habilidades necessárias aos processos de produção de mercadorias comandados pelo capital.

No social-liberalismo, é recorrente o argumento de que seria possível reformar o capitalismo e transformá-lo em um sistema econômico que combinaria harmoniosamente eficiência e equidade, rejeitando-se a tese neoclássica mais convencional de que haveria um *trade-off* entre mercado e justiça social. Giddens, por exemplo, fala em um capitalismo responsável; outros falam em um capitalismo humanizado, ou de uma globalização com face humana. Toda a ênfase deste discurso está fundada nos adjetivos acoplados ao capitalismo, substantivo que não sofre uma crítica a respeito dos seus mecanismos intrínsecos de produção e reprodução em larga escala das desigualdades sociais e econômicas. Sobre o essencial, pouco ou nada se fala a respeito, até porque resiste no núcleo central do social-liberalismo a ideia de que o problema principal não é o capitalismo, mas a forma como ele tem sido gerido nos últimos 30 anos. Caberia aos intelectuais bem-aventurados e compromissados com valores éticos salvar o capitalismo dos financistas, como teria feito Keynes durante a Grande Depressão.

Nesta linha do discurso humanista do capitalismo, também é moda falar nos programas de responsabilidade social e ambiental dos grandes negócios, ou na governança corporativa. Este é o caso de Stiglitz. Para o professor de economia de Columbia, seria preciso um retorno da ética aos negócios. O tema não é palco de uma discussão aprofundada, pontuado aqui e ali nos seus livros (Stiglitz, 2003, p. 314-316; 2007a, p. 51), mas merece um pouco de atenção. Por quê?

A ética é apresentada como um sistema de valores capaz de moldar a realidade a partir da ação de indivíduos autônomos e imbuídos de uma consciência dos problemas sociais. Tais indivíduos, que muitas vezes se confundem com os intelectuais tradicionais, teriam a capacidade de comunicar ao mundo esses problemas e apresentar soluções viáveis e realistas, que deveriam ser discutidas indiscriminadamente por todos. O grande público, incluindo-se

governantes, empresários, líderes sindicais, ativistas etc., sob o império da razão e da sensibilidade, deveria reconhecer a superioridade de tais propostas e aderir ao novo consenso. Há um forte sentimento de idealismo e utopismo nesta forma de ver a ética e seus rebatimentos na *práxis* de indivíduos, grupos e classes sociais, algo típico de intelectuais que se pretendem neutros, expurgados de qualquer viés ideológico.

A questão que não é posta pelos intelectuais do social-liberalismo é que a ética e a moral não se constituem como valores absolutos e transversais a todas as classes e grupos sociais, formulados de maneira isenta e sem condicionantes sociais e políticos. Cada uma das classes forma, a partir de suas experiências concretas e subjetivas, sistemas de valores diferentes, alguns conflitantes entre si, tal qual acontece com as ideologias. E mais: imagina-se que o capitalismo não teria uma ética a sustentá-lo, e que seria preciso criar uma a partir de cabeças bem pensantes de intelectuais engajados e coerentes com suas próprias teorias, e nunca com interesses escusos.

Marx e Weber buscaram mostrar em seus escritos que o longo processo de gestação e consolidação do capitalismo frente a outros modos de produção foi marcado pela afirmação de uma ética capitalista, fundada em elementos econômicos, políticos, religiosos, culturais etc. A própria Economia Política clássica ganhou uma de suas principais formulações sob a pena de um filósofo moral, Adam Smith, que se recusou a dissociar economia e ética (Sen, 1999). Ou seja, desde os primórdios o capitalismo carrega em sua essência uma ética: a sua morada é a acumulação ilimitada da riqueza cercada por um conjunto de valores que dão suporte à ação prática dos burgueses.

Desta forma, a versão contemporânea do socialismo burguês tece uma crítica moralista ao capitalismo, tal qual fizeram os antigos socialistas utópicos em seu tempo. Apelando a uma ética abstratamente formulada, pensam reformar o capitalis-

mo convencendo ricos e pobres, capitalistas e trabalhadores, governantes e governados a assumirem projetos responsáveis e conscientes para o tratamento de expressões da “questão social”, sem questionarem o seu essencial: a exploração do trabalho assalariado pelo capital, a acumulação capitalista e as resistências dos trabalhadores (Iamamoto, 2003; Netto, 2001). O papel dos intelectuais é superestimado, no sentido de se afirmar a centralidade das ideias na transformação social; de cima para baixo, ou de fora para dentro, a ideologia social-liberal seria assimilada por todos os grupos e classes sociais a partir da ação pedagógica de intelectuais iluminados pela Razão e conduzidos por valores éticos superiores, compromissados com a melhoria do bem-estar social da humanidade. Por esse motivo, a questão da ética e da responsabilidade no capitalismo é o terceiro grande eixo norteador do social-liberalismo.

O quarto é a atuação do Estado nas expressões da “questão social”. Experiências passadas avaliadas como mal-sucedidas, como o *welfare state* e o socialismo, comprovariam a tese de que o Estado, por si só, tutela de forma assistencialista, corporativa e mesmo totalitária a ação dos cidadãos, impedindo o pleno desenvolvimento da autonomia dos indivíduos. A ação estatal deveria ser acompanhada por uma participação ativa e consciente do “Terceiro Setor” por meio dos novos movimentos sociais (Touraine, 1999). Sociedade civil e Estado – incluindo empresas e bancos –, de forma parceira e equânime, assumiriam responsabilidades pelo combate às sequelas mais danosas da “questão social”.

Em suma, os intelectuais do social-liberalismo tentam se diferenciar da vertente do que chamei de receituário-ideal a partir de três modos de questionamento: 1) tecendo críticas contra o liberalismo extremado da globalização, que, sem maiores critérios, teria desregulamentado mercados comerciais e financeiros de países frágeis do ponto de vista econômico e institucional, o

que acabou por aumentar drasticamente as taxas de desemprego e, conseqüentemente, a tensão social; 2) discordando da tese do Estado mínimo, afirmando que a nova configuração global do capitalismo exigiria um Estado ágil e eficiente, capaz de fazer intervenções pontuais nas falhas de mercado e nas expressões mais agudas da “questão social”; e 3) dando destaque à participação dos aparelhos privados da sociedade civil, em comunhão estreita com o Estado, na formulação e implementação de políticas públicas, em especial as de alívio à pobreza via transferência de renda e empoderamento dos indivíduos.

O propósito é motivar uma inflexão no pensamento hegemônico em relação ao debate sobre mercado e bem-estar social, na qual uma epistemologia de direita – maximização e otimização dos recursos, escassez relativa, capital humano – é envernizada por uma ética de “esquerda”, com palavras de ordem como equidade, justiça social, solidariedade e voluntariado. O núcleo central das políticas neoliberais – que consiste em políticas econômicas e de refuncionalização estatal para a retomada das taxas de lucro com ênfase na financeirização da riqueza – permanece como um dogma inquestionável, não passível de alteração nem mesmo de debate. Restaria, como alternativa “realista”, a promoção de ações sociais nas fissuras provocadas pelas falhas de mercado, uma espécie de operação microscópica sobre os mecanismos capitalistas de produção de gigantescas desigualdades socioeconômicas.

Os nexos estruturais do social-liberalismo

A questão que permanece aberta e ainda não foi abordada é o porquê da inflexão ideológica do neoliberalismo. Até aqui se dissertou sobre como a estratégia burguesa de reação à última crise orgânica do capitalismo incorporou o debate sobre a “questão social” sem, no entanto, furtar-se a reafirmar a primazia do mercado como espaço regulador das atividades humanas. Resta saber

as causas desta mudança tão importante para a compreensão dos atuais mecanismos de supremacia.

Apresento uma hipótese que busca explicar os múltiplos nexos estruturais³² da segunda variante ideológica do neoliberalismo: a deterioração do mundo do trabalho no centro e na periferia do mercado mundial, as crises financeiras globais e as lutas e resistências contra-hegemônicas da década de 1990 geraram um período de crises conjunturais. Estas crises, caracterizadas de acordo com o conceito gramsciano visto no primeiro capítulo, exigem soluções renovadas de disciplina da classe trabalhadora – subsunção formal e real do trabalho à lógica do capital, coerção direta promovida pelo Estado e o poder da ideologia –, apagando tentativas de rebelião dos subalternos.

O bloco histórico neoliberal ocasionou uma enorme regressão social para a classe trabalhadora. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), mais de 500 milhões de seres humanos vivem com menos de 1 dólar por dia (miseráveis), e 1,374,6 bilhão com menos de 2 dólares (pobres). Tais números dizem respeito à metade da força de trabalho mundial. Já o Banco Mundial afirma que a desigualdade social, medida pelo índice de Gini, piorou na década de 1990 em relação a 1980 em todas as regiões do planeta. No final da década de 1990, a FAO declarou que cerca de 850 milhões passavam fome ao redor do mundo, e esta marca aumentou significativamente, atingido 1 bilhão de pessoas em 2009. Em 1999, a Unicef apontou que 9,7 milhões de crianças menores de 5 anos morriam anualmente devido às péssimas condições de vida e falta de acesso a programas básicos de saúde.

³² “Quando tentamos identificar uma ideologia e alcançar seus sentidos, tendemos a concentrar esforços em apreender seus nexos estruturais, tomando-a como parte duma dada realidade social. Se bem-sucedidos, conseguimos colocar a ideologia em questão ‘nas relações sociais’ que a sustentam, estabelecendo assim o modo estrutural da sua constituição” (Limoeiro-Cardoso, 1999, p. 121).

Luciano Vasapollo (2005) apresenta estatísticas e situações concretas na Europa da deterioração do mundo do trabalho e a pobreza e as desigualdades sociais que a acompanham. Lá, no Antigo Continente, se tomarmos como parâmetro a zona da União Europeia, já são mais de 55 milhões de pobres, e a tendência deste número é aumentar com o passar dos anos. Nos EUA, recente relatório do Bureau of Census³³ divulga que há no país mais rico do planeta 37 milhões de cidadãos vivendo abaixo da linha da pobreza, o que equivale a 12% da população. E mais: a pobreza e a desigualdade de renda aumentaram sensivelmente nos últimos tempos, particularmente nos mandatos do presidente Bush e nos primeiros dois anos de Barack Obama. Ou seja, a regressão experimentada pelo mundo do trabalho não é uma exclusividade dos países periféricos: ela também está fincada no centro do mercado mundial. Em uma palavra, a “questão social” tornou-se global (Iamamoto, 2003, p. 71).

István Mészáros (2002, p. 111-112) alerta que o aumento da exploração e do pauperismo da classe trabalhadora em todas as regiões do mercado mundial pode ser medido pela equalização no índice diferencial de exploração entre países ricos e pobres, e que tal característica do desenvolvimento capitalista na era neoliberal é acompanhada de uma segunda tendência: o crescente autoritarismo nos países liberais e a perda de legitimidade da política. O agravamento de expressões da “questão social” para a grande maioria da humanidade, com consequências dramáticas para as classes subalternas, gera um quadro de potencial aumento dos conflitos políticos em torno da reprodução básica da força de trabalho mundial. Conforme apontaram Lenin e Gramsci nos seus conceitos de crise revolucionária e crise orgânica/crise conjuntural,

³³ Cf. matéria “Nos EUA, 37 milhões estão na miséria”. *O Globo*, edição de 20 de agosto de 2006, p. 31.

respectivamente, este quadro é um dos fundamentos das crises econômicas e de legitimidade.

Para piorar o quadro, a década de 1990 foi entremeada de crises que abalaram os mercados globais de finanças, investimento e comércio, que se encontram integrados desde a liberalização neoliberal. A primeira grande crise financeira do neoliberalismo eclodiu em 1994 no México, mesmo ano da entrada do país no Tratado de Livre-comércio da América do Norte (TLCAN; em inglês, Nafta). A crise cambial, seguida da fuga de divisas internacionais, levou o país a uma bancarrota financeira, obrigando-o a assinar um acordo draconiano com o FMI e o Tesouro dos EUA. Rapidamente a crise transpassou a esfera financeira e deitou raízes nos setores de crédito e produtivos do país, que viu seus índices sociais enfrentarem sensíveis pioras, afetando a população.

No ano de 1995 houve uma queda do PIB de 7% e uma taxa de inflação próxima aos 50%. O desemprego chegou aos 25% da população ativa, enquanto os salários sofriam uma perda de poder de compra na ordem de 55%, e dois milhões e meio de pessoas cruzavam o limiar da 'pobreza extrema' (Chesnais, 1998b, p. 288-289).

O temor da oligarquia financeira foi a contaminação de outras economias latino-americanas após a crise mexicana, na época chamada de Efeito Tequila. Brasil e Argentina chegaram a ser relativamente atingidos, mas nada comparado com as crises brasileira de 1999 e argentina de 2001.

Em 1997, o fantasma das crises financeiras atormentou o Leste Asiático. Alguns dos chamados Tigres Asiáticos sofreram ataques especulativos e suas moedas se desvalorizaram da noite para o dia, abrindo uma crise cambial muito semelhante à mexicana. No caso do Extremo Oriente, o efeito dominó foi maior do que a da crise latino-americana anterior, pois os Tigres Asiático tinham um alto grau de integração econômica, liderada então pelo Japão, que já se encontrava com sua economia estagnada. A crise financeira, que

começou na Tailândia e logo se espalhou para o restante da região, afetando Indonésia, Coreia do Sul, Cingapura e, em menor escala, Hong Kong e Japão.

Até então, esses países eram tidos, em geral, como a vedete dos modelos heterodoxos de desenvolvimento nos 20 anos precedentes. Além de exibirem taxas consistentes de crescimento econômico, eles se recusaram a seguir o receituário-ideal neoliberal e os programas do FMI e do Banco Mundial por muito tempo, adotando um modelo de desenvolvimento baseado na expansão do mercado interno e das exportações através da consolidação de oligopólios do capital financeiro.

A crise asiática não se limitou às finanças e atingiu também as esferas produtivas e comerciais, causando danos à economia real e à classe trabalhadora daquelas nações. Com poucas alternativas para a solução da crise, os Tigres acabaram por recorrer aos organismos internacionais de desenvolvimento, como o FMI, que não perdeu a chance de enquadrá-los em seus programas de ajuste estrutural (Chesnais, 1998c, p. 305-306).

Em 1998, o Brasil era apontado como a bola da vez, mas a burguesia rentista internacional foi complacente com a reeleição de FHC. Em janeiro de 1999, o país sofreu um ataque especulativo e adotou um regime de câmbio flutuante, que modificou toda a política econômica para algo ainda mais ortodoxo: o aperto fiscal cresceu e a política monetária ficou mais contracionista. Os resultados da crise cambial foram a queda do crescimento econômico, o ligeiro aumento da inflação, o aumento do desemprego e da dívida pública e a concentração de renda em favor do capital.

Dois anos mais tarde, a Rússia, então em processo de decomposição do sistema socialista e transição ao capitalismo pela via neoliberal, também entrou no grupo de países afetados pelas crises financeiras, decretando uma moratória mesmo com a promessa de receber recursos emprestados. Desde o fim do socialismo, o país foi

obrigado pelo FMI a alienar cerca de 500 bilhões de dólares dos seus ativos estatais (indústrias, infraestrutura e recursos naturais), comprados a um preço bem inferior por empresas estrangeiras (Chossudovsky, 1999, p. 289). Com a crise, o processo de privatização dos bens públicos se acelerou, ocasionando uma perda ainda maior da soberania do país. Desde a transição para o capitalismo até 2000, a produção industrial russa caiu 60% – mais do que no período da Segunda Guerra, quando o país foi devastado pelos nazistas. O aumento de preços foi tamanho que gerou uma hiperinflação. E a pobreza no final de 1998 era de 24%, sendo que 40% da população total ganhava menos que 4 dólares diários (Stiglitz, 2002, p. 194).

Nos anos 2001-2002, foi a vez da Argentina, um dos países mais aplicados na efetivação integral do receituário de Washington. Nem mesmo esta disciplina foi capaz de salvá-la da bancarrota; no fim do ano, foi sacudida por uma das mais agudas crises financeiras do neoliberalismo, com forte saída de recursos, uma corrida ao setor bancário e o fim da dolarização. Em poucas semanas, o país viu nada menos do que cinco presidentes renunciarem aos seus mandatos diante da crise financeiro-econômica e das mobilizações populares. Os impactos políticos foram minimizados a partir dos governos da família Kirchner, mas os impactos sociais foram brutais: um quinto da força de trabalho ficou desempregado (sem falarmos no subemprego), os salários reais caíram pela metade e quase 70% da população ficou em situação de pobreza e/ou miséria.

Mas por que crises financeiras em países semiperiféricos, como Argentina, Brasil, Coreia e Rússia, geraram temor ao imperialismo central? A resposta a esta questão não é definitiva, mas pode-se elucubrar que as classes dominantes aprenderam, na prática, a lição leninista do elo fraco do imperialismo como *locus* privilegiado das revoluções socialistas. Alguns destes países tinham uma tradição de lutas populares, reformistas e revolucionárias. Além disso, como

sustenta François Chesnais, a mundialização financeira interconectou diversas praças mercantis de transação de títulos, moedas, ações, derivativos etc., e o risco de contaminação geral do sistema a partir da presença de uma maçã podre no cesto é considerável. Pela primeira vez na história do capitalismo, uma crise financeira em um país periférico é suscetível de abalar os mercados centrais. Por fim, as paralisias ocorridas na esfera financeira costumam reverberar na produção e no comércio (Chesnais, 1998c, p. 295), afetando os índices de investimento, emprego e renda para baixo. Ora, como vimos com os dados latino-americanos e asiáticos, tais perturbações macroeconômicas geraram crises sociais que, a depender do comportamento da classe trabalhadora, podem vir a se transformar em uma crise de hegemonia, condição necessária – mas não suficiente – para o surgimento de uma crise orgânica ou, pelo menos, de uma crise conjuntural, o que foi registrado em meados da década de 1990.

A reação das classes subalternas à ofensiva neoliberal ganhou força e expressão a partir de então. Em 1994, no dia 1º de janeiro, concomitantemente à assinatura do TLCAN, um levante armado na selva de Lacandona eclodiu em reação ao neocolonialismo estadunidense no México. O Exército Zapatista de Libertação Nacional é uma confluência de movimentos sociais de diferentes orientações políticas e culturais que segue, de perto, as lutas históricas dos maias contra a dominação estrangeira, a tradição rebelde dos camponeses mexicanos, a guerrilha guevarista e a ação pastoral progressista influenciada pela Teologia da Libertação (Löwy, 2000a). A resultante desses quatro ingredientes principais é um movimento dos indígenas mexicanos organizado segundo suas tradições ancestrais e seus anseios por “democracia, justiça e liberdade”, que na opinião de Pablo Casanova (2002, p. 243-248) se configura como a primeira revolução do século XXI. Em meados de 1996, o Exército Zapatista convocou o Primeiro Encontro

Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, com a participação de agrupamentos políticos e intelectuais de todas as partes do mundo.

Ao longo de 1997 e 1998, ocorreram mobilizações contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), definido por José Maria Gómez como o “código de proteção jurídica exclusiva do capital desterritorializado, negociado em segredo no seio da OCDE” (Gómez, 2001, p. 19). Por conta das pressões populares, o AMI foi suspenso em outubro de 1998. Em 1999, na cidade de Seattle/EUA, desencadeou-se uma batalha campal promovida pelos manifestantes antiglobalização contra a Rodada do Milênio, patrocinada pela OMC. Os EUA, considerados o centro irradiador da financeirização da riqueza, tornaram-se o palco das marchas de repúdio ao neoliberalismo, com caráter de movimento de base popular. As contradições da nova fase do capitalismo emitiram seus sinais de abalos e choques exatamente do ponto nevrálgico do mercado mundial, que sempre reprimiu duramente movimentos radicais. Segundo Alexander Cockburn e Jeffrey St. Clair,

(...) nos anais do protesto popular dos Estados Unidos, estes foram momentos brilhantes, conseguidos inteiramente fora da arena convencional do protesto ordenado e tolerado, do ativismo bem comportado e das tímidas denúncias da liderança profissional dos grandes sindicatos e dos verdes do *establishment*. Esta foi verdadeiramente uma rebelião vinda de baixo, na qual todos aqueles que lutaram para moderar e desviar o turbulento fluxo de revolta popular ficaram humilhados (Cockburn, St. Clair, 2001, p. 212).

A onda de mobilização não parou por aí. Na primavera setentrional, a reunião do FMI e do Banco Mundial, em Washington, foi local de uma nova rodada de lutas entre manifestantes e policiais. Trinta mil pessoas tentaram transpor as barreiras construídas em torno do complexo das instituições de Bretton Woods. Apesar do fracasso no furo ao bloqueio, os manifestantes obtiveram uma vitória nos seus embates contra o neoliberalismo. Segundo Walden

Bello, “a mídia se concentrou em Washington, e, para milhões de pessoas em todo o planeta, a primeira impressão sobre o FMI e o Banco Mundial foi a de serem instituições assediadas por pessoas que as acusaram de provocar pobreza e miséria no mundo em vias de desenvolvimento” (Bello, 2001, p. 259).

Em setembro de 2000, Praga, capital da República Tcheca, foi a anfitriã da reunião anual do FMI e do Banco Mundial. Mais uma vez, ativistas promoveram protestos contra as agências multilaterais. A tática adotada pelos manifestantes foi eficiente a ponto de a reunião acabar um dia antes do previsto, dado os bloqueios que impediam a circulação dos delegados oficiais pela cidade. O mais significativo foi, entretanto, o encontro de representantes dos movimentos antissistêmicos com a tecnocracia do Banco Mundial e do FMI. Por conta da pressão política, os movimentos antissistêmicos, pela primeira vez, ganharam assento, mesmo que provisório e efêmero, nas negociações sobre os rumos da “globalização”. Neste ponto da história das lutas, delineou-se uma possível tendência de reformismo nas instituições neoliberais. O otimismo, se não foi generalizado, ganhou espaço nos movimentos antiglobalização.

A burguesia não poderia mais fechar os olhos para a situação de miséria, exploração e degradação da vida humana exposta pelos movimentos sociais. O silêncio contra as perdas sociais promovidas por 20 anos da supremacia neoliberal foi rompido, e os protestos transbordaram os limites das organizações antissistêmicas e ganharam força em espaços públicos internacionais. O progresso dos movimentos antiglobalização foi evidente, e o sinal de alerta soou nos principais centros econômicos do mundo. Das sombras das periferias às luzes da ribalta, setores da classe trabalhadora passaram a ser motivo de preocupação das classes dominantes, dada a nova conjuntura política de protestos e reivindicações dos dominados.

Após os confrontos de rua em 2000, contudo, o processo efetivo de mudanças nas agências multilaterais de desenvolvimento

diminuiu seu ritmo, e hoje se encontra em um ritmo muito lento. Pouco se avançou na resolução das reivindicações levantadas pelos movimentos antissistêmicos, como o perdão das dívidas externas dos países mais pobres, a democratização e transparência das agências e a implantação de mecanismos de regulação de fluxos de capital especulativo, como a taxa Tobin. As mudanças feitas foram cosméticas e não alteraram significativamente as relações mundiais de poder entre classes sociais e nações imperialistas e dependentes. O reformismo desejado pelos movimentos foi neutralizado pelo reformismo-restaurador social-liberal.

As classes dominantes, a partir das agências multilaterais de investimento e de governança global e dos seus *think-tanks*, reconheceram o tímido avanço das forças opositoras e começaram a construção de uma ideologia reformista-restauradora sob uma base teórica conservadora. Estas preocupações humanistas, realçadas com uma retórica de solidariedade e fraternidade, não foram um impulso interno da boa alma dos proprietários, sensibilizados com a queda dos padrões de vida dos trabalhadores causada pelo neoliberalismo; elas foram, antes de tudo, uma reação conservadora às crises financeiras e econômicas e ao despertar político das classes subalternas, inflamadas pelas mobilizações internacionais e, principalmente, pela situação material de suas vidas, marcadas pelo crescimento da pauperização absoluta e relativa.

Em face da ebulição social provocada pelas mobilizações dos movimentos antissistêmicos, as classes dominantes viram alguns de seus temores ganharem as ruas das principais cidades do mundo, inclusive do centro do sistema, com milhares de trabalhadores reivindicando uma pauta defensiva pela não retirada de conquistas sociais de épocas passadas. O bloco histórico neoliberal sofreu abalos nos anos 1990, mas foi remodelado sobre velhas bases e uma nova roupagem: o que se vislumbra com as teorias do social-liberalismo é um projeto ideológico classista de retomada da

supremacia neoliberal que ganhou impulso com o acoplamento de amplos setores da social-democracia e de ex-comunistas cooptados ao novo reformismo-restaurador liberal. O transformismo social-democrata na supremacia neoliberal resultou no aprofundamento de pontos da agenda neoliberal, e não na sua amenização. O que importa destacar é que a operacionalização política e ideológica do neoliberalismo sofreu uma inflexão – contraditoriamente marginal e relevante – após o ingresso da social-democracia na concepção do mundo que fornece a argamassa de solidificação do presente bloco histórico.

O que se sugere aqui é que o receituário-ideal neoliberal e o social-liberalismo não são dois projetos distintos, um conservador, o outro reformista que busca superar o primeiro; trata-se, acima de tudo, do mesmo programa reformista-restaurador operado por forças políticas diferentes do ponto de vista de sua história e de suas bases sociais, mas que, por meio da emergência da supremacia neoliberal, articulou um bloco social capaz de aglutinar grupos até então adversários. Diante do transformismo e da cooptação das forças progressistas, o neoliberalismo passou a atuar como um centrismo conservador, ditando os mesmos objetivos às suas alas da esquerda e da direita, embora cada uma delas tenha métodos ligeiramente diferenciados de dirigir o projeto neoliberal. O social-liberalismo comporta, portanto, um duplo movimento: a decadência política e ideológica da social-democracia, esvaziada de suas lutas reformistas na construção de uma via democrático-institucional para o socialismo, e a incorporação de uma agenda social ao neoliberalismo. A resultante destes dois movimentos, aparentemente paradoxais entre si, converge em um sentido único: a formação de um novo senso comum, um consenso que ocupa o centro da política mundial e neutraliza as lutas mais radicais de combate às expressões da “questão social”, ou mesmo de eliminação do capitalismo.

Em termos da dialética hegeliana, no bloco histórico neoliberal, grande parte das forças da antítese abdicou do seu papel de negação radical da tese, conformando-se em um papel secundário de consciência crítica acrítica da tese, sem negar seus pressupostos básicos, apontando apenas seus defeitos, imprecisões e falhas. Com o enfraquecimento da antítese, a tese não pode ser superada, e os choques entre os contrários – transmutados no presente tão somente em diferenças – não são fortes o suficiente para gerar uma nova síntese, daí a aparente incapacidade de mudanças estruturais. Do acordo entre as diferenças (sem mais o choque dos contrários), surge a reafirmação da antiga tese, repaginada sob uma nova aparência na qual os seus elementos essenciais são reafirmados. “Na verdade, da oposição dialética entre tese e antítese só a tese desenvolve suas possibilidades de luta, até o ponto de atrair para si os chamados representantes da antítese” (Braga, 1995, p. 63).

Em termos mais concretos, o que houve foi uma incorporação de antigos setores socialistas e comunistas ao projeto burguês de fortalecimento da sua supremacia. O mais surpreendente nesta incorporação foi que os social-democratas não se limitaram a ser uma linha de força auxiliar no bloco social neoliberal: em diversas experiências nacionais, eles assumiram o papel de condutores primários da supremacia burguesa. Os casos mais emblemáticos são o inglês (o Novo Trabalhismo), o brasileiro (o Partido dos Trabalhadores) e o sul-africano (o Congresso Nacional Africano).

No caso do transformismo, os grupos cooptados tornam-se aliados de segunda mão do bloco social-ideológico dominante e não assumem o controle da direção política. O que ocorreu no neoliberalismo em algumas formações econômico-sociais é um pouco diferente. O professor Francisco de Oliveira, na tentativa de teorizar sobre o ocorrido, chamou o processo de conversão de setores de esquerda em dirigentes líderes do neoliberalismo de “hegemonia às avessas”. Ele vai além, afirmando que a força teria

desaparecido da hegemonia burguesa e as classes dominantes teriam consentido em serem dirigidas pelos setores cooptados das classes subalternas (Oliveira, 2010, p. 27). Como sustento ao longo deste livro, o bloco social dominante se vale constante e alternadamente dos aparelhos de coerção e consenso, e o papel da burguesia e de seus aliados continua sendo preponderante dentro da revolução passiva neoliberal.

As teorias da terceira via, da via 2 ½, do pós-Consenso de Washington, da “nova questão social”, do desenvolvimento humano, das informações assimétricas e falhas de mercado etc. – que na sua totalidade conformam aquilo que intitulo social-liberalismo – são uma variante ideológica do neoliberalismo, na qual as antigas teses do novo consenso burguês são conservadas e ganham um verniz (pós)moderno e “progressista” com a adesão da social-democracia, que se nega a fazer uma crítica radical dos elementos primários do (neo)liberalismo, aceitando-os quase integralmente. O social-liberalismo é, desta forma, teorizado como uma unidade eclética dos postulados neoliberais com a consciência crítica acrítica da social-democracia contemporânea, que entrou irremediavelmente em mais uma etapa do seu antigo processo de decadência ideológica. A resultante é a gestação de um novo “conservadorismo reformista temperado”.³⁴ O social-liberalismo é tido não como uma conscientização humanista e social da burguesia, mas como uma ideologia de manutenção da ordem capitalista que embasa uma série de intervenções políticas nas expressões da “questão social”, como ações do voluntariado, da filantropia empresarial, da responsabilidade social, do terceiro setor e de políticas sociais assistencialistas e fragmentadas, que não questionam as bases da

³⁴ A expressão é usada por Gramsci para definir a revolução passiva (Gramsci, 1999, p. 293 – C10 [1932-1935], §6).

acumulação capitalista, produtora de riqueza no topo e de miséria na base da hierarquia social.

Por meio da rearticulação entre sociedade política e sociedade civil, as classes dominantes pretenderam retomar a direção intelectual e moral do processo de expansão imperialista, na medida em que a supremacia burguesa foi, gradativamente, perdendo credibilidade e legitimidade a partir da degradação do mundo do trabalho, das crises financeiras e econômicas e das lutas antissistêmicas na metade dos anos 1990. A politização da “questão social” forçou as classes dominantes a se articularem em torno de uma nova tática de sua estratégia de supremacia para garantir o consenso e a legitimidade do neoliberalismo, privilegiando os mecanismos de hegemonia sem, contudo, abrir mão do uso dos aparelhos coercitivos de dominação.

Com este projeto burguês, corremos o risco de presenciar medidas pontuais de arrefecimento das tensões derivadas das expressões mais agudas da “questão social” e ver, no essencial, tudo permanecer como está. Mas isto depende dos rumos da atual crise do capital, que pode vir a se tornar uma nova crise orgânica ou, então, continuar como uma grave crise econômico-financeira sem que os trabalhadores coloquem na pauta do dia alternativas societárias – condição esta necessária, mas não suficiente – para uma resposta progressista à barbárie da sociedade burguesa.

A IDEOLOGIA DO SOCIAL-LIBERALISMO E SEUS INTELCTUAIS

Para Marx, Engels e Gramsci, as ideologias são formuladas pelas classes sociais e sistematizadas por indivíduos que exercem a função de intelectual dentro da divisão social do trabalho. Recuperar esta ideia central das teorias marxistas da ideologia é relevante, pois se corre o risco de ver as teorias do social-liberalismo como iniciativas individuais descoladas de qualquer vínculo com uma determinada classe social.

(...) construir o novo senso comum para o século XXI tem sido uma das tarefas políticas mais significativas da nova pedagogia da hegemonia. Isso exige estabelecer conexões reais entre teorias sociológicas e filosóficas e os modos do pensar e do agir, para formar a unidade intelectual e moral necessária ao novo bloco histórico. Nesse sentido, as teorias aparentemente dispersas geograficamente e desordenadas no tempo, que surgiram inicialmente como uma elaboração individual do pensamento de um autor, transformam-se num pensamento genérico, isto é, em base do novo senso comum (Martins *et al.*, 2010, p. 152).

Dentro do bloco ideológico do social-liberalismo, há uma infinidade de intelectuais, ativos e passivos, individuais e coletivos, de estrato alto, médio e baixo. Seria impossível inventariar todos. Por conta das minhas limitações, selecionei alguns tradicionais do campo da filosofia, como Anthony Giddens, Alain Touraine, Joseph Stiglitz, John Williamson, Dani Rodrik e Pierre Rosanvallon, todos analisados nas seções seguintes.

Anthony Giddens e a terceira via

Durante a década de 1990, o sociólogo britânico Anthony Giddens debruçou-se sobre sua mesa de trabalho para escrever acerca das transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas a partir da globalização, da nova era do individualismo e das relações entre o ser humano e a natureza, consideradas as “mais importantes revoluções do nosso tempo” (Giddens, 2005, p. 74). Como resultado do seu trabalho de pesquisa, publicou os livros *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*; *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*; *A terceira via e seus críticos*; e a coletânea *O debate global sobre a terceira via*.

A terceira via é fruto daquela série de transformações ocorridas nos últimos 30 anos e que inauguram os *novos tempos*. Em primeiro lugar, ganha destaque a globalização, impulsionada pela revolução tecnológica das telecomunicações, capaz de conectar o mundo inteiro em tempo real, alterando as relações espaço-temporais então vigentes. No aspecto político, a “dissolução do consenso do Welfare”, a “morte do socialismo” e o “descrédito final do marxismo” teriam forçado intelectuais e políticos que não desejassem se tornar anacrônicos e ultrapassados pela História a rever seus pontos fundamentais e criar uma nova ideologia e uma nova prática política condizentes com a era das incertezas. Daí a sugestão para uma terceira via.

A principal inspiração de Giddens está na cena britânica. Nos anos 1990, emergiu uma liderança do Partido Trabalhista que se propôs enfrentar uma dupla batalha: uma contra os neoliberais, fortalecidos por anos de supremacia da era Thatcher, e outra contra a antiga e arcaica social-democracia. A referência é explícita ao Novo Trabalhismo, capitaneado por Tony Blair. O objetivo do ex-primeiro ministro não deve ser desprezado, pois a ambição do Novo Trabalhismo seria nada menos do que “criar um consenso

internacional de centro-esquerda no século XXI” (Giddens, 2005, p. 11). Do consenso neoliberal se migraria para o da terceira via.

A origem do termo terceira via, segundo Marilena Chaui (1999), remonta ao período fascista, quando a reação política burguesa de corte autoritário buscou criar uma alternativa tanto ao liberalismo quanto ao comunismo soviético. Tempos depois, o termo foi usado pelos eurocomunistas no sentido de propor uma alternativa para além do stalinismo e da intitulada social-democracia fraca. Utilizada amplamente no passado por diversas correntes políticas, tanto da direita como da esquerda, a expressão busca adquirir, na obra do sociólogo britânico, um sentido de renovação da social-democracia, indo além da velha dicotomia direita/esquerda e das lutas de classes. “A divisão entre esquerda e direita refletiu um mundo onde se acreditava amplamente que o capitalismo podia ser transcendido, e onde a luta de classes modelou boa parte da vida política. Nenhuma destas condições é pertinente agora” (Giddens, 2001, p. 46).

Desde o final da Segunda Guerra, pode-se dizer que a social-democracia europeia comungou, a despeito das vicissitudes de cada país, de ideais comuns. Basicamente, os principais pontos programáticos foram a forte presença do Estado na vida social e econômica, o reconhecimento de direitos sociais que se concretizam a partir de políticas sociais públicas universais, a busca da igualdade social e a política econômica de inspiração keynesiana. Assim é definida a social-democracia clássica, ou de velho estilo, como nomeia Giddens.

A social-democracia, com as configurações contemporâneas das lutas de classes, teria adquirido sentidos ideológicos até então inexistentes e incorporaria à sua agenda objetivos políticos originais. Novos atores históricos surgiriam na arena política, renovando as estratégias e táticas de partidos e sindicatos orientados pelas ideias e valores da antiga social-democracia. Ademais, diversos partidos comunistas ocidentais adotariam configurações reformistas e se

transmutariam em partidos social-democratas. Desse modo, organizações social-democratas caminharam para posições de centro-esquerda e partidos comunistas se tornaram social-democratas, bem como a direita assumiu tendências consideradas antigamente como progressistas, como o debate sobre a “questão social”, o combate às desigualdades e o alívio à pobreza. Diante deste quadro do ocaso das lutas políticas ordenadas pelas classes sociais, Giddens (2001, p. 50-51) apela para alianças políticas de compromisso, de conciliação entre todos os setores de uma determinada nação. Teria ocorrido, assim, uma espécie de confluência dos partidos de esquerda e de direita para o centro, formando o que chama de centrismo da política.

A terceira via, neste novo arranjo das forças políticas, deveria ocupar o “centro radical” (Giddens, 2005, p. 76), provocando o debate do centro com proposições sobre “igualdade”, “proteção aos vulneráveis”, “liberdade como autonomia” e “não há direitos sem responsabilidades”, valores caros à social-democracia modernizada. Deveria-se admitir que o horizonte político de hoje seria muito mais restrito do que no passado, quando o socialismo foi uma bandeira de luta de parte da classe trabalhadora. Com o desaparecimento do socialismo do horizonte previsível, restaria discutir os alcances e as maneiras pelas quais se poderiam governar e regular o capitalismo (Giddens, 2005, p. 53), tornando-o socialmente responsável; é o que se denomina capitalismo dos envolvidos, ou capitalismo responsável (Giddens, 2007, p. 32).

O futuro da social-democracia ainda seria incerto. Embora explicita suas indagações sobre os impasses e percalços que ela enfrenta nos tempos atuais, Giddens vê com certo otimismo o futuro desta corrente política. O revisionismo social-democrata da terceira via não parece ser uma tarefa simples e usual, pois tais transformações, marcadas por dilemas e contradições, pretendem ter um longo alcance e profundidade. Apesar das barreiras inerentes a um processo de transformação como este, os antigos partidos

políticos social-democratas começam, na opinião do intelectual inglês, a operar uma mudança em suas formas de agir e pensar, incorporando à sua agenda temas como globalização, meio ambiente, participação política, desenvolvimento comunitário, identidades locais, assim como a aceitação de princípios do liberalismo, como o individualismo e o mercado.

Neste processo, os partidos social-democratas acabaram por perder sua identidade classista, que outrora nutriram a partir das ligações que tinham com a classe trabalhadora e seus órgãos representativos, como os sindicatos. Eis que surgiria a “nova cultura política”, na qual se opera o ocaso das lutas de classes e a fusão entre o liberalismo de mercado e o progressismo social. Apela-se para o compromisso e a aliança entre todas as classes, que não deixam de existir, mas abandonam a luta, conformando-se ao atual modo de produção e às configurações objetivas e simbólicas da cidadania dos Novos Tempos (Giddens, 2001, p. 48-51).

A terceira via e a estratégia neoliberal

As mudanças propostas para a renovação e modernização da social-democracia seriam condicionadas pela globalização e a era do conhecimento. Dentre as principais características do neoliberalismo estão a defesa do fundamentalismo de mercado, o Estado mínimo, uma sociedade civil autônoma, descolada do Estado, o individualismo econômico, a desigualdade como um valor positivo e ineliminável da ordem social e a promoção da igualdade de oportunidades (Giddens, 2005, p. 18 e 21-24). Em sua avaliação, o neoliberalismo começa a viver no final de 1990 um período de esgotamento das suas propostas políticas. Esta crise ocasiona a retração do conservadorismo, abrindo espaço para o avanço de posições mais progressistas. É nesse período que surge a terceira via, aproveitando-se das oportunidades criadas pelo declínio do neoliberalismo.

Devemos frisar que Giddens busca contrapor as teorias e o programa político da terceira via das teorias neoliberais, colocando-as como ramos antípodas da filosofia política. Diz o autor: “a social-democracia clássica e o neoliberalismo representam duas tendências de filosofias políticas absolutamente diferentes” (2005, p. 17). Esta citação expressa o que é recorrente ao longo dos seus livros: a terceira via é vista como uma reação ao modelo neoliberal que procuraria soluções alternativas aos problemas deflagrados por aquelas mudanças radicais trazidas pela globalização, e para as quais o neoliberalismo não teria trazido soluções adequadas. O Estado, ao contrário de ser mínimo, deveria ser um Estado forte, capaz de combater as desigualdades e regular os setores da economia nos quais o mercado produz externalidades, como o meio ambiente. O mercado deveria sofrer um controle externo por parte do Estado e da sociedade civil, que por sua vez usufruiria certo grau de autonomia, trabalhando em parceria com o Estado democrático para promover a coesão social e a participação cívica dos indivíduos na política. E os indivíduos seriam convocados a participar na arena política por meio de organizações de sociedades civis não lucrativas, dentre as quais se destacariam as ONGs.

Estas são, grosso modo, as principais ideias que diferenciariam, no entendimento de Giddens, a terceira via do neoliberalismo.

A resignificação da política e a democratização da democracia

A concepção da terceira via a respeito da democracia sofre influências do ideário liberal clássico. A democracia é vista pela terceira via, e também pelo liberalismo do século XX, como um regime de governo que proporciona, através de eleições livres, a alternância do poder entre partidos rivais, respeitando o desejo individual de cada um dos eleitores. A democracia é entendida a partir da perspectiva teórica do pluralismo político, que defende a

livre competição entre organizações políticas que lutarão, dentro das normas institucionais, pelos cargos eletivos através de pleitos eleitorais regulares.

Outra concepção típica do pensamento liberal presente nas formulações da terceira via é a separação formal entre Estado, sociedade civil e mercado. Cada uma das esferas teria independência uma da outra e, por vezes, seriam indicadas como antitéticas, com o Estado representando uma força repressiva e autoritária e a sociedade civil como um espaço social promotor da solidariedade, da harmonia, da promoção da equidade e da liberdade individual dos cidadãos e dos empreendedores mercantis.

Além das eleições regulares e periódicas, os indivíduos participariam da política através de outros meios, como as organizações não lucrativas da sociedade civil e até mesmo do trabalho em corporações empresariais que promovem programas de responsabilidade social. Ademais, medidas de democracia participativa, como plebiscitos e referendos populares, também deveriam ser implementadas com o objetivo de estimular a participação cívica dos cidadãos. Os indivíduos, assim, conseguiriam estabelecer canais de comunicação mais eficazes com o governo na busca de consensos para os problemas típicos dos Novos Tempos, como a anomia social, a violência, o desemprego e a perda de identidade cívica. A sociedade civil organizada seria um espaço privilegiado de confluência de indivíduos conscientes e politicamente ativos interessados na resolução dos problemas sociais e na construção de novos pactos políticos, visando sempre a coesão social.

A terceira via prevê uma integração cada vez maior entre o Estado e a sociedade civil. Ambas as esferas políticas deveriam buscar, a partir de parcerias público-privadas, as soluções para a “nova questão social” que o socialismo real, a social-democracia clássica e o neoliberalismo não teriam sido capazes de solucionar. O Estado, inclusive, deveria estimular fóruns e canais de comu-

nicação entre os organismos da sociedade civil e suas próprias estruturas burocráticas, criando um espaço de diálogo aberto, cooperativo e transparente que envolva todos os membros da sociedade. A coesão social seria, dentre outros fatores, resultado da comunicação aberta e transparente entre essas esferas e o consequente consenso a que chegariam após os debates promovidos. Isto é o que Giddens chama de democratizar a democracia. Segundo o autor, existiria uma série de precondições fundamentais para a democratização da democracia, como a reconstrução do Estado em bases políticas e culturais originais; a renovação da sociedade civil; a emergência de um indivíduo produto e produtor de novas relações sociais.

A reconstrução do Estado

O Estado sofreu mudanças em todo o mundo. Com o fim da Guerra Fria, o avanço do mercado global e o recuo das guerras em larga escala, os Estados nacionais teriam sido obrigados a redefinir sua soberania, buscando fontes de legitimidade diferentes daquelas do passado. Tais transformações foram de tal monta que os neoliberais chegaram a vaticinar o fim do Estado nacional, ou pelo menos sua irrelevância no mundo globalizado. Giddens aponta para uma efetiva desvalorização da política e para o esvaziamento do poder do Estado, mas não compartilha, neste tocante, das teses neoliberais, pois acredita ser possível reencantar a política.

A terceira via desenvolve um entendimento diverso em relação às teses do receituário-ideal do neoliberalismo sobre o tamanho, as funções e a organização do Estado. A tese neoliberal do Estado mínimo não estaria de acordo com a era da nova economia, marcada pelo dinamismo dos mercados financeiros e pelas inovações tecnológicas e das comunicações. Segundo Giddens, o debate deveria ser desviado deste eixo. O Estado, na atual configuração do capitalismo, deveria ser forte, mantendo um grau de soberania

frente aos mercados, que, por si só, não poderiam dar conta de problemas como as desigualdades sociais.

De toda forma, o mercado deveria ser preservado de uma ingerência indevida do Estado tal qual a ocorrida no período da social-democracia clássica, pois, segundo Giddens (2001, p. 41-45), seria a melhor forma de organização social para a produção da riqueza e, em alguns casos, até mesmo para a sua distribuição. “Uma economia de mercado bem-sucedida gera muito mais prosperidade do que qualquer sistema rival. Na verdade, não há sistema rival em nenhum outro lugar, exceto em economias pós-comunistas residuais” (Giddens, 2001, p. 43).

Para exercer as funções requeridas pelos Novos Tempos, o antigo *welfare state* deveria passar por uma profunda reforma, deixando para trás sua pesada burocracia, o comodismo dos seus usuários etc. O primeiro ponto da reforma seria a descentralização do poder, emergindo de baixo para cima como um poder imanente das comunidades locais, dos bairros, das ONGs. O segundo ponto é a transparência dos atos governamentais. Para isto ser uma realidade, o Estado deveria adotar mecanismos de participação ativa da sociedade civil dentro da sua estrutura. O terceiro seria o desenvolvimento de mecanismos de democracia direta pelos quais os cidadãos participariam da política, assumindo responsabilidades e não delegando sua soberania a outrem. O quarto seria o aumento da eficiência administrativa estatal. Este objetivo seria importante para o Estado recuperar legitimidade e credibilidade perante os cidadãos. Segundo Giddens, o decréscimo da ineficiência administrativa do Estado, com sua morosidade e burocracia intermináveis, não ocorreria caso os governantes aprendessem os preceitos da “melhor prática empresarial; por exemplo, controle de metas, auditorias eficazes, estruturas de decisão flexíveis e maior participação dos funcionários – o último destes sendo um fator de democratização” (Giddens, 2005, p. 84).

A reconstrução do Estado passaria pela adoção de soluções baseadas na lógica mercantil. É o que se chama no Brasil, e em outros países, de choque de gestão administrativa, pelo qual o Estado adotaria medidas formuladas segundo os padrões empresariais de eficiência econômica.

O que ocorre, em resumo, é a busca do equilíbrio entre Estado, sociedade civil e mercado. Deve-se operar uma espécie de síntese entre mercados regulados, Estado forte e sociedade civil ativa, que resultaria em uma nova economia mista. Um poder funciona como o contrapoder do outro, evitando a concentração do poder em uma única esfera da sociedade. No caso da terceira via, a divisão do poder político não se dá nas entranhas do Estado entre as suas três esferas – executivo, legislativo e judiciário –, mas nas relações do Estado com o mercado e a sociedade civil. Deste amálgama da social-democracia modernizada surgiria o pluralismo estrutural: uma sociedade capitalista economicamente dinâmica e empreendedora, socialmente coesa e politicamente estável e democrática (Giddens, 2001, p. 60-61).

Renovação da sociedade civil

A partir daqueles preceitos, a reforma do Estado seria, se não perfeita, necessária e adequada ao que Giddens chama de democratização da democracia. Mas, para ser completa, a sociedade civil deveria ser renovada e participar, em comunhão com o Estado, de forma plena da política.

Um dos pilares centrais do pluralismo estrutural seria a sociedade civil, esfera da vida pública fundamental para a manutenção do equilíbrio do poder político. Segundo Giddens, uma sociedade civil forte, coesa e bem organizada seria capaz de vigiar e controlar, como um poder externo, os mandos e desmandos do Estado e dos mercados. Sem controles externos, estas duas esferas da superestrutura poderiam, de um lado, assumir tendências autoritárias e

antidemocráticas e, de outro, tendências ao monopólio econômico, restringindo a livre concorrência.

A função da sociedade civil de equilibrar os poderes teria uma missão civilizadora de ampliar ainda mais a difusão e dispersão do poder, atuando como uma espécie de guardiã em última instância da democracia. A sociedade civil operaria em estreita parceria com o Estado no sentido de ampliar a democratização da democracia, respeitando-se a sua autonomia relativa. O pressuposto seria o de conciliação de interesses e de convergência da ação no sentido do bem-estar coletivo, embora cada parte envolvida tenha interesses e espaços próprios de atuação.

Um grupo de destaque da nova sociedade civil seria o empresariado social. Giddens assinala que a terceira via deveria desenvolver o que chama de cultura empresarial. Esta ajudaria na geração cada vez mais ampliada da riqueza. Mas isto não seria tudo, pois a produção crescente da riqueza não geraria automaticamente a sua distribuição mais igualitária. Para isto acontecer, o empresariado deveria cultivar uma responsabilidade social e uma cidadania corporativa. Ou seja, a ética nos negócios levaria a uma melhor redistribuição da renda e da riqueza.

Os negócios poderiam ser combinados com a promoção de valores progressistas como a justiça social e a igualdade. A cultura empresarial não ajudaria no combate às desigualdades somente com o desenvolvimento econômico proporcionado pelo mercado, mas também quando passaria a usar sua *expertise* na promoção de programas sociais voltados para as populações excluídas. Neste caso, ele não tem em mente políticas assistencialistas ou de caridade, mas o estímulo do empresariado à formação de capital social em pequenas comunidades, para que estas sejam protagonistas da vida política e não fiquem a reboque de outros grupos e classes. Desta forma, ao proporcionar igualdade de oportunidades com seus projetos sociais, o empresariado socialmente responsável

habilitaria os indivíduos excluídos a lutarem, de acordo com suas próprias capacidades, por melhores condições de vida e bem-estar social (Giddens, 2001, p. 82-87).

Desde a origem do capitalismo, teorias aristocráticas e liberais concebem a pobreza, as desigualdades sociais e o desemprego como fruto da incapacidade física, intelectual e moral do indivíduo de se inserir nas relações burguesas. Seria uma incapacidade inata de se adequarem aos requisitos próprios da sociabilidade capitalista, como concorrência, competitividade, produtividade, acumulação etc. Nessa concepção, dizem Kátia Lima e André Martins, “o desemprego e a pobreza são interpretados como infortúnios ou consequências da incapacidade individual e devem ser enfrentados por intermédio de valores morais positivos universalmente válidos e mecanismos relacionados à ajuda mútua” (Lima e Martins, 2005, p. 62).

Tais teorias, entretanto, inicialmente formuladas por Locke e Malthus, ganham uma repaginação na terceira via. Recuperando as principais formulações da teoria do capital humano, Giddens entende o indivíduo como um ser racional acumulador de ativos produtivos que lhe gerariam rendimentos futuros. Educação e técnicas de produção são ativos valiosos na geração de dividendos para os trabalhadores, que deveriam privilegiar a acumulação desses ativos nos seus portfólios de investimentos. A produção de riqueza, segundo a teoria do capital humano, restringe-se à capacidade individual de um trabalhador, que será mais produtivo quanto maior for seu nível de educação e de treinamento técnico. De acordo com Gaudêncio Frigotto,

A ideia-chave é de que, a um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, corresponde um acréscimo marginal de capacidade de produção. Ou seja, a ideia de capital humano é uma ‘quantidade’ ou um grau de educação e de qualificação tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas,

que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. Desta suposição deriva-se que o investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações quanto no plano da mobilidade individual (Frigotto, 1996, p. 41).

Apesar do seu vínculo estreito com a teoria do capital humano, a terceira via não defende o isolamento total do indivíduo. A filosofia política dos Novos Tempos visa estimular a sua participação na esfera política e vê nela o aumento das chances de promoção da justiça social e do alívio à pobreza e das desigualdades sociais. Francis Fukuyama e Robert Putnam, por exemplo, defenderam nos últimos tempos a teoria do capital social.³⁵ Giddens surfa nesta onda. A teoria se assenta na tese de que os indivíduos deveriam se articular no nível das particularidades (das corporações) e organizar suas comunidades locais em torno de associações capazes de levar suas demandas até as autoridades governamentais, buscando soluções para os problemas locais e cotidianos através de políticas sociais de Estado focalizadas. Fala-se, assim, em desenvolvimento social sustentado, economia solidária, combate à pobreza e empoderamento dos indivíduos.

O novo individualismo

Os Novos Tempos trazidos pela globalização e pela economia do conhecimento tiveram profundos impactos sobre o indivíduo e sobre as relações sociais. As formulações neoliberais do receituário-ideal defendem um determinado comportamento ético do indivíduo no capitalismo. Este deveria ter uma conduta egoísta e autocentrada nos seus próprios interesses, e o Estado deveria resguardar, a qualquer preço, o contrato social que estabeleceria sua plena liberdade e o empreendedorismo econômico. O gozo dos

³⁵ Na década de 1990, as agências multilaterais de desenvolvimento e governança global incorporaram o conceito de capital social, uma variante neoclássica do conceito de capital humano. A respeito desta mudança, ver o livro *Ideologia do capital social*, de Vânia Motta (2012).

direitos naturais de liberdade dos indivíduos levaria ao bem-estar o conjunto da população. O egoísmo e o autointeresse seriam as molas propulsoras básicas da justiça social.

A terceira via, contudo, desenvolve uma percepção ligeiramente diferente sobre a ética do indivíduo. O novo individualismo, como chama Giddens, ao contrário do *homo economicus* marginalista, estimularia o desenvolvimento de uma nova ética para o indivíduo, voltado não somente para suas satisfações pessoais mais imediatas, mas também para a cooperação e a participação ativa nas comunidades e no mercado.

A partir desta ética cooperativa e colaborativa, o indivíduo social e moralmente responsável seria convocado a participar de forma plena e ativa da construção da boa sociedade gerada pelo pluralismo estrutural. A sua principal inserção no mundo da política seria através das organizações da sociedade civil, que, como apresentado, deveriam regular externamente as decisões do mercado e do Estado. O nível da atuação deste indivíduo competitivo, ético e cooperativo restringe-se – sem que isto seja um problema ou um entrave – às decisões da sua comunidade local. Tais decisões, contudo, teriam rebatimentos em outros âmbitos, como o regional, o nacional e, quiçá, o global.

O antigo *welfare state* tratou de forma ligeiramente permissiva os seus usuários, afirma Giddens. Os direitos sociais foram uma garantia legal dos cidadãos sem que o Estado exigisse uma contrapartida qualquer daqueles que usufruíam seus serviços. Isto teria gerado uma cultura de comodismo e preguiça entre os indivíduos, agora acostumados a ter serviços sociais sem um correspondente dever. Nos Novos Tempos, o indivíduo deveria ter responsabilidades frente ao Estado democrático e à sociedade em geral. Não seria mais possível o Estado fornecer uma vasta gama de serviços sociais sem exigir uma contrapartida dos cidadãos. Um exemplo de responsabilidade do indivíduo recorrentemente citado por Giddens (2001, p. 90-93) – e pelos neoliberais – diz respeito a sua condição de pobreza e de exclusão social.

O Estado democrático teria como uma de suas funções precípua o investimento no capital humano. Em parceria com o setor privado e a esfera pública não estatal, ele forneceria, por meio da educação, uma igualdade de oportunidades para todos os indivíduos, capacitando-os com os novos conhecimentos requeridos pela estrutura econômica globalizada e flexível da nova revolução tecnológica. Todos teriam acesso ao ativo educação e poderiam competir livre e equitativamente nos mercados de trabalho por um emprego e uma remuneração adequada. Caberia ao indivíduo, neste quadro de equidade social, ser moralmente responsável e buscar sua inserção no mundo da produção e prover seu próprio sustento, sem depender como um parasita do *welfare*, conforme o ideólogo do Novo Trabalhismo.

Na era do *workfare*, o indivíduo teria todas as condições de se sustentar e produzir sua própria subsistência sem a interferência direta do Estado, que, como vimos, faria a sua parte proporcionando a igualdade de oportunidades com a provisão da educação. “Igualdade e desigualdade giram em torno da realização pessoal”, anota Giddens (2001, p. 92). Isto quer dizer que o indivíduo que se encontrar excluído das relações de produção, do mercado de trabalho e estiver, em consequência, em uma situação de pobreza e exclusão social, deve debitar o seu fracasso única e exclusivamente de suas próprias (in)capacidades individuais, de sua inadaptação aos novos requisitos tecnológicos e organizacionais do capitalismo. A desigualdade social, portanto, não é entendida como uma expressão da “questão social” relacionada ao modo de produção capitalista e às lutas dos trabalhadores, mas sim como uma questão individual, advinda da natureza humana. Kátia Lima e André Martins fornecem um bom resumo do indivíduo pensado pela política da terceira via. Eis o que eles dizem:

Por suas características, é possível afirmar que essa concepção [da terceira via sobre o indivíduo] tem como objetivos práticos: (i) construir uma certa consciência política que não permita ao indivíduo compreender seu real pa-

pel sociopolítico-econômico no mundo a partir de sua posição nas relações de produção; (ii) induzir a percepção de que seus valores são gerados pela ‘própria capacidade suprema de se autogovernar’ e que é possível definir e realizar os próprios objetivos e metas, independentemente das condições concretas que o envolvam; (iii) orientar e estimular a possibilidade de associação a um outro indivíduo ou a pequenos grupos próximos para a participação em processos políticos mais simples. Pretende-se romper, dessa forma, com a apatia política e o isolamento e criar os pressupostos necessários a um tipo determinado de participação na vida social e política, sem que isso signifique incentivo a níveis mais elevados de consciência política e a senso de pertencimento a uma classe social (Lima e Martins, 2005, p. 61-62).

Alain Touraine e os novos movimentos sociais

De acordo com Alain Touraine, a era da modernidade teria começado nos primórdios do movimento renascentista e desabrochado com a razão iluminista, rompendo com a cosmologia religiosa que explicava as relações sociais a partir de uma ordem divina guiando os desígnios dos seres humanos. Segundo os princípios da modernidade, a ordem social seria fruto das relações humanas; a política, atividade de construção da boa sociedade, como pregavam os antigos gregos, não sofreria a interferência dos deuses do Olimpo: ela seria uma atividade dos homens livres da *pólis*. Este ideal da Grécia Antiga teria sido revivido, de certa forma, pela modernidade nas figuras do cidadão e do Estado nacional.

Na era moderna, o Estado, fruto do contrato social, garantiria os direitos naturais dos indivíduos (o direito à vida, à liberdade e à propriedade privada), mas tais direitos civis, afirma Touraine, não assegurariam uma sociedade igualitária. As sociedades modernas, apesar da evolução histórica, ainda conservariam elementos arcaicos de sociedades marcadas por hierarquias, privilégios, desigualdades e opressões. Daí surgirem, na esteira da modernidade, duas concepções democráticas – liberal e revolucionária – que visam,

cada uma a sua maneira, abolir tais imperfeições e tornar completo o projeto moderno.

A democracia liberal sustentaria o juízo de que o poder político, representado pela figura do Estado, deveria ser limitado nas suas funções e no seu alcance, não interferindo na vida privada dos indivíduos e dos empreendedores mercantis. No limite da atuação da sociedade política (o Estado), regulada pelas leis, estaria a garantia dos direitos civis. Em outras palavras, as livres forças do mercado não deveriam sofrer interferência ou regulação dos aparelhos estatais, pois, como defendem os liberais, os interesses privados dos indivíduos, guiados pela mão invisível do mercado, levariam espontaneamente ao bem-estar coletivo e à harmonia social.

Segundo Touraine (1998, p. 29), os liberais acreditariam que o desenvolvimento natural da sociedade a tornaria mais complexa e diversificada do ponto de vista dos interesses e compromissos. A consequência desta complexidade seria o aumento das incertezas e dos conflitos, ocasionando perdas econômicas e sociais. A regulação anárquica proporcionada pela livre interação dos agentes econômicos no mercado pode reduzir o alto grau de incerteza de uma sociedade moderna. Nenhum outro tipo de intervenção mais direta poderia reduzi-lo. Em outros termos, o mercado seria a única forma de interação social capaz de diminuir a tendência à desagregação do todo e, conseqüentemente, de aumentar a coesão social. Neste caso, o mercado seria a forma mais democrática de interatividade humana capaz de destruir as sociedades baseadas nos privilégios, nas hierarquias e nos favorecimentos pessoais, e de instaurar uma sociedade de indivíduos livres e formalmente iguais.

A segunda concepção democrática gestada na modernidade foi a revolucionária. As práticas políticas da democracia revolucionária seriam guiadas pela noção de uma filosofia da história, que conceberia a história de forma evolucionista, progressista. No passado (e também no presente), as massas populares teriam vivido

sob o jugo da exploração, da alienação e da opressão. Mas tudo isto poderia mudar a partir da intervenção direta e ativa de uma elite revolucionária capaz tanto de teorizar sobre o atual estado de coisas, traçando as leis de movimento do sistema social, quanto agitando, educando e organizando politicamente as massas para o assalto ao poder. A revolução poderia superar a pré-história da humanidade e instaurar o reino da liberdade. A principal inspiração seria a construção de uma sociedade igualitária e libertária, com indivíduos homogêneos governados por um espírito universalista que tenderia a mascarar (e oprimir) particularidades (étnicas, raciais, de gênero etc.) e singularidades.

Na democracia revolucionária, seria forte a presença da noção de que as massas populares deveriam participar dos processos políticos de tomada do poder, ocasionando uma transformação radical nas estruturas vigentes. Touraine, todavia, ressalta que o papel reservado pelas vanguardas revolucionárias às massas populares seria secundário, de coadjuvante na condução desses processos. O protagonismo da construção da sociedade livre ficaria a cargo das lideranças do partido de corte leninista, com o povo atuando como massa de manobra. O resultado final seria o autoritarismo dos governos comunistas.

A política voluntarista da democracia revolucionária criaria uma sociedade política tão poderosa e inchada que acabaria por sufocar o livre florescimento de uma sociedade civil autônoma. Esta se tornaria subordinada e dependente do partido político burocratizado, de um Estado totalitário e da ditadura do proletariado, o que impediria o surgimento de novos atores sociais. Como conclui Touraine sobre a concepção da democracia revolucionária,

(...) observamos apenas que, quanto mais um poder político domina um movimento social, tanto menos oportunidades existem de se criar uma sociedade democrática, e prevalece a tendência para o surgimento de um poder absoluto que se declara o único capaz de estabelecer o reino da igual-

dade, ou seja, de reduzir ou de abolir as desigualdades sociais, substituindo todas as formas diversificadas de dominação social pela igualdade de todos mediante sua submissão a um poder absoluto (Touraine, 1998, p. 23).

A democracia liberal surgiu como uma ideologia de combate ao antigo regime, o feudal. Já a democracia revolucionária apareceu depois, justamente como uma reação à ordem burguesa estabelecida pela política dos liberais. São duas concepções essencialmente antagônicas, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista ideológico. Mas, segundo Touraine, estas duas concepções democráticas teriam pontos em comum que devem ser observados, pois seriam de ideologias e práticas políticas pertencentes ao mesmo período histórico (a modernidade).

As concepções democráticas liberal e revolucionária partiriam de noções como o progresso, as esperanças históricas e o fim da história. Ambas acreditariam que suas práticas e ideologias combateriam uma ordem de privilégios e injustiças e instaurariam, por meio da revolução – burguesa e socialista, respectivamente – uma ordem de igualdade e liberdade. O progresso, assim, é tido como resultado da ação consciente dos indivíduos: enquanto os liberais falariam na livre iniciativa dos empreendedores, os revolucionários falariam da tomada de assalto ao poder. Estas formas de atuação política de liberais e revolucionários comportariam os germes da subordinação do social a uma vontade externa a ele. Os liberais subordinariam o social por meio da imposição da racionalidade econômica da acumulação. Já os comunistas, por acreditarem que uma elite vanguardista poderia conduzir as massas no processo revolucionário, impediriam o desenvolvimento autônomo da ação política de atores sociais. A realidade teria provado que a ditadura do proletariado sufocou a livre expressão dos trabalhadores, e nenhum novo movimento social surgiu nos regimes comunistas.

Desta forma, as concepções democráticas modernas eliminariam o papel protagonista dos atores sociais. Esta é a principal

crítica de Touraine às duas concepções: ambas subordinariam os movimentos sociais a vontades alheias aos seus desejos, interesses e mesmo identidades culturais. Nos dois casos, os indivíduos seriam alienados e governados por forças externas: o mercado e o Estado. O que deveria ser democrático e libertador teria se tornado despótico e totalitário, tirano e opressor.

Nos dois casos, uma visão global e não social impõe sua lógica a uma ordem social que se define de maneira puramente negativa pela exploração ou pela tradição: a visão que elimina a ideia de ator social. Qualquer que seja a racionalidade, a do mercado ou a do príncipe, ela quer se impor a uma organização social definida somente pela irracionalidade dos atores que procuram se proteger, conservar hábitos, vantagens adquiridas, privilégios, canais de influência (Touraine, 1998, p. 33).

A democracia cultural dos novos movimentos sociais

As mudanças na estrutura econômica do capitalismo foram tão significativas nos últimos 30 anos que autorizariam a tese da superação da sociedade industrial pela sociedade da informação (Touraine, 1999, p. 17-18). Neste novo arranjo social, a informação percorreria os territórios econômicos em tempo real e as empresas tornariam-se o principal espaço da inovação tecnológica. O mapa da divisão internacional do trabalho ganharia uma nova configuração com a constituição das redes produtivas das transnacionais, que transferem plantas manufatureiras para a periferia e mantêm, no centro, seus escritórios de concepção de produtos, finanças, *marketing*, propaganda etc.

No plano político, o Estado dirigente, centralizador, com forte intervenção na base estrutural a partir do planejamento econômico, daria lugar a uma concepção original de atuação estatal, que teria como missão precípua garantir a liberdade individual dos agentes, deixando as livres forças do mercado atuarem segundo seus desígnios pessoais. Ainda no campo da política, o conflito

entre empregadores e assalariados já não ocuparia mais um papel central na luta de classes, e os termos socialismo e comunismo ou teriam perdido o sentido ou ganhariam diferentes significados em relação aos do passado. Desde 1979, ou seja, dez anos antes da queda do muro de Berlim, Touraine desenvolvia o argumento de que o movimento socialista exercia de forma autoritária o poder e criava barreiras intransponíveis para a democratização da vida social, e por isso a tradição socialista deveria passar por uma profunda reformulação e revisionismo das suas teorias e práticas, apontando em direção ao surgimento inovador dos novos movimentos sociais (Touraine, 1988).

O mercado ganharia preponderância, enquanto instância reguladora das atividades sociais dos seres humanos, sobre o Estado edificado nos 30 Anos Gloriosos. Os resultados não foram nada gratificantes, pelo menos do ponto de vista social. Se antes, com o Estado de bem-estar, a política teria logrado dominar a economia, hoje, o capital financeiro teria rompido com as amarras da política e passado a subordiná-la segundo os ditames do lucro imediato. Assim, seria preciso romper com o pensamento único e reverter a agenda política, recolocando-a sob novos termos que não os ditados pelo capital financeiro, como equilíbrio orçamentário e moedas fortes. Já teria se iniciado, segundo sua avaliação, a era do degelo do liberalismo. A partir de uma ação política que não cederia perante a força do capital financeiro, a agenda dos debates públicos poderia girar em torno de temas como produção,³⁶ distribuição de renda, gastos sociais, afirmação da diversidade e fim das fraturas sociais.

³⁶ Touraine não compartilha das teses sobre o fim do trabalho. Fala na prioridade que as políticas sociais devem dar ao problema do trabalho e do emprego, assinalando que “o objetivo central deve ser combinar a flexibilidade cada vez maior das empresas com a defesa do trabalho, que não deve ser considerado somente como uma mercadoria” (1999, p. 129).

Em relação ao mercado e à nova economia, Touraine adota uma posição típica do social-liberalismo. Em primeiro lugar, defende que a modernização econômica teria chegado para ficar e o mercado deveria ser reconhecido por todos como um mecanismo eficaz de produção de riquezas; no entanto, sem uma regulação adequada, ele produziria imensas desigualdades. Por essas consequências, o autor defende o controle social da economia. Não seria possível pensar em uma economia capitalista livre de qualquer constrangimento externo, pois os efeitos deletérios de tal posição política seriam quase insuportáveis pelas camadas mais frágeis da sociedade.

Existiria uma enorme diferença entre libertar a economia das intervenções dos tecnocratas de um Estado pesado e ineficiente e o ideal da autorregulação do capitalismo. O desafio seria combinar o realismo econômico com a formulação de grandes projetos de combate à exclusão social, que resulta das atuais configurações financeiras do capitalismo. A esquerda moderna exigida para os novos tempos deveria ter um programa político que contemplasse a modernização econômica com valores e práticas de justiça social e solidariedade. Touraine (1999, p. 110) escreve que

Deve-se concluir que convém deixar o mercado alocar os recursos? Certamente que não. Mas não é de mais Estado ou de mais mercado que precisamos, mas sim de menos Estado e menos mercado, e de mais iniciativas, negociações, projetos, conflitos propriamente sociais, por meio dos quais construir-se-ão as relações indispensáveis (e constantemente mutáveis) entre as obrigações e as possibilidades da economia e as demandas ou as resistências dos atores sociais.

Trata-se, enfim, não de condenar as mudanças ocorridas na base estrutural, com o desenvolvimento e avanço das tecnologias da informação, nem mesmo o mercado, mas uma determinada forma de organização contemporânea do capitalismo, o capitalismo financeiro global. Dentro do social-liberalismo, Touraine é o intelectual mais crítico ao capital financeiro contemporâneo. O livre fluxo dos capitais especulativos ao redor do globo seria diretamente responsável

pela desestabilização das economias nacionais e das suas bancarrotas financeiras e desastres sociais, como o ocorrido no Sudeste Asiático, na Rússia e na América Latina. Caberia aos Estados nacionais defenderem-se desta especulação global com o controle de capitais, pensamento que vem ganhando corpo entre economistas liberais como James Galbraith, Joseph Stiglitz e Paul Krugman, e até mesmo o FMI.

Os defensores do livre mercado ficaram cada vez mais isolados nos cenários políticos e ideológicos. As crises financeiras constantes e seus efeitos socioeconômicos degradantes teriam obrigado os defensores da globalização financeira a renunciarem suas posições anacrônicas e revê-las, ao ponto de advogarem a maior intervenção do Estado em algumas áreas da economia e da sociedade. É justamente neste período que surgem o social-liberalismo e a terceira via (Touraine, 1999, p. 124).

O sociólogo francês, todavia, não se mostra muito simpático a estas correntes políticas. Após uma brevíssima descrição da terceira via – qualificada como uma política de centro-direita – e do anúncio da morte do comunismo, da inviabilidade do liberalismo voluntarista e do esgotamento da social-democracia corporativa, Touraine propõe a via $2^{1/2}$ como saída para os impasses da sociedade da informação; esta seria uma alternativa entre a antiga social-democracia e a terceira via de Blair e Giddens. O que diferenciaria a proposta de Touraine (1999, p. 124-127) seria que ela se posicionaria no centro-esquerda e teria como prioridade a inclusão social dos marginalizados por meio do crescimento econômico e das políticas sociais de promoção e geração de emprego e renda, enquanto a terceira via insistiria nas políticas de capacitação e empoderamento dos indivíduos.

Os novos movimentos sociais, os direitos culturais e a luta pela diversidade

As novas configurações do capitalismo e os erros do passado cometidos pelos liberais e pelos revolucionários levariam a uma

revisão das antigas concepções de democracia. Estas deveriam ser superadas se os dominados não quisessem permanecer na sua condição de oprimidos. Haveria chegado o momento de abandoná-las e de construir uma democracia não mais calcada nos ideais de progresso, razão e história, mas sim na política dos atores sociais.

Alain Touraine busca, com a via 2^{1/2}, uma alternativa ideológica e política entre o liberalismo e a extrema esquerda para os problemas sociais provocados pela globalização e a dominação do capital financeiro. Ele entende que ambos estariam esgotados e não poderiam chegar a bom termo no tocante à realização da liberdade e da igualdade. A questão é como promovê-la, e para isto aponta para uma esquerda social, ou o que se poderia chamar uma terceira concepção democrática, a democracia cultural dos novos movimentos sociais (ecologia, feminismo, imigrantes, desempregados, sem-documentos, sem-moradia, homossexuais portadores do vírus HIV etc.).

Antes de apresentar seu posicionamento frente à última ofensiva capitalista, Touraine descreve uma síntese do cenário francês, ressaltando três de suas correntes mais influentes. Primeiro os liberais, que teriam desenvolvido uma visão apologética da globalização, tida como inevitável no curso natural das atividades humanas. O mercado, na compreensão dos liberais mais ortodoxos, não deveria sofrer qualquer tipo de constrangimento à sua lógica intrínseca, pois, caso isto ocorresse, o desenvolvimento econômico seria abortado antes mesmo de ser concebido pela livre interação dos agentes, prejudicando o bem-estar coletivo. No lado oposto aos liberais, posiciona-se a extrema esquerda, também chamada de “rupturistas totalitários”; esta se limitaria a denunciar as estruturas de exploração e dominação de povos e classes sociais sem nunca fornecer uma teoria capaz de emancipar os atores sociais. Ao contrário, acreditaria que somente seus intelectuais poderiam fornecer uma teoria geral e racional da história e, consequente-

mente, respostas adequadas aos problemas sociais do presente, supostamente atuando responsável e eficazmente e produzindo as transformações sociais necessárias à melhoria das condições de vida dos excluídos. A terceira posição na França seria o republicanismo, que pregaria uma defesa intransigente, “quase fundamentalista”, das instituições derivadas do período do Estado providencialista, lutando pela conservação dos direitos sociais conquistados nas lutas do movimento operário na época do fordismo-keynesianismo. Se, no passado, a posição republicana identificou-se com os valores da igualdade e da solidariedade, hoje, a defesa das instituições estatais criaria uma dualidade entre os incluídos e os excluídos.

Liberais, republicanos e rupturistas totalitários, apesar das divergências, não acreditariam na possibilidade da emergência de novos atores sociais capazes de não só entenderem as atuais estruturas de dominação e exploração do capitalismo, mas também de atuar, de forma consciente e autônoma, contra os efeitos deletérios do capital financeiro. Seria como se um pessimismo de alto grau tomasse conta de todos e provocasse sua imobilização enquanto agentes da mudança, tornando-os incapazes de se reinventarem politicamente para lutar – primeiro contra o sistema estabelecido, depois na formulação de propostas focadas nos direitos culturais.

Diante do exposto, deduz-se que nenhuma das três posições citadas seria satisfatória para gerar o bem-estar social. Todas estariam olhando para o passado (em uma visão tipicamente retrógrada ou romântica) ou para cima (em uma visão elitista), nunca para um futuro construído pela luta libertária e inovadora dos excluídos. Deveria-se, desta forma,

(...) substituir uma lógica de ordem e da desordem por uma lógica da ação social e política e de mostrar que, entre uma ordem institucional puramente defensiva e revoltas que seriam exclusivamente contestatórias, existe, e deve ser reconhecido e reanimado, um espaço público que combina os conflitos sociais e a vontade de integração (Touraine, 1999, p. 9).

O seu argumento central gira em torno de que a globalização e o poder do capital financeiro não seriam processos naturais, e que suas consequências não incapacitariam novos atores sociais de lutarem contra os malefícios trazidos pelo capitalismo global. Em sua visão, a globalização, antes de tudo um mito sem fundamento teórico, não seria onipotente nem subjugaria definitivamente os dominados à lógica do capital financeiro, que produz a exclusão social, o racismo, o sexismo, a xenofobia e várias outras formas de opressão. A questão seria saber como – e com quem – superar o liberalismo. De acordo com os apontamentos de Touraine, não se superaria o atual estágio do capitalismo a partir da reafirmação da identidade nacional, da defesa do Estado tecnocrático e burocrático, do corporativismo das categorias profissionais com direitos sociais adquiridos, nem com a eclosão da revolução socialista; os sujeitos passariam longe daqueles que atuassem de maneira antiquada e arcaica, como seria o caso do movimento operário tradicional.

Touraine (1998, p. 38) decreta o fim da liberdade dos antigos, que se baseou no ideal de uma moral do dever público e em uma política progressista. No seu lugar, surgiu a liberdade dos modernos, fundada na moral privada do indivíduo. Com isto, morreram os deuses da Razão e da *pólis*, dando lugar ao nascimento do indivíduo, do sujeito pessoal, que se tornaria o responsável pelo desenrolar das tramas políticas. Sua resistência à exploração, à dominação e à opressão, e seus desejos por igualdade, liberdade e pelo reconhecimento das diferenças culturais seriam, agora, as molas propulsoras das lutas sociais. Os indivíduos, assim, deveriam ser reconhecidos como os protagonistas da política.

A terceira concepção democrática proposta por Touraine – a democracia cultural dos novos movimentos sociais – baseia-se no reconhecimento do papel central dos atores sociais no reino da política, algo que seria desconsiderado e descartado nas duas concepções de democracia da era moderna. Os sujeitos sociais deveriam,

a partir de suas identidades culturais e experiências de vida e de trabalho, ter o direito reconhecido e concretamente efetivado de participar simultaneamente dos mercados econômicos globalizados e do mundo da cultura. Com sua “vontade de individuação”, o ator social se voltaria, primeiramente, para a defesa de suas liberdades individuais e, em um segundo momento, fortalecido pela afirmação de suas identidades culturais, atuaria no espaço público da *Ágora*, o mundo da cultura livremente conquistado pela ação política dos novos movimentos sociais.

Para a saída do liberalismo seria preciso uma agenda propositiva que fosse além do simples denunciamento e das antigas práticas de luta política. Em vez de o centro das disputas girar em torno da repartição igualitária da riqueza, o autor sugere um desvio para a luta de afirmação da diversidade da vida privada em uma sociedade cada vez mais multicultural, dos direitos culturais e dos direitos pessoais a partir de políticas de discriminação positiva, ou, como chamam os estadunidenses, ações afirmativas, ou mais simplesmente, de equidade (Touraine, 1999, p. 42).

As lutas dos novos movimentos sociais são centradas na apropriação coletiva dos bens culturais, pela conquista de direitos culturais e no reconhecimento da diversidade e das diferenças. O principal mecanismo de dominação não seria mais o de classe. O que ameaçaria a coesão social e a existência dos atores sociais seriam o funcionamento impessoal do mercado e o poder dos dirigentes comunitários. “Trata-se então de proteger as liberdades e a segurança pessoais, e, acima de tudo, o direito de cada um conservar ou adquirir o controle sobre a própria existência” (Touraine, 1998, p. 48).

A concepção de democracia cultural dos novos movimentos sociais também traria consigo obstáculos à promoção da plena integração social dos indivíduos. As identidades comunitárias e culturais correriam o risco de se fecharem sobre si e, em vez de promoverem a integração e a comunicação entre os diferentes grupos,

fortaleceriam os guetos, a xenofobia e a segregação existente no mundo dominado pelo livre mercado. De certa forma, no modelo social proposto pelo multiculturalismo, o diálogo entre as diferentes culturas e comunidades se encerraria antes mesmo de começar, e parece não haver possibilidades concretas de abertura de canais de intercâmbio entre aquelas distintas manifestações sociais. Seria aqui que residiria um dos papéis centrais da política dos atores sociais: o estabelecimento de uma rede de comunicação entre os diferentes indivíduos e grupos sociais, e a luta por tolerância, reconhecimento do outro e livre diálogo. Daí Touraine (1998, p. 63) tecer críticas ao multiculturalismo.

Nos tempos atuais, o princípio da igualdade não seria mais alcançado por meio das lutas contra a dominação classista, ou contra a exploração capitalista. A igualdade seria construída a partir do desejo de diferenciação, de individuação dos sujeitos pessoais, que deveriam se tornar atores do seu próprio destino. Esta luta não envolveria mais princípios universalistas, classistas, mas sim singulares, particulares, de afirmação de identidades culturais e do relacionamento harmônico e franco entre diferentes culturas. As diferenças individuais deveriam ser reconhecidas e elevadas a primeiro plano para patrocinar a eliminação das desigualdades do atual sistema social.

A sociologia clássica – Marx, Durkheim, Weber, Simmel e outros – procurou entender o funcionamento e as tendências dos sistemas sociais. Na opinião de Touraine, a crescente autonomia da economia frente às outras esferas sociais produziria o que Durkheim chamou de anomia social, esfacelando a sociedade e tornando cada vez mais difícil falar sobre o todo. Daí a proposta do autor para a sociologia abandonar os seus referenciais macroscópicos, as grandes metanarrativas – fazendo coro com Lyotard –, e se voltar para os sujeitos pessoais, para os indivíduos e suas lutas por igualdade de oportunidades e respeito à diversidade. A referência da nova sociologia proposta seria o indivíduo e suas identidades

e manifestações culturais; indivíduos estes singulares ou particulares (Touraine, 1998, p. 108-109). Neste exato sentido, Pierre Rosanvallon (1998, p. 158-159) sugere, diante da fragmentação do real em estilhaços microscópicos, o uso e valorização de estudos monográficos e biográficos (isto é, das trajetórias individuais), em vez do estudo das classes e suas identidades coletivas.

É necessário sublinhar que Touraine não retrocede a um individualismo liberal extremado, que afirma o indivíduo como uma mônada descolada de todo o ser social. Segundo o autor, o indivíduo contemporâneo deveria conjugar ideais de solidariedade, de pertencimento e de reconhecimento das suas identidades dentro de um padrão social multicultural, pelo qual a diferença individual geraria a igualdade social.

A concepção democrática de Touraine visa achar o sentido prático da ação libertadora dos novos movimentos sociais, que não seria mais guiada por princípios universais, abstratos e transcendentais aos indivíduos (Touraine, 1998, p. 74). As políticas liberal e revolucionária, com o desenrolar da história, teriam se tornado caducas, anacrônicas, autoritárias e elitistas. O conteúdo social das lutas políticas dos dominados não deveria ser procurado para além dos indivíduos, mas na sua atuação cotidiana, nos seus afetos, desejos e emoções. Os atores sociais conciliariam seus comportamentos individuais na esfera da economia modernizada (com sua racionalidade instrumental) e na esfera da cultura (com suas identidades e tradições), objetivando lutar contra a dominação. Conjugando igualdade e diversidade, poderia se acabar com as injustiças, preconceitos e opressões. Este seria o principal objetivo da democracia cultural dos novos movimentos sociais.

Joseph Stiglitz e a nova agenda do desenvolvimento

Formulador de modelos matemáticos aplicados à economia, Joseph Stiglitz foi professor de influentes centros de ensino e pes-

quisa nos Estados Unidos, como Yale, Princeton e Stanford. Sua carreira acadêmica começou com a graduação em Economia nos tumultuados anos 1960, em meio aos movimentos pacifistas e dos direitos civis. A agitação de Maio de 68 marcou o jovem estudante, incutindo-lhe uma alta dose de idealismo político. “Queria, supunho, mudar o mundo, mas não sabia ao certo de que maneira; sendo acadêmico, eu precisava primeiro entender melhor o mundo” (Stiglitz, 2003, p. 9). Após anos de magistério, largou momentaneamente a vida acadêmica e mergulhou na política, tendo sido presidente do Conselho de Assessores Econômicos do governo Bill Clinton (1993-1997) e economista-chefe e vice-presidente sênior do Banco Mundial (1997-2000). O sonho juvenil de mudar o mundo ganhou asas em cargos ligados ao imperialismo estadunidense.

Depois da sua passagem pela política, Stiglitz retornou à academia como professor da Universidade de Columbia, mas não deixou de intervir nos debates sobre globalização e desenvolvimento, lançando livros em mais de 20 idiomas, publicando artigos de opinião em jornais do mundo inteiro e participando de fóruns de discussão com estadistas, empresários, intelectuais e ativistas. Em 2001 ganhou o Nobel de Economia por seus estudos sobre falhas de mercado e informações assimétricas.

Todas as controvérsias nas quais Stiglitz se envolveu se desenrolam no campo do *mainstream* do pensamento econômico. Ele não cita, nem muito menos comenta, nada a respeito de qualquer corrente teórica estruturalista ou marxista sobre o desenvolvimento. Conceitos como subdesenvolvimento, dependência e imperialismo não figuram em suas considerações. A larga bibliografia das correntes alternativas ao *mainstream* é solenemente ignorada.

Sua formação intelectual desenrolou-se nos marcos da economia neoclássica. As vertentes mais ortodoxas desta escola defendem os princípios da livre concorrência, da livre circulação das informações e da perfectibilidade do mercado, inclusive na promoção

do bem-estar social. Desde a revolução marginalista, que se deu no final do século XIX, a ciência econômica abandonou o instrumental analítico da Economia Política clássica, que se baseava na teoria do valor-trabalho e na análise da produção, da distribuição e da acumulação do valor entre as classes sociais. Em lugar do instrumental clássico, ganhou destaque a teoria da utilidade marginal, na qual a busca individual e egoísta dos interesses dos agentes levaria a uma situação ótima de eficiência econômica, em que todos os fatores estariam empregados, gerando os mais altos níveis de renda de acordo com a produtividade do agente. Uma das mais importantes expressões contemporâneas desta corrente é o modelo matemático de Kenneth Arrow e Gerard Debreu, também ganhadores do prêmio Nobel de Economia. O objetivo do modelo Arrow/Debreu é dar consistência matemática ao famoso argumento smithiano da mão invisível e explicar com maior rigor científico a alocação de recursos por meio dos mecanismos de mercado. Conforme escreve Stiglitz,

Eles [Arrow e Debreu] definiram as condições ideais dentro das quais Smith tinha razão, mas também identificaram as numerosas instâncias de falhas do mercado nas quais ele não estava correto – quando, por exemplo, há externalidades (como a poluição) em que as ações de um indivíduo causam efeitos nos outros pelas quais eles não são compensados. Meu trabalho fez acréscimos à lista de situações em que falhas do mercado levam à ineficiência – em que as informações são imperfeitas e/ou assimétricas (isto é, quando alguns indivíduos sabem alguma coisa que os outros desconhecem) (Stiglitz, 2007a, p. 447, nota 3).

As formulações de Arrow e Debreu abriram uma fissura no edifício neoclássico. A partir desta brecha, foi criado o novo-keynesianismo, considerado por muitos como o novo-monetarismo. Tal escola desenvolve uma agenda de pesquisa que se pretende alternativa aos cânones da teoria econômica, verificando a existência de falhas de mercado e de assimetria de informações. Segundo

Stiglitz, tais premissas dariam uma perspectiva mais realista aos modelos teórico-analíticos e uma base consistente para a tomada de decisão dos governos no gerenciamento das crises, nas políticas de desenvolvimento e na arquitetura de uma nova ordem mundial.

O objetivo principal desse autor é participar da batalha das ideias e influenciar os rumos da globalização e do desenvolvimento capitalista a partir da ideologia do social-liberalismo. No passado, três escolas de pensamento lutaram pela hegemonia no debate sobre o desenvolvimento: o livre mercado, o planejamento centralizador do socialismo e a economia mista capitalista. No presente, a crise do neoliberalismo do final de 1990 teria aberto espaço para uma via alternativa e intermediária entre os defensores do livre mercado e do planejamento centralizador. O debate sobre o desenvolvimento teria ficado restrito, portanto, a duas escolas de pensamento: os que defendem o livre mercado e os que defendem um equilíbrio entre governo e mercado, sendo que existiriam pontos de interseção entre elas (Stiglitz, 2007a, p. 93). Com a queda do Muro de Berlim, a ideologia socialista teria desaparecido por completo.

Na luta pela hegemonia dos rumos do desenvolvimento capitalista, pela conquista de corações e mentes – expressão frequentemente usada na sua obra e que remete à retórica dos governantes estadunidenses na Guerra do Vietnã –, Stiglitz posiciona-se no campo de uma terceira via como saída reformista-restauradora para os problemas gerados pela globalização capitalista. Conforme escreve,

(...) trata-se de uma visão situada em algum lugar entre aqueles que querem um papel dominante para o governo na economia e aqueles que defendem um papel minimalista; mas que também está entre os críticos que consideram o capitalismo um sistema podre até o âmago e aqueles que veem a economia de mercado como imaculada, uma invenção milagrosa do homem que traz prosperidade sem precedentes para todos. Considero o mercado um instrumento poderoso para fazer o bem, mas que não somente

não tem exercido seu potencial como, no processo, tem deixado alguns para trás e outros em situação pior (Stiglitz, 2003, p. 292).

O posicionamento ideológico de Stiglitz (2007a, p. 447, nota 2) está relacionado com a gestão Clinton nos Estados Unidos e a opção democrata pela terceira via. Depois de anos de hegemonia do receituário-ideal neoliberal com os governos republicanos de Ronald Reagan e Bush pai, Bill Clinton assumiu a presidência defendendo uma revisão da política econômica e de combate às crescentes desigualdades, inclusive com a reconstrução de sistemas estatais de proteção social. No plano ideológico, “o desafio era (...) explicar o que havia de errado na ideologia conservadora e apresentar uma visão alternativa. Mas, em vez de atacar as premissas e a ideologia, nós aceitamos os termos do debate da maneira como eles haviam sido concebidos” (Stiglitz, 2003, p. 297). Desta forma, a terceira via estadunidense ficou presa à agenda conservadora do neoliberalismo, restringindo o horizonte intelectual da sua ideologia. A antítese abdicou de fazer uma crítica profunda da tese, limitando-se às fronteiras do programa adversário.

Bill Clinton conviveu no interior da sua administração com um conflito permanente entre forças adversárias: de um lado, seus assessores diretos lutando pela implementação da agenda reformista-restauradora da terceira via; do outro, os defensores da ideologia do livre mercado e da supremacia das finanças. A correlação de forças construída pelos novos democratas não foi suficiente para romper com o poder de *Wall Street*, que continuou a dar as cartas da política econômica. Restou, então, gerenciar a economia nacional a partir de uma política ortodoxa de controle fiscal.

O livro *The agenda* (1994), de Bob Woodward, descreve, em termos vívidos, como a redução do déficit se deslocou para a frente e para o centro da agenda de Bill Clinton. Não foi essa a plataforma com a qual Clinton fora eleito, mas ele foi persuadido de que, sem a redução do déficit, os mercados financeiros o puniriam, e sem o suporte das Finanças ele não

poderia concluir o restante de sua agenda. Tudo o mais foi posto em banho-maria – grande parte da agenda nunca foi concluída (Stiglitz, 2003, p. 13).

O inesperado, todavia, aconteceu. O *boom* advindo das inovações tecnológicas da Nova Economia proporcionou um salto de produtividade na economia nacional. Com a onda de crescimento econômico – baseada também em roubos, manipulações contábeis e a bolha especulativa das ações do índice Nasdaq –, o governo Clinton obteve recursos extraordinários que foram direcionados para programas sociais, cumprindo certos objetivos da terceira via. Entre erros e acertos, o saldo final do governo Clinton teria sido positivo.

O desejo de Stiglitz em participar ativamente da política é com o intuito de “(...) incentivar mudanças na maneira como a globalização é gerida – mudanças que são inevitáveis – na direção certa e a acelerar o ritmo das reformas” (Stiglitz, 2007a, p. 38). Deste ponto de vista, o autor assume uma postura ideológica na qual teoria e política andam de mãos dadas. A sua produção recente tem um caráter de intervenção no debate público. Dificilmente encontram-se passagens áridas e exaustivas de teoria econômica. Quando faz referências a seus marcos teóricos, usa uma linguagem acessível ao grande público, ou então remete o leitor a uma nota de rodapé.

Ao longo de seus livros e artigos, o tema do intelectual e da ideologia tem uma presença significativa. Em alguns trechos, ciência e ideologia são tratadas, em uma chave positivista, como antitéticas: enquanto a primeira relaciona-se com a descoberta da verdade e a verificabilidade e refutabilidade das hipóteses teóricas apresentadas, a segunda é tida como uma questão de fé, uma maneira distorcida de compreender a realidade. Segundo ele, os intelectuais deveriam se manter como uma comunidade autônoma e isenta de influências políticas de grupos particulares de interesses. Quando a política invade o espaço científico, os intelectuais deveriam se lamentar por perder a sua autonomia plena, ficando impedidos de elaborar uma visão límpida sobre a realidade, como

se a teoria fosse conspurcada e perdesse a sua pureza. “Acho que é importante observar os problemas de maneira desapaixonada, deixando a ideologia de lado e analisando as evidências antes de tomar uma decisão a respeito da melhor maneira de agir” (Stiglitz, 2002, p. 12).

Nas universidades, “a comunidade científica sempre desconheceu fronteiras e nunca reconheceu qualquer autoridade” (Stiglitz, 2003, p. 18). No Estado, de acordo com a sua experiência no Conselho econômico presidencial, os membros (deste Conselho) teriam “(...) uma liberdade que não é concedida a outras agências do governo, que estão constantemente sujeitas à pressão de um ou outro grupo de interesse” (Stiglitz, 2003, p. 17). Ele próprio construiu a autoilusão de ser um intelectual independente – que seguiria as suas próprias convicções baseadas em décadas de estudo da teoria econômica dominante – e imparcial, apresentando o debate da forma mais transparente possível (Stiglitz, 2007a, p. 49). Com isto, construiu uma imagem idealizada e ingênua do intelectual desvinculado de condicionamentos sociais, concedendo-lhe uma autonomia absoluta frente às lutas de classe.

De todo modo, o economista novo-keynesiano assumiu um posicionamento na batalha das ideias e no terreno da política governamental e das instituições financeiras internacionais a partir da sua concepção do mundo, criticando a globalização capitalista conduzida sob os auspícios do fundamentalismo de mercado.

As críticas à globalização

As transformações operadas nos últimos 40 anos na economia mundial são chamadas pelo nome genérico de globalização. Nos seus livros, o termo é superficialmente definido como “a remoção das barreiras ao livre comércio e a maior integração das economias nacionais” (Stiglitz, 2002, p. 10) ou, então, de uma forma um pouco mais extensa – mas não menos inconsistente –, como “a

integração mais estreita dos países e dos povos do mundo que tem sido ocasionada pela enorme redução de custos de transporte e de comunicações e a derrubada de barreiras artificiais aos fluxos de produtos, serviços, capital, conhecimento e (em menor escala) de pessoas através de fronteiras” (Stiglitz, 2002, p. 36).

Sem definir conceitualmente o que seria o termo, Stiglitz parte do pressuposto de que a globalização poderia ser um processo economicamente benéfico para todos os países e seres humanos, “com *potencial* de enriquecer todas as pessoas do mundo, em especial as menos favorecidas” (Stiglitz, 2002, p. 10 – grifo original). Diante dos resultados nas últimas décadas, constataria-se que o desenvolvimento econômico na era da globalização seria possível e desejável, desde que boas políticas fossem aplicadas.

A lição de sucesso de integração à economia globalizada deveria ser aprendida com os países do Leste Asiático, que, apesar do *tsunami* financeiro dos anos 1997-1998, apresentaram bons resultados econômicos e sociais por não terem se submetido subservientemente ao receituário do FMI. No impresso *Globalização: como dar certo*, o objetivo do ex-economista chefe do Banco Mundial é “(...) mostrar como a globalização, gerida de forma adequada, como foi no desenvolvimento bem-sucedido de boa parte do Leste Asiático, pode fazer muito para beneficiar tanto os países em desenvolvimento como os desenvolvidos” (Stiglitz, 2007a, p. 47).

Outros tipos de capitalismo também certificariam que uma economia de mercado bem dirigida pelo governo poderia conjugar eficiência e equidade com sucesso. Para Stiglitz, uma boa gestão política teria a possibilidade de eliminar o *trade-off* defendido pelos marginalistas conservadores entre competitividade e justiça social. A Suécia é apontada como um dos casos de êxito na promoção do bem-estar social dentro de uma sociedade capitalista (Stiglitz, 2007a, p. 46).

A abertura comercial teria permitido o crescimento econômico de diversos países, a globalização das comunicações teria eliminado

o isolamento de culturas mais distantes, a expectativa de vida teria aumentado e o padrão de vida teria melhorado a reboque da industrialização. Estes fatos seriam ignorados pelos críticos mais radicais e menos equilibrados, o que prejudicaria um eventual balanço sobre perdas e ganhos envolvidos no processo de integração mundial.

Com o fim das experiências socialistas da ex-União Soviética e do Leste Europeu, o caminho estaria pavimentado para a humanidade tratar de resolver os problemas da economia de mercado sem as antigas paixões que teriam cegado as pessoas envolvidas nas ultrapassadas batalhas ideológicas entre socialistas e capitalistas (Stiglitz, 2007a, p. 42).³⁷ Ao esposar esta tese, Stiglitz acaba por consubstanciar indiretamente a teoria de Fukuyama sobre o fim da história, embora a renegue diretamente (Stiglitz, 2003, p. 33).

Julgando a globalização como um fenômeno neutro (Stiglitz, 2002, p. 48) – mas mal administrado e conduzido sob ideologias como a dos mercados livres e competitivos –, Stiglitz defende mecanismos inéditos de integração e ajuda aos países periféricos que consigam, de forma equilibrada, atender aos interesses tanto dos pobres quanto dos poderosos, segundo regras imparciais e justas. A assistência oficial seria um dos mecanismos de auxílio das economias industriais avançadas para os países em desenvolvimento, que só teriam a ganhar com as ajudas vindas do Norte e, por isso, não deveriam recusá-las, aceitando-as de bom grado. As nações ricas transfeririam, além de recursos financeiros, conhecimento, tecnologia e prestação de assessoria e planejamento para a execução

³⁷ Em outro trecho no qual disserta sobre o mesmo assunto, Stiglitz deixa mais claro o seu julgamento sobre o comunismo: “Alguns pensavam que com o fim da Guerra Fria acabaria a ideologia. O sistema de livre iniciativa havia saído vitorioso. Nós todos poderíamos continuar a tarefa de aperfeiçoar esse sistema. A derrota do comunismo foi a derrota de uma patologia, de uma perversão, de um regime autoritário, e a luta contra a perversão desviou a atenção das questões mais amplas e profundas do tipo de sociedade que nós desejamos criar” (Stiglitz, 2003, p. 322).

das reformas necessárias à promoção do desenvolvimento econômico (Stiglitz, 2007b, p. 487), quer dizer, um pacote completo de dependência econômica, política e cultural descrito por ele como uma ajuda internacional necessária e indispensável.

Apesar da defesa dos princípios básicos da globalização, Stiglitz coloca-se como um crítico do modo como o processo é gerenciado por interesses particulares dos governos das nações desenvolvidas e das grandes corporações. O problema central estaria na distância entre a promessa dos defensores da integração mundial e os seus efeitos concretos. Em tese, a globalização

(...) tem o potencial de trazer enormes benefícios para as populações tanto do mundo em desenvolvimento como do desenvolvido. Mas há provas avassaladoras de que ela não tem estado à altura desse potencial. Este livro mostrará que o problema não está na globalização em si, mas no modo como ela foi gerida. (...) As regras do jogo foram, em larga medida, estabelecidas pelos países industriais avançados – e, em particular, pelos interesses especiais dentro desses países –, e eles moldaram a globalização para promover seus interesses próprios, o que não surpreende. Eles não procuraram criar um conjunto justo de regras, muito menos um conjunto de regras que promovesse o bem-estar dos habitantes dos países mais pobres do mundo (Stiglitz, 2007a, p. 62-63).

Os limites das críticas de Stiglitz à globalização e ao Consenso de Washington ficam evidentes por meio da defesa que o autor faz da austeridade fiscal, das privatizações e da liberalização do comércio, pilares das políticas do FMI e do Banco Mundial. Tudo dependeria do sequenciamento e do ritmo em que tais políticas fossem implementadas. Respeitando-se prazos e sequência dos acontecimentos e as condições das indústrias locais, no caso das aberturas comerciais, tais políticas poderiam trazer benefícios para os países pobres. No caso das privatizações, defende que o mercado, via de regra, administraria melhor as empresas do que o setor público, mas se deveria respeitar a sequência lógica da criação de agências reguladoras, de redes de segurança social e de novos em-

pregos a fim de evitar, respectivamente, a formação de monopólios privados, a elevação de preços dos bens e serviços fornecidos pelas empresas privatizadas, o aumento da pobreza e das desigualdades sociais e o desemprego dos trabalhadores demitidos, resultados indesejáveis da privatização (Stiglitz, 2002, p. 85-86).

Pode-se afirmar, diante das convicções do autor, que o cerne da questão não está nas propostas do Consenso de Washington, mas no sequenciamento e ritmo das políticas neoliberais; caso estes fossem respeitados, os países pobres poderiam colher os doces frutos da globalização, em vez dos seus atuais índices de miséria, pobreza e desigualdades sociais. Além disso, Stiglitz (2002, p. 111-113) acredita que transformações sistêmicas e radicais – exemplificadas com a abolição de taxas escolares em Uganda – podem e devem ser gerenciadas sem maiores sobressaltos e tensões, evitando-se convulsões sociais que colocariam em risco a economia de mercado como um todo.

As críticas de Stiglitz à forma como a qual globalização é gerenciada ganham tangibilidade e aumentam o tom quando se dirigem às instituições financeiras internacionais, com destaque para o FMI; a atuação do Banco Mundial também é alvo de questionamentos, mas em uma escala menor; e, no balanço geral, o Banco é visto como um “intermediário honesto” e uma instituição-chave no combate à pobreza mundial (Stiglitz, 2007a, p. 33). Neste sentido, sua crítica dirige-se às “terapias de choque” do FMI utilizadas para orientar suas políticas de estabilização macroeconômicas, ancoradas nos modelos de concorrência e informações perfeitas.

Em períodos de crise, os países dependentes costumam recorrer aos empréstimos do FMI para quitar suas obrigações internacionais ou para equilibrar suas contas externas. Como qualquer prestamista, o fundo exige garantias para os recursos emprestados retornarem aos seus cofres com os devidos juros. Para isto, estabelece um contrato com uma série de condicionalidades para a concessão

do empréstimo. Dentre estas, incluem-se medidas do Consenso de Washington, como disciplina fiscal, privatização, liberalização comercial e financeira e garantia dos direitos de propriedade, com o objetivo de forçar a adesão dos países ao neoliberalismo. Embora não seja radicalmente contrário a tais medidas, Stiglitz vê um excesso de condicionalidades para a concessão de empréstimos justamente nos momentos em que os países mais precisam de recursos. Essas condicionalidades não respeitam a especificidade econômica da nação, tornando-se um receituário universal aplicado indiscriminadamente, que, em muitos casos, leva a economia socorrida à bancarrota social. “Tudo isto ressalta as falhas fundamentais do ‘modelo de negócios’ do FMI, que precisa de crises e de empréstimos em crises para financiar suas operações – um conjunto perverso de incentivos, no qual se beneficia do aumento da instabilidade” (Stiglitz, 2007a, p. 25).

Além disto, o autor é enfático ao afirmar que os processos de debate interno e de eleição dos dirigentes do FMI e do Banco Mundial são antidemocráticos. Na prática, os EUA, com a cumplicidade dos outros países da tríade capitalista, comandam os processos de decisão e votação das instituições financeiras internacionais como se estas fossem um apêndice de seus órgãos internos, atendendo aos interesses estatais e corporativos das multinacionais. Tradicionalmente, os EUA indicam o presidente do Banco Mundial, e a Europa o do FMI. Não há qualquer discussão em torno dos ocupantes das principais cadeiras das instituições multilaterais, nem mesmo qualquer tipo de meritocracia pela qual um dirigente técnico deveria ser escolhido em nome da governança global (Stiglitz, 2007a, p. 31).

Em sua opinião, uma das principais falhas da globalização derivaria da ideologização da tomada de decisões dos organismos multilaterais de investimento. Afastados de uma análise neutra e científica da realidade mundial, os funcionários do FMI e do Banco Mundial se

deixariam guiar pela política e pela ideologia das classes dominantes, e não pela razão, desvirtuando-se de seus objetivos principais, especialmente o de redução da pobreza nos países periféricos, com o qual Stiglitz diz-se comprometido e empenhado quase como uma missão de vida. A configuração da burocracia interna dos organismos internacionais de Bretton Woods abriria um canal livre para a atuação de poderosos banqueiros e industriais, ministros da economia e presidentes dos bancos centrais dos países do G-7, mas fechado para a atuação política da “sociedade civil internacional” (Stiglitz, 2002, p. 49).

Stiglitz questiona o excesso de condicionalidades para a concessão de empréstimos às nações pobres, que são efetivados somente após assinatura de carta de intenção do país requerente, o sequenciamento errado da implementação das reformas pactuadas nos acordos assinados com o FMI e o Banco Mundial e a falta de transparência nas ações e na eleição dos presidentes das irmãs-gêmeas de Bretton Woods. Para superar este estado de coisas e a partir da crítica acríica do social-liberalismo, Stiglitz põe em debate uma nova agenda do desenvolvimento, com o objetivo de dar uma face mais humana e justa à globalização capitalista (2002, p. 18).

A nova agenda para o desenvolvimento e a humanização da globalização

A participação do economista no Banco Mundial coincidiu com a onda de protestos contra a globalização neoliberal: Stiglitz viu de perto e sentiu o furor das ruas nas manifestações de Seattle, Gênova, Veneza, Praga e as repercussões mundiais do Fórum Social de Porto Alegre. Suas reflexões sofreram a influência dos protestos antiglobalização, sem que ele se tornasse, de forma alguma, um porta-voz das classes subalternas: a sua teoria é expressão da preocupação das classes proprietárias diante da mobilização popular desde meados dos anos 1990.

Mudanças estavam em curso: o tom das críticas à globalização aumentou diante da presença das vozes do Terceiro Mundo e das tensões sociais derivadas dos efeitos das medidas do Consenso de Washington. Na época, começou a se falar em um “outro mundo possível”. Tais palavras ecoaram nos principais centros decisórios dos países ricos, que se apressaram a revisar, dentro de limites muito estreitos, o receituário-ideal do neoliberalismo. Este fato é indisfarçável na produção mais recente de Stiglitz.

Gestou-se um novo consenso a partir das críticas às formas superadas de gestão da globalização. O novo período se abriria com a perspectiva de implementação de reformas inéditas, corrigindo antigos problemas. Os modelos de desenvolvimento do século passado deveriam ser substituídos por um enfoque ampliado.³⁸ O autor chega a citar o rei do Butão e o seu conceito de Felicidade Interna Bruta (FIB) como exemplo de uma ideia que busca incorporar elementos extraeconômicos (saúde, educação, meio ambiente, equidade etc.) no debate sobre desenvolvimento (Stiglitz, 2007a, p. 117). Na ONU, o enfoque ampliado do desenvolvimento ganhou uma fórmula científica com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que virou referência mundial (Maranhão, 2012, p. 86-87).

Dentro da ideologia hegemônica do século XXI, Stiglitz sustenta uma nova agenda do desenvolvimento, levando em consideração o crescimento das taxas do Produto Interno Bruto (PIB) dos países e questões qualitativas como democracia (representativa e participa-

³⁸ Apresentada como se fosse uma grande novidade, a ampliação do enfoque do desenvolvimento já havia sido discutida há 40 anos: na década de 1970, o pensamento crítico latino-americano – Celso Furtado, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, bem como a própria Cepal – elaborou o enfoque integrado do desenvolvimento levando em conta temas como justiça social, educação, saúde etc. (Castelo, 2010, p. 206). Mais uma vez, as ideologias dominantes da economia silenciam-se sobre correntes teóricas críticas produzidas na periferia, ressaltando seu caráter imperialista e classista.

tiva), desenvolvimento sustentável, igualdade e enfrentamento da pobreza, fatos negligenciados pelas antigas receitas do neoliberalismo.

O eixo central da nova agenda do desenvolvimento é a manutenção de um equilíbrio entre governo e mercado nas ações políticas e econômicas – é nisso que Stiglitz insiste em seus artigos e livros. O mercado, deixado ao sabor das intenções individuais virtualmente coordenadas por uma mão invisível, não seria capaz de resolver problemas como a poluição ambiental, o desemprego, a pobreza e as desigualdades sociais. Estas são chamadas externalidades pelos economistas marginalistas. O governo deveria atuar nas externalidades geradas pelas falhas de mercado, reconhecendo, todavia, o papel central do mercado e os limites de sua atuação. Em primeira instância, o governo deveria preservar as instituições e convenções básicas de uma economia mercantil, como a propriedade privada e a concorrência, criando um clima de negócios propício à acumulação capitalista.

Stiglitz entende que haveria uma complementariedade entre governos e mercados, “ambos atuando em parceria, e que reconhecessem que, embora os mercados estivessem no centro da economia, havia um papel essencial, ainda que limitado, a ser desempenhado pelo governo” (Stiglitz, 2002, p. 15). Neste novo papel, caberia ao Estado fornecer bens públicos essenciais, como educação, infraestrutura, tecnologia e equidade, bem como promover políticas econômicas de pleno emprego. Além disso, uma de suas atribuições seria a regulamentação dos mercados privados, em especial os setores que passaram por processos de privatização.

A articulação a ser criada entre governos e mercados deveria incluir a participação de indivíduos e comunidade para as ações coletivas ganharem cada vez maior legitimidade. Além disso, Stiglitz reconhece a existência de falhas de governo que deveriam ser, por sua vez, fiscalizadas por cidadãos engajados na política. Daí o autor falar em mecanismos de democracia representativa e,

também, participativa, algo parecido com o que Anthony Giddens e Alan Touraine dizem a respeito do capital social, da democratização da democracia e dos novos movimentos sociais.

John Williamson, Dani Rodrik e o pós-Consenso de Washington

A história do Consenso de Washington remete a 1986, ano de publicação do trabalho *Toward renewed economic growth in Latin America*. Nesta obra, o economista estadunidense John Williamson e o ex-ministro das finanças do Peru Pedro-Pablo Kuczynski, acompanhados de outros autores, defenderam uma agenda de reformas econômicas para a solução da crise da dívida latino-americana. A maioria das propostas que fariam parte do Consenso anos depois já estava presente no livro publicado em 1986, mas a aceitação da agenda de reformas não foi boa. Somente com o Plano Brady de renegociação das dívidas essas reformas começaram a ser implementadas na região (Williamson, 2004c, p. 284).

No final da década de 1980, o Institute for International Economics (IIE) promoveu em Washington um encontro com a cúpula das classes dominantes imperialistas. Representantes do governo estadunidense, tecnocratas das instituições financeiras internacionais, membros de *think-tanks* e economistas de formação marginalista reuniram-se para discutir medidas necessárias à adequação da agenda política dos países latino-americanos à era neoliberal. O discurso oficial, todavia, versava sobre as reformas necessárias ao crescimento de áreas periféricas do capitalismo então envoltas em crises estruturais, como a América Latina e, mais tarde, o Leste Europeu.

Segundo John Williamson, o encontro teria como objetivo esclarecer os pontos defendidos na publicação de 1986 e que passaram a fazer parte do cotidiano da política latino-americana. Para fins didáticos, ele elaborou uma lista com os principais pontos das reformas. E, para fins de propaganda, a lista ganhou o nome de Consenso de

Washington. Na publicação *The progress of policy reform in Latin America* (1990), Williamson enumerou dez medidas necessárias para supostamente livrar a América Latina dos efeitos macroeconômicos da crise da dívida, como a estagflação, que são os seguintes:

1. Disciplina fiscal;
2. Prioridades do gasto público em educação e saúde primárias;
3. Reforma tributária;
4. Liberalização financeira e taxas de juros;
5. Taxa de câmbio competitiva;
6. Liberalização comercial internacional;
7. Atração de investimento externo direto;
8. Desregulamentação/desburocratização e mercados competitivos;
9. Privatização;
10. Garantia de direitos de propriedade, em especial dos setores informais.

Aparentemente, Williamson colocou-se como um intérprete neutro do seu tempo histórico, sem posicionamento ideológico ou político, embora reconhecesse que a sua teoria positiva tivesse impactos diretos na realidade de muitos países. Em sua avaliação, os dez pontos não teriam o intento de ser um consenso capaz de pôr um ponto final na política, mas tão somente de expressar, com autonomia intelectual absoluta, uma “convergência internacional” dentro do *mainstream* econômico e dos altos círculos da política internacional a respeito das reformas necessárias ao desenvolvimento da América Latina. O autor, inclusive, expressou certa surpresa (ou seria cinismo?) em torno da polêmica gerada com o Consenso, desqualificando as fortes críticas vindas da esquerda como “ideológicas”. Ou seja, a sua produção intelectual não seria ideológica, mas neutra e científica, enquanto seus opositores

seriam comprometidos com os mais diversos interesses políticos e culturais, e por isso não teriam legitimidade. E, como todos os intelectuais do social-liberalismo, o economista do Consenso descarta abertamente o rótulo de neoliberal ou de neoconservador, preferindo intitular-se como um “ecclético moderado” que se colocou a missão de “sumariar o núcleo comum da sabedoria abarcada por todos os economistas sérios” (Williamson, 1993, p. 1.334). Aliás, esta opinião é compartilhada por Luiz Carlos Bresser-Pereira, o verdadeiro autor da frase em um encontro acadêmico internacional no qual o economista estadunidense esteve presente.

Segundo declaração do criador do Consenso, a lista original de prescrição para o ajuste estrutural da América Latina teria deixado de lado alguns temas polêmicos, como inflação, controle de capital, fim da indexação, política industrial, preservação ambiental etc. Ela também conteria outros pontos, muito mais próximos de normas valorativas de ação dos governos, com ênfase maior nos debates sobre equidade. Neste sentido, Williamson gostaria de ter se colocado na contramão da hegemonia que reinava nos anos 1980 em Washington, cidade na qual se desconsiderava altivamente qualquer polêmica em torno da equidade, mas acabou se curvando diante do clima intelectual da capital dos Estados Unidos, deixando as questões distributivas em segundo plano no receituário do Consenso em detrimento das questões de eficiência (Williamson, 1993, p. 1329). Ou seja, a prioridade das políticas econômicas do receituário-ideal do neoliberalismo era a busca da otimização da eficiência alcançados diante da liberdade de operação dos mercados financeiros, bancários, comerciais e industriais; a redução das desigualdades ficaria para um segundo momento.

De acordo com Williamson (1993), a formação de consensos não deveria sufocar completamente a dissidência. Em uma típica clave liberal de defesa da tolerância, ele advoga o direito de exis-

tência de minorias políticas que baseiem as suas ações em ideologias econômicas consideradas ultrapassadas, como o socialismo e o populismo macroeconômico (que giraria em torno das ideias keynesianas e desenvolvimentistas). Os recentes fracassos das experiências social-democratas na Europa, do desenvolvimentismo na América Latina e do socialismo ao redor do mundo, contudo, seriam a prova cabal da superioridade das políticas econômicas liberais, que deveriam ser adotadas por governos racionais e com bom senso interessados em resolver seus problemas sociais e políticos. Fora da prescrição do Consenso de Washington, restaria o *nonsense* econômico e os erros políticos que desviariam os países da rota de crescimento, desenvolvimento e estabilidade.

Ao longo das décadas dos anos 1980 e 1990, os países da América Latina – com a honrosa exceção de Cuba – implementaram, sob o domínio imperialista das agências multilaterais de desenvolvimento, dos governos dos países centrais e da alta finança internacional, o receituário contido nos dez pontos do Consenso de Washington, e os resultados foram desastrosos do ponto de vista da “questão social” e dos interesses das classes subalternas. A partir da segunda metade da década de 1990, o Consenso foi alvo de intensas críticas que partiram de diferentes correntes políticas e ideológicas, até mesmo de dentro do *mainstream*. O seu próprio formulador também fez coro e se juntou, de uma forma muito peculiar, aos críticos do receituário do Consenso. Em uma conferência na Universidade de Princeton, realizada em 1999, e em encontros patrocinados pelo Institute for International Economics em 2000 e 2002, um grupo de economistas capitaneados por John Williamson e Pedro-Pablo Kuczynski organizou uma publicação coletiva para discutir soluções concretas para a retomada do crescimento da América Latina. O objetivo foi revisar as teses originais do Consenso, buscando superar o que eles consideravam um debate com alto teor ideológico acerca das

reformas neoliberais de primeira geração, tornando-o científico e propositivo. No prefácio do livro organizado por Williamson e Kuczynski, C. Fred Bergstein, diretor do IIE, deu o seguinte testemunho:

Deliberadamente, demos a ele [o livro] o título de *Depois do Consenso de Washington* para enfatizar nossa convicção de que é mais do que tempo de o mundo deslocar-se de debates ideológicos tendenciosos, nos quais o Consenso de Washington é caricaturado como um manifesto neoliberal, para uma discussão séria sobre a nova onda de reformas de que a região [América Latina] necessita para reiniciar o crescimento e torná-lo mais equitativo do que foi no passado (Bergstein, 2004, p. VII).

O diagnóstico geral foi que as medidas preconizadas pelo Consenso não conseguiram cumprir o que foi prometido, em especial a retomada do desenvolvimento econômico que a América Latina experimentou na época do modelo de substituição de importações (1950-1970). Os resultados da aplicação dos seus dez pontos foram, de acordo com diversas análises, um fracasso, pois se verificou baixas taxas de investimento e crescimento econômico, a recorrência de crises financeiras externas e a persistência e o aumento das desigualdades sociais na região na década de 1990.

Williamson, eventualmente, concorda com alguns pontos das críticas dirigidas ao Consenso, em particular aquelas que não atingem o núcleo duro do projeto político de reformas-restauradoras, a saber, a ideia de que o livre mercado, a despeito de todas as suas falhas e lacunas, seria a melhor forma de organização econômica e social já inventada pela humanidade, superior aos intervencionismos populistas e socialistas. Como fica claro, a sua autocrítica objetiva à relativização das divergências políticas e ideológicas ao Consenso. Ele destaca ainda que as políticas neoliberais teriam sido aplicadas parcialmente pelos governos latino-americanos, restringindo-se aos pontos da reforma microeconômica, como as privatizações. As

reformas da política macroeconômica, como a disciplina fiscal, não foram integralmente implementadas e não alcançaram seus objetivos máximos. O problema, portanto, não estaria necessariamente na formulação ideológica do programa, mas na capacidade dos governos locais em tornar efetivos os dez pontos do Consenso. Ou seja, Williamson defende que o receituário-ideal do neoliberalismo não foi aplicado na sua inteireza, ignorando as resistências populares e os condicionantes internos de cada país. Suas hipóteses de trabalho (e de todos os coautores do pós-Consenso) para explicar o balanço negativo da economia na América Latina nos anos 1990 são que as reformas não foram profundas o bastante, que os resultados apareceriam no médio prazo, que os choques exógenos não podiam ser previstos e que estes atrapalharam a condução das reformas. A hipótese que sustenta o equívoco das reformas é descartada (Williamson, 2004b, p. 269-270).

Além disso, os resultados do impacto na América Latina teriam sido heterogêneos, variando de país para país. O Chile, por exemplo, é citado como um modelo de sucesso regional do Consenso, pois exibiu altas taxas de crescimento econômico após seguir o receituário. Já a Argentina, embora tenha criado o *currency board*, medida que não figurava em nenhum ponto do Consenso, é apontada como um exemplo de fracasso. Tal fracasso ficou evidente após o *corralito* de 2001, com a falência econômica nacional e índices de mais de 50% da população vivendo abaixo da linha da pobreza e miséria. Assim, as evidências falaram mais alto do que a retórica neoliberal, e os adeptos da liberalização do mercado foram obrigados a justificar a tragédia social do país.

Diante dos resultados negativos da primeira geração das reformas, eles propõem uma segunda geração do programa de ajustes estruturais para a América Latina. E esta segunda geração – algo muito próximo do programa cepalino de “reforma das reformas” – advoga a operacionalização de uma série de medidas que incluem

desde o aperfeiçoamento do projeto inicial³⁹ até a incorporação de novos temas ao Consenso, passando pela aplicação efetiva de pontos anteriormente ignorados pelos governos. Em linhas gerais, argumentam a favor do combate às desigualdades por meio da capacitação dos pobres via educação para a livre concorrência no mercado de trabalho e geração de oportunidades, a reforma agrária conduzida pelo mercado, o acesso ao microcrédito e o reconhecimento do direito de propriedade no setor informal, tal qual fala Hernando de Soto. Também defendem a modernização do Estado com reformas nos serviços públicos e no judiciário, o desenvolvimento do mercado de capitais com destaque para a criação de fundos de pensão privados, política econômica com metas de inflação e taxa de câmbio flutuantes, investimentos estatais na economia do conhecimento com prioridade para os níveis básicos de educação, flexibilização do mercado de trabalho com a cooptação dos sindicatos e reforma política (Williamson, 2004b, p. 271-278).

A lista do pós-Consenso de Washington elencada por Williamson (2004b, p. 282) diz respeito à “imunização às crises”, “conclusão das reformas de primeira geração”, “reformas (institucionais) agressivas de segunda geração” e “distribuição de renda e a agenda social”. Em linhas gerais, o pós-Consenso não nega a paternidade do Consenso, mas diz que o programa necessitaria de ajustes para fazer avançar a ofensiva neoliberal, que ainda não teria cumprido as suas reais finalidades, mascaradas sob a insígnia do crescimento com equidade.

³⁹ Williamson (2004a) afirma que as privatizações deveriam passar por processos de licitação mais transparentes, evitando a corrupção das primeiras rodadas de venda do patrimônio público ao mercado, e que marcos regulatórios nos setores desestatizados deveriam ser condições necessárias para o início das privatizações. Outro item que deveria ser aprimorado seria o relacionado à liberalização dos mercados financeiros; antes que esta ocorra, o Estado deveria moldar mecanismos confiáveis de supervisão das operações financeiras, além de criar leis e regulamentos para dar maior transparência a esses mercados.

Em 2002, Dani Rodrik, professor de Harvard que se destaca pelos estudos sobre as variedades do capitalismo, publicou notas críticas acríicas ao Consenso de Washington. Segundo sua avaliação, “após mais de duas décadas de aplicação de uma política econômica neoliberal no mundo em desenvolvimento, estamos em condições de formar um juízo inequívoco sobre seu histórico. O quadro não é bonito” (Rodrik, 2002, p. 277).

O neoliberalismo teria sido um estrondoso fracasso na maior parte do mundo, pois se evidenciaram o aumento das desigualdades socioeconômicas entre indivíduos e países e da insegurança econômica, a deflagração de crises financeiras e as baixas taxas de crescimento dos PIBs. As exceções a este quadro regressivo poderiam ser encontradas em países que não seguiram o receituário neoliberal, como China, Índia e Vietnã, mas que, mesmo assim, teriam assumido posições pró-mercado (Rodrik, 2002, p. 278). E as razões do fracasso teriam sido a ampliação e a aplicação indiscriminadas de medidas políticas para regiões e países do mundo inteiro, com culturas e instituições muito diversas entre si. “O fracasso do consenso original deveu-se a uma aplicação inadequada de um conjunto de princípios que seria essencialmente sensato” (2002, p. 278).

As críticas de Rodrik não param por aí. Elas se estendem também ao Consenso Ampliado de Washington, que teria sido proposto por um conjunto de autores, dentre eles John Williamson, após o reconhecimento quase unânime do fracasso do Consenso original. Nesta segunda fase, defende-se uma ampliação das reformas institucionais e uma maior preocupação com a agenda social. Rodrik (2002, p. 292) enumera dez novos pontos:

1. Governança corporativa;
2. Combate à corrupção;
3. Mercados de trabalho flexíveis;
4. Acordos com a OMC;

5. Códigos e padrões financeiros;
6. Abertura “prudente” da conta de capitais;
7. Regimes de taxas cambiais sem intermediação;
8. Bancos centrais independentes/controle da inflação;
9. Redes de segurança sociais;
10. Meta de redução da pobreza.

Rodrik também tem uma visão crítica acrítica do Consenso Ampliado, pois suas prescrições continuariam excessivamente gerais, insensíveis aos contextos nacionais e necessidades locais. A crítica às duas versões do Consenso de Washington – original e ampliado – concentra-se, como dissemos, fundamentalmente na sua aplicabilidade universal sem maiores mediações dos contextos espaço-temporais. Não deveria haver um modelo rígido e completo de medidas políticas para o desenvolvimento. Um projeto bem-sucedido de desenvolvimento econômico deveria levar em conta a história de cada país, respeitando-se suas tradições, costumes e, principalmente, instituições.

Mas, apesar das críticas a alguns pressupostos e aos resultados socioeconômicos do Consenso de Washington, os trabalhos de Rodrik são orientados pelos princípios econômicos dominantes. De acordo com o autor, o pensamento econômico do *mainstream* não deveria ser confundido com o próprio neoliberalismo. A sua operação ideológica direciona-se, desta forma, na tentativa de salvar o bebê e jogar fora a água suja da banheira. Em suas palavras, “os críticos do neoliberalismo não devem se opor aos princípios econômicos dominantes, apenas à sua má utilização. A análise econômica expõe muitos princípios sólidos e que são universais, no sentido de que qualquer programa de desenvolvimento sensato tem que levá-los em conta” (Rodrik, 2002, p. 279). E quais seriam tais princípios sólidos e universais? O que praticamente todo economista de matriz liberal defende, mesmo aqueles críticos acríticos do receituário-ideal do neoliberalismo: 1) a defesa da propriedade privada e a vigência da lei; 2) importância dos incentivos privados

ao investimento, alinhados ao custo-benefício social; 3) administração conservadora da política macroeconômica, comprometida com a sustentabilidade da dívida pública e a estabilidade monetária.

Por último, assim como há tempos fala Stiglitz, Rodrik assinala que não se deveria combater a globalização por si só, pois este processo mundial proporcionaria aos países pobres acesso aos mercados e às tecnologias, o que lhes permitiria, ao menos em tese, superar suas más condições sociais e econômicas. Neste caso, ele se posiciona contrariamente à “versão ‘pesada’ da globalização”, na qual organismos multilaterais de desenvolvimento sufocam os países pobres com uma série de recomendações de liberalização e desregulamentação de mercados. Cada país deveria, a partir de suas próprias experiências, seguir aqueles princípios econômicos sólidos e universais dos neoclássicos, pois só assim o desenvolvimento se tornaria uma realidade concreta para eles.

Rodrik defende que os Estados nacionais dos países pobres deveriam adotar medidas de estímulo ao pleno desenvolvimento dos mercados. Mas, como afirma, os mercados não são “autocriadores, autorreguladores, autoestabilizadores nem autolegitimadores” (Rodrik, 2002, p. 286). O processo de desenvolvimento nacional requeria um determinado padrão de intervenção estatal na economia e nos mercados. Primeiramente, um conjunto de instituições deveria ser erigido para estimular as inversões do empresariado nacional privado, tais como instituições criadoras, reguladoras, estimuladoras e legitimadoras de mercado. À criação de todas estas instituições agregaria-se uma política industrial de incentivos ao empreendedorismo privado, estimulando e ampliando os negócios mais rentáveis e modernos e punindo os fracassados. Com uma mão, o Estado daria a recompensa; com a outra, o castigo (2002, p. 284).

O fundamento da abordagem de Rodrik baseia-se na imaginação institucional e na política participativa da sociedade civil e do Estado, que cada país seria capaz de desenvolver dentro do seu

território, conectado de forma “leve” aos circuitos de integração mundial da globalização e permanecendo atento aos princípios do *mainstream* econômico considerados sólidos e universais pelo autor, os quais seriam aplicados por programas experimentais e sensatos de desenvolvimento econômico.

Pierre Rosanvallon e a “nova questão social”

O debate sobre a “nova questão social” emergiu no final dos anos 1970 e início dos 1980 com as modificações operadas no mundo do trabalho e o desmonte parcial das redes de proteção social do Estado de bem-estar após a ofensiva neoliberal. Segundo seus defensores, estas mudanças alcançariam múltiplas esferas do sistema capitalista a tal ponto que teria havido uma ruptura com a sociedade industrial e com a antiga “questão social”, fundada nas relações de assalariamento e de exploração da força de trabalho e da existência de uma classe trabalhadora operária combativa. Fala-se no fim da exploração, das classes sociais e suas lutas políticas.

A mudança do paradigma produtivo fordista para o toyotista provocou um aumento nos investimentos em novas tecnologias, intensivamente poupadoras de força de trabalho. A consequência mais imediata deu-se na situação do emprego, que passou da fase da plena utilização dos fatores de produção nos 30 Anos Gloriosos para o desemprego estrutural na era neoliberal. Com o desemprego em alta, atingindo particularmente os jovens e as faixas etárias mais altas, teria surgido uma nova expressão da “questão social” – a exclusão social –, um dos símbolos mais expressivos da globalização. Em paralelo ao desemprego em massa, constatou-se uma precarização das relações de trabalho, com a instituição de contratos de trabalho por tempo determinado, tempo parcial, subcontratação, flexibilização das legislações trabalhistas etc. Desta forma, os vínculos de coesão social proporcionados pelo trabalho e o sentimento de pertencimento

que um indivíduo teria com a sua sociedade teriam ficado fragilizados, aumentando a vulnerabilidade e o processo de desfiliação:

A nova questão social hoje parece ser o questionamento desta função integradora do trabalho na sociedade. Uma desmontagem desse sistema de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego e uma desestabilização, primeiramente da ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de choque em diferentes setores da vida social, para além do mundo do trabalho propriamente dito (Castel, 2000, p. 239-240).

Castel não tem uma visão idealizada da sociedade salarial, embora construa, em última instância, uma teorização positiva dela, afirmando não existir alternativas reais que a superem.

(...) A margem de manobra é estreita, porque (o desastre dos países do ‘socialismo real’ o demonstra) uma sociedade não pode mais ignorar o mercado, assim como a física não pode ignorar a lei da gravitação universal. Mas se é suicida ser ‘contra’ o mercado, daí não resulta que seja necessário entregar-se a ele” (Castel, 2003, p. 523).

Ao longo de *As metamorfoses da questão social*, ele procura problematizar algumas das contradições do capitalismo, demonstrando algum espírito crítico frente ao seu objeto. Aponta como exemplos a reprodução das desigualdades, a exploração da força de trabalho e o controle social de populações “marginais”, como pobres, presos, pessoas com distúrbios mentais etc. Enquanto a ideologia dominante reitera continuamente a imagem da empresa moderna, dinâmica e inovadora “como fonte da riqueza nacional, escola de sucesso, modelo de eficácia e de competitividade”, Castel apresenta um outro lado, obliterado por aquele discurso: o lado da empresa como “máquina de ‘vulnerabilizar’ e ‘de excluir’” (Castel, 2003, p. 519). Ou seja, relaciona, em certo grau, as expressões da “questão social” com a sociedade mercantil, as empresas e sua lógica econômica de acumulação ilimitada. E não caberia lamentar por este fato, nem apelar para a boa vontade do espírito cristão dos empreendedores, unicamente preocupados

com os seus interesses pessoais. “Aliás – afirma Castel –, toda a história das relações de trabalho mostra que, ademais, não se poderia pedir aos empregadores para ‘fazer social’ (quando o fizeram, como no caso da filantropia patronal no século XIX, foi no sentido exato e limitado da defesa dos interesses da empresa, é claro)” (Castel, 2003, p. 522). Cabe aos cidadãos lutarem pela (re)construção do “social”, entendido como o Estado e suas redes profissionais, técnicas e especializadas de atendimento assistencial, supostamente a única maneira de se domesticar o mercado e humanizar o capital (Castel, 2003, p. 563).

O advento da estratégia neoliberal de retomada da supremacia burguesa, definida por Castel como uma “ofensiva patronal ao mundo do trabalho”, estabeleceu a hegemonia do mercado livre e autorregulado, com sua lógica da competitividade, da rentabilidade máxima a todo custo (mesmo o social) e do individualismo negativo em vez dos valores da solidariedade. O neoliberalismo buscou criar uma autonomia da economia frente ao social, ou do mercado frente o Estado. Os péssimos resultados sociais da primazia do mercado foram logo sentidos, pois, como diz Castel, “a problemática da coesão social não é do mercado, a solidariedade não se constrói em termos de competitividade e de rentabilidade” (Castel, 2003, p. 523).

No plano da política, o fato mais marcante teria sido a crise do Estado de bem-estar. Segundo os teóricos da “nova questão social”, o *welfare* seria uma forma de sociabilidade secundária para dar conta dos efeitos deletérios causados pela lógica da acumulação capitalista que conduziria grandes frações de trabalhadores às zonas de vulnerabilidade e de desfiliação. O Estado de bem-estar no pós-guerra teria exercido uma função primordial para manter a coesão social e promover, a partir dos direitos de cidadania, a dignificação da condição degradada que os trabalhadores assalariados viviam desde a dissolução da antiga ordem feudal e de suas

redes de sociabilidade primária (família, vizinhança e comunidade territorial).

Quando a lógica do mercado novamente passou a prevalecer frente à lógica do social, a partir do fim dos anos 1970, gerou-se a crise do *welfare state*, que deixou de prestar seus serviços de seguridade de forma universal, pública, gratuita e como garantidora de direitos sociais reconhecidos pelas leis nacionais e passou a gerir um programa minimalista de intervenção nas novas expressões da questão social, com políticas de inserção contra a exclusão baseadas em uma dimensão focalizada e parcial, revitalizando-se a discriminação positiva e o assistencialismo. Com efeito, Castel é cético em relação a essas formas pontuais de atuação na “questão social”, colocando-se contra as políticas do Terceiro Setor, da cidadania empresarial, da filantropia, da caridade e da economia solidária. O sociólogo francês não compartilha das teses do enfrentamento singular das manifestações da “questão social”; ele defende, na verdade, um ataque mais direto ao núcleo da “questão social”, identificado nas temáticas do trabalho e da identidade social.

A perspectiva teórica de Castel em relação à “questão social” e suas propostas de intervenção política o aproximam do ideário clássico da social-democracia; por isso, em meu entender, este autor encontra-se relativamente afastado das teses do social-liberalismo. Um autor da “nova questão social” muito mais afeito ao atual sistema ideológico burguês de intervenção na “questão social” é Pierre Rosanvallon. Entre ele e Castel, existem pontos de contato. Ambos estudam este tema sob o enfoque da sociologia positivista de Émile Durkheim, que via a sociedade como um organismo natural sujeito a mazelas, encaradas como doenças típicas de um corpo biológico, muitas vezes causadas por fatores externos. A anomia social resultante da fragilização dos vínculos econômicos, políticos e culturais que ligam o indivíduo à sociedade era vista como uma disfunção do organismo capitalista.

Segundo Rosanvallon, após o esgotamento dos 30 Anos Gloriosos e a crise do Estado-providência passivo, a exclusão social teria se tornado a tônica do sistema capitalista, que afinal teria conseguido romper com o antigo contrato social assinado no pós-Segunda Guerra Mundial, contrato este operado com base em uma solidariedade transclassista entre capital e trabalho no sentido de reconstruir a Europa. Como diz o autor,

(...) terminada a década de 1970, a utopia de uma sociedade livre das necessidades, de um indivíduo protegido contra os principais riscos da existência, parecia estar ao nosso alcance. No entanto, já no início da década seguinte, o crescimento do desemprego e o surgimento de novas formas de pobreza pareciam, ao contrário, afastar-nos desse ideal. Ao mesmo tempo, percebe-se que não há um simples retorno aos problemas do passado. Os fenômenos atuais da exclusão não se enquadram nas antigas categorias da exploração do homem. Assim, surgiu uma nova questão social (Rosanvallon, 1998, p. 23).

O autor não fala em uma sociedade pós-capitalista, mas sobre o fim da exploração capitalista, relegada a um passado não muito distante e certamente ultrapassado. A “nova questão social” inauguraria uma etapa da sociedade salarial, impondo desafios às antigas modalidades de proteção social, tornadas superadas pelo desemprego estrutural e a exclusão social.⁴⁰ Abriu-se um período de grave crise do Estado-providência passivo, crise que atingiria três dimensões: 1) a crise financeira, decorrente do aumento das despesas sociais e da queda na arrecadação fiscal dos governos; 2) a crise ideológica, resultante da burocratização estatal que teria ocasionado a perda de legitimidade das políticas públicas de intervenção na “questão social”; e 3) a crise filosófica, considerada

⁴⁰ Vale notar que Robert Castel (2003, p. 26) critica a noção de exclusão social como algo estanque, que “não permite recuperar os processos que engendram essas situações [de privações, de carência]”. Para uma crítica ao termo, ver Virgínia Fontes (2005, capítulo 1).

pelo autor como a mais grave de todas, que consistiria na “degradação dos princípios de organização da solidariedade e o fracasso da concepção tradicional dos direitos sociais (...)” (Rosanvallon, 1998, p. 25).

Desde meados do século XIX, com a Revolução de 1848, os trabalhadores europeus lutaram pelo direito ao trabalho e por um sistema público de proteção social contra o desemprego, a invalidez, as doenças e a perda de vitalidade decorrente da idade. A estas lutas operárias, contrapôs-se uma forte resistência dos patrões, que argumentavam que um sistema de seguridade estimularia a preguiça e o ócio, já que o Estado daria uma fonte gratuita de subsistência para as camadas populares. Com o tempo, os liberais, todavia, perceberam que a criação de regimes de seguridade social poderia servir a seus propósitos, pois eles “terminaram compreendendo que a instauração de um sistema de seguro social lhes permitiria conjurar o espectro do socialismo” (Rosanvallon, 1998, p. 36).

No final do século XIX, quando surgiram os primeiros sistemas de seguro social, a seguridade foi criada para atender demandas contingentes, cobrindo riscos eventuais. Hoje, com a “nova questão social” centrada na exclusão, vulnerabilidade e precariedade em massa, com riscos permanentes às camadas populares, ela não seria capaz de responder adequadamente a tais anomalias.

O surgimento de uma nova questão social traduz-se pela inadaptação dos antigos métodos de gestão do social, como testemunha o fato de que a crise do Estado providência, diagnosticada no fim dos anos 1970, mudou de natureza, iniciando uma nova fase a partir do princípio da década de 1990. Além dos problemas lancinantes de financiamento e das disfunções sempre onerosas dos aparelhos estatais, são discutidos os princípios fundamentais da organização da solidariedade e a própria concepção dos direitos sociais (Rosanvallon, 1998, p. 23).

A resposta neoliberal ao desmantelamento do *welfare* propôs o renascimento do princípio da responsabilidade do indivíduo pela

sua situação social: abandonou-se o princípio da solidariedade entre classes, gêneros, gerações etc. e adotaram-se obrigações e deveres individuais, como a busca constante por meios de educação (*learnfare*), de emprego e trabalho (*workfare*) e de controle de natalidade e manutenção da estabilidade da célula básica da família (*wedfare*). Além disso, exigiu-se uma contrapartida do cidadão assistido socialmente pelo governo, que deveria pagar de alguma forma pela assistência prestada. Os novos modelos de “proteção social” são típicos das sociedades anglo-saxãs, células-embrião do receituário-ideal do neoliberalismo. Os riscos sociais, que antes eram repartidos coletivamente mediante acordos mediados pelo Estado nacional entre as classes e suas corporações, agora se encontram individualizados, prevalecendo a filosofia da responsabilização e dos deveres e obrigações de contribuintes e consumidores.

Como todo social-liberal, Rosanvallon critica o modelo neoliberal clássico, mas reconhece a reforma-restauradora capitalista levada a cabo pela burguesia rentista e seus ideólogos pequeno-burgueses como sendo natural e irreversível, à qual os agentes econômicos, sociais e políticos deveriam se adequar. Em sua opinião, pouco ou nada se poderia fazer diante da revolução informacional e do surgimento da medicina preditiva, que teriam rompido o “véu de ignorância” e facilitado o trabalho de mapeamento das diferenças – culturais e genéticas – existentes entre os indivíduos. A tendência seria o abandono dos princípios da justiça social (como John Rawls defendia) e da homogeneização dos riscos em detrimento de um modelo de cálculo individual. Tais revoluções tecnológicas acabaram por favorecer um novo modelo de intervenção na “questão social”, baseado na igualdade de oportunidades e nas discriminações culturais e naturais.

Se a equidade consiste apenas no igual tratamento dos indivíduos, essas desigualdades naturais não constituem um objeto de ação; para isso é preciso adotar o princípio da igualdade de oportunidades. A solidariedade

se define então como uma forma de compensar as desigualdades naturais. Essa, aliás, é a fonte da sensibilidade contemporânea a respeito das discriminações (Rosanvallon, 1998, p. 59).

Todas estas mudanças propostas pelo receituário-ideal do neoliberalismo encaminham para o fim dos princípios de igualdade e de justiça social, do seguro social universal, a desconstrução da noção de direito, a seletividade e focalização dos gastos públicos nos segmentos mais pauperizados e o enfraquecimento das demandas coletivas, que se tornam singularizadas e particularizadas a partir do reconhecimento cultural e natural das diferenças entre indivíduos, raças, gêneros, etnias etc. Por isso, fala-se sobre o fim das classes sociais, tese que é compartilhada por Rosanvallon (1998, p. 154-155).

Diante deste quadro, o autor trata de apresentar algumas propostas, todas de corte social-liberal. A principal tarefa da política reformista-restauradora seria a manutenção da coesão social, reconstruindo-se, a partir do Estado, o sentimento cívico nacional (Rosanvallon, 1998, p. 68-69). Neste sentido, a reformatação da sociedade passaria, em primeiro lugar, pelos valores, privilegiando uma abordagem moralista típica do reformismo positivista. Como diz José Paulo Netto,

(...) no âmbito do pensamento conservador, a ‘questão social’, numa operação simultânea à sua naturalização, é convertida em objeto de *ação moralizadora*. E, em ambos os casos, o enfrentamento das suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, a *propriedade privada dos meios de produção* (Netto, 2001, p. 155 – grifos originais).

Com efeito, nenhuma das propostas de Rosanvallon diz respeito à redistribuição da propriedade privada, nem muito menos à sua abolição. Elas gravitam em torno de soluções moderadas e conciliadoras entre a modernidade econômica, trazida pela era neoliberal, e o arcaísmo social, símbolo do pós-guerra. Por exemplo, no tocante à crise financeira do Estado providência, o autor prescreve a descoberta

de novas fontes de financiamento e o meio-termo entre um Estado provedor de serviços sociais focalizados e segmentados (versão liberal) e um Estado provedor de todos os bens públicos (versão esquerdista) (Rosanvallon, 1998, p. 85-86); em relação ao antagonismo das lógicas da economia (eficiência) e social (solidariedade), prega a harmonia dos “imperativos sociais com as exigências econômicas” (Rosanvallon, 1998, p. 95). Trataria-se, portanto, de remodelar o Estado providência, que, apesar de tudo, deveria elaborar uma abordagem sistêmica da “questão social”, indo além do reconhecimento da exclusão social como o fato mais expressivo dos últimos anos.

Ainda que se considere, apropriadamente, que [a exclusão social] é o mais importante fenômeno social de nossa época, ele não esgota a questão social. Denunciar justificadamente a pobreza e a miséria existentes no mundo não nos deve dispensar de uma abordagem mais global das tensões e contradições sofridas pela sociedade (Rosanvallon, 1998, p. 79).

Citando Robert Castel, Rosanvallon discorre sobre a fragilização da condição salarial com a precarização e flexibilização das relações de trabalho. Em certo sentido, o autor busca transcender as expressões da “questão social” e entendê-la a partir do seu núcleo constitutivo, a saber, o mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que descarta as categorias de exploração e classes sociais. As iniciativas estatais deveriam atuar em duas frentes: no tratamento das anomalias e disfunções da sociedade capitalista (exclusão, pobreza etc.), com políticas sociais seletivas e focalizadas; e na reinserção dos desfiliaados via o trabalho, com políticas de renda mínima de inserção, ingresso de jovens no mercado de trabalho, qualificação profissional, abertura de postos de trabalho para indivíduos pouco qualificados e reinserção de desempregados de longa duração. Tais políticas assegurariam um espaço econômico intermediário entre as empresas eficientes e o Estado solidarista, efetivando a ideologia social-liberal de conjugação da eficiência com a equidade.

Em linhas gerais, Rosanvallon (1998, p. 109) propõe novos moldes para o direito do trabalho, sem “a utopia vaga e generosa de 1848” (leia-se a utopia do socialismo), garantidos por um contrato social que formaria um Estado providência adequado à “nova questão social”, equilibrando-se os interesses de acumulação da burguesia rentista com o atendimento pontual e efêmero das necessidades básicas das frações mais pauperizadas das classes subalternas.

O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar social

A recepção e a produção da ideologia social-liberal no Brasil estão circunscritas a um quadro social específico, intimamente ligado às determinações externas do mercado mundial, mas que devem ser analisado sob as mediações das nossas vicissitudes históricas. Nos anos 1980, enquanto a ofensiva capitalista mundial ganhava corpo e avançava em todas as direções, o Brasil parecia escovar a história a contrapelo. Após o fim da ditadura empresarial-militar, as forças políticas progressistas do país mobilizaram-se na luta pela hegemonia dos processos de transformação social necessários a uma nação que precisava democratizar suas mais distintas relações sociais. A própria noção de democracia foi alvo de intensa disputa entre diferentes grupos políticos, e os rumos da Nova República estavam indeterminados.

A princípio, a intensa mobilização dos “de baixo” parecia sinalizar que o leme da nave Brasil estava sob o controle das suas organizações de massa, e o país seria refundado segundo os princípios de uma democracia efetivamente republicana e participativa. Vitórias políticas e avanços sociais, alguns deles significativos do ponto de vista das classes subalternas, ficaram registrados nos capítulos da ordem social e em outros itens da Constituição do Brasil de 1988, que ficou conhecida como a “Constituição Cidadã”.

A crise da dívida externa – que trouxe consigo a estagnação ao longo da década de 1980 –, o acirramento das lutas de classes, a organização coletiva das classes trabalhadoras e a possibilidade concreta da vitória da candidatura presidencial do Partido dos Trabalhadores – à época vista sob o rótulo do socialismo⁴¹ –, fez com que as classes dominantes internas rearticulassem suas alianças e comesçassem uma ofensiva burguesa no terreno da reestruturação produtiva, pela qual o parque industrial nacional foi submetido aos ditames da revolução tecnológica da microeletrônica e do toyotismo (Antunes, 2006; Oliveira, E., 2004) e a subsunção real do trabalho ao capital se fez aprofundar (Tauile, [1984] 2009). Produziu-se, assim, uma derrota estrutural no plano econômico que permaneceu subterrânea até os anos 1990, quando transformações neoliberais na superestrutura vieram consolidar e aprofundar a supremacia burguesa.

A vitória de Collor representou o primeiro passo político significativo da retomada da supremacia burguesa. Mas este passo foi insuficiente diante da crise instaurada pelos escândalos de corrupção do seu governo. Foram necessários mais alguns anos até que um bloco de poder, formado por forças políticas favoráveis às classes dominantes, chegasse ao Palácio Central e implementasse, de fato, o projeto neoliberal tupiniquim, que recorreu, assim como no exterior, a expedientes coercitivos e consensuais (Fontes, 2010, p. 336).

Operado por uma composição heterogênea de social-democratas, intelectuais e executivos ligados ao setor rentista e oligarcas do setor agrário, o bloco de poder PSDB-PFL, após a vitória presidencial de 1994, promoveu a efetiva inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho, adequando o país aos padrões globais da acumulação capitalista (Paulani, 2006) sob os auspícios

⁴¹ Sobre a complexa relação do PT com o projeto socialista, cf. Iasi (2006), especialmente o capítulo 6.

de uma reforma gerencial do Estado (Bresser-Pereira, 1996, cap. 16; 1998),⁴² além de combater as organizações dos trabalhadores com repressão e cooptação de suas principais lideranças.

A ofensiva neoliberal fundou um novo bloco histórico capitalista no Brasil, com alterações tanto na base econômica quanto nas superestruturas político-ideológicas, a partir do recurso às instituições ditatoriais e hegemônicas do Estado burguês ampliado. Do ponto de vista político, soldou-se um bloco social heterogêneo, com participações de distintas frações da burguesia, dos latifundiários, das classes médias e, a depender do período, do lumpemproletariado e da aristocracia operária (Boito Jr., 2003).

O projeto neoliberal representou a derrota do movimento operário brasileiro reconstruído na década de 1980, o aborto de um Estado de bem-estar social nacional e, acima de tudo, a vitória da burguesia liderada por sua fração rentista internacionalizada. A esta vitória, seguiu-se uma ofensiva ideológica neoconservadora. Em uma estratégia formulada e conduzida por centros universitários (na sua maior parte privados e de cariz eclesiástico), institutos de pesquisa, ONGs e pela grande mídia, o social-liberalismo chegou ao Brasil para reafirmar e reatualizar a direção intelectual-moral das classes proprietárias.

Não há um consenso acerca da data de desembarque do social-liberalismo no Brasil. Ruy Braga e Álvaro Bianchi (2003) afirmam que tal ideologia chega aos trópicos com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2002. José Luis Fiori (1995, p. 239-243), em contraposição, observa que a social-democracia de Felipe Gonzalez, que se autointitulava um social-liberal, funcionou como um modelo de atuação prática para Fernando Henrique Cardoso, sendo uma

⁴² Sobre o Estado social-liberal concebido pelo ex-ministro da Administração Pública no Brasil, consultar o capítulo 9 do livro *Construindo o Estado republicano: democracia e reforma da gestão pública* (Bresser-Pereira, 2009, p. 145-161).

espécie de polo magnético da sua bússola política. Segundo esta linha de raciocínio, na qual nos inscrevemos, o social-liberalismo teria chegado ao Brasil durante o governo FHC: esta tese, todavia, não deve desconsiderar a força legitimadora que Lula e as lideranças do PT injetaram no neoliberalismo latino-americano com sua adesão à ideologia social-liberal.⁴³

Diante deste quadro histórico, o pensamento econômico brasileiro tomou um novo rumo sob a hegemonia marginalista, que inaugura um período de decadência ideológica que atinge as antigas correntes desenvolvimentistas (Castelo, 2010 e 2012). A economia vulgar derrotou a Economia Política desenvolvimentista, que viu alguns de seus intelectuais mais influentes aderirem às teses neoliberais na sua versão social-liberal. Formou-se, portanto, um novo bloco ideológico conservador que congrega, no seu interior, representantes da economia vulgar na sua versão atual do social-liberalismo e do novo-desenvolvimentismo, com hegemonia dos primeiros, que trazem consigo a miséria ideológica da economia marginalista do bem-estar.

É no cenário da ofensiva mundial do pensamento conservador que os ideólogos nacionais do social-liberalismo constroem uma agenda política e teórica⁴⁴ acerca da “questão social”. Suas ideias e opiniões buscam, acima de tudo, constituir-se como um sistema ideológico efetivamente prático nos embates políticos da sociedade brasileira, servindo como consciência teórica de determinados grupos e classes sociais. Vale destacar que a versão nacional do social-

⁴³ Sobre a polémica continuidade (conflituosa) do projeto neoliberal nos governos FHC e Lula, ver Francisco de Oliveira (2003, p. 147-148), Armando Boito Jr. (2006, p. 259-260), Luiz Filgueiras e Reinaldo Gonçalves (2007, p. 223) e Paulo Passarinho (2010, p. 15).

⁴⁴ Sobre a base analítica marginalista do social-liberalismo brasileiro, recomendo a leitura do livro *Microeconomia e sociedade no Brasil*, organizado por Marcos de Barros Lisboa e Naércio Aquino Menezes-Filho (2001).

-liberalismo pouco difere da formulada nas agências multilaterais de desenvolvimento, centros universitários e *think-tanks* internacionais. Pouco ou nada de novo e com densidade teórica foi acrescido pelos ideólogos brasileiros às versões originais do social-liberalismo.

Os principais nomes⁴⁵ vinculados à tradição do social-liberalismo são, na sua grande maioria, profissionais com graduação em escolas nacionais de Economia (PUC-Rio, Uerj, UFRJ). Seus estudos de pós-graduação são quase todos concentrados também em departamentos de Economia, sendo a PUC-Rio uma das instituições de maior procura no nível de mestrado. Já no nível de doutorado, boa parte dos ideólogos aqui analisados estudaram fora do país, com destaque para as *Top 5* estadunidenses.

Concluídos seus estudos acadêmicos formais, a maioria tornou-se professor de instituições públicas (UFF e UFRJ) e privadas (PUC-Rio, FGV-Rio) e/ou pesquisadores de centros de excelência do Estado (Ipea, CPS/FGV-Rio) e de organismos internacionais (Banco Mundial). Vale destacar que o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets),⁴⁶ um dos mais destacados aparelhos privados de hegemonia do social-liberalismo nacional, funciona como um polo aglutinador desses intelectuais tradicionais, pois todos participam de suas atividades como pesquisadores e/ou membros do Conselho de Administração.

⁴⁵ Neste estudo, colocam-se em tela seis nomes do social-liberalismo brasileiro, todos eles já citados ao longo do texto: André Urani, Francisco Ferreira, Marcelo Neri, Ricardo Henriques, Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça.

⁴⁶ Segundo informações retiradas do seu site oficial, o Iets “é uma instituição privada, sem fins lucrativos, voltada para a produção e a disseminação de conhecimento na área social. Sua missão é fazer a ponte entre a pesquisa acadêmica e as políticas públicas implementadas pelos diferentes setores da sociedade, como governo, setor privado e organizações não governamentais, para a melhoria da qualidade de vida da população”. Seus projetos são financiados por diversas instituições públicas e privadas, das quais destacam-se: Banco Itaú, Banco Mundial, Fundação Ford, Fundação Konrad Adenauer, Instituto Fernando Henrique Cardoso, Instituto Unibanco e TIM.

Recentemente, ao longo de 2010, o Iets ganhou um reforço de peso na sistematização da ideologia social-liberal. O Instituto de Estudos de Política Econômica (Iepe) – Casa das Garças, formado por economistas e professores oriundos da PUC-Rio, promoveu, em parceria com o Iets, seminários sobre a “questão social” brasileira, debatendo temas como saúde, educação básica, previdência, programas de transferência de renda e violência urbana. A proposta é o desenho de uma agenda social para o país.

O resultado dos seminários promovidos pela Casa das Garças e Iets é o livro *Brasil: a nova agenda social*, organizado por Edmar Bacha e Simon Schwartzman, dirigentes das duas instituições. Nesta publicação, a ideologia social-liberal brasileira ganha um novo alento, avançando na análise do quadro social na era pós-Lula. Trabalhando com os principais conceitos do social-liberalismo, como equidade e eficiência, os autores da obra propõem uma agenda tecnicista para a formulação de um novo conjunto de “reformas” nas políticas sociais. Em vez de investimentos nas políticas universais da seguridade social – consideradas ineficientes, caras e inibidoras do crescimento econômico –, eles defendem o direcionamento dos recursos do orçamento público para as políticas sociais de transferência de renda focalizadas nos miseráveis, tidas como “inovadoras e mesmo revolucionárias” (Bacha e Schwartzman, 2011, p. 11). Sobre o serviço social, faz-se uma defesa do antigo papel assistencialista, caridoso e voluntarista dos assistentes sociais, que devem ter como modelo os agentes chilenos de desenvolvimento familiar.

As trajetórias acadêmicas e profissionais dos principais intelectuais do social-liberalismo, marcadas por prêmios e distinções universitárias e pela ocupação de altos postos do Estado brasileiro nos âmbitos federal, estadual e municipal,⁴⁷ os credenciaram como

⁴⁷ Para citar os exemplos mais notórios: 1) André Urani foi secretário municipal do Trabalho da Cidade do Rio de Janeiro na gestão César Maia (1997-2000); 2)

interlocutores do debate a respeito da natureza da “questão social” e do enfrentamento às suas expressões. Suas ideias têm conquistado, com o apoio decisivo dos oligopólios de comunicação, espaço nos principais fóruns nacionais do debate sobre a “questão social”, conferindo-lhes ainda mais legitimidade e credibilidade frente à opinião pública. Tudo isto dentro de uma estratégia maior de transformar o seu sistema de ideias em uma efetiva potência prática, isto é, em uma ideologia capaz de orientar os caminhos da política social e mesmo definir o norte do desenvolvimento econômico.

Ricardo Paes de Barros, Ricardo Henriques e Rosane Mendonça (Barros *et al.*, 2001) trazem um relato empírico e descritivo da desigualdade e da pobreza no Brasil no período de 1977 a 1999, utilizando-se primordialmente da base de dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnads). A hipótese central dos autores reside em afirmar que “o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres”. A segunda hipótese de trabalho, intimamente relacionada à primeira, é que a causa principal da pobreza de milhões de brasileiros se encontraria em uma perversa desigualdade na distribuição dos recursos nacionais e das oportunidades de inclusão social. Desse modo, a origem da pobreza não estaria na escassez absoluta de recursos, mas sim na péssima distribuição de renda entre as famílias.

Marcelo Neri foi chefe do Centro de Políticas Sociais (CPS) vinculado ao Ibre/FGV e, atualmente, é o presidente do Ipea; 3) Ricardo Paes de Barros foi diretor da área de políticas sociais do Ipea e, no governo Dilma, é o subsecretário da Secretaria de Assuntos Estratégicos, que terá na sua alçada o projeto de erradicação da miséria nacional; 4) Rosane Mendonça foi diretora do Departamento de Acompanhamento e Monitoramento dos Programas Sociais do Ministério da Assistência Social; 5) Ricardo Henriques foi dirigente máximo da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do MEC, secretário de Assistência Social do governo do estado do Rio de Janeiro e atualmente é presidente do Instituto Pereira Passos e coordenador da UPP Social; 6) Fernando Ferreira, o único a residir no exterior, é economista sênior do departamento de pesquisa do Banco Mundial, nas áreas ligadas à economia do bem-estar social e ao desenvolvimento econômico.

De acordo com os números agregados da riqueza nacional, o Brasil ocupa a sétima posição mundial dos países mais ricos. Atualmente o governo Dilma Rousseff expressou o desejo de fazer da economia nacional a quinta maior do mundo. A contradição estaria na riqueza do país e na pobreza de imensas camadas da população: cerca de 90 milhões de brasileiros, o que equivale a 34% da população em situação de pobreza e 15% em situação de extrema pobreza (Barros e Carvalho, 2003, p. 2). Esta contradição, apesar de retratar um quadro de tragédia social, traria uma ponta de esperança para todos aqueles que lutam pela justiça social e o bem-estar popular, já que o país teria a sua disposição “farta disponibilidade de recursos para combater a pobreza” (Barros *et al.*, 2003, p. 23). Segundo seus cálculos, seriam necessários recursos financeiros da ordem anual de R\$ 6 bilhões (2% da renda das famílias) para erradicar a indigência e de R\$ 33 bilhões para eliminar a pobreza. Embasados nestes números, os autores defendem a factualidade e plausibilidade de um novo pacto social que promoveria o fim da pobreza e da indigência no país, tendo em vista os supostos meios fartos dos quais dispomos para tal missão.

A desigualdade social no Brasil não teria sofrido grandes alterações de patamar nos últimos 30 anos, horizonte temporal de análise dos autores, mas sim uma pequena redução do patamar de pobreza no pós-Plano Real (1994), que passou de 40% para 34%. Isto leva os ideólogos do social-liberalismo a afirmar que o Brasil sofreria de uma “estabilidade inaceitável” da desigualdade: entra e sai governo – cai a ditadura militar, entra o regime democrático – e o *status quo* da desigualdade permanece inalterado. Todas as medidas – coeficiente de Gini, índice de Theil, a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a renda média dos 40% mais pobres e a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a renda média dos 20% mais pobres – confirmariam o diagnóstico da “estabilidade inaceitável” das desigualdades sociais.

Segundo Francisco Ferreira, as causas da desigual distribuição de renda entre membros de um país seriam resultados de cinco grupos

de fatores, uns de ordem social, outros de ordem natural-genética: 1) as diferenças nas características natas dos indivíduos (raça, gênero, inteligência e/ou riqueza inicial); 2) diferenças nas características adquiridas dos indivíduos, como a educação e a experiência profissional; 3) mecanismos do mercado de trabalho (discriminação, segmentação e projeção); 4) imperfeições nos mercados de capitais; e 5) fatores demográficos (fertilidade da população).

De acordo com sua teoria, o primeiro grupo de fatores – acima identificado como as características natas dos indivíduos – constituiria-se como a pedra angular da distribuição de renda entre cidadãos de um mesmo país. Fatores de ordem natural são relacionados como prioritários no entendimento teórico da alocação da riqueza nacional. De posse de suas aptidões inerentes, cada indivíduo passaria a interagir com as instituições educacionais na busca de uma melhor capacitação para, como dizem Paes de Barros e Mendonça, a “preparação para a corrida” do mercado de trabalho. O terceiro momento seria a inserção do indivíduo no mercado de trabalho e a consequente remuneração a partir da venda da sua força de trabalho. Quanto mais apto e melhor qualificado for o indivíduo, diz Ferreira, melhor seria a sua remuneração *vis-à-vis* outros indivíduos menos capazes, menos esforçados e mais desqualificados. Por último, o indivíduo formaria o que o autor chama de “clubes de consumo” (os domicílios), no qual a renda poderia aumentar ou diminuir de acordo com suas escolhas matrimoniais e a quantidade de filhos do casal.

Ferreira acredita que o seu modelo teórico superaria a dicotomia na qual o debate brasileiro sobre desigualdade social operaria desde os anos 1970, período marcado pela polarização entre as explicações de Albert Fishlow e Carlos Langoni,⁴⁸ e que agora, passados mais

⁴⁸ Na década de 1970, surgiram dois textos seminais na bibliografia sobre desenvolvimento econômico e distribuição de renda. De um lado, Albert Fishlow, economista estadunidense especializado na economia brasileira, escreveu um artigo em 1972 no qual defendia que os principais determinantes das desigualdades sociais deveriam

de 30 anos, poderíamos retornar a um debate menos ideologizado e mais científico. O modelo teórico seria uma espécie de síntese que busca, em múltiplos fatores – dentre eles características inerentes do indivíduo, a educação e a luta política –, as causas fundamentais da desigualdade de renda no Brasil. Haveria, entretanto, uma hierarquia entre esses fatores. Não se deveria atribuir o mesmo peso explicativo a todos eles. Ferreira (2000, p. 141) cita o nível de escolaridade de um chefe de família como o principal fator explicativo da desigualdade social entre os indivíduos.

Chegaria, assim, o momento de os economistas vulgares deslocarem o foco das suas agendas de pesquisa sobre o mercado de trabalho para o funcionamento das instituições educacionais, responsáveis pelo desenvolvimento do capital humano de um país. Seria no nível formal de educação de cada indivíduo, na sua capacidade de competição no mercado de trabalho que se deveriam buscar as causas primárias e fundamentais do pauperismo, e não nas relações estabelecidas entre as classes sociais (Ferreira, 2000, p. 144).

As estratégias de combate à pobreza no Brasil, sugerem os social-liberais, deveriam sofrer alterações. Historicamente, o crescimento econômico *per se* e o aumento real do salário mínimo e dos benefícios previdenciários teriam sido privilegiados

ser procurados no funcionamento dos mercados de trabalho, que sofrem influência direta do processo de lutas de classes entre proprietários e trabalhadores. Do ponto de vista de uma outra matriz teórico-política, Carlos Langoni publicou em 1973 trabalho de maior fôlego sobre o mesmo tema. No livro *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*, Langoni advogou a tese de que as causas fundantes da nossa desigualdade estavam enraizadas tanto na péssima distribuição do ativo “educação” quanto no retorno proporcionado aos distintos detentores deste ativo. Para a melhor caracterização da controvérsia da distribuição de renda nos anos 1970, ver Maria Malta (2011), que traz toda a riqueza do debate e não o simplifica como faz Francisco Ferreira, que apaga textos estruturalistas, keynesianos e marxistas da história do pensamento econômico brasileiro que participaram ativamente da controvérsia.

como os meios cardinais de combate à pobreza. Após realizarem simulações econométricas, compararem a situação social (renda *per capita* e grau de pobreza) do Brasil com outros países, da renda *per capita* nacional com a linha de pobreza e analisarem o padrão de consumo das famílias, tais intelectuais concluem que a redução dos níveis de pobreza reagiria melhor e mais rápido às políticas sociais compensatórias (transferência direta de renda aos mais necessitados) e estruturais (democratização dos ativos educação, terra e crédito).

A principal medida de combate à pobreza no Brasil não deveria passar pelo crescimento da economia e da geração de riqueza, mas pela melhor distribuição na renda nacional (Neri, 2005, p. 321). Esta seria conseguida, em larga medida, por meio da alocação eficiente dos recursos escassos já disponíveis. O principal mecanismo operacional desta alocação eficiente seriam as políticas sociais compensatórias, operadas tanto pelo Estado quanto pelo Terceiro Setor, com o papel central reservado para este último (Iets, 2001, p. 31). Os autores argumentam, entretanto, que uma combinação entre políticas sociais e de crescimento econômico traria um resultado mais eficaz e imediato: em suma, a conjugação de crescimento com a promoção do desenvolvimento social, via equidade, seria o melhor remédio para os males do pauperismo.

O nó cego residiria na ineficiência das políticas sociais, que ficaria patente ao se constatar que o volume de recursos públicos direcionados aos programas sociais não garantiriam a mudança no padrão estrutural da desigualdade social. Os social-liberais brasileiros propõem medidas de cunho administrativo para aumentar a efetividade⁴⁹ das políticas sociais: 1) focalização dos gastos sociais

⁴⁹ Os critérios de eficiência de uma política social são definidos pelos social-liberais de acordo com os seguintes parâmetros: 1) expansão da capacidade produtiva do beneficiário; 2) expansão do grau de utilização dessa capacidade, ou seja, dada a

nos “mais pobres dos pobres”, isto é, os miseráveis; 2) avaliação do impacto das políticas sociais; e 3) integração e coordenação dos programas sociais em todos os níveis governamentais – federal, estadual e municipal – e do setor privado.

Vejamus cada uma das medidas propostas para aumentar a eficiência dessas políticas sociais. Primeiro, apesar da suposta generosidade dos orçamentos públicos, conjugados com a beneficência privada, os gastos sociais brasileiros não atingiriam aqueles que mais necessitam da ajuda estatal. A solução proposta seria a focalização dos gastos nos segmentos mais pobres da população. Para pôr em prática esta focalização, as medidas seriam a melhor distribuição dos recursos federais de acordo com as carências dos estados da federação, o remanejamento das verbas entre os programas, a abolição ou mudança do viés intergeracional na política social e, por último, a criação de um cadastro único da “clientela” (terminologia usada pelos economistas vulgares).

Em segundo lugar, eles alertam para o fato de o Brasil não ter um sistema de avaliação dos impactos das políticas sociais. O objetivo da criação de mecanismos técnicos para tal visa concentrar os recursos nos programas mais efetivos e propiciar a eles uma maior flexibilidade no atendimento das necessidades dos beneficiários e das localidades assistidas. Por último, as políticas sociais atuariam de forma desintegrada, sem coordenação entre os três níveis da administração pública e o setor privado, causando a superposição, ineficiência e má distribuição dos recursos.

Para superar os problemas diagnosticados, os social-liberais definem três grandes desafios para a nossa sociedade: 1) flexibilizar as ações de combate à pobreza e miséria, adaptando-se às necessidades locais dos municípios e especificidades das regiões; 2) aumentar o grau de cooperação e envolvimento das comunidades carentes nos

oportunidade, o beneficiário tem que se esforçar ao máximo para garantir o seu ingresso de renda; 3) satisfação das necessidades elementares para um ser humano.

programas sociais; 3) elencar a prioridade dos gastos nas camadas mais pobres da sociedade. Desafios menores seriam a unificação e a simplificação da enorme gama de programas sociais existentes, o que já foi de certa maneira garantido com o formato do programa Bolsa Família e será ampliado com o plano Brasil sem Miséria.

O foco dos social-liberais no que diz respeito ao combate à pobreza e às desigualdades sociais não fica somente restrito ao debate sobre as políticas sociais compensatórias. A estrutura social que reproduz incessantemente a péssima distribuição de renda entre nossos cidadãos estaria alicerçada na distribuição desigual do ativo educação. Se a sociedade brasileira quiser políticas de combate à exclusão social, deve lutar por um sistema educacional mais eficiente do ponto de vista da melhor formação profissional para o mercado de trabalho, capacitando os trabalhadores para as demandas tecnológicas e organizacionais decorrentes da economia do conhecimento. O fim da persistência da desigualdade passaria pela “luta de classes”, conforme escreve Ferreira (2000, p. 144), mas não entre capitalistas e trabalhadores, latifundiários e camponeses, e sim pela constituição de um novo sistema educacional, com prioridade de financiamento público para a educação primária e secundária em detrimento do ensino superior estatal.

Barros *et al.* (2000, p. 408) realizaram, a partir de simulações matemáticas, um estudo acerca das causas da desigualdade salarial. Os resultados apontam para um peso de 11% para fatores gerados pelo mercado de trabalho, como a discriminação racial e de gênero. Já para as desigualdades reveladas pelo mercado de trabalho, isto é, que já existiriam antes da inserção do trabalhador no setor produtivo, os autores identificam um peso de 48%, sendo que a heterogeneidade educacional responde por 39,5%, sendo o fator de maior peso na decomposição da desigualdade salarial brasileira.

À vista disto, seria dever fundamental do Estado proporcionar às crianças e aos adolescentes uma educação básica de qualidade,

comprometida com a formação e o investimento do capital humano nacional. Cada um dos jovens cidadãos deveria ter igualdade de oportunidades na busca por uma melhor inserção no mercado de trabalho, e a educação seria o melhor caminho para a promoção da equidade social.

Deste ponto de vista mercadológico, a educação é entendida como um ativo do portfólio de investimento de um determinado indivíduo, equiparado a uma ação de empresa, a um meio de produção ou qualquer ativo que gere renda para seu proprietário. O Estado deveria investir na formação do chamado capital humano, pois os retornos sociais seriam altos se comparados com outras políticas sociais. Conforme Marcelo Neri,

Os que estudam o problema apontam a educação como o principal determinante isolado da nossa alta desigualdade de renda. Diferenças educacionais explicam cerca de 40% dos diferenciais de renda entre brasileiros. A taxa de retorno da educação no Brasil é de 16% ao ano. Ou seja, o rendimento futuro do estudante deverá subir, em média, 16% para cada ano adicional completado. É difícil pensar em ativo com maior retorno do que a educação (Neri, 2005, p. 323).

Enquanto o Estado deveria fornecer uma educação de qualidade para todos os brasileiros, em particular aos que não podem pagar por este serviço, os indivíduos pobres deveriam investir seus melhores esforços nos estudos escolares, que no futuro poderiam lhe gerar rendimentos monetários. Formaria-se, então, uma espécie de simbiose virtuosa da responsabilidade cívica do Estado com o comprometimento moral do indivíduo. Os pobres deveriam ter um envolvimento maior, esforçando-se ética e moralmente quando as oportunidades aparecerem. Nas palavras de Barros e Carvalho, “para que a pobreza seja realmente erradicada, é necessário que os pobres explorem as oportunidades disponíveis, no que precisam empenhar muito esforço. Em suma, a rota de saída da pobreza se baseia, necessariamente, no binômio oportunidade-esforço”

(Barros e Carvalho, 2003, p. 14). A ética da responsabilidade, propugnada por Anthony Giddens e Pierre Rosanvallon, surge como um dos elementos orgânicos do social-liberalismo brasileiro.

Às políticas educacionais, consideradas de caráter estrutural, se agregariam outras políticas públicas de combate ao pauperismo. Apesar da posse do ativo educação gerar a possibilidade de uma inserção no mercado de trabalho, não haveria garantias reais da efetivação desta inserção, o que por sua vez não geraria renda para seu proprietário. Nem sempre o indivíduo conseguiria aproveitar as oportunidades do mercado; ou melhor, nem sempre o mercado ofereceria tais oportunidades, pois restrições do mercado de crédito na oferta de dinheiro poderiam interferir no nível de investimento em atividades produtivas, o que aumentaria o desemprego e, portanto, aqueles indivíduos formalmente qualificados não ingressariam no mercado de trabalho. Daí a necessidade de o Estado atuar nas falhas do mercado de crédito, corrigindo-as com a oferta de dinheiro barato e acessível para microempresários e empreendedores liberais, inclusive do mercado informal.

O patrocínio da igualdade de oportunidades via educação e expansão do microcrédito no Brasil seriam formas de intervenção do Estado na “questão social” vislumbrada pelo social-liberalismo, pois tal intervenção não atentaria contra a liberdade individual dos cidadãos e os mecanismos básicos de regulação mercantil, nem muito menos estimularia a preguiça da classe trabalhadora, preconceito repetido desde as formulações conservadoras sobre as *Poor Laws* inglesas na transição do feudalismo para o capitalismo e que não cessa de reaparecer em versões (pós)modernas.

A mistificação das causas do pauperismo

Nos últimos anos, a “questão social” brasileira, do ponto de vista da nossa péssima distribuição de renda e riqueza, permaneceu formalmente inalterada. Alguns estudos apontam, inclusive, que ela chegou mesmo a se deteriorar no que concerne à concentra-

ção de terra no país.⁵⁰ Já o estado da arte mudou bastante com a miséria ideológica da economia neoclássica do bem-estar. Por volta da década de 1970, o IBGE começou a produzir de forma mais sistemática e confiável séries e dados estatísticos mais recentes acerca da “questão social”. Além disso, o aparecimento de *softwares* que emulam regressões econométricas também contribuiu para a difusão dos estudos quantitativos da “questão social”. Os estudos econômicos recentes do social-liberalismo fazem amplo uso (e abuso) destes referenciais quantitativos. Seus trabalhos são ilustrados com esses referenciais numéricos e estatísticos, sempre baseados em bancos de dados oficiais do IBGE, como a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e a Pnad. A ortodoxia econômica nacional ganhou destaque e relevo nas explicações das causas do pauperismo, gerando um consenso ideológico construído à imagem e semelhança do social-liberalismo internacional, com destaque para as teses do pós-Consenso de Washington.⁵¹

No Brasil, a ideologia social-liberal gira em torno de três proposições políticas e analíticas: 1) o crescimento econômico, por si próprio, não traria a redução das desigualdades, havendo a necessidade de políticas públicas específicas e direcionadas para este problema; 2) os gastos sociais não seriam baixos, ao contrário: eles deveriam tornar-se mais eficientes com a melhora da alocação de recursos com sua focalização nos estratos sociais miseráveis; 3) propostas de desenvolvimento baseadas no investimento em capital humano, reformas tributárias, previdenciárias e trabalhistas e ampliação do microcrédito.

⁵⁰ O Censo Agropecuário de 2006 do IBGE apontou, de acordo com a mensuração efetuada com o índice de Gini, que a concentração fundiária aumentou no Brasil de 0,857 (1985) para 0,872.

⁵¹ Cabe assinalar que John Williamson, criador da expressão “Consenso de Washington”, foi professor do Departamento de Economia da PUC-Rio entre 1978 e 1981.

O consenso social-liberal é resultado de uma disputa ideológica intensa na qual os setores dominantes usam recursos de toda sorte para impô-lo a seus adversários. Aqui, os social-liberais adotam um tom polêmico nos seus ataques aos teóricos que reivindicam uma abordagem totalizante da “questão social”. Em suas próprias palavras, “pelo prisma de um projeto de desenvolvimento mais integral, este despertar dos mortos-vivos é alarmante (...)” (Iets, 2001, p. 29-30). Objetivamente, os economistas vulgares falam dos novos e antigos desenvolvimentistas; a tradição marxista é solenemente ignorada.

Toda uma larga tradição do pensamento social brasileiro, que remonta aos textos clássicos de Caio Prado Jr., Celso Furtado, Florestan Fernandes, Josué de Castro, Milton Santos, Francisco de Oliveira, Octavio Ianni, dentre outros, é desqualificada por parte dos social-liberais. Assim, as teorias sociais totalizantes, baseadas nos estudos da teoria do valor-trabalho e das lutas de classes, são descartadas do debate frente a um novo consenso acerca da natureza da “questão social” – reduzida ao pauperismo absoluto – e do seu enfrentamento – via as políticas sociais assistencialistas, o empoderamento dos indivíduos e a distribuição equitativa do ativo educação. A este respeito, Ana Elizabete Mota escreve:

Fato é que, a partir do governo Lula da Silva, o atendimento de parte das reivindicações e necessidades das classes subalternizadas se fez afastando-se dos referenciais classistas de socialização da riqueza socialmente produzida. Por isso, as respostas à luta social e histórica contra a miséria e a desigualdade social se deram com estratégias que negam o antagonismo das classes, obtendo, assim, o consentimento ativo e passivo de grande parte dos ‘trabalhadores’ e do ‘lumpen’ (Mota, 2012, p. 37).

Os estudos produzidos nos aparelhos privados de hegemonia, departamentos universitários e centros de pesquisa estatal ligados ao social-liberalismo privilegiam o empírico em relação às elaborações teóricas sistêmicas, que buscam as causas da “questão

social” nas estruturas nacionais e internacionais do capitalismo. Maria Lucia Werneck Vianna argumenta que as ciências sociais atuais padecem de um consenso daquilo que ela chama de “ciência-fotografia”. Os cientistas sociais, em detrimento de uma elaboração teórica consistente e de explicações macroestruturais, privilegiam, de modo geral, descrições empiricistas da realidade, como se esta fosse acessível somente a partir da sua simples observação dos fenômenos mais aparentes.

É meritório e útil, sem dúvida, o esforço investigativo da ciência social que se pratica hoje no Brasil com vistas a subsidiar o debate em torno do palpante tema do enfrentamento da questão social. É, porém, insuficiente. Pois, a despeito de tornar a realidade mais visível, porque quantificada e mensurada, bem como as políticas destinadas a operar sobre ela passíveis de avaliação a partir de instrumentos precisos, destitui de validade e importância as grandes interpretações (tentativas e controversas, por suposto). As ardorosas polêmicas acerca dos fundamentos e da capacidade explicativa de teorias rivais esmoreceram (Vianna, 2007, p. 2).

Na visão do social-liberalismo, o pauperismo não deveria ser atribuído à dinâmica da acumulação capitalista e à inserção subordinada do Brasil no mercado mundial – como fazem as pesquisas baseadas na perspectiva da totalidade –, mas sim às falhas de mercado e à não dotação de certos ativos por parte dos pobres. Como afirma Ianni, “é curioso observar que essas análises não estabelecem uma relação evidente, mas incômoda: que a prosperidade do capital e a força do Estado estão enraizadas na exploração dos trabalhadores do campo e da cidade” (Ianni, 1996, p. 91). A solução para a “questão social” não passaria por medidas que operem uma macrotransformação estrutural, mas deveria sempre recorrer a expedientes de natureza burocrática e administrativa (Marx, [1844] 2010; Duayer e Medeiros, 2003), evidenciando o alcance minimalista das políticas social-liberais frente a uma questão social maximizada (Netto, 2007, p. 160).

De acordo com os social-liberais, o fim da “questão social” seria questão de detalhes, de um “choque de gestão” – em uma palavra, de reformas microeconômicas e administrativas: “o importante, porém, é reconhecer que residem nestes ‘detalhes’ os principais freios ao crescimento econômico, com justiça social, no Brasil; não em formulações usualmente fantasiosas e vazias sobre supostas falhas fundamentais do modelo econômico” (Iets, 2001, p. 41).

Os ideólogos nacionais do social-liberalismo reverenciam os estudos descritivos da pobreza, retratada pelos índices de distribuição pessoal da renda e definida como falta de certos dotes financeiros. Suas pesquisas e análises enfatizam o aspecto econômico da pobreza, qual seja, o de insuficiência de renda. Primeiro quantifica-se a renda *per capita* da família para depois compará-la com o nível mínimo necessário para satisfação das necessidades básicas da família, nível mínimo determinado pelo Banco Mundial como uma renda inferior de 2 dólares diários. Caso a família ganhe menos do que o estipulado pela linha da pobreza, seus membros são considerados pobres ou indigentes; logo, poderiam ser cadastrados nos bancos de dados da pobreza oficial.⁵²

A essência da “questão social” não é redutível somente à pobreza, unilateralmente definida por critérios econômicos. Suas raízes devem ser procuradas nas desigualdades geradas e perpetradas pela exploração do trabalho assalariado pelo capital, sob pena de uma análise superficial do pauperismo. Esta exploração, por sua vez, pressupõe uma espécie de desigualdade originária e continuamente reposta (Fontes, 2005, cap. 4): quando da expropriação violenta

⁵² Em maio de 2011, o governo brasileiro adotou uma linha oficial de pobreza extrema (ou miséria). Estudos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome determinaram uma renda familiar de R\$ 70,00 mensais por pessoa como o valor da miséria no país; a família que ganha abaixo deste valor é considerada miserável. Assim definida, a miséria alcança, segundo dados governamentais, 16,2 milhões de brasileiros, cerca de 8,5% da população.

dos meios coletivos de produção, restou aos trabalhadores a posse da sua força de trabalho, enquanto os capitalistas acumularam meios de produção e altas somas de dinheiro capazes de comprar aquela força de trabalho abundantemente ofertada nos mercados.

A propriedade desta ou daquela mercadoria, afirma a teoria marxista das classes sociais, condiciona a inserção dos cidadãos no processo de produção: enquanto os proprietários dos meios de produção inserem-se de forma dominante no reino da produção – tornando-se, portanto, detentores de largas somas da riqueza gerada –, os proprietários da força de trabalho inserem-se de forma subalternizada, sendo obrigados a vender sua mercadoria por valores beirando muitas vezes o mínimo de subsistência.

Assim entendida a “questão social”, conferindo-se centralidade à categoria exploração e ao estudo das desigualdades a partir dos seus elementos mais recônditos (como a condição assalariada e alienada dos trabalhadores), o pauperismo – absoluto e relativo – é visto como resultado de uma gama de fatores sociais, e não pela análise reducionista do economicismo social-liberal. São eles:

– Políticos: a diferenciação entre assalariados e proprietários, garantida pela existência da propriedade privada, e a capacidade de organização coletiva das classes sociais na luta pela apropriação do excedente econômico;

– Econômicos: os rendimentos derivados da inserção do indivíduo na produção de mercadorias;

– Culturais: condição subalternizada e passiva do trabalhador frente ao capitalista, situação esta que se mantém pela criação de um imenso aparato político-ideológico legitimador das condições subjacentes à produção da riqueza.

Falhas de mercado e a refundação do Estado brasileiro

A matriz original de formação dos intelectuais do social-liberalismo brasileiro é a economia marginalista, descendente direta

da economia vulgar de Say, Carey, Bastiat. Eles desenvolvem uma agenda de pesquisa dentro do *mainstream* a partir dos referenciais do novo-keynesianismo, apontando a existência de falhas de mercado e de assimetria de informações. Segundo seus ideólogos, “não se parte, de fato, da hipótese de que os mercados funcionam naturalmente, mas se procura, de diferentes maneiras, fazer com que funcionem do melhor modo possível” (Iets, 2001, p. 38).

As críticas dos social-liberais a possíveis e episódicas falhas do mercado não são radicais, pois não se coloca em tela os fundamentos das atividades mercantis, como a propriedade privada das mercadorias: ao contrário, este direito civil básico é amplamente defendido pelo social-liberalismo brasileiro e internacional. E mais: ao se falar de mercado, mascara-se que a atual organização societária não se baseia estritamente nas relações mercantis, mas sim nas capitalistas. Segundo Marx, o modo de produção capitalista é, sem dúvida, marcado pela generalização irrestrita das relações mercantis em todos os âmbitos da vida social. A generalização, entretanto, é determinante quando alcança o ser humano e o transforma em uma mercadoria muito particular – a força de trabalho. Transacionada no mercado de trabalho, a força de trabalho é comprada pelos capitalistas, pois é a única mercadoria que possui a capacidade de criar valores acima daqueles necessários à sua reprodução, gerando, portanto, um valor excedente, ou uma mais-valia. Assim, Marx explica a acumulação capitalista não pelas trocas mercantis, mas pela exploração da força de trabalho no reino oculto da produção.

Ao reduzirem a sociedade capitalista a uma sociedade mercantil, os social-liberais acabam por mascarar e mistificar as bases sociais e políticas do atual modo de produção. Os direitos de propriedade privada dos meios de produção, o assalariamento dos trabalhadores e o caráter classista do Estado, para citarmos alguns aspectos estruturais do capitalismo, não são analisados. Ao contrário, são

reafirmados a todo o instante como algo natural, sem história. Ou seja, a solução da “questão social” não passa pela supressão do modo de produção capitalista e da exploração do trabalho assalariado, mas sim pelo seu aprofundamento: “Parodiando Mário Covas, é preciso um choque de capitalismo nos pobres brasileiros (...)” (Neri, 2005, p. 333).

Para promover este choque de capitalismo nos pobres brasileiros, defende-se a tese de refundação do Estado. Os social-liberais afirmam que a máquina governamental deveria ter um papel atuante e ativo nas falhas de mercado, principalmente no tocante às desigualdades sociais. Estas funções tampouco seriam bem desempenhadas caso o Estado mantivesse o seu desenho institucional ou continuasse a manter em seus círculos restritos de poder uma elite patrimonialista. E o Estado brasileiro, desde os seus primórdios, seria sustentado por uma aliança entre ricos e a classe média, e essa elite operaria “socialmente como aliados para garantir acesso privilegiado aos recursos e bens públicos, em detrimento dos pobres e miseráveis” (Iets, 2001, p. 5). Tornaria-se necessária, portanto, uma profunda reforma administrativa estatal, com o objetivo de adaptá-lo às suas funções de regulação econômica e atuação nas falhas de mercado. E esta reforma só seria possível quando se rompesse a aliança entre ricos e a classe média.

Os social-liberais fornecem alguns exemplos do que seriam os privilégios seculares do Estado brasileiro, inclusive nas políticas sociais. O primeiro, repetido à exaustão na grande mídia, é o sistema previdenciário, que direcionaria grande parte dos poucos recursos da União para seletas categorias profissionais, em especial os servidores públicos. Outro exemplo recorrente em sua argumentação é a universidade pública, instituição na qual ingressariam, basicamente, membros da elite. O Estado, desta forma, dado o orçamento restrito, deveria destinar seus recursos escassos para o

financiamento da educação básica, que atenderia com qualidade os pobres. Nem mesmo o seguro pago pelo Estado aos desempregados escapa. A avaliação dos social-liberais é taxativa quanto ao seguro-desemprego: “este é um exemplo contundente que mostra como a sociedade e as instituições brasileiras legitimam e cristalizam a desigualdade” (Iets, 2001, p. 24).

Os três exemplos citados são ilustrativos de como o social-liberalismo identifica e pretende tratar das fontes de nossas desigualdades sociais. Sustenta que o Estado teria se tornado refém de uma aliança entre ricos e a classe média para a perpetuação das desigualdades seculares do nosso país. Todos os exemplos, todavia, dizem respeito a políticas sociais públicas direcionadas aos setores da classe média e dos trabalhadores. Nenhum deles fala sobre as políticas direcionadas aos efetivamente ricos, como o setor rentista da burguesia. Estas seriam os casos preciosos das políticas econômica e tributária, pelas quais os fundos públicos são direcionados para o pagamento de rendas às classes proprietárias (Behring, 2008). Com efeito, os intelectuais social-liberais assumem abertamente uma defesa ampla e irrestrita das chamadas reformas estruturais (privatizações, quebra dos monopólios estatais etc.), da política econômica dos governos FHC e Lula e das novas configurações das políticas sociais que marcam a era neoliberal no Brasil.

(...) a estabilidade macroeconômica, (...) conquistada a duras penas ao longo dos últimos anos, é um bem público fundamental. Sua preservação é necessária para qualquer projeto de país, sobretudo se o foco das preocupações está na geração de uma sociedade mais justa do ponto de vista distributivo (...). Todas as críticas que imputam a este governo [FHC] uma preocupação ‘exagerada’ com a estabilidade econômica, portanto, são infundadas, quando não espúrias, ou até mesmo mal-intencionadas (Iets, 2001, p. 30).

Segundo suas concepções, não haveria uma relação direta entre as políticas sociais do Estado brasileiro e a política econômica.

Afirmam que há, “hoje, no Brasil, uma grande independência entre as políticas social e econômica. De fato, a política social não deve representar uma pressão orçamentária, uma vez que o grande desafio não é a sua expansão, mas sim buscar utilizar, de forma mais efetiva, os recursos de que já dispõe” (Barros e Carvalho, 2003, p. 15).

Desta afirmação, pode-se supor que não existiria um conflito de interesses entre a política fiscal de superávit primário – cada vez maior para pagamentos dos juros das dívidas interna e externa – e o montante cada vez menor de recursos das políticas sociais. Em outros termos, o pagamento dos juros das dívidas externa e interna às oligarquias financeiras – aqui entendido como o maior programa de transferência de renda do país, quase 20 vezes maior do que o Bolsa Família⁵³ – ficariam intocados. Tanto a política econômica como as políticas sociais ganham um ar de neutralidade tecnocrática, como se não fossem produto das tensões advindas das lutas de classes em torno da direção política dos aparelhos estatais e da repartição da mais-valia entre as classes nacionais (e internacionais).

A descoberta dos pobres e a proposta de refundação do Estado são anunciadas como uma novidade. Afirmam que “reduzir a desigualdade de forma significativa e sustentável é um desafio inédito e extremamente difícil para a sociedade brasileira” (Urani, 2002). Comportam-se como verdadeiros paladinos dos pobres, larga parcela da população que supostamente nunca teria contado com voz e vez na política do país, como se os anarquistas e comunistas não tivessem organizado setores urbanos e rurais da classe trabalhadora nas décadas de 1910 e 1920 (Giannotti, 2007, cap. 3 e 4). Teria chegado a hora da opção pelos pobres. “São esses,

⁵³ Segundo dados oficiais do Ministério do Desenvolvimento Social, o programa Bolsa Família consumiu R\$ 8,7 bilhões em 2007. De acordo com o Banco Central do Brasil, o pagamento de juros nominais alcançou em 2006 a soma de R\$ 160 bilhões, o que equivalente a 6,89% do PIB.

portanto, os pobres invisíveis, que precisam ser trazidos à luz e impostos à consciência moral da Nação. São o coração do projeto de desenvolvimento proposto neste documento” (Iets, 2001, p. 5).

Apesar do discurso pró-pobre, os ideólogos nacionais do social-liberalismo apostam no consenso político entre classes e grupos sociais como solução para os problemas do país. No plano político, os social-liberais entendem que a viabilidade da nova configuração do Estado, um ente político-administrativo capacitado a promover intervenções criteriosas e eficientes nas falhas de mercado, deveria ser produto de uma unanimidade entre todos os atores sociais da cena política nacional. Conclamam os partidos a abandonarem a competição de projetos díspares para o país e adotem a cooperação como prática corrente (Iets, 2001, p. 52). Todos – independentemente de posicionamentos ideológicos e programáticos das suas organizações coletivas – deveriam se congregiar diante de um esforço nacional de combate à pobreza e às desigualdades seculares. Proferem, inclusive, apelos às elites, àquelas anteriormente criticadas como uma elite patrimonialista que assalta os cofres públicos.

Diante dos erros do Consenso de Washington, os social-liberais convocam todos para uma concertação social, reunindo lideranças de segmentos que abririam mão de representar os interesses particulares de suas bases sociais em prol da vontade geral da nação. Estamos diante de um apelo indiscriminado à sociedade brasileira, como se esta fosse homogênea, integrada e harmônica, e não perpassada, de cima a baixo, por desigualdades, contradições e interesses antagônicos. A política é esvaziada de todo seu vigor e potencialidade de uma ação humana idealizada e orientada para macrotransformações sociais, e as classes dominantes operam a “hegemonia da pequena política” (Coutinho, 2010), em que a política fica restrita a questões burocráticas, de conchavos de gabinetes e artimanhas parlamentares.

À GUIA DE CONCLUSÃO (INSTABILIDADE, VULNERABILIDADE, INSTABILIDADE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E... PERSISTÊNCIA DO BLOCO HISTÓRICO NEOLIBERAL?)

As crises econômicas e financeiras são inerentes ao capitalismo, pois decorrem das contradições internas à dinâmica da acumulação ampliada da mais-valia. Apesar de sua constância, nem sempre os mais atentos analistas do sistema, sejam críticos ou apologetas, conseguem identificar o início de uma crise, muito menos a sua profundidade e abrangência. Algumas crises foram rapidamente debeladas, e a retomada do crescimento econômico veio muito antes do esperado. Em outras situações, certamente mais graves e caóticas, a crise prolongou-se por anos a fio, e acabou por se transformar na ruína do consenso e da dominação burgueses, abrindo espaço para reformas e revoluções.

Desse modo, o capitalismo experimenta, periodicamente, crises econômicas e políticas. Uma alimenta a outra, e é difícil dizer que existe uma causalidade determinística entre aqueles fatores – como se primeiro ocorresse uma crise econômica e depois uma crise política, ou vice-versa. Na história do capitalismo, verificam-se ambas as ocorrências. Entretanto, tal modo de produção não deve ser tomado como um sistema em permanente instabilidade. De tempos em tempos, assim como surgem as crises, surgem períodos de (relativa) estabilidade econômica e política, dentre os quais podemos destacar os 30 Anos Gloriosos. Em algumas situações históricas, por uma conjunção de fatores, as classes dominantes criam condições objetivas

e subjetivas favoráveis às inversões capitalistas. Mas nem sempre há sucesso na gestão das crises econômicas, e o capitalismo convive com crises estruturais que abrem janelas históricas de uma situação de crise orgânica. Assim, pode-se dizer que existe uma dialética entre crises e estabilização na história do modo de produção capitalista.

Como afirma Chesnais,

Deixado por sua própria conta, o movimento de acumulação gera contradições cujos fundamentos e intensidade parecem impedir que haja outra coisa senão breves remissões entre uma crise e a próxima, e que, portanto, são de natureza a provocar a explosão do sistema. No entanto, o que claramente marcou a história do capitalismo são os períodos de crise (dos quais as guerras no século XX foram uma das formas), mas também fases de estabilização relativa do movimento de reprodução ampliada, algumas das quais são bastante longas; portanto, também períodos ao longo dos quais as contradições permaneceram contidas (Chesnais, 2002, p. 13).

Periodicamente, as classes dominantes estabelecem leis, normas e convenções hegemônicas e ditatoriais no bloco histórico vigente com o objetivo de fornecer instituições e ideologias para a manutenção das taxas de lucro. Estes padrões de supremacia burguesa têm um prazo de validade de médio alcance, precisando constantemente de ajustes, pois as lutas de classes e a resistência dos trabalhadores continuam ativas, mesmo nos momentos de ápice do domínio dos proprietários.

Como as contradições permanecem vivas, os padrões de supremacia burguesa entram em períodos de crise, muitas vezes motivados por crises econômicas. Apesar de todos os esforços das classes dominantes em conter os efeitos mais deletérios do capitalismo, as contradições intrínsecas a este modo de produção impelem-no a sucessivas crises, que muitas vezes desdobram-se em crises orgânicas, caso haja uma simultaneidade entre crises de hegemonia e econômica. Neste sentido, deve-se perguntar como o capitalismo persiste apesar das suas constantes crises políticas e econômicas.

Poder-se-ia objetar que essa teoria pretende provar coisas demais – não que o capitalismo é propenso a crises, mas que o capitalismo é impossível. Mas precisamos compreender, no caso, a diferença entre as tendências e o que realmente ocorre [trajetórias]. As tendências podem ser neutralizadas por períodos mais curtos ou mais longos, embora, se forem fundamentais e inerentes, cedo ou tarde exerçam seu predomínio (Magdoff e Sweezy, 1982, p. 52).

Em termos históricos, estabeleceu-se uma grande controvérsia sobre a estabilidade/instabilidade do bloco histórico neoliberal. Para Peter Gowan (2003, p. 186), o regime monetário (e de dominação) arquitetado pelos Estados Unidos – o *Dollar Wall Street Regime* – se estabelece como um sistema integrado de poder econômico e político “extremamente volátil, instável e propenso a crises”.

David Harvey usa o conceito de regionalidades para definir configurações do capitalismo que geram uma estabilidade temporária (de médio prazo) da produção/ distribuição/ troca/ consumo, isto é, da base econômica, com o auxílio de mecanismos da superestrutura, como o Estado e a ideologia. Outro conceito que emerge da teoria de Harvey da ordenação espaço-temporal é o de padrão de acumulação, importado da Escola Regulacionista francesa. Tais regionalidades e padrões de acumulação não seriam, contudo, capazes de reverter a regra geral do capitalismo – volatilidade, instabilidade e insegurança. No neoliberalismo, a burguesia rentista estadunidense, com apoio restrito das demais burguesias internacionalizadas, construiu o padrão de acumulação por espoliação, que cada vez mais se mostra instável e fragilizado, mantendo-se pelo uso reforçado da coerção.

Em uma linha parecida, François Chesnais afirma que o capitalismo é caracterizado por uma dialética entre crise e estabilidade. A regra geral é a crise, mas a burguesia conseguiria, a partir de estratégias classistas, erigir regimes de acumulação ao longo da história – com mudanças na base e na superestrutura – que per-

mitiriam uma estabilidade ao capitalismo. Atualmente, o regime de acumulação financeirizado traria no seu DNA a instabilidade e a vulnerabilidade sistêmica. A crise de 2008 seria mais uma forte evidência da instabilidade sistêmica do capitalismo na era neoliberal.

Para Giovanni Arrighi e Beverly Silver (2001) e Immanuel Wallerstein (2003), a essência do capitalismo pode ser definida como sendo instável e propensa a crises periódicas, com as classes dominantes erigindo ciclos sistêmicos com suas instituições políticas e ideológicas para o controle social, em uma busca marcada por fracassos de gerar a prometida estabilidade que nunca chega. O neoliberalismo é não só uma crise hegemônica e sistêmica, mas, em última instância, uma crise terminal do capitalismo histórico, com a estagnação de longo prazo do modo de produção dominante e sua possível substituição por outra forma de organização social. A crise de hegemonia estadunidense e a ascensão da China seriam apenas aspectos da crise de larga proporção histórica do capitalismo, que pode ser a última, afirmam os autores.

No livro *Para além do capital*, István Mészáros (2002) apresenta algumas teses sobre a dinâmica do modo de produção capitalista. O sociometabolismo do capital se direcionaria no sentido de uma expansão sempre ilimitada de extração do trabalho excedente, e nada seria capaz de controlar este movimento expansivo. As interações entre base e superestrutura seriam marcadas por contradições internas entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação global. Tais contradições teriam, como consequência, um caráter destrutivo da força de trabalho (superexplorada, alienada, precarizada, pauperizada) e da natureza (devastada, poluída, mercantilizada), levando, em última instância, à autodestruição do sistema.

Historicamente, a burguesia teria se esforçado – com algum sucesso – em construir mecanismos de resolução temporária das

contradições, mas, desde as turbulências econômicas e políticas dos anos 1970, as crises capitalistas teriam assumido uma nova conformação. Até então elas tinham uma dinâmica cíclica, com a irrupção quase imperceptível da queda dos lucros, investimento, renda e emprego, seguidas por períodos de ondas longas expansivas. Mas ganharam um caráter estrutural e endêmico no período neoliberal, persistindo como uma constante depressão, sem perspectivas de recuperação econômica e política, o que demonstraria a incontrolabilidade do capital e o fracasso das tentativas de recuperação do sistema de sociometabolismo do capital no século XX, tais como a acumulação capitalista monopolista, a modernização do Terceiro Mundo e a economia planejada de tipo soviético (Mészáros, 2002, p. 49). Como diz o filósofo húngaro,

Sob as condições de crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrolabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral. (...) O capital *já* se submeteu a *controle* adequado duradouro ou a uma autorrestrrição racional. Ele só era compatível com ajustes limitados e, mesmo estes, apenas enquanto pudessem prosseguir, sob uma ou outra forma, a dinâmica de autoexpansão e o processo de acumulação. Tais ajustes consistiam em contornar os obstáculos e resistências encontrados sempre que ele fosse incapaz de demoli-lo (Mészáros, 2002, p. 100 – grifos originais).

Em 1994, 1996 e 2001, Emir Sader e sua equipe do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj promoveram três seminários internacionais intitulados Pós-neoliberalismo I, II e III, respectivamente. De lá para cá, Sader reafirma a sua tese de que o neoliberalismo enfrenta, desde meados dos anos 1990, um processo lento e gradual – mas perfeitamente visível – de perda do consenso e de hegemonia, abrindo possibilidades reais de contestação popular e de ruptura com a hegemonia imposta pelas classes dominantes, ruptura esta que seria protagonizada, aqui no Brasil, pelo governo Lula (Sader,

2003a, p. 186-188). Na esteira da tese do pós-neoliberalismo, seguiu, por exemplo, Theotônio dos Santos (2002, p. 215-219).

Na ocasião do primeiro seminário, Atilio Boron (2000, p. 185) e José Paulo Netto (2000, p. 32) fizeram objeções sobre a precocidade do prognóstico do pós-neoliberalismo, pontuando a presença de tensões e conflitos no bloco histórico neoliberal que poderiam acentuar suas contradições internas e levar, no futuro, a sua extinção.

A crise estrutural do capital iniciada em 2008 colocou mais lenha na fogueira do debate sobre o colapso do neoliberalismo e, por conseguinte, do social-liberalismo. Analistas e militantes já se manifestaram a respeito do fim do capitalismo à medida que crescem as revoltas populares contra a crise em todas as regiões do planeta. Sua magnitude e profundidade gestaram condições objetivas de fragilização do bloco social rentista que sustenta e solda o bloco histórico neoliberal.

A morte do social-liberalismo também foi anunciada. Em artigo na Agência Carta Maior, José Luís Fiori escreveu o obituário do *neoliberalismo social-democrata*, modo como ele intitula a bizarraria da mescla inorgânica entre neoliberalismo e social-democracia. Como diz Fiori (2010), “a ‘terceira via’ teve vida muito curta. Talvez por causa da superficialidade e artificialidade das suas ideias, talvez porque seus líderes mais importantes acabaram sendo derrotados nas urnas, ou passaram para a história como grandes fracassos ou blefes político-ideológicos”.

Quando o pânico da crise se generalizou, os Estados imperialistas precisaram intervir de forma direta. Diversas medidas foram utilizadas para evitar, nas palavras de Dominique Strauss-Kahn, diretor-geral do FMI, “um derretimento do mercado financeiro”. Os Estados fizeram de tudo ao seu alcance para impedir a quebra total da banca, inclusive usando medidas até então inimagináveis, como a estatização de corporações oligopolizadas

do capital financeiro rentista. Segundo o receituário neoliberal, estas medidas foram tão heterodoxas que alguns analistas do mercado e colunistas da grande imprensa tacharam George W. Bush e Barack Obama, presidentes dos Estados Unidos, Ben Bernacke, presidente do FED, e Henry Paulson, secretário do Tesouro estadunidense, de “neobolcheviques”, em uma analogia ao planejamento central e estratégico das economias socialistas. Falou-se, inclusive, na morte da iniciativa privada! Estas medidas conjugaram-se com uma atuação dos Estados e das instituições internacionais, como ONU e Banco Mundial, no tratamento de expressões da “questão social”, como a fome e o pauperismo, no melhor estilo do social-liberalismo, com liberação de empréstimos para os países mais pobres investirem em políticas sociais focalizadas e assistencialistas em parceria com o chamado “Terceiro Setor”. Desta forma, o social-liberalismo mantém-se ativo, com medidas mais amplas de intervenção do Estado na economia. Das fileiras do socialismo burguês surgem apelos, em forma de salvação, para o Estado agir o quanto antes e salvaguardar a sociedade capitalista da própria ambição e ganância desenfreada dos burgueses, refundando-a a partir de novas bases, agora não mais especulativas e irracionais.

A questão evitada pelos social-liberais é que o Estado jamais deixou de buscar, dentro do seu alcance, as condições necessárias para a acumulação de capital e para a manutenção da ordem estabelecida. Esta sempre foi a sua principal função; e não será agora, diante de mais uma crise, que deixará de cumpri-la. Ele não precisa ser convocado para voltar a intervir novamente na economia pelo simples fato de que nunca abdicou de tal função no capitalismo. A questão da atuação estatal poderia ser encaminhada de outra forma: como, daqui para frente, o Estado irá intervir na economia? Quem irá se beneficiar? Quem vai pagar a conta? Até agora, na entrada e na saída, privatizaram os lucros e socializaram

os prejuízos. Ou seja, como sempre, quem está pagando a conta são os trabalhadores...

Conforme ressaltado ao longo da segunda parte, a acumulação capitalista no bloco histórico neoliberal ganhou um caráter financeirizado, tornando-se o modo de ser do sistema, o padrão de riqueza do capitalismo contemporâneo que perpassa, domina e aprisiona as esferas do capital e do trabalho. Ela é uma estratégia de acumulação de capital seguida não apenas por bancos, fundos de pensão, seguradoras e rentistas em geral, mas por diversos agentes privados de peso que não operam, estrito senso, na órbita financeira, como as famílias poupadoras e as empresas transnacionais. Tal estratégia de gestão dos ativos chega mesmo a atingir o modo de operação das políticas macroeconômicas estatais (Braga, 1997).

Este padrão de riqueza contemporâneo tem sido imposto unilateralmente pelos Estados Unidos ao resto do mundo desde o final dos anos 1970, quando começaram os processos de liberalização dos fluxos de capital. Praticamente todos os países “aderiram” ao padrão global de financeirização capitaneado pelo dólar estadunidense, já que grande parte dos títulos que circulam no mercado de capitais (ações, bônus, títulos financeiros etc.) é denominada na referida moeda.

O rentismo é parte fundante do sistema capitalista e constitui uma estratégia política da classe burguesa para a reversão da crise orgânica dos anos 1970. A especulação financeira, nos tempos atuais, se impõe como uma condição estrutural, um modo de ser do capitalismo. Ela não é um distúrbio momentâneo, nem uma alta dose passageira de irracionalidade por parte de governantes e agentes do mercado financeiro. Se esta existe, tornou-se a racionalidade do sistema, e pequenas reformas-restauradoras não irão conter a crise, pois não atacam seus fundamentos básicos. Estes se encontram, em geral, na dinâmica contraditória e essencial do capitalismo e, em particular, na acumulação financeirizada vigente

no bloco histórico neoliberal. As crises decorrem das contradições endógenas ao sistema, dentre elas a crescente socialização da produção, que envolve um sem número de conexões entre trabalhadores do mundo inteiro e a apropriação privada da mais-valia. Além desta contradição, que muitos marxistas consideram a contradição básica do sistema capitalista, tem-se a anarquia da produção, a tendência a queda da taxa de lucros em longo prazo, a superprodução de mercadorias, a sobreacumulação de capital e de força de trabalho e o subconsumo das camadas populares.

A crise de 2008 que se encontra em marcha traz elementos de esgotamento e decadência do neoliberalismo, no qual as teorias do social-liberalismo mostram-se relativamente enfraquecidas em fornecer a argamassa ideológica para manter a coesão do bloco histórico. Isto, entretanto, não parece o fim da doutrina, haja vista as políticas dos países da União Europeia para conter a crise: corte de direitos sociais, especialmente com a flexibilização de direitos trabalhistas, demissão e redução dos salários dos funcionários públicos, privatização, aumento de impostos para pagamento dos juros da dívida etc.

Em 2009, Walden Bello escreveu que as classes dominantes têm tomado a dianteira na resolução dos efeitos da crise, criando um novo consenso capitalista, chamado por ele Socialdemocracia Global (SDG), algo muito próximo do que defendo como sendo o social-liberalismo. Dentre as principais ações da SDG, Bello aponta a gestão benéfica da globalização, equilíbrio entre crescimento e equidade, defesa do multilateralismo e de reformas nas instituições financeiras internacionais, cancelamento das dívidas externas dos países mais pobres, combate à pobreza e à destruição do meio ambiente.

Por fim, David Harvey é um dos poucos que defende a tese de que o neoliberalismo não acabou. Harvey é enfático em declarar que a atual crise fortalece a direita e o poder da classe dominante

– dada a defesa do patrimônio dos banqueiros, perpetrada pelos governos centrais e periféricos por meio de aportes trilionários dos fundos públicos –, em detrimento da fragilidade da esquerda e da classe trabalhadora. Em suas palavras,

(...) o neoliberalismo não acabou. Formas secretas dele ainda estão profundamente arraigadas em instituições e estruturas financeiras, e, se o neoliberalismo tem a ver com a consolidação do poder de classe, é bem possível que vejamos uma consolidação ulterior disso até chegarmos a ficar sem as legitimações ideológicas da ciência econômica do livre mercado (Harvey, 2009).

De todo modo, a história não chegou ao seu fim e, cada vez mais, com o aprofundamento da crise capitalista, novas fissuras surgirão no bloco histórico neoliberal, que se vê impotente em reformar e restaurar o edifício capitalista. Aos poucos as classes subalternas vão promovendo passeatas, greves e rebeliões, em sua grande maioria sem uma direção intelectual-moral muito bem definida, o que prolongaria a sobrevida do neoliberalismo e da sua variante ideológica, o social-liberalismo, em especial nas principais nações imperialistas. Mas toda esta situação pode mudar, inclusive em favor da classe trabalhadora...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALGRANATI, Clara (2005). “Lutas sociais e ‘neoliberalismo de guerra’ na América Latina”, in: *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. Roberto Leher e Mariana Setúbal (orgs.). São Paulo: Cortez, p. 208-225.
- ALI, Tariq (2008). “Anos de luta”. *Margem esquerda*, São Paulo, n. 11, p. 25-31.
- ALTVATER, Elmar (1987). “A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise”, in: *História do marxismo*, v. 8. Eric Hobsbawm (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 79-133.
- ANDERSON, Perry (1996). “Introdução”, in: *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Perry Anderson e Patrick Camiller (orgs.). Rio de Janeiro: Contraponto, p. 9-31.
- _____ (2000a). “Balanço do neoliberalismo”, in: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23.
- _____ (2000b). “Além do neoliberalismo”, in: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 197-202.
- _____ (2007). “As ideias e a ação política na mudança histórica”, in: *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Atilio Boron et al. (orgs.). Buenos Aires: Clacso; São Paulo: Expressão Popular, p. 365-377.
- ANTUNES, Ricardo [1995] (2005). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 10ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp.
- _____ (2002). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6ª ed. São Paulo: Boitempo.
- _____ (2006). “A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil”, in: *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, p. 15-25.

- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly (2001). “Introdução”, in: *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. UFRJ, 2001, p. 11-45.
- BACHA, Edmar; SCHWARTZMAN, Simon (2011). “Introdução”, in: *Brasil: a nova agenda social*. Rio de Janeiro: LTC, p. 1-20.
- BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de (2003). *Desafios para a política social brasileira*. Rio de Janeiro: Ipea, Texto para discussão n. 985.
- _____; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane (2000). “Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil”, in: *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Ricardo Henriques (org.). Rio de Janeiro: Ipea, p. 405-423.
- _____. (2001). *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea. Texto para discussão n. 800.
- BEHRING, Elaine (2003). *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2008). “Acumulação capitalista, fundo público e Política Social”, in: *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. Ivanete Boschetti et al. (orgs.). São Paulo: Cortez, p. 44-63.
- BEIRED, José Luís Bendicho. “A função social dos intelectuais”, in: *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. Alberto Aggio (org.). São Paulo: Ed. Unesp, 1998, p. 121-132.
- BELLO, Walden (2001). “2000: o ano do protesto global contra a globalização”, in: *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. José Seoane e Emílio Taddei (orgs.). Petrópolis: Vozes, p. 256-264.
- _____. (2009). “Novo consenso capitalista está em gestação”. Disponível em: <www.agenciacartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15484>. Acesso: 16 jan. 2009.
- BIANCHI, Alvaro (2008). *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda.
- BOBBIO, Norberto (1996). *Igualdade e liberdade*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- _____. (1999). *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (2001). *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Unesp.

- _____ (2003). “Tradição e herança do liberal-socialismo”, in: *Norberto Bobbio: filósofo e a política*. José Fernández Santillán (org.). Rio de Janeiro: Contraponto, p. 505-518.
- BOITO JR., Armando (2003). “A hegemonia neoliberal no governo Lula”. *Crítica Marxista*, v.17, p. 9-35, 2003. Disponível em: <www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica17-A-boito.pdf>. Acesso: 17 jan. 2007.
- _____ (2006). “A burguesia no governo Lula”, in: *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Eduardo Basualdo e Eduardo Arceo (comps.). Buenos Aires: Clacso, p. 237-263.
- BORON, Atilio (2000). “O pós-neoliberalismo é uma etapa em construção”, in: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (2003a). “O marxismo e a filosofia política”, in: *Filosofia política marxista*. São Paulo: Cortez, p. 35-62.
- _____ (2003b). “O constitucionalismo norte-americano e as tradições políticas do liberalismo e do socialismo”, in: *Filosofia política marxista*. São Paulo: Cortez, p. 115-149.
- _____ (2007). “El mito del desarrollo capitalista nacional en la nueva coyuntura política de América Latina”. Disponível em: <www.rebellion.org>. Acesso: 20 de fev. 2007.
- BOSI, Alfredo (2010). “Ideologia: o nome e as significações”, in: *Ideologia e contraideologia*. São Paulo: Cia. das Letras, p. 61-82.
- BOURDIEU, Pierre (1998). *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BRAGA, José Carlos de Souza (1997). “Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo”, in: *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (orgs.). 2ª ed. Petrópolis: Vozes, p. 195-242.
- BRAGA, Ruy (1995). “Luta de classes, reestruturação produtiva e hegemonia”, in: *Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva*. Claudio Katz et al. São Paulo: Xamã, p. 45-136.
- _____ ; BIANCHI, Alvaro (2003). “O social-liberalismo chega aos trópicos”. Disponível em: <www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/08/261787.shtml>. Acesso: 19 nov. 2006.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (1996). *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo: 34.

- _____ (1998). *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. São Paulo: 34.
- _____ (2006). “O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional”. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br/>. Acesso: 17 jan. 2007.
- _____ (2009). *Construindo o Estado republicano: democracia e reforma da gestão pública*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christinne (1990). *Gramsci e o Estado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CALLINICOS, Alex (2007). “Igualdade e capitalismo”, in: *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Atilio Boron et al. (orgs.). Buenos Aires: Clacso; São Paulo: Expressão Popular, p. 253-269.
- CARCANHOLO, Marcelo (2010). “Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a nova Cepal dentro do Consenso de Washington”, in: *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rodrigo Castelo (org.). Rio de Janeiro: Pão e Rosas, p. 119-141.
- CASANOVA, Pablo González (1975). “A posição política dos autores e as categorias do desenvolvimento”, in: *Sociologia do desenvolvimento*, v. II. José Carlos Garcia Durand e Lia Pinheiro Machado (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, p. 69-79.
- _____ (1995). *O colonialismo global e a democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (2000). “Globalidade, neoliberalismo e democracia”, in: *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Pablo Gentili (org.). Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, p. 46-62.
- _____ (2002). “Causas da rebelião em Chiapas”, in: *Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: LPP; Buenos Aires: Clacso, p. 219-248.
- CASTEL, Robert (2000). “As transformações da questão social”, in: *Desigualdade e a questão social*. Mariangela Belfiore-Wanderley, Lucia Bógus e Maria Carmelita Yasbek (orgs.). 2ª ed. São Paulo: Educ, p. 235-264.
- _____ (2003). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes.
- CASTELO, Rodrigo (2010). “O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano”, in: *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, p. 191-211.

- _____ (2010a). “A ‘questão social’ nas obras de Marx e Engels”. *Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 85-94, jan.-jun. 2010.
- _____ (2012). “O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro”. *Serviço Social & Sociedade*, n. 112, p. 613-636, out-dez 2012.
- CEPAL [1990] (2000). “Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990”, *in: Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, v. 2. Ricardo Bielschowsky (org.). Rio de Janeiro: Record, p. 887-910.
- CEPAL/UNESCO [1990] (2000). “Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade”, *in: Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, v. 2. Ricardo Bielschowsky (org.). Rio de Janeiro: Record, p. 911-919.
- CHAUI, Marilena (1999). “A fantasia da terceira via”. *Folha de S.Paulo*, 19 dez. 1999.
- CHESNAIS, François (1997a). “A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro”. *Praga*, São Paulo, n. 3, p. 19-46.
- _____ (1997b). “Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo”. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 7-34.
- _____ (1998a). “Introdução”, *in: A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, p. 11-33.
- _____ (1998b). “Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica”, *in: _____ (org.). A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, p. 249-293.
- _____ (1998c). “Os *crashes* financeiros asiáticos e os mecanismos de propagação internacional de crise econômica”, *in: A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, p. 295-318.
- _____ (2002). “A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações”. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44.
- _____ (2005a). “Apresentação à edição brasileira”, *in: A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, p. 17-24.

- _____ (2005b). “O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”, in: *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, p. 35-67.
- _____ (2007). “As contradições e os antagonismos próprios ao capitalismo mundializado e suas ameaças para a humanidade”. *Outubro*, São Paulo, n. 16, 2º semestre, p. 11-33.
- _____ (2008). “El fin de un ciclo. Alcance y rumbo de la crisis financiera”, in: *Herramienta*, n. 37. Disponível em: <www.herramienta.com.ar/modules.php?op=modload&name=News&file=article&sid=580>. Acesso: 13 jun. 2008.
- CHOSSUDOVSKY, Michel (1999). *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna.
- _____ (2010). “O fabrico da dissidência”. Disponível em: <www.odiario.info/?p=1794>. Acesso: 8 jan. 2010.
- COCKBURN, Alexander; ST. CLAIR, Jeffrey (2001). “O novo movimento por que estamos lutando”, in: *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. José Seoane e Emílio Taddei (orgs.). Petrópolis: Vozes, p. 200-217.
- COUTINHO, Carlos Nelson [1972] (2010). *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular.
- _____ (1999). *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (2000). “Notas sobre cidadania e modernidade”, in: *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, p. 49-69.
- _____ (2002). “Liberal-socialismo: um sorvete quente?” Disponível em: <www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=86>. Acesso: 27 ago. 2008.
- _____ (2006a). “Democracia: um conceito em disputa”, in: *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, p. 13-27.
- _____ (2006b). “O marxismo no Brasil”, in: *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, p. 139-149.
- _____ (2008). “A época neoliberal: revolução passiva ou contrarreforma?”, in: *Contra corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, p. 90-105.
- _____ (2010). “A hegemonia da pequena política”, in: *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek (orgs.). São Paulo: Boitempo, p. 29-43.

- DE FELICE, Franco (1978). “Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci”, in: *Política e história em Gramsci*, v. I. Franco Ferri (coord.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 189-257.
- DI BIAGIO, Anna (2010). “Hegemonia leninista, hegemonia gramsciana”, in: *Gramsci no seu tempo*. Alberto Aggio, Luiz Sérgio Henriques e Giuseppe Vacca (orgs.). Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, p. 87-114.
- DOS SANTOS, Theotônio (2004). “Crise e conjuntura”, in: *Do terror à esperança: auge e declínio do neoliberalismo*. Aparecida: Ideias & Letras, p. 197-205.
- DREIFUSS, René (1981). *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes.
- DUAYER, Mario; MEDEIROS, João Leonardo (2003). “Miséria brasileira e macrofilantropia: psicografando Marx”. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, n. 7, jul.dez., p. 237-262.
- DUMÊNIL, Gérard; LÉVY, Dominique (2003). “Superação da crise, ameaças de crise e novo capitalismo”, in: *Uma nova fase do capitalismo?* François Chesnais *et al.* São Paulo: Xamã, p. 15-41.
- EAGLETON, Terry [1996] (2007). “A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental”, in: *Um mapa da ideologia*. Slavoj Žizek (org.). Rio de Janeiro: Contraponto, p. 179-226.
- ENGELS, Friedrich [1845] (2008). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.
- _____ [1877] (s/d). “Do socialismo utópico ao socialismo científico”, in: *Obras escolhidas*, v. 2. Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Alfa-Omega, p. 281-336.
- _____ [1890] (1977a). Carta a Joseph Bloch, in: *Cartas filosóficas e outros escritos*. Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Grijalbo, p. 34-36.
- _____ [1890] (1977b). Carta a Konrad Schmidt, in: *Cartas filosóficas e outros escritos*. Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Grijalbo, p. 37-41.
- _____ [1893] (1977). Carta a Franz Mehring, in: *Cartas filosóficas e outros escritos*. Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Grijalbo, p. 42-44.
- _____ [1894] (1977). Carta a Heinz Starckenburg, in: *Cartas filosóficas e outros escritos*. Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Grijalbo, p. 45-48.
- FERREIRA, Francisco (2000). “Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?”, in: *Desigual-*

- dade e pobreza no Brasil*. Ricardo Henriques (org.). Rio de Janeiro: Ipea, p. 131-158.
- FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo (2007). *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- FIORI, José Luís (1995). “Da dependência ao social-liberalismo: a bússola de Fernando Henrique Cardoso”, in: *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, p. 231-245.
- _____. (2010). “Requiescat in Pace”. Disponível em: <www.cartamaior.com.br/templates/colunaImprimir.cfm?coluna_id=4761>. Acesso: 27 ago. 2010.
- FONTES, Virgínia (2005). *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto.
- _____. (2010). *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV; Ed. UFRJ.
- FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose [1979] (s.d.). *Liberdade de escolher: o novo liberalismo econômico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (1996). *Educação e crise do capitalismo real*. 2ª ed. São Paulo: Cortez.
- GIANNOTTI, Vito (2007). *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad.
- GIDDENS, Anthony [1994] (1999). *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: Ed. Unesp.
- _____. [1998] (2005). *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record.
- _____. [2000] (2001). *A terceira via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (2007). “Introdução”, in: *O debate global sobre a terceira via*. São Paulo: Ed. Unesp, p. 17-49.
- GÓMEZ, José Maria (2001). “Ativismo transnacional e globalização contra-hegemônica: Seattle, Porto Alegre e depois”. *Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 10-25.
- GOWAN, Peter (2003). *A roleta global: uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo*. Rio de Janeiro: Record.
- GRAMSCI, Antonio [1921] (2004a). “O povo dos macacos”, in: *Escritos políticos*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 30-34.
- _____. [1921] (2004b). “Socialistas e fascistas”, in: *Escritos políticos*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 65-68.

- _____. [1921] (2004c). “Subversivismo reacionário”, *in: Escritos políticos*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 68-70.
- _____. [1921] (2004d). “Os líderes e as massas”, *in: Escritos políticos*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 71-73.
- _____. [1921] (2004e). “Os *Arditi del Popolo*”, *in: Escritos políticos*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 73-77.
- _____. [1921] (2004f). “Os dois fascismos”, *in: Escritos políticos*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 80-83.
- _____. [1922] (2004). “As origens do gabinete Mussolini”, *in: Escritos políticos*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 122-126.
- _____. [1924] (1987). “A crise italiana”, *in: A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 93-108.
- _____. [1926] (2004a). “A situação italiana e as tarefas do PCI”, *in: Escritos políticos*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 317-367.
- _____. [1926] (2004b). “Um exame da situação italiana”, *in: Escritos políticos*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 367-382.
- _____. (1999). *Cadernos do cárcere*, v. 1. Introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2002a). *Cadernos do cárcere*, v. 3. Maquiavel: sobre o Estado e a política. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2002b). *Cadernos do cárcere*, v. 5. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2004). *Cadernos do cárcere*, v. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2005). *Cartas do Cárcere*, v. 1 (1926-1930). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2007). *Cadernos do cárcere*, v. 4: Temas de cultura e ação católica; americanismo e fordismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRUPPI, Luciano [1978] (2000). *O conceito de hegemonia em Gramsci*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal.
- GUNDER FRANK, André (1975). “Sociologia do desenvolvimento e subdesenvolvimento da sociologia”, *in: Sociologia do desenvolvimento*, volume II. José Carlos Durand e Lia Machado (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, p. 109-182.

- HARVEY, David [1975] (2006). “A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista”, in: *A produção capitalista do espaço*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, p. 41-73.
- _____[1981] (2006). “A geopolítica do capitalismo”, in: *A produção capitalista do espaço*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, p. 127-162.
- _____(1994). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 4ª ed. São Paulo: Loyola.
- _____[1998] (2006). “A geografia do poder de classe”, in: *A produção capitalista do espaço*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, p. 191-218.
- _____(2004). *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola.
- _____(2008). *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola.
- _____(2009). “O neoliberalismo não acabou”. Disponível em: <www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15895>. Acesso: 8 abr. 2009.
- HAYEK, Friedrich [1944] (1978). *O caminho da servidão*. 2ª ed. Porto Alegre: Globo.
- HENRIQUES, Ricardo (org.) (2000). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea.
- HOBSBAWM, Eric [1961] (2003). *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____(1997). *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª ed. São Paulo: Cia. das Letras.
- IAMAMOTO, Marilda (2003). “A questão social no capitalismo”. *Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 56-83.
- IANNI, Octavio (1996). *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense.
- _____(1999). “Neoliberalismo e nazifascismo”. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 7, p. 112-120.
- _____(2004). *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- IASI, Mauro (2006). *As metaformoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular.
- _____(2007). “Ideologia... quer uma para viver?”, in: *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, p. 77-87.
- IETS (2001). *Desenvolvimento com justiça social: esboço de uma agenda integrada para o Brasil*. Policy paper n. 1, 2001. Disponível em: <www.iets.org.br>. Acesso: 25 fev. 2007.

- JAMESON, Fredric (2004). “Sobre a intervenção cultural”. *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 65-72.
- JEFFERS, Esther (2005). “A posição da Europa na valorização mundial dos capitais de aplicação financeira”, in: *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. François Chesnais (org.). São Paulo: Boitempo, p. 153-173.
- KEYNES, John Maynard [1930] (1982). “Perspectivas econômicas para os nossos netos”, in: *O futuro do capitalismo*. Claudio Napoleoni (org.). Rio de Janeiro: Graal, p. 153-163.
- _____ [1936] (1992). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas.
- _____ [1937] (1982). “Algumas consequências econômicas da diminuição da população”, in: *O futuro do capitalismo*. Claudio Napoleoni (org.). Rio de Janeiro: Graal, p. 165-173.
- KONDER, Leandro (2002). *A questão da ideologia*. São Paulo: Cia. das Letras.
- LAHUERTA, Milton (1998). “Gramsci e os intelectuais: entre clérigos, populistas e revolucionários (modernização e anticapitalismo)”, in: *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. Alberto Aggio (org.). São Paulo: Ed. Unesp, p. 133-158.
- LEHER, Roberto (1999). “Um novo senhor da educação? A política do Banco Mundial para a periferia do capitalismo”, in: *Outubro*, São Paulo, n. 1, mai. 1999, p. 19-30. Disponível em: <boletimef.org/biblioteca/185/Leher-Artigo>. Acesso: 8 jan. 2011.
- LENIN, V. I. [1902] (1977). *Que fazer?*, in: *Obras escolhidas*, v. 1. Lisboa: Avante.
- _____ [1917] (1977). *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, in: *Obras escolhidas*, v. 1. Lisboa: Avante.
- _____ [1920] (1979). *A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo*, in: *Obras escolhidas*, v. 3. Lisboa: Avante.
- LESBAUPIN, Ivo; MINEIRO, Adhemar (2002). *O desmonte da nação em dados*. Petrópolis: Vozes.
- LIGUORI, Guido (2007). *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- LIMA, Kátia (2008). “Novas configurações da luta de classes e refundação do projeto burguês de sociabilidade”, in: *Trabalho necessário*, Niterói, v. 6, n. 6. Disponível em: <www.uff.br/trabalhonecessario/TN06%20LIMA,%20K..pdf>. Acesso: 15 fev. 2009.

- LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam (1999). “Ideologia da globalização e (des) caminhos da ciência social”, in: *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Pablo Gentili (org.). Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, p. 96-127.
- LISBOA, Marcos de Barros; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino (orgs.) (2001). *Microeconomia e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; EPGE/FGV.
- LOSURDO, Domenico (2004). *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; São Paulo: Ed. Unesp.
- _____. (2006). *Gramsci: do liberalismo ao “comunismo crítico”*. Rio de Janeiro: Revan.
- LÖWY, Michael (1998). *A evolução política de Lukács: 1909-1929*. 2ª ed. São Paulo: Cortez.
- _____. (2000a). “Fontes e recursos do zapatismo”, in: *Marxismo, modernidade e utopia*. Michael Löwy e Daniel Bensaïd. São Paulo: Xamã, p. 199-201.
- _____. (2000b). *Nacionalismos e internacionalismos: da época de Marx até nossos dias*. São Paulo: Xamã.
- _____. (2003). *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 8ª ed. São Paulo: Cortez.
- _____. (2008). “O romantismo revolucionário dos movimentos de maio”. *Margem esquerda*, São Paulo, n. 11, p. 32-37.
- LUKÁCS, György [1938] (2010). “Marx e o problema da decadência ideológica”, in: *Marxismo e teoria da literatura*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 51-103.
- MAGDOFF, Harry; SWEEZY, Paul (1982). *A crise do capitalismo americano*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MALTA, Maria (2011). “Sentidos do contraste: o debate distributivo no ‘milagre’”, in: *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*, v. 1. Rio de Janeiro: Ipea; Centro Internacional Celso Furtado, p. 193-222.
- MANDEL, Ernest (1976). *Sobre o fascismo*. Lisboa: Antídoto.
- _____. (1990). *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. Unicamp.
- MARANHÃO, Cezar Henrique (2012). “Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais”, in: *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e*

- reprodução da desigualdade*. Ana Elizabete Mota (org.). São Paulo: Cortez, p. 78-104.
- MARINI, Ruy [1973] (2005). “Dialética da dependência”, in: *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, p. 137-180.
- _____ [1992] (2005). “Desenvolvimento e dependência”, in: *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, p. 221-224.
- _____ (2000). “Processo e tendências da globalização capitalista”, in: *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, p. 269-295.
- MARTINS, André *et al.* (2010). “Fundamentos teóricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia”, in: *Direita para o social, esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. Lucia Neves (org.). São Paulo: Xamã, p. 97-153.
- MARX, Karl [1843] (2010). *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo.
- _____ [1844] (2010). “Glosas críticas ao artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social’. De um prussiano”, in: *Lutas de classes na Alemanha*. Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, p. 25-52.
- _____ [1845] (1998). “Teses sobre Feuerbach”, in: *A Ideologia Alemã*. Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Martins Fontes, p. 99-103.
- _____ [1852] (1978). *O 18 Brumário*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ [1857] (1982). “Introdução (à crítica da economia política)”, in: *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, p. 3-21.
- _____ [1859] (1982). “Prefácio”, in: *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, p. 23-27.
- _____ [1867] (2003). *O capital: crítica da economia política*, livro 1, v. 1 e 2. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ [1873] (2003). “Posfácio à 2ª ed alemã de *O capital*”, livro 1, v. 1. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 21-29.
- _____ ; ENGELS, Friedrich [1846] (1998). *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____ [1848] (1998). *Manifesto do Partido Comunista*, in: *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. Daniel Aarão Reis Filho (org.). Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 7-41.

- MEDEIROS, João Leonardo (2007). “Vazio ideológico e tragédia social: o neoliberalismo em crise”. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 21, p. 7-34.
- MELLO, João Manuel Cardoso de (1997). “A contrarrevolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana”, in: *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (orgs.). 2ª ed. Petrópolis: Vozes, p. 15-24.
- MÉSZÁROS, István (2002). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Campinas: Ed. Unicamp; São Paulo: Boitempo.
- MIGLIOLI, Jorge (2006). “Dominação burguesa nas sociedades modernas”. *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 13-31.
- MONTAÑO, Carlos (1999). “Globalização e reestruturação produtiva: duas determinantes para a estratégia neoliberal de Estado e mercado”. *Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 101-125.
- _____ (2007). *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 4ª ed. São Paulo: Cortez.
- MORAES, Reginaldo (1998). “Neoliberalismo e neofascismo – *és lo mismo pero no é igual?*”. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 7, p. 121-126.
- MOTA, Ana Elizabete [1995] (2008). *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. 4ª ed. São Paulo: Cortez.
- _____ (1999). “Reestruturação produtiva e serviço social”. *Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 33-49.
- _____ (2012). “Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro”, in: _____ (org.). *Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, p. 29-45.
- MOTTA, Vânia (2012). *Ideologia do capital social: atribuindo uma face mais humana ao capital*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- NAPOLEONI, Claudio (org.) (1982). *O futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Graal.
- NERI, Marcelo (2005). “Desigualdade e desenvolvimento”, in: *Brasil em desenvolvimento – n. 2: Instituições, políticas e sociedade*. Ana Célia Castro et al. (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 317-333.
- NETTO, José Paulo (1993). *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez.

- _____. (2000). “Repensando o balanço do neoliberalismo”, in: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 29-34.
- _____. (2001). “Cinco notas a propósito da ‘questão social’”, in: *Capitalismo monopolista e serviço social*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, p. 151-162.
- _____. (2007). “Desigualdade, pobreza e serviço social”. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 135-170.
- _____. (2009). “Democracia e direitos humanos na América Latina: aportes necessários ao debate”, in: *Direitos humanos e questão social na América Latina*. Silene de Moraes Freire (org.). Rio de Janeiro: Gramma, p. 3-12.
- _____. (2010). “Posfácio”, in: *O estruturalismo e a miséria da razão*. Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 233-286.
- NEVES, Lúcia (org.) (2005). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã.
- _____. (org.) (2010). *Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio (2001). “Prefácio”, in: *Em busca do socialismo democrático: o liberal-socialismo italiano: o debate nos anos 20 e 30*. Walquiria Leão Rego. Campinas: Ed. Unicamp, p. 13-22.
- OLIVEIRA, Eurenice de (2004). *Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*. São Paulo: Expressão Popular.
- OLIVEIRA, Francisco de (1999). “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”, in: *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Francisco de Oliveira e Maria Célia Paoli (orgs.). Petrópolis: Vozes, p. 55-81.
- _____. (2003). “O ornitorrinco”, in: *Crítica a razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, p. 121-150.
- _____. (2006). “Oração a São Paulo: a tarefa da crítica”, in: *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Cibele Rizek e Wagner Romão (orgs.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 243-249.
- _____. (2010). “Hegemonia às avessas”, in: *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek (orgs.). São Paulo: Boitempo, p. 21-27.
- PASSARINHO, Paulo (2010). “Apresentação”, in: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 7-17.

- PAULANI, Leda (2006). “O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses”, in: *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Júlio Lima e Lúcia Neves (orgs.). Rio de Janeiro: EPSJV, Ed. Fiocruz, p. 67-107.
- PEREIRA, João Márcio (2010). *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- PEREIRA, Leandro; ALMEIDA, Rodrigo de (2010). “A utopia keynesiana: os princípios políticos e econômicos de John Maynard Keynes”. Disponível em: <www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/247-5e5566e-256850fa7bdd3a16da63d16a2_.pdf>. Acesso: 14 jan. 2011.
- PNUD (1999). *Human development report*. Nova York: Pnud/Oxford University Press.
- _____ (2003). *Relatório do desenvolvimento humano 2003*. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana. Nova York: ONU.
- POLANYI, Karl [1944] (2000). *A grande transformação: as origens da nossa época*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier.
- PORTANTIERO, Juan Carlos (1981). *Los usos de Gramsci*. México: Folios Ediciones.
- PORTELLI, Hugues [1972] (2002). *Gramsci e o bloco histórico*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- RÊGO, Walquiria Leão (2001). *Em busca do socialismo democrático: o liberal-socialismo italiano: o debate dos anos 20 e 30*. Campinas: Ed. Unicamp.
- RODRIK, Dani (2002). “Depois do neoliberalismo, o quê?”, in: *Desenvolvimento em debate: novos rumos do desenvolvimento no mundo*, v. 1. Ana Célia Castro (org.). Rio de Janeiro: Mauad; BNDES, p. 277-298.
- ROSANVALLON, Pierre (1998). *A nova questão social: repensando o Estado providência*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.
- SADER, Emir (2000). “A hegemonia neoliberal na América Latina”, in: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 35-37.
- _____ (2001). “Para um novo internacionalismo”, in: *O poder, cadê o poder? Ensaios para uma nova esquerda*. São Paulo: Boitempo, p. 76-86.
- _____ (2003a). *A vingança da história*. São Paulo: Boitempo.
- _____ (2003b). “Lula e o funeral da terceira via”. Disponível em: <alainet.org/docs/4014.html>. Acesso: 12 jan. 2008.

- SALAMA, Pierre (2000). “A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social”, in: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 139-180.
- SALUDJIAN, Alexis (2010). “Estratégias de desenvolvimento e inserção da América Latina na economia mundial. Os estruturalistas e neoestruturalistas da Cepal: uma abordagem crítica”, in: *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rodrigo Castelo (org.). Rio de Janeiro: Pão e Rosas, p. 143-167.
- SAUVIAT, Catherine (2005). “Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário”, in: *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. François Chesnais (org.). São Paulo: Boitempo, p. 109-132.
- SECCO, Lincoln (2006). *Gramsci e a revolução*. São Paulo: Alameda.
- SEN, Amartya (1999). *Sobre ética e economia*. São Paulo: Cia. das Letras.
- SKIDELSKY, Robert (1999). *Keynes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- SOROS, George (1998). *A crise do capitalismo: as ameaças aos valores democráticos; as soluções para o capitalismo global*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus.
- STIGLITZ, Joseph (2002). *A globalização e seus malefícios: a promessa não cumprida de benefícios globais*. São Paulo: Futura.
- _____ (2003). *Os exuberantes anos 90: uma nova interpretação da década mais próspera da história*. São Paulo: Cia. das Letras.
- _____ (2007a). *Globalização: como dar certo*. São Paulo: Cia. das Letras.
- _____ (2007b). “Uma agenda para o desenvolvimento no século XXI”, in: *O debate global sobre a terceira via*. Anthony Giddens (org.). São Paulo: Ed. Unesp, p. 473-495.
- _____ (2008). “O fim do neoliberalismo?” *O Globo*, 16 jul. 2008.
- TAUILE, José Ricardo [1984] (2009). “Microeletrônica e automação: implicações para o trabalho e a organização da produção no Brasil”, in: *Trabalho, autogestão e desenvolvimento: escritos escolhidos (1981-2005)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, p. 67-95.
- _____ (2001). *Para (re)construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- TAVARES, Maria da Conceição [1985] (1997). “A retomada da hegemonia norte-americana”, in: *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (orgs.). 2ª ed. Petrópolis: Vozes, p. 27-53.

- TEIXEIRA, Aloísio (2000). “‘O Império contra-ataca’: notas sobre os fundamentos da atual dominação norte-americana”. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 15, p. 1-13.
- TEXIER, Jacques (2005). *Revolução e democracia em Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- THERBORN, Göran (2000a). “A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social”, in: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 139-180.
- _____ (2000b). “A história não terminou”, in: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 181-184.
- TOURAINÉ, Alain (1988). *O pós-socialismo*. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1998). *Igualdade e diversidade: o sujeito democrático*. Bauru: Edusc.
- _____ (1999). *Como sair do liberalismo?* Bauru: Edusc.
- URANI, André (2002). “Ciência, consciência e paciência”. Disponível em: <www.desigualdade.inf.br/textos/urani.htm>. Acesso: 21 ago. 2006.
- VALADÃO, Laura (2010). “Alfred Marshall, o capitalismo e mudança social”. Disponível em: <www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/000-cd69156c2dfab08ab4e1b22da8a0b4ac.doc>. Acesso: 14 jan. 2011.
- VASAPOLLO, Luciano (2005). *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão Popular.
- _____ (2007). “Crescimento, guerra, meio ambiente e imperialismo: contradições capitalistas do século 21”. *Outubro*, São Paulo, n. 16, p. 35-73.
- VIANNA, Maria Lúcia Werneck (1997). “Política versus economia: notas (menos pessimistas) sobre globalização e Estado de bem-estar”, in: *A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização*. Silvia Gerschmann e Maria Lucia Werneck Vianna (orgs.). Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, p. 155-175.
- _____ (2007). “Hiper-realidade ou hipoteoria? A reflexão dos cientistas sociais sobre política social no Brasil de hoje”. Disponível em: <www.acesa.com/gramsci>. Acesso: 25 ago. 2007.
- VON MISES, Ludwig [1927] (1987). *Liberalismo segundo a tradição clássica*. Rio de Janeiro: José Olympio; Instituto Liberal.

- WACQUANT, Loïc (2001). “Nota aos leitores brasileiros: rumo a uma ditadura sobre os pobres”, in: *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 7-15.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2003). “Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo”, in: *Uma nova fase do capitalismo?* François Chesnais et al. São Paulo: Xamã, p. 71-92.
- _____ (2004). *O declínio do poder americano: os Estados Unidos num mundo caótico*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- _____ (2005). “O que significa hoje ser um movimento antissistêmico?”, in: *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. Roberto Leher e Mariana Setúbal (orgs.). São Paulo: Cortez, p. 263-276.
- WILLIAMSON, John (1993). “Democracy and the ‘Washington Consensus’”. *World Development*, v. 21. n. 8, p. 1.329-1.336.
- _____ (2004a). “Uma agenda de trabalho para retomar o crescimento e as reformas”, in: *Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. Pedro-Paulo Kuczynski e John Williamson (orgs.). São Paulo: Saraiva, p. 1-17.
- _____ (2004b). “Resumindo”, in: *Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. Pedro-Paulo Kuczynski e John Williamson (orgs.). São Paulo: Saraiva, p. 268-282.
- _____ (2004c). “Nossa agenda e o Consenso de Washington”, in: *Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. Pedro-Paulo Kuczynski e John Williamson (orgs.). São Paulo: Saraiva, p. 283-291.
- WOOD, Ellen Meiksins (1999). “O que é a agenda ‘pós-moderna?’”, in: *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Ellen Wood e John Bellamy Foster (orgs.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 7-22.
- _____ (2001). “Trabalho, classe e Estado no capitalismo global”, in: *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. José Seoane e Emílio Taddei (orgs.). Petrópolis: Vozes, p. 99-121.
- _____ (2003). *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo.